

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SUAS REPERCUSSÕES NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA/RS**

ALVARO ALOISIO BOURSCHEIDT

Taquara

2019

ALVARO ALOISIO BOURSCHEIDT

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SUAS REPERCUSSÕES NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA/RS**

Dissertação apresentada como critério para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - RS, sob orientação do Prof. Dr. Mario Riedl.

Taquara

2019

AGRADECIMENTOS

Gratidão. É este o sentimento que sobrevém ao finalizar uma caminhada que se iniciou ainda em julho de 2016, quando da elaboração do anteprojeto que viria a dar origem à presente pesquisa.

Elaborar uma dissertação é, no geral, um ato bastante solitário, pois exige longas horas de leitura e escrita, que precisam ser despendidas por quem está diretamente envolvido na causa. Mas, se torna uma missão menos difícil quando se encontra apoios, que podem vir de diferentes maneiras e acabam se tornando fundamentais para que esta jornada possa ser cumprida até mesmo com prazer e nos levar ao destino pretendido.

Chega, portanto, o doce momento de agradecer:

- Primeiramente a DEUS, por me ter dado saúde, disposição e luzes para desenvolver estas ideias;

- À minha esposa Carmen, ao meu filho Ramon, à nora Viviana, aos meus irmãos e demais familiares, pelo apoio incondicional e vibração com cada etapa vencida durante o percurso do Mestrado;

- Aos meus pais Lori e Lauro, falecidos, por terem legado as bases sobre as quais se assentam meus valores e minhas crenças;

- Ao Prof. Mario Riedl, meu orientador e porto seguro durante toda a dissertação, pelas correções de rumo, quando era preciso, e também pelos elogios e estímulos, sempre que as rotas estavam certas;

- Ao Prof. Delmar Henrique Backes, diretor-geral das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat) e superior hierárquico em minha atividade profissional, por ter me encorajado e motivado a enfrentar este desafio que ora se cumpre;

- A todos os professores do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Faccat, pelos sábios ensinamentos que nos proporcionaram durante o período de aulas;

- A todos os amigos, colegas de trabalho, participantes das pesquisas de campo e demais pessoas que, de alguma forma, auxiliaram com ideias, opiniões e informações, quando não simplesmente com palavras de incentivo, para a construção desta dissertação, cujo objetivo final nada mais é do que contribuir para a causa do desenvolvimento regional.

MUITO OBRIGADO A TODOS!

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre a representação política e o desenvolvimento regional do Vale do Paranhana. Por um período aproximado de 30 anos, esta região do Rio Grande do Sul vem se ressentindo da dificuldade de eleger candidatos domiciliados em sua área territorial para as funções de deputado federal e estadual. Sabe-se que o instrumento da representação política enfrenta contestações históricas e, na atualidade, passa por uma forte crise de credibilidade, mas ainda se apresenta como essencial para o funcionamento dos regimes democráticos. No caso específico da região analisada, a falta de representação parlamentar perante as esferas superiores vinha sendo e ainda é apontada como causa de esquecimento por parte do poder público e de atraso no processo de desenvolvimento em geral. O estudo, de caráter exploratório, com análise qualitativa e quantitativa, se propôs a encontrar respostas para as causas e consequências da recorrente falta de representação política dos municípios que compõem o Vale do Paranhana/RS. Efetuou-se, inicialmente, uma revisão bibliográfica, buscando entender o processo de evolução da representação política ao longo da história e o seu papel na aplicação da democracia nos tempos atuais. Foram também esmiuçados os resultados eleitorais dos pleitos gerais realizados de 1990 a 2018 na área abrangida pela pesquisa, com ênfase para os desempenhos dos candidatos residentes na região. Realizaram-se, ainda, duas investigações de campo, uma com uma amostra de eleitores e outra com dirigentes de entidades, abordando questões relacionadas a comportamentos eleitorais e análises acerca da importância da representação política e suas implicações com o desenvolvimento regional. Os resultados obtidos comprovaram as restrições ao apoio a candidatos regionais, tendo sido destacados como principais fatores a pouca representatividade e o excesso de nomes geralmente colocados em disputa, as condições influenciáveis do eleitorado e a formação demográfica do Vale do Paranhana, caracterizada pelo aporte de um grande número de migrantes. Identificou-se também que tal situação se relaciona com as dificuldades de integração regional, causando repercussões em diferentes setores de atividades. Além da mudança nas estratégias partidárias, a reversão desse quadro passa por uma melhor articulação nas ações dos entes constituídos e pelo aumento da consciência e participação políticas da população.

Palavras-chave: Representação política; desenvolvimento regional; democracia; eleições parlamentares.

ABSTRACT

The main objective of this research consisted in analyzing the relationship between political representation and regional development, focusing specifically the Paranhana Valley, in the state of Rio Grande do Sul, Brasil. For at least 30 years this region has experienced the difficulty of electing candidates residing in its territorial borders for the crucial positions of federal and state representatives. It is well known that the political representation has suffered historical restrictions and nowadays is embedded in an unprecedented credibility crisis. However, it still constitutes an essential instrument for the success of democratic countries. In the specific case of the analyzed region, the absence of parliamentary representation has been pointed out as a major cause for the overall lack of development. This exploratory study used quantitative and qualitative approaches in order to discuss the causes and consequences of the recurrent absence of political representation of the counties integrating the Paranhana Valley region. Theoretically, we tried to understand the historical process of political representation and its role on the evolution of democracy. We scrutinized the electoral results of the general elections realized between 1990 and 2018 in the region of this study, emphasizing the performance of the candidates residing in its borders. Additionally, we performed two field investigations, one consisting of a sample of voters and another with political and representative regional leaders. The focus consisted in investigating the population electoral behavior and the role of political representation for the regional development process. The findings confirmed voters resistance to regional candidates. The main factors pointed out consisted of the lack of regional representation of the candidates and the excessive number of postulants, as well as the demographic constitution of the region, characterized by strong migrating wells. This specific situation probably is responsible for the lack of regional integration of the population. We concluded that, in order to change this situation, there must be significant changes in political parties strategies, as well as a higher level of political participation and consciousness of the population in general.

Key-words: *Political representation; Regional development; Democracy; Parliamentary elections.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região do Paranhana/RS	58
Figura 2 - Comparativo de desempenho dos Coredes no Idese/2015	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estimativa populacional dos municípios do Vale do Paranhana em 2017	59
Gráfico 2 - Evolução do eleitorado da região (1990-2018).....	68
Gráfico 3 - Gênero dos entrevistados (%)	113
Gráfico 4 - Composição do eleitorado brasileiro (%)	114
Gráfico 5 - Faixa etária da amostra - número de anos (%).....	115
Gráfico 6 - Grau de escolaridade dos entrevistados (%)	115
Gráfico 7 - Contingente eleitoral dos 6 municípios da região.....	117
Gráfico 8 - Domicílio eleitoral dos entrevistados (% por município).....	118
Gráfico 9 - Tempo de residência no domicílio eleitoral (%).....	121
Gráfico 10 - Voto preferencial em candidatos residentes na região (%).....	122
Gráfico 11 - Característica mais importante do candidato (%).....	123
Gráfico 12 - Razões do voto em candidatos residentes no Vale do Paranhana (%).....	126
Gráfico 13 - Representação política é ou não importante para a região (%).....	128
Gráfico 14 - Por que a representação política regional é importante (%)	128
Gráfico 15 - Motivos da não eleição de candidatos da região, segundo eleitores (%).....	131
Gráfico 16 - Classificação da amostra entre migrantes e não migrantes (%)	135
Gráfico 17 - Voto preferencial de não migrantes em candidatos da região (%)	135
Gráfico 18 - Voto preferencial de migrantes em candidatos da região (%)	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desempenho dos municípios do Vale do Paranhana no Idese 2015	63
Quadro 2 - Desempenho dos municípios do Vale do Paranhana no Idese/2014.....	64
Quadro 3 - Evolução do eleitorado da região de 1990 a 2018	67
Quadro 4 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 1990	69
Quadro 5 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 1990	70
Quadro 6 - Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 1990	71
Quadro 7 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 1990	73
Quadro 8 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 1994	75
Quadro 9 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 1994	76
Quadro 10 - Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 1994	77
Quadro 11 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 1994.....	78
Quadro 12 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 1998	80
Quadro 13 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 1998.....	81
Quadro 14 - Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 1998	82
Quadro 15 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 1998.....	83
Quadro 16 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 2002	85
Quadro 17 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2002.....	85
Quadro 18 - Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2002	87
Quadro 19 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2002.....	88
Quadro 20 - Candidatos que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2006.....	90
Quadro 21 - Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2006	91
Quadro 22 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2006.....	93

Quadro 23 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 2010	95
Quadro 24 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2010.....	96
Quadro 25 - Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2010	97
Quadro 26 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2010.....	99
Quadro 27 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 2010	101
Quadro 28 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2014.....	101
Quadro 29 - Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2014	103
Quadro 30 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2014.....	104
Quadro 31 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 2018	107
Quadro 32 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2018.....	108
Quadro 33 - Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2018	109
Quadro 34 - Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2018.....	111
Quadro 35 - Atividade profissional dos entrevistados	117
Quadro 36 - Naturalidade dos entrevistados.....	119

LISTA DE SIGLAS

ABICALÇADOS: Associação Brasileira das Indústrias de Calçados

ACISA: Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária de Rolante e Riozinho

BBC: *British Broadcasting Corporation*

CDLs: Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs)

CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas

COREDEs: Conselhos Regionais de Desenvolvimento

COREDEPES: Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Paranhana/Encosta da Serra

CPDOC/FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FEE: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

FEFC: Fundo Especial de Financiamento de Campanha

IDESE: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PDS: Partido Democrático Social

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PFL: Partido da Frente Liberal

PHS: Partido Humanista da Solidariedade

PL: Partido Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP: Partido Progressista

PPA: Plano Plurianual

PPB: Partido Progressista Brasileiro

PPR: Partido Progressista Reformador

PPS: Partido Popular Socialista

PRN: Partido da Reconstrução Nacional

PIB: Produto Interno Bruto

PROS: Partido Republicano da Ordem Social

PSC: Partido Social Cristão

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSL: Partido Social Liberal

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB: Partido Trabalhista do Brasil

PV: Partido Verde

SEDACTEL: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul

SINDICAP: Sindicato da Indústria de Calçados de Parobé

STF: Supremo Tribunal Federal

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRE/RS: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1	Origens e evolução da representação política ao longo da história	23
2.2	Atribuições, limites de atuação e vinculações dos representantes políticos	25
2.3	Crise da representação política	31
2.3.1	Corrupção x representação política	34
2.3.2	Mudanças na legislação eleitoral brasileira	36
2.4	Relações entre representantes políticos, eleitores e partidos	39
2.5	Discussões sobre a importância do voto	44
2.6	Aspectos territoriais da representação política	49
2.7	Representação política e desenvolvimento regional	52
3	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO PARANHANA/RS	58
3.1	Aspectos históricos	59
3.2	Aspectos econômicos e sociais	61
4	ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE 1990 A 2018 NO VALE DO PARANHANA/RS .	67
4.1	Eleições gerais de 1990	69
4.1.1	Votação para a Câmara dos Deputados	69
4.1.2	Votação para a Assembleia Legislativa.....	71
4.2	Eleições gerais de 1994	74
4.2.1	Votação para a Câmara dos Deputados	75
4.2.2	Votação para a Assembleia Legislativa.....	77
4.3	Eleições gerais de 1998	79
4.3.1	Votação para a Câmara Federal	80
4.3.2	Votação para a Assembleia Legislativa.....	82
4.4	Eleições gerais de 2002	84
4.4.1	Votação para a Câmara Federal.....	85
4.4.2	Votação para a Assembleia Legislativa.....	86
4.5	Eleições gerais de 2006	89
4.5.1	Votação para a Câmara Federal.....	90
4.5.2	Votação para a Assembleia Legislativa.....	91
4.6	Eleições gerais de 2010	95
4.6.1	Votação para a Câmara Federal.....	95

4.6.2	Votação para a Assembleia Legislativa.....	97
4.7	Eleições gerais de 2014	100
4.7.1	Votação para a Câmara Federal.....	101
4.7.2	Votação para a Assembleia Legislativa.....	103
4.8	Eleições gerais de 2018	106
4.8.1	Votação para a Câmara Federal.....	107
4.8.2	Votação para a Assembleia Legislativa.....	109
5	PERFIL DOS ELEITORES DO VALE DO PARANHANA/RS	113
5.1	Classificação quanto ao gênero	113
5.2	Classificação quanto à faixa etária	114
5.3	Classificação quanto ao grau de escolaridade	115
5.4	Classificação quanto à atividade profissional (ocupação)	116
5.5	Classificação por domicílio eleitoral	117
5.6	Classificação quanto à naturalidade (município de nascimento)	118
5.7	Classificação quanto ao tempo de residência no domicílio eleitoral	121
5.8	Apresentação dos resultados da pesquisa	122
5.8.1	Preferência de votar ou não em candidatos domiciliados na região.....	122
5.8.2	Crerios gerais para escolha dos candidatos	123
5.8.3	Razões para votar em candidatos domiciliados na região	125
5.8.4	Razões para não votar em candidatos domiciliados no Vale do Paranhana.....	127
5.8.5	Importância da representação política para a região	127
5.8.6	Causas da dificuldade da região para eleger seus representantes políticos	130
5.8.7	Classificação de posicionamento eleitoral entre migrantes e não migrantes.....	134
6	PERCEPÇÕES DE LIDERANÇAS SOBRE AS VINCULAÇÕES ENTRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	138
6.1	Repercussões da falta de representação política no desenvolvimento regional	139
6.2	Votações insuficientes dos candidatos locais	143
6.3	Boas votações obtidas por candidatos de outras regiões	148
6.4	Avaliação negativa dos candidatos regionais pelo eleitorado	151
6.5	Representação política e desenvolvimento regional	154
6.6	Pontos fortes e pontos fracos do Vale do Paranhana na visão dos entrevistados ..	157
6.7	Pontos convergentes das opiniões das lideranças entrevistadas	160
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
	REFERÊNCIAS	172

1 INTRODUÇÃO

Antes de tudo, é importante declarar que este estudo nasceu de uma inquietação. Do desejo e da busca de encontrar respostas para uma questão que extrapolou o nível da dúvida pessoal, mas, acredita-se, que também tenha intrigado ou que ainda intrigue muitos dos habitantes de um pedaço do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Trata-se de uma porção de território conhecida como Vale do Paranhana ou simplesmente Paranhana, forma que alguns também preferem utilizar, situada a nordeste da província. É constituída por seis municípios, a saber (por ordem alfabética): Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas. Juntos, possuem uma população aproximada de 198 mil habitantes (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - FEE, 2018).

Durante muito tempo, ao menos até o final da década de 1970 e início dos anos 1980, constituiu-se numa espécie de apêndice do Vale do Sinos, uma região conhecida nacional e internacionalmente pela sua produção calçadista. A integração entre essas partes se ancorava em muito na manutenção da mesma matriz econômica, responsável pela geração da maior parte dos postos de trabalho e pela produção de riquezas. Na área do Vale do Paranhana, situavam-se algumas das principais fabricantes de calçados do País, entre as quais começava a despontar a indústria Azaléia, com sede em Parobé, então ainda distrito de Taquara.

A junção Vale do Sinos/Vale do Paranhana não ficava, porém, restrita ao campo econômico, mas também alcançava outros aspectos da vida humana, fossem culturais, sociais ou políticos. Nestes últimos, particularmente, mesmo com a ascendência da região liderada por Novo Hamburgo, a parte que tinha Taquara como sua principal referência igualmente se fazia representar tanto no cenário estadual quanto no federal.

Ainda no final dos anos 50, o ex-vereador taquarense Harry Alziro Sauer conseguiu uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PTB, tendo sido posteriormente reeleito por mais duas legislaturas. Em 1970, o mesmo parlamentar, então já no MDB, foi alçado à Câmara dos Deputados, onde permaneceu desempenhando a representação regional até o início de 1987, após uma reeleição e outras duas disputas em que ficou na suplência, mas conseguiu assegurar sua cadeira em substituição a colegas partidários (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC/FGV, 2009).

Enquanto isso, outro político taquarense também ascendia na cena estadual. O ex-prefeito Alceu Martins da Rosa (ARENA/PDS) conquistou uma vaga à Assembleia Legislativa

do Estado no pleito de 1978, exercendo o mandato até 1982. Neste ano, foi reeleito deputado, mas acabou sendo chamado para assumir o cargo de secretário estadual do Trabalho e Ação Social, na administração Jair Soares, exercendo a função praticamente até o final do governo. Em 1986, o político tentaria chegar à Assembleia Nacional Constituinte, mas não logrou êxito (PIRES, 2015). Neste mesmo ano, outro ex-prefeito de Taquara, Tito Lívio Jaeger, concorrendo ao parlamento estadual, ficou na suplência do PMDB, mas igualmente logrou assumir o mandato no início de 1987, ocupando vaga de um correligionário (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2019).

Foi, portanto, um período em que o Vale do Paranhana demonstrou um certo protagonismo no cenário político, notadamente pelas mãos de lideranças de Taquara, considerado o município-mãe da região por ter dado origem a três dos seus coirmãos (Igrejinha, Parobé e Três Coroas), assim como a Canela e Gramado, estes situados na Serra Gaúcha.

Nesse mesmo tempo, o panorama demográfico e social da região começou a se modificar profundamente. Atraídos pela oferta de mão de obra das indústrias calçadistas, que começavam a proliferar, aportaram milhares de migrantes de outras regiões do Rio Grande do Sul e até mesmo de outros estados, assim como também se verificou a transferência de moradores das áreas rurais para os centros urbanos em nível intrarregional (BASSAN, 2017).

O aumento populacional e o crescimento do poderio econômico alavancou um movimento encabeçado por lideranças políticas e comunitárias no sentido de tornar o Vale do Paranhana independente do Vale do Sinos. O principal argumento era o esquecimento a que o primeiro estaria sendo relegado, especialmente no que se refere às atenções do poder público, na medida em que se constituía numa espécie de mera continuação, ou apêndice, da região principal, sendo, portanto, preterido na destinação de verbas e atendimento de suas prioridades.

A mobilização ganhou corpo ao longo da década de 1980 e culminou na criação do Conselho Regional de Desenvolvimento Paranhana/Encosta da Serra no início da década seguinte. Este órgão de representação regional, além de abarcar os seis municípios do Vale do Paranhana, incorporou outros quatro da vizinha Encosta da Serra: Lindolfo Collor, Morro Reuter, Presidente Lucena e Santa Maria do Herval (VON MENGDEN, 2017).

Cristalizou-se, a partir daí, um novo modelo de configuração econômica e social para a região, com visíveis reflexos no campo político-administrativo. E é este ponto que remete à grande inquietação referida no início deste estudo, a qual fornece os elementos de motivação para a presente pesquisa.

Durante mais de 20 anos, atuando na imprensa regional, se pôde acompanhar muito proximamente os processos eletivos na região, tanto aqueles de espectro municipal quanto os

que se destinavam à escolha de representantes de nível estadual e federal. E foi justamente nesse último âmbito, ou seja, nas eleições para deputado federal e estadual, que se começou a observar um fenômeno intrigante para o entendimento da problemática regional – e, por isso mesmo, digno de estudo e análise.

Trata-se da incapacidade demonstrada pela região do Vale do Paranhana, durante um período aproximado de 30 anos, para constituição de sua própria representação política perante as esferas superiores de poder. Foi uma situação que começou a se desenhar a partir do início dos anos 90 e se estendeu por sucessivos pleitos, configurando-se no insucesso sistemático de todas as tentativas protagonizadas por candidatos domiciliados na região em busca de uma vaga no parlamento federal ou estadual.

Em consequência, a região permaneceu sem representação política direta mediante as instâncias superiores durante todo esse período, situação esta que passou a alimentar uma ampla discussão, envolvendo não somente as lideranças políticas, mas também as pessoas comuns do povo, no sentido de encontrar explicações para o fenômeno. A abordagem tornou-se recorrente em manifestações públicas, matérias jornalísticas e conversas de rua, buscando entender as causas para as baixas votações em geral auferidas por candidatos regionais e das consequências que isso poderia estar gerando no contexto de cada um dos municípios. Formou-se praticamente um consenso de que, independentemente de suas causas, a falta de representação política tornara-se prejudicial ao Vale do Paranhana, dificultando o acesso a recursos públicos, atrasando o andamento de obras necessárias e, por conseguinte, afetando negativamente o processo de desenvolvimento como um todo.

Vem, portanto, o presente estudo no sentido de buscar respostas para essas questões, tencionando também refletir sobre o papel da representação política no contexto atual e a forma como a sociedade se comporta em relação a esse instrumento que ainda se apresenta como indispensável ao funcionamento dos regimes democráticos. Na definição de Magdaleno (2010), trata-se do conjunto de ações, dotado de propósito, realizado por um corpo de políticos que reflete um determinado corpo social que os elegeu.

A necessidade desses intermediários, encarregados de tomar as decisões em nome do povo, torna-se elementar na medida em que fica muito difícil conceber um modelo de democracia onde todos os cidadãos pudessem auxiliar na deliberação das causas de interesse comum, nos moldes do que ocorria nas antigas cidades gregas (MIGUEL, 2005; GENNARINI, 2008; MAGDALENO, 2010; KELLY *et al.*, 2013). Ainda assim, contemporaneamente, assiste-se à assunção de correntes que pregam a chamada “democracia direta”, as quais, a partir de

concepções apolíticas, baseiam-se na premissa de que a internet poderia substituir o papel hoje desempenhado pelos partidos (GOULART e ADINOLFI, 2018).

São transformações que a massificação do uso da tecnologia poderá trazer ao futuro, mas o presente mostra que o exercício da representação política ainda se faz necessário como forma de consolidar a defesa dos anseios da sociedade e de colocá-los em prática, em que pesem todas as mazelas e imperfeições que se apresentam como inerentes ao instrumento.

Com a intenção de contribuir para o entendimento da temática, projetou-se a pesquisa, tendo como objetivo principal analisar a relação entre a representação política e o desenvolvimento regional do Vale do Paranhana/RS. Como objetivos específicos foram elencados: (i) analisar o desempenho eleitoral de candidatos domiciliados na região do Vale do Paranhana nas disputas para cargos legislativos em nível estadual e federal, tomando como base as eleições gerais realizadas no período de 1990 a 2014; (ii) investigar, junto ao eleitorado da região, os fatores que influenciam o processo de escolha dos candidatos em eleições de alcance estadual e nacional; (iii) entrevistar lideranças formais em busca de fatores explicativos para o comportamento eleitoral da região e suas repercussões no desenvolvimento regional; (iv) analisar possíveis fatores explicativos para a ausência de representação política estadual e federal da região do Vale do Paranhana/RS.

Formularam-se também algumas hipóteses como possíveis respostas para a problemática levantada pelo estudo. Uma delas sustentada na possibilidade de que a estrutura demográfica do Vale do Paranhana, formada por grandes correntes migratórias, principalmente a partir da década de 1970, tende a influenciar negativamente o desempenho de candidatos locais nas eleições para deputado federal e estadual, porquanto muitos eleitores ainda mantêm como ponto de referência suas regiões de origem. Outra cogitação sugerida foi a de que a profusão de candidatos apresentados pelos partidos políticos, muitas vezes em função de disputas pessoais ou municipais, bem como a intenção de projetar nomes com vistas a pleitos futuros, poderia favorecer a dispersão de votos.

Aventou-se também como explicação para a falta de representação política a inexistência de uma visão integradora, com foco no desenvolvimento regional, por parte das lideranças municipais. Por fim, a hipótese de que a não disponibilidade de representantes próprios no Poder Legislativo em âmbito federal e estadual poderia acarretar um certo atraso desenvolvimentista do Vale da Paranhana, ao longo das últimas décadas, na comparação com outras regiões do Rio Grande do Sul.

Entendia-se que, na raiz da problemática levantada, também poderiam ser encontradas explicações para outras situações que dizem respeito à forma como a população regional vive,

se organiza e pensa o território em que habita. Da mesma forma, identificar realidades que ajudam a entender os processos políticos localizados e se aplicam a outras regiões, especialmente aquelas que tenham conformações semelhantes às do Vale do Paranhana.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa básica, de caráter exploratório no que tange aos seus objetivos e com abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados coletados provêm de três fontes: bibliográficas, primárias e secundárias.

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática abordada, começando pela abordagem histórica da representação política, partindo dos primórdios da democracia até chegar aos dias atuais. Enfatizam-se também as atribuições, os limites de atuação e as vinculações dos representantes políticos, bem como o processo de crise que o instrumento enfrenta em tempos contemporâneos, tendo como uma de suas faces mais escancaradas os escândalos de corrupção que acometem a classe política em diferentes partes do globo. O caso brasileiro ganha atenção especial nesse tópico, com a descrição dos movimentos recentes para aperfeiçoamento da legislação eleitoral, justamente com a intenção de moralizar o processo, ao mesmo tempo em que este passa a sofrer a interferência de novos atores, como as redes sociais e suas *fake news*. Discutem-se, ainda, as relações entre representantes políticos, eleitores e partidos, bem como a importância do voto para o funcionamento da democracia, segundo a análise de diversos autores. Por fim, os aspectos territoriais da representação política e as suas vinculações com o desenvolvimento regional.

Num segundo momento, procedeu-se uma breve caracterização da região do Vale do Paranhana/RS, que é o enfoque deste estudo, descrevendo seus principais aspectos geográficos, históricos, demográficos, econômicos e sociais.

Partiu-se, então, para a busca de dados secundários que pudessem retratar os resultados eleitorais registrados nos seis municípios da região durante o recorte temporal escolhido para situar a pesquisa, ou seja, o período transcorrido de 1990 a 2018. Utilizando como fontes principais o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS), apresentam-se quadros com as nominatas dos candidatos a deputado federal e estadual que despontaram entre os preferidos do eleitorado regional em cada uma das oito eleições gerais realizadas no período abrangido pelo estudo. A análise contempla uma atenção específica ao desempenho dos candidatos domiciliados no Vale do Paranhana, focalizando suas votações individuais nos municípios da região e sua performance em termos de Estado.

Os resultados eleitorais recolhidos junto aos órgãos oficiais forneceram subsídios para aplicação da primeira pesquisa de campo que sustenta o presente estudo. Utilizou-se como amostra representativa um contingente de 104 votantes domiciliados no Vale do Paranhana,

distribuídos de acordo com a participação de cada um dos municípios na composição do eleitorado da região, observando-se também critérios de gênero, faixa etária e grau de escolaridade.

Com entrevistas realizadas in loco nos seis municípios já mencionados, os eleitores responderam a um questionário estruturado em que foram perguntados sobre a sua preferência em votarem ou não em candidatos residentes no Vale do Paranhana nas disputas para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa Estadual. Também em relação aos requisitos que consideram fundamentais para a escolha dos concorrentes, a importância da representação política para o contexto regional e as impressões pessoais sobre a dificuldade demonstrada pela região para eleger seus candidatos.

A tabulação dos resultados dessa investigação junto ao eleitorado, combinada com a análise das eleições gerais ocorridas no Vale do Paranhana ao longo das últimas três décadas, propiciou novos elementos para a segunda pesquisa de campo que compõe o presente estudo. Ela foi aplicada a seis lideranças constituídas da região, as quais representam organizações do poder público, da iniciativa privada e da sociedade organizada. A elas foi submetido um roteiro de entrevista semiestruturado, com perguntas que ensejaram não somente interpretações sobre a problemática da representação política em si, mas também a respeito de suas interfaces com as questões que dizem respeito ao desenvolvimento regional.

Como se esperava, a junção de todas essas ideias, números, opiniões e dados em geral permitiu a visualização de um panorama bem ilustrativo da realidade atual da região que foi objeto deste estudo, especialmente no que se refere aos seus aspectos políticos e sociais, da mesma forma em que forneceu elementos cuja abrangência extrapola os horizontes do Vale do Paranhana, como, por exemplo, os que se referem à forma com que a sociedade atual enxerga o processo político como um todo.

A presente dissertação está estruturada em seis capítulos. No primeiro, apresenta-se o tema central, o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como as hipóteses que nortearam a metodologia aplicada para obtenção dos resultados. No segundo, focaliza-se o marco teórico, utilizando-se autores que tratam de diversos aspectos relacionados ao instrumento da representação política, como Bezerra (2001), Miguel (2003; 2005; 2012; 2017), Gennarini (2008), Lauandos (2009), Magdaleno (2010), Urbinati (2006) e Kelly *et al.* (2013), juntamente com referenciais que tratam de questões atinentes ao desenvolvimento regional, como os escritos de Paiva (2010; 2017), Riedl (2017) e Januzzi (2017), entre outros. Além dos conteúdos buscados em livros e publicações científicas, o estudo se serviu de material divulgado por

órgãos de imprensa da atualidade, considerando a forma recorrente com que a temática abordada se encontra presente nas matérias jornalísticas do dia a dia.

No terceiro capítulo, faz-se uma breve caracterização da região focalizada na pesquisa e no quarto são analisados os resultados registrados no Vale do Paranhana nos pleitos de 1990 a 2018, com ênfase no desempenho dos candidatos domiciliados na região. O quinto e o sexto capítulo tratam, respectivamente, dos resultados das entrevistas realizadas com eleitores e do roteiro de perguntas aplicado a lideranças regionais, encerrando-se a dissertação com as considerações finais.

A expectativa é de que este estudo constitua-se em uma contribuição para a elucidação da problemática que deu embasamento ao presente trabalho, sinteticamente formulada da seguinte forma: “Quais as causas e consequências da recorrente falta de representação política dos municípios que compõem o Vale do Paranhana/RS?” É a busca de respostas para esta pergunta que nos impulsionou à pesquisa a ser apresentada nas páginas que seguem.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A política seja, talvez, a mais polêmica e controvertida ciência entre todas aquelas que foram desenvolvidas pelo ser humano. Há os que dizem odiá-la, embora façam uso dela nos mais simples atos do dia a dia aos mais acalorados e profundos debates ideológicos em que se envolvem. Muitos até gostam de se autointitular apolíticos, ainda que essa já seja, por si só, uma posição política. Há também os que assumem publicamente a sua paixão pela política e, não raro, fazem dela o seu modo de vida. São os chamados políticos profissionais, aqueles que exercem os cargos públicos, em geral concedidos pelo voto popular, com a missão de atender os anseios da sociedade que neles depositou a sua confiança.

Kelly *et al.* (2013) dizem que a política se torna indispensável justamente porque é impossível a todos os homens terem tudo o que querem no instante em que o desejam. Segundo o autor, a vida em sociedade propicia o embate, a concorrência, a necessidade de fazer concessões e obriga as pessoas a lutarem pelas coisas. E, citando o filósofo grego Aristóteles, concluem que a arte de fazer política não se resume, todavia, à disputa pela satisfação das necessidades materiais, mas decorre, também, de uma contingência das sociedades complexas de terem alguém que as governe. A política seria, portanto, “[...] a nobre atividade na qual os homens decidem as regras pelas quais viverão e os objetivos que querem buscar coletivamente” (KELLY *et al.*, 2013, p.12).

Pode se inferir, portanto, que a política surgiu naturalmente em decorrência da organização das sociedades. E, na medida em que o pensamento evoluía e as necessidades aumentavam, vieram também as ideologias e as ferramentas para colocá-la em prática. Um desses mecanismos é a chamada representação política, que chega aos dias de hoje envolta em uma série de questionamentos e dúvidas quanto à sua validade e efetividade, mas, ainda assim, tida como a melhor alternativa para o funcionamento dos regimes emanados da vontade popular e voltados para ela.

As origens da representação política derivam do surgimento da democracia na Grécia Antiga, mais precisamente em Atenas, quando, inicialmente, os cidadãos se reuniam em praça pública para tomar as decisões que diziam respeito ao governo das cidades (pólis). Magdaleno (2010) relata que, dentro desse contexto, as leis comuns nasciam de uma convenção entre os cidadãos gregos, definida pelo confronto de suas opiniões em um espaço público, chamado ágora, que assumia o caráter de uma verdadeira instituição. Nessa experiência, a participação na política não estava associada à existência de um corpo administrativo encarregado dos

assuntos coletivos, como ocorre nas democracias modernas, mas era um dever de cada cidadão participar de tais encenações públicas (MAGDALENO, 2010).

Kelly *et al.* (2013) esclarecem que, de acordo com este modelo original, todos os cidadãos poderiam falar e votar nas assembleias, pois não se elegiam representantes para agirem em lugar dos primeiros. Mesmo assim, era uma forma de democracia relativa, pois os ditos “cidadãos” eram, na realidade, homens livres, acima de 30 anos e cujos pais eram atenienses. “Mulheres, escravos, crianças, jovens e estrangeiros, ou a primeira geração de imigrantes, estavam excluídos do processo democrático” (KELLY *et al.*, 2013, p. 36).

Ocorre, no entanto, que, com o crescimento populacional, essa modalidade democrática incipiente tornou-se impraticável. O sistema representativo passou a ser a solução não só pelas dificuldades dos vastos territórios dos países que adotavam o regime democrático, dificultando as assembleias deliberativas, mas, principalmente, pela situação do órgão político-social que, com o passar do tempo, aprimorou-se, tornou-se mais complexo e passou a exigir a implantação de outros meios de manifestação que não mais satisfaziam a simplicidade da democracia direta (GENNARINI, 2008). É neste momento, conforme Magdaleno (2010), que ocorre o deslocamento do sentido original da democracia, passando de “governo pelo povo” para governo pelos “representantes do povo”, surgindo a democracia representativa.

Miguel (2005) constata que a impossibilidade da democracia direta nas sociedades contemporâneas é algo banal, pois os estados são muito extensos e populosos para que se possa imaginar um diálogo que incorpore cada um de seus cidadãos. Pondera, ainda, que as questões políticas são complexas demais para que se possa dispensar a especialização dos governantes, ao mesmo tempo em que afazeres privados absorvem as pessoas demasiadamente, reduzindo ao mínimo o tempo disponível à participação política. Conclui que, dessa forma, seja qual for a justificativa, não resta dúvida de que a representação política é insubstituível para qualquer tentativa de construção da democracia nos estados nacionais contemporâneos.

Outros estudiosos caminham nessa mesma direção, como Mendes (2007), para quem a existência de grandes extensões territoriais e de um elevado número de cidadãos a serem governados permite que o instituto da representação demonstre um melhor desempenho na sua função mediadora. Na visão de Magdaleno (2010), se pode concluir que a representação política é um meio de gerenciar conflitos, dotado de estabilidade e criado a partir da existência de demandas distintas, quando não excludentes.

Nesse sentido, a representação política é vista, nas democracias de hoje, como uma instituição coletivamente construída para o reconhecimento da legitimidade das diferentes demandas sociais, mesmo não podendo, na prática, atender a todas elas (MAGDALENO, 2010, p. 39).

Diante desse contexto, torna-se evidente que a representação política é um instrumento democrático naturalmente sujeito a controvérsias. Magdaleno (2010) busca uma explicação conceitual para o termo representar, que significa “tornar presente de novo” ou “fazer presente algo ou alguém que está ausente”. Assim sendo, conforme esse autor, a representação política é concebida como um recurso passível de ser usado para que o poder concedido por alguém ao seu representante possa ser exercido.

De fato, a democracia representativa apresenta algumas contradições que parecem ser intrínsecas a ela ou que fazem parte da sua própria natureza, na medida em que se trata de um governo do povo no qual o povo não estará presente no momento da tomada de decisão (MIGUEL, 2005). Além do que, conforme Archanjo (2011), a múltipla significação que pode ser atribuída ao termo “representar” prenuncia a sua complexidade, tanto é verdade que costuma ser identificado com representação teatral, com fingir ou falsear, ou entendido como “fazer as vezes de”, “ocultar-se em nome do representado ou mandatário”.

Sacchet (2012) polemiza ainda mais a questão, afirmando não ser evidente o que ou quem os representantes políticos efetivamente representam nas esferas deliberativas. Entende-se que eles têm o papel de defender perspectivas e interesses, mas é discutível sobre a quem esses dizem respeito: se aos projetos dos partidos, se à nação, se aos grupos aos quais pertencem ou se seguem suas próprias ideias e conveniências (SACHET, 2012).

2.1 Origens e evolução da representação política ao longo da história

A representação política contempla todas as dimensões de poder dotadas de um mandato político delegado pelo povo, portanto tanto em nível de Executivo quanto de Legislativo (LAUANDOS, 2009). No presente estudo, pretende-se concentrar a discussão no âmbito da atividade parlamentar, que é justamente aquela em que parecem ser maiores os obstáculos e desafios da representação política, em face da multiplicidade de opiniões e ideologias que precisam conviver lado a lado, como também pela profusão de interesses que estão em jogo, envolvendo os mais diferentes atores.

Observa-se que a constituição dos parlamentos, da forma como são conhecidos nos dias de hoje, levou bastante tempo para se consumir. Lauandos (2009) conta que, em seu sentido

original, o termo inglês “parliament” identificava as conversações não religiosas dos monges do século XIII.

Segundo Kelly *et al.* (2013), foi justamente na Grã-Bretanha que surgiu o primeiro modelo de parlamento de que se tem notícia, durante o reinado do rei João, naquela mesma época. Ocorre que o monarca experimentava um período de grande impopularidade em função da maneira equivocada como lidava com questões de guerra contra a França e também por conta de atitudes arbitrárias que havia tomado em relação aos barões feudais, que eram aqueles que davam garantias ao soberano tanto no fornecimento de cavaleiros quanto de receitas via impostos.

Em função desse quadro, por volta de 1215, João se defrontou com uma rebelião e foi forçado a negociar com os seus barões, sendo obrigado a assinar um documento que reduzia drasticamente o poder do rei e aumentava os privilégios dos segundos (KELLY *et al.*, 2013). No entanto, de acordo com os autores, uma das cláusulas desse documento, que ficou conhecido como a Magna Carta, previa que nenhum homem livre poderia ser perseguido, aprisionado ou destituído de seus direitos, nem exilado ou privado de sua posição, por ordem exclusiva do rei, a não ser que julgado por seus pares ou de acordo com a lei vigente.

A restrição do poder do monarca em favor dos direitos do homem livre – o que na época se aplicava apenas aos senhores feudais, não aos servos – estabeleceu os alicerces para um parlamento independente. O rebelde parlamento de Montfort, em 1265, foi a primeira dessas instituições, constituído por representantes municipais eleitos e cavaleiros, bem como os barões (KELLY *et al.*, 2013, p. 60).

Ainda no final daquele mesmo século, conforme historia Lauandos (2009), a expressão “parlamento” passou a ser utilizada na Inglaterra para designar as assembleias nacionais convocadas pelo rei Eduardo I. Ele reunia os cavaleiros dos condados e os representantes das cidades, não só para que o aconselhassem sobre importantes questões do reino, como também para que discutissem questões financeiras, na forma de impostos, em troca de concessões. “Nota-se que, a partir de então, o emprego da palavra deixa de designar a conversação em si, mas passa a identificar um corpo de determinadas pessoas reunidas para a discussão de certas matérias pré-determinadas” (LAUANDOS, 2009, p. 24). Para o autor, foi este modelo originário de parlamento mais relevante, surgido na Inglaterra, que influenciou boa parte do mundo ocidental, incluindo o Brasil.

No correr do tempo, importantes pensadores, discutiram a validade dessa forma de representação política, muitas vezes com opiniões divergentes. Um deles foi Thomas Hobbes, que considerava a soberania parlamentar uma forma de governo adequada, desde que a

assembleia legislativa tivesse um número ímpar de membros para prevenir uma situação de impasse político (KELLY *et al.*, 2013). Os mesmos autores também referem o pensamento de John Locke, que considerava o Poder Legislativo superior ao Executivo na medida em que o primeiro teria a prerrogativa suprema de estabelecer regras gerais aos assuntos de governo, cabendo ao segundo apenas a responsabilidade de impor as leis em casos específicos.

Outra importante contribuição foi dada por Montesquieu, que concebeu o modelo de distinção entre os Poderes que influenciaria boa parte dos regimes democráticos a partir de então: Executivo (responsável pela administração e aplicação das leis), Legislativo (responsável por aprovar, rejeitar ou propor emendas às leis) e Judiciário (responsável por interpretar as leis) (KELLY *et al.*, 2013).

Atravessando os séculos, o instituto da representação política se afirmou como grande inovação institucional moderna. “Embora concebida como contraposta à democracia, a defesa de governos representativos reintroduziu premissas democráticas fundamentais, como a existência de um governo das leis, a igualdade perante a lei, o princípio da publicidade e a participação no poder” (MENDES, 2007, p. 146). Acrescenta o mesmo autor que, em consonância com a concepção moderna de indivíduo, calcada na percepção deste como um ente anterior ao Estado e dotado de direitos inalienáveis, tais premissas contribuíram para a consolidação da ideia de um Estado de direito.

No caso brasileiro, segundo relata Almeida (2014), a participação social no processo decisório de políticas públicas e como princípio de organização da República consubstanciou-se com a Constituição de 1988, quando esta declarou, em seu artigo primeiro, que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da própria Constituição (BRASIL, 2018).

2.2 Atribuições, limites de atuação e vinculações dos representantes políticos

A literatura oferece uma ampla discussão sobre as atribuições inerentes ao exercício da representação política, notadamente no que diz respeito à função legislativa. Magdaleno (2010) acentua que a noção moderna de exercício da atividade parlamentar prevê a existência de um corpo de políticos profissionais que, pelo processo eletivo, se tornam aptos a atuar na elaboração das leis e que devem fazer valer, junto às instâncias decisórias do Estado, a vontade de grupos ou segmentos sociais específicos, sem perder de vista a sua harmonização com os interesses maiores da nação.

Archanjo (2011), por sua vez, identifica três formas de representação política: delegação (o representante deve manifestar de modo exato a vontade de seu representado), confiança (autonomia do representante, que deve orientar-se de acordo com o interesse de seus representados) e representatividade sociológica (o parlamento deve ser um espelho da sociedade que representa).

Passando-se a atuação do parlamento brasileiro por esse filtro, percebe-se, na maioria de seus integrantes, uma dissociação entre aquilo que deles espera a sociedade e o que efetivamente fazem no exercício do mandato. Ou seja, a população não consegue se ver refletida nos seus representantes políticos, na medida em que estes parecem mais preocupados em salvaguardar a própria sobrevivência política do que atender os anseios daqueles que o elegeram.

Dessa forma, gera-se uma reflexão sobre até onde vai a liberdade do representante para tomar suas próprias decisões e iniciativas, na medida em que não está ali por força própria, mas porque recebeu o apoio de alguém, ou seja, dos seus eleitores. É o que observa Oliveira (2009), ao descrever que o modelo, desde que foi inaugurado, traz em si alguns limites de legitimação relacionados à natureza dos vínculos entre representantes e representados, ao potencial de manifestação e fiscalização dos interesses dos segundos sobre a atuação dos primeiros e à vontade dos representantes de agirem em função das necessidades dos cidadãos.

Salgado (2012) sustenta que, na prática, a democracia representativa não permite uma intervenção real do povo na tomada de decisões políticas. Entende que nem mesmo o mecanismo da eleição, componente de uma visão democrática formal, supre tal limitação, pois permite apenas que se decida quem irá decidir, não mais que isso.

Para Miguel (2005), há na realidade uma separação entre governantes e governados, pois as decisões políticas são tomadas por um pequeno grupo e não pela massa dos que serão submetidos a elas. Aponta que outro fator limitante é a formação de uma elite política distanciada da massa da população, em consequência da especialização funcional, combinada com a ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes, uma vez que os primeiros tenderiam a adquirir características sociais distintas das dos segundos (MIGUEL, 2005).

Mendes (2007) entende que o representante deve ser dotado de capacidade de ação e julgamento, com certo grau de liberdade para deliberar, mas jamais em oposição aos desejos do representado. Para Miguel (2005), o representante não está preso às preferências expressas de seus constituintes, mas deve decidir da forma que eles decidiriam, caso dispusessem das condições de tempo, informação e preparo para deliberar.

Gennarini (2008) pondera que a representação política tem caráter geral, porque o eleito não representa apenas a circunscrição ou distrito que o elegeu, mas a todos do território nacional; livre, porque o representante não está vinculado aos seus eleitores, e irrevogável, pois tem o direito de permanecer no cargo durante o tempo estipulado pela legislação, exceto nos casos de perda de mandato previstos na própria Constituição.

Almeida (2014) contribui para o entendimento da dinâmica da representação política, elucidando que esta depende tanto da vontade que autoriza o representante a agir em nome de alguém quanto do julgamento político ou do monitoramento do representado para dar vida a essa criação. Argumenta também que representar é uma atividade que se desloca continuamente no tempo e no espaço, envolvendo distintos atores e arenas, do Estado e da sociedade, sem que haja uma definição prévia do que é representado e de quem representa (ALMEIDA, 2014).

Atuando num cenário complexo, que envolve o trato de questões polêmicas, eivadas de interesses muitas vezes contrapostos, os atores políticos têm a sua conduta afetada por uma série de fatores. No entendimento de Sacchet (2012), não são somente as ideias e a agenda partidária que influenciam o conteúdo da representação, mas também a procedência, as convicções e as experiências de quem desempenha o papel.

Para Magdaleno (2010), os representantes políticos operam estrategicamente dentro de um contexto que envolve três jogos: político-partidário, socioespacial e eleitoral. Identifica também que a racionalidade de quem desempenha a função é guiada por interesses pessoais, ideológicos e pela busca de conversão do resultado das políticas e escolhas públicas no máximo de apoio possível. Oliveira (2009) sustenta, porém, que os agentes políticos deveriam pautar a elaboração das políticas públicas, principalmente, pelas declarações de direitos humanos.

No caso específico da atividade parlamentar, cada país, exercendo a sua autonomia e fazendo valor os princípios democráticos, estabelece regras a respeito, conferindo maior ou menor poder de ação aos que exercem a função. No Brasil, esses preceitos foram definidos pela Constituição de 1988, que instituiu toda uma gama de atribuições privativas ao Poder Legislativo, representado pelo Congresso Nacional, o qual é composto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Lauandos (2009), fazendo uma análise a respeito, identifica as funções parlamentares clássicas, como a fiscalizadora, que inclui a tomada de contas da Presidência da República, quando não apresentadas oportunamente, e a jurisdicional, que diz respeito ao julgamento de infrações político-administrativas cometidas pelos mandatários do Executivo, dentre outras.

Farina (2018) sintetiza as principais atribuições das casas legislativas de nível federal e estadual. Como prerrogativas da Câmara Federal destaca: fiscalizar a aplicação de recursos por

parte do governo federal, propor e votar projetos de lei de interesse nacional e instaurar processos contra presidente, vice-presidente e outros membros do Executivo federal. Como responsabilidades principais da Assembleia Legislativa ressalta: fiscalizar a aplicação de recursos pelo governo do Estado, elaborar e votar projetos de lei e formar comissões para debate de temas de interesse da população. Complementa o autor, afirmando que “[...] são as Assembleias que julgam as contas e os crimes de responsabilidade do Executivo estadual e que podem solicitar intervenção federal para garantir o cumprimento das Constituições estadual e federal” (FARINA, 2018, p. 16).

Alguns autores, todavia, convergem para uma linha de interpretação que vislumbra uma concentração de poderes, conferida pela Carta Magna de 1988, na esfera do Poder Executivo, que abarcaria, inclusive, a função de legislar. Silva e Araújo (2013) corroboram esse pensamento, identificando um controle quase imperial da produção legal por parte do Executivo. “Verifica-se que pelo menos 80% das leis federais são oriundas de proposições legislativas de autoria formal do Presidente da República, considerando projetos de lei complementar, projetos de lei ordinária e medidas provisórias” (SILVA e ARAÚJO, 2013, p. 19).

Prosseguem os mesmo autores, afirmando que tal quadro de preponderância de um Poder sobre o outro encontra explicação em alguns dispositivos presentes na Constituição, quando estes asseguram ao Presidente da República: (i) a iniciativa exclusiva na apresentação das proposições legislativas que disponham sobre a administração pública federal em senso estrito ou sobre a questão orçamentária; (ii) a prerrogativa da adoção das medidas provisórias e (iii) o poder de solicitar urgência da tramitação dos projetos de lei complementar ou ordinária de sua autoria, assim como pela capacidade de centralização do processo decisório no Congresso Nacional nos líderes dos partidos políticos que integram a base política do governo. Resultaria, portanto, uma situação em que, na prática, o Poder Executivo, em ação articulada com os líderes, seria o responsável pela definição da agenda legislativa.

Cria-se, assim, uma visão de passividade do parlamento brasileiro, que seria mero “carimbador” das propostas encaminhadas pelo Executivo, a quem delegaria o próprio poder de legislar. Para Silva e Araújo (2013), essa noção se reforça quando se considera que o Executivo detém a prerrogativa de iniciar a legislação de maior interesse, indicando que o raio de atuação do parlamentar é limitado por apenas agir após o governo ter apresentado sua proposta. Silva (2010) aponta para essa mesma direção, endossando que o processo legislativo, atualmente, é dominado pelo Executivo, precisamente porque a este cabe a iniciativa de leis

praticamente em relação a todas as matérias e, sobretudo, em relação àquelas de maior relevância.

Ainda assim, conforme ponderam Silva e Araújo (2013), não pode ser desprezada a importância do investimento dos parlamentares na apresentação de projetos de lei de autoria própria, a despeito das inúmeras barreiras estabelecidas pelo sistema político brasileiro para a aprovação dessas propostas. Isso porque “[...] o político, por razões individuais ou ideológicas, tem interesse em manter-se no poder, visando à reeleição ou a incrementar sua carreira política por diversos meios, entre os quais formular e aprimorar textos legais” (SILVA e ARAÚJO, 2013, p. 21).

Há que se ter em mente, porém, que, em nível de parlamento federal, um projeto de lei precisa percorrer um longo caminho até que efetivamente possa entrar em vigor, conforme descreve Silva (2010):

Aprovado um projeto numa das Câmaras – a iniciativa predominante é na Câmara dos Deputados, o projeto vai à revisão da segunda Câmara (geralmente o Senado) que, se acolhê-lo sem emendas, o remeterá à sanção do Presidente da República, se o modificar, volverá à Câmara iniciadora, para apreciar as modificações, aprovando-as ou rejeitando-as. Em qualquer hipótese, o projeto se terá por aprovado, com ou sem as alterações, e será submetido à sanção presidencial. O Presidente, por seu lado, pode simplesmente aquiescer ao projeto, sancionando-o, promulgando e publicando a lei daí resultante. Se não concordar com o projeto, vetá-lo-á no todo ou em parte, no prazo de quinze dias úteis, comunicando ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto, em quarenta e oito horas. O veto será apreciado pelo Congresso em sessão conjunta dentro de trinta dias, só podendo rejeitá-lo pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto. Se o veto for rejeitado, a lei considera-se feita, sendo remetida ao Presidente da República para promulgação e publicação, em quarenta e oito horas. Se o Presidente não o fizer, fá-lo-á o Presidente do Senado, em igual prazo; se este não o fizer, o Vice-Presidente do Senado deverá fazê-lo (SILVA, 2010, p. 147).

Não obstante tais obstáculos, o investimento na apresentação de propostas no parlamento poderá render importantes dividendos políticos ao autor, mesmo que as iniciativas sofram grandes transformações ao longo da sua tramitação ou, inclusive, não venham a ser aprovadas. Silva e Araújo (2013) explicam essa situação, enfatizando que, quando um deputado se dedica a um ou mais projetos de lei e demonstra uma atuação eficaz, passa a ser visto como interlocutor importante em determinado tema ou como um parlamentar “especialista”, ganhando expressão dentro do seu partido ou grupo partidário. Em decorrência, pode ser nomeado para cargos no Legislativo, como a presidência de comissões ou postos nas mesas diretoras, e até mesmo chamar a atenção do Executivo, obtendo acesso a importantes recursos na esfera daquele Poder.

Além dos limites de atuação já mencionados, cabe referir ainda outros fatores que acabam interferindo, em maior ou menor escala, no exercício da representação política de caráter legislativo. Na opinião de Freitas (2008), a autonomia dos parlamentares também é comprometida pela influência dos partidos, que firmam posição sobre cada questão antes de ser levada ao plenário. Dessa forma, uma vez que as siglas tenham meios para coagir seus membros a seguirem as diretrizes partidárias, o parlamentar não possuiria liberdade para mudar de opinião com o correr dos debates, colocando em xeque a sua própria autonomia (FREITAS, 2008).

Encontram-se, porém, divergências na literatura quanto à interferência que os partidos poderiam efetivamente exercer na conduta de seus membros. Bezerra (2001) relativiza a influência ideológica das siglas no comportamento de seus integrantes, notadamente no que se refere aos ocupantes de cargos legislativos. Sustenta que, na busca de contatos que possam viabilizar a obtenção de recursos públicos, os vínculos partidários ficam em segundo plano e não constituem limite rígido ao estabelecimento de relações entre agentes situados nos diferentes campos do universo político. Assim sendo, o critério predominante na seleção dos parlamentares é o vínculo político que possuem com o município e com a região, o que se manifesta principalmente através das votações obtidas nas localidades (BEZERRA, 2001).

Kern (2019), por sua vez, reportando-se especificamente à atuação dos deputados federais, afirma que estes têm histórico de se moverem apenas por interesses de seus próprios estados, quando o fazem. “Na maioria das vezes, os parlamentares seguem acordos partidários e, quando atendem pedidos de governadores, miram objetivos específicos de sua região” (KERN, 2019, p. 4).

O aspecto circunstancial é invocado por Carreirão (2015), que cita estudos de Manin, Przeworski e Stokes (1999), segundo os quais tanto representantes eleitos quanto partidos podem decidir não aprovar as políticas pelas quais manifestaram preferências, seja porque, devido a razões eleitorais, haviam escondido suas predileções sinceras, seja porque mudaram de ideia entre o momento de expressão dessas opiniões e a decisão do que efetivamente irá vigorar.

No contexto atual, o que se evidencia, na prática, é uma aparente incapacidade da classe política em dar respostas satisfatórias às demandas cada vez mais abundantes e complexas que advêm da sociedade. Lauandos (2009) descreve essa situação em nível de Brasil, propugnando uma inabilidade, tanto dos partidos quanto dos representantes políticos, advinda da deficiente formação dessa classe, que é em grande parte, no seu entendimento, tradicionalmente vinculada às redes patrimonialistas de poder.

Oliveira (2009) identifica profissionais da política que saltam de mandato em mandato, seja no Executivo, seja no Legislativo, servindo-se da imagem pública que construíram para seguir suas carreiras e, quanto mais especialistas se tornam em sua área, mais distantes se tornam das vivências do povo. Constata que, no caso de algum deles ter sua conduta reprovada nas urnas, logo é resgatado e nomeado para um cargo de relevância da administração pública, cuja maior exigência é a retórica do engodo em troca de uma futura recolocação no palco da representação política.

2.3 Crise da representação política

Verifica-se na atualidade uma convergência de opiniões no sentido de que há uma crise de credibilidade que acomete a classe política, de uma forma geral, nas sociedades contemporâneas. Na análise de Lauandos (2009), por ser um instrumento de mediação entre o poder soberano do povo e as decisões políticas de uma sociedade, a democracia indireta é muito mais frágil que a captação da vontade direta do povo e, portanto, está sujeita às interferências das mais variadas manifestações de poder, principalmente do econômico.

Gennarini (2008) avança nessa reflexão e sublinha que muitos fatores são responsáveis pela deterioração ou enfraquecimento dos princípios da representação política, dentre eles, o esgotamento de conceitos e ideologias que, até poucos anos atrás, fundamentavam a legitimação para as formas da ação política e organizacional. Na sua opinião, tal fato é agravado pela globalização política, desencadeada por uma cultura pós-moderna, que pode ser notada com a criação dos blocos econômicos. Identifica também outras causas para a crise de representatividade, como o desvirtuamento da proporcionalidade parlamentar, o total desligamento do representante eleito com seu partido político e a ausência de regulamentação na atuação dos grupos de interesses e de pressão perante o parlamento (GENNARINI, 2008).

Para Lauandos (2009), é no Poder Legislativo que parecem ser maiores os obstáculos da representação política, acarretando uma perda de força do parlamento, antes visto como órgão poderoso, eficaz em suas funções e reconhecido por ditar os rumos institucionais das nações, mas que passou a representar um ambiente de práticas arcaicas e procedimentos obsoletos. Como resultado, o Poder Executivo assumiu paulatinamente a função legislativa, tornando-se o grande promotor das políticas públicas voltadas à correção das desigualdades sociais e passando a ser identificado pela opinião pública como aquele poder no qual se depositam as grandes aspirações sociais (LAUANDOS, 2009).

Cabe salientar que uma demonstração disso pode ser aferida a cada processo de eleições gerais no Brasil, quando as disputas aos cargos executivos, tanto para presidente da República quanto para governador de Estado, se sobrepõem visivelmente à escolha dos representantes legislativos, a exemplo do que se viu enfaticamente no pleito de 2018. Ou seja, o próprio eleitorado identifica no Executivo aquele Poder no qual poderão sair as soluções para os problemas e os recursos que as viabilizarão, ao passo que o Legislativo apenas chancelaria tais decisões, quando não poderia até mesmo atrapalhá-las devido ao jogo político que naturalmente se imiscui no confronto de interesses.

Miguel (2005) acredita que os cidadãos não se sentem representados, tendo em vista o enfraquecimento dos laços que deveriam ligar os eleitores comuns aos parlamentares, candidatos, partidos e aos poderes constitucionais. Afirma que, no caso brasileiro, a frustração com as instituições de representação política vincula-se ao processo de transição para a democracia, com a derrocada da ditadura militar, quando a mobilização popular foi abafada por acordos entre elites (MIGUEL, 2017).

Lauandos (2009) resume a problemática, colocando em xeque todas as atribuições inerentes aos representantes políticos. Situa que a crise por eles enfrentada alimenta-se da falta de capacidade técnica, operacional e axiológica, combinada com a falta de idoneidade para o exercício das funções fiscalizadora e eletiva e pela falta de independência política para promoverem os debates necessários às funções deliberativa ou jurisdicional.

Não por nada um estudo realizado no Brasil pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) apontou que 47% das leis aprovadas pelo Congresso Nacional, entre 2007 e 2014, tratavam apenas de questões secundárias, como homenagens ou instituição de datas simbólicas. Entre essas propostas aprovadas e consideradas de pouca utilidade, podem ser citadas as criações do Dia Nacional do Macarrão, do Dia Nacional da Mandioca e do Dia Nacional do Reggae, entre outros, além dos casos clássicos de batismos de rodovias, ferrovias e aeroportos geralmente com os nomes de políticos falecidos (LIMA, 2015).

Tal situação fornece os elementos necessários para a baixa credibilidade de que desfrutam os representantes políticos perante os seus representados. A desconfiança nas instituições democráticas, vivenciada por grande parte dos países ocidentais e manifesta nos baixos índices de participação eleitoral e no desinteresse político, é, dentre outros fatores, expressão de um distanciamento dos representantes de vastos setores da população, na ótica de Sacchet (2012).

Reportando-se especificamente ao caso brasileiro, Ribeiro e Corrêa (2012) detectam causas estruturais, culturais e institucionais como fundamentos para o surgimento de uma lógica

da desconfiança, guiando o comportamento político da população, bloqueando a constituição de uma cidadania ativa, e, por consequência, criando impasses para a consolidação de uma democracia plena no Brasil. É quando ocorre a alienação do eleitor, que, em sua grande maioria, prefere manter-se distante da política, como se a proximidade com ela pudesse acarretar algum tipo de risco ou contaminação. Ou seja, o cidadão se sente traído, explorado e enganado, vindo a acreditar que o afastamento da política e a total desinformação a seu respeito seriam o melhor remédio para seguir a vida em frente, apenas, quem sabe, esperando que apareça alguma oportunidade de também levar algum tipo de vantagem ou benefício pessoal.

Faria (2008) observa que o país que bate todos os recordes de desconfiança é o mesmo onde os índices de confiança interpessoais são os mais baixos. Cita pesquisa na qual apenas 2,8% dos brasileiros declararam que, de forma geral, podem confiar na maior parte das pessoas, enquanto em outras nações tal índice encontrou taxas muito superiores, a exemplo da Dinamarca, com 66,5%, e da França, com 22,2%. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos apontou que, para 94% dos entrevistados, os políticos que estão no poder não representam a sociedade brasileira (CADEMARTORI, 2017).

Contribui para esse desgaste a postura dos próprios integrantes do Legislativo na medida em que, além de não conseguirem fazer vingar propostas e projetos que atendam os interesses da sociedade, muitas vezes se mostram incapazes de chegar a entendimentos que resolvam os impasses inerentes ao próprio funcionamento do Poder. É quando ocorre a chamada “judicialização da política”, algo muito em voga no Brasil dos tempos atuais, caracterizado por uma forte crise institucional.

Oppitz (2018), refletindo a respeito, pontua que estão se tornando praxe, em todas as instâncias do País, recursos à Justiça para solucionar questões que até há pouco tempo eram resolvidas naturalmente como *interna corporis*, ou seja, eram resolvidas internamente pelo próprio Poder envolvido. Salienta a autora: “O irônico é que, apesar de serem protagonistas em número elevado das provocações para manifestações judiciais, parlamentares, agentes políticos e dirigentes, não raro, posteriormente, reclamam de interferência indevida do Judiciário no Legislativo (OPPITZ, 2018, p. 4).

Outra prática comum e lesiva à imagem do parlamento brasileiro é o costume de se apreciarem matérias sem a análise adequada dos efeitos que elas causarão não somente na vida das pessoas e das empresas, mas também dos impactos que recairão sobre as finanças públicas, de onde, na maioria das vezes, devem sair os recursos para implementação dos projetos.

Foi o que se viu com bastante evidência, por exemplo, em meados de 2018, quando o Congresso Nacional parece ter aproveitado um momento de distração popular, em função dos

jogos da Copa do Mundo na Rússia, e também da proximidade do recesso parlamentar, para aprovar uma série de mudanças em assuntos de grande importância para o futuro do País, com efeitos a longo prazo. Entre essas, constaram alterações na política do pré-sal, venda de estatais da área de energia e nos tipos de produtos, com ou sem agrotóxicos, que poderão ser usados nos alimentos consumidos diariamente pela população (BEMFICA, 2018). Além disso, segundo a autora, os parlamentares se valeram de uma brecha legal e aprovaram, em comissão especial, a indicação de parentes e apadrinhados políticos em conselhos de administração de empresas estatais. Mais do que isso, ainda fizeram passar uma chamada “pauta bomba” que poderá provocar um rombo estimado de R\$ 100 bilhões nos cofres públicos em troca de uma série de isenções e outros benefícios fiscais. “As esferas decisórias responsáveis pelas alterações, ou não ouviram a população para saber sua opinião, ou não chegaram a resultados que fossem fruto de mediação entre diferentes pontos de vista” (BEMFICA, 2018, p. 11).

Constatam-se, portanto, de forma bastante concreta e repetida, situações em que os representantes políticos demonstram em suas ações dissonância dos interesses e das necessidades da maioria da população, ao mesmo tempo em que se afastam das prerrogativas e finalidades cívicas que dizem respeito ao exercício da função.

2.3.1 Corrupção x representação política

De todas as mazelas que afligem os regimes democráticos em geral, uma das mais evidentes e que mais parece ferir a sensibilidade do conjunto social é a corrupção. O filósofo grego Aristóteles, que viveu por volta de 350 a.C., já considerava a democracia como um regime falho e corrompido porque, na prática, prevê um governo em favor de muitos e não de cada indivíduo separadamente (KELLY *et al.*, 2013). Bem mais tarde, já no século XIX, o revolucionário russo Mikhail Bakunin afirmava que, ao agirem como guardiães da sociedade, mesmo as pessoas mais eruditas e informadas se corrompem, abandonando a busca da verdade a fim de proteger seu próprio poder (KELLY *et al.*, 2013).

Nos dias de hoje, com a facilidade das comunicações e o advento das redes sociais, os casos de corrupção noticiados pelo mundo afora parecem ter atingido um grau de profusão como poucas vezes se viu na história. O filósofo francês Gilles Lipovetsky, considerado um dos principais intelectuais da atualidade, em entrevista a Silva (2017), disse ser difícil comprovar que haja mais corrupção agora do que em tempos idos. Para ele, o que mudou foi a cobrança da sociedade, que é cada vez maior em relação aos políticos. Mas, no seu entender, isso também não quer dizer que as pessoas tenham se tornado padrões de ética e de moralidade.

O pensador constatou um desabamento dos grandes sistemas políticos e o vazio de projetos coletivos para justificar esse novo ambiente de maior cobrança social, mas também apontou um paradoxo comportamental do cidadão que tem essa exigência de moralidade em relação aos seus eleitos, quando ele mesmo nem sempre a pratica (SILVA, 2017).

De qualquer forma, não resta dúvida de que a corrupção é uma das práticas que mais denigre a imagem dos representantes políticos e que mais contribui para a falta de credibilidade que ostentam, em sua maioria, perante a sociedade. Lauandos (2009), citando estudos de Silva (2001), traça um panorama dessa realidade, colocando a corrupção como freio para o desenvolvimento econômico, na medida em que muitos recursos são alocados em atividades não produtivas. Segundo o autor, forma-se um ciclo vicioso, pois o sigilo necessário para acobertar as atividades corruptivas requer uma rede de funcionários para manipulação das informações. Além disso, geraria uma realocação de pessoas talentosas das atividades produtivas para as atividades de “caça de renda”, que exigem um conhecimento tecnológico sofisticado. Assim, haveria perda do setor produtivo e desperdício de recursos econômicos e tecnológicos (LAUANDOS, 2009).

Oliveira (2009) destaca o caso do Brasil, onde escândalos envolvendo o pagamento de propinas, combinados com os desvios de recursos públicos, lavagem de dinheiro, compra de dossiês e a prática comum e ilegal de campanhas eleitorais com recursos não declarados formam um somatório de sintomas do mal que aflige a democracia no País.

Para Lauandos (2009), existe uma explicação histórica para essa realidade. Na sua avaliação, o baixo desenvolvimento institucional da sociedade brasileira nas primeiras etapas de sua evolução deveu-se às vicissitudes de sua formação colonial e imperial, caracterizada pela dominação patrimonialista. Conclui que tal estado de coisas deu origem a um ambiente pouco propício ao funcionamento da representação política e da democracia, ao mesmo tempo que favorável à disseminação da corrupção, que se tornaria endêmica.

Bemfica (2017) cita constatação do vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Marcus Ianoni, segundo o qual, no Brasil, a presença dos interesses privados nas relações com o Estado é muito acentuada, dado o caráter histórico demasiado patrimonialista e clientelista do sistema político. Tal situação, na ótica do referido pesquisador, deu margem para favorecimentos e vantagens indevidas, como obtenção de empréstimos e favorecimentos facilitados, com longos prazos de carência e juros com taxas bem abaixo daquelas praticadas pelo mercado, concessão de incentivos e isenções fiscais a empresas como forma de retorno a recursos destinados ilicitamente para partidos e

candidatos e sem a exigência das devidas contrapartidas, a exemplo da geração de empregos ou de tributos.

Somam-se a estas práticas o perdão de dívidas e a não execução de sentenças de cobranças fiscais, a indicação de nomes para postos-chave da burocracia estatal com vistas a diminuir exigências legais a serem cumpridas pelas empresas e as fraudes em processos de licitações públicas, com a execução das concorrências viciadas e com valores majorados (BEMFICA, 2017, p. 9).

O quadro atual, na análise de Lauandos (2009), está calcado em grupos informais que competem entre si, mas que partilham de um interesse em comum, qual seja a apropriação de recursos estatais e a proteção judicial e extrajudicial de seus membros. Tais grupos seriam constituídos por políticos, burocratas, juízes e empresários, que se inserem ou estão inseridos nos mais variados espaços públicos.

Diante de escândalos de corrupção que se repetem e parecem se retroalimentar, mesmo quando operações de investigação e combate estão em pleno andamento, constata-se uma descrença da sociedade nas instituições que compõem o sistema governamental como um todo, sejam elas ligadas ao Executivo, Legislativo ou Judiciário. Um estudo realizado pela organização *Transparency International*, em 2017, veio confirmar essa constatação ao mostrar que o Brasil ocupou a 79ª posição no Índice de Percepção da Corrupção em 2016, num total de 176 países analisados (BEMFICA, 2017). O ranking toma como critério a menor pontuação, ou seja, quanto mais baixa ela for, maior será a percepção de corrupção. Dinamarca e Nova Zelândia dividiram a primeira posição com 90 pontos, enquanto o Brasil somou menos da metade disso: 40.

2.3.2 Mudanças na legislação eleitoral brasileira

Na tentativa de aperfeiçoar o sistema e fechar brechas que possam facilitar o florescimento de relações promíscuas entre partidos, candidatos e agentes diversos, foram recentemente introduzidas algumas modificações na legislação eleitoral brasileira. Uma das mais relevantes foi a que instituiu o financiamento público das campanhas por intermédio da criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). A matéria foi aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2017 e sancionada pelo então presidente Michel Temer, em forma de leis, naquele mesmo mês, limitando os gastos de campanha em R\$ 2,5 milhões para candidatos a deputado federal e R\$ 1 milhão para postulantes a deputado estadual (BRANDÃO, 2017).

Conforme uma matéria publicada pela rede *British Broadcasting Corporation* (BBC, 2017), a iniciativa decorreu do visível encarecimento das campanhas políticas no Brasil ao longo dos últimos 20 anos, período no qual o maior abastecedor dos partidos e dos candidatos nas campanhas eleitorais foram as empresas privadas do País, donas de interesses e de negócios dentro do Estado.

A lei que autorizava as corporações a financiarem campanhas eleitorais havia sido aprovada ainda em 1997 (DOWBOR, 2018). Ocorre, porém, que, nos últimos anos, a Operação Lava-Jato, deflagrada pela Polícia Federal, trouxe à luz a promiscuidade das relações entre empresas e políticos, significando, no final das contas, que dinheiro público acabava sendo desviado para irrigar campanhas.

Com o poder do seu dinheiro, os grupos econômicos puderam eleger seus representantes, transformando em ficção a cláusula básica da nossa Constituição, de que todo poder emana do povo. Essa captura do poder teve evidentemente impactos dramáticos sobre a política brasileira, deformando ainda mais a representatividade dos eleitos (DOWBOR, 2018, p. 222).

A repercussão das investigações dos escândalos de corrupção resultou na proibição de doação de empresas, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro de 2015, fazendo com que a eleição municipal de 2016 já fosse disputada sem essa possibilidade. Resultou, porém, que a arrecadação dos partidos caiu pela metade na comparação com o pleito de 2012, segundo dados do próprio Tribunal Superior Eleitoral, levando as siglas a buscarem uma alternativa para reforçarem o seu caixa eleitoral (BBC, 2017).

A solução foi a criação do FEFC, que, conforme a definição de TSE (2018), se constitui num fundo público destinado ao financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos. Para a eleição geral de 2018, o valor do FEFC foi de R\$ 1.716.209.431,00, disponibilizado pelo Tesouro Nacional ao TSE em 1º de junho de 2018. A fonte de recursos proveio de 30% do valor das emendas de bancadas de deputados e senadores, apresentadas ao orçamento público no ano eleitoral, e também da compensação fiscal que antes era paga às emissoras de rádio e de TV pela propaganda partidária fora do período eleitoral (BBC, 2017).

O Tribunal Superior Eleitoral, porém, deixou claro que caberia aos próprios partidos políticos fazerem a distribuição interna dos recursos recebidos, conforme deliberação tomada pela Comissão Nacional Executiva de cada agremiação, não cabendo ao órgão a análise do mérito à exceção do destaque da cota de gênero (TSE, 2018). Segundo Oppitz (2018), como a prerrogativa de destinar os recursos internamente ficou a cargo das cúpulas partidárias, estas, majoritariamente, priorizaram candidatos que buscavam a reeleição. O temor era de que essa

situação poderia incorrer numa das mais baixas renovações da história no Congresso Nacional, o que acabou não se confirmando na prática no pleito de 2018, devido à interferência de outros fatores no resultado, como a rejeição de grande parcela do eleitorado aos políticos tradicionais e também a algumas siglas em particular, principalmente aquelas identificadas com práticas de corrupção.

Bemfica (2018), por outro lado, identificou duas mudanças na nova legislação eleitoral que poderão equilibrar a disputa e minimizar os arranjos que, até há pouco tempo, permitiam a concorrentes inexpressivos chegar ao Legislativo em detrimento de outros com densidade eleitoral bem maior. Uma delas, aplicada pela primeira vez no pleito geral em 2018, é a chamada cláusula de desempenho individual, segundo a qual um candidato precisa conquistar um percentual mínimo de votos para ser eleito. A segunda estabelece que todos os partidos e coligações podem participar da distribuição das vagas que sobram na distribuição de cadeiras, mesmo aqueles que não alcançam o quociente eleitoral.

Ainda quanto às doações financeiras, embora vetadas às pessoas jurídicas, foram permitidas pela nova legislação eleitoral às pessoas físicas, mas limitadas a 10% do rendimento bruto do ano anterior ao das eleições e restritas a dez salários mínimos para cada cargo ou chapa majoritária (RÊGO, 2018).

Novidade introduzida nas eleições de 2018 também foi a liberação do chamado *crowdfunding*, que possibilita a arrecadação de recursos via internet mediante uso de ferramentas de financiamento coletivo, ao mesmo tempo em que foi reduzida a propaganda de rádio e televisão. Conforme Rêgo (2018), outra mudança, mas esta programada para entrar em vigor somente após o pleito de 2018, foi a cláusula de desempenho que deve mexer com o cenário partidário nos próximos quatro anos. O objetivo é diminuir o número de partidos, já que atualmente existem mais de 20 legendas com representação no Congresso Nacional, como forma de conferir maior estabilidade ao ocupante da presidência da República, que terá de negociar com um menor número de líderes para formar sua base de apoio.

Pelo novo dispositivo, só terão direito aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV aqueles partidos que tiverem recebido ao menos 1,5% dos votos válidos nas eleições de 2018 para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da federação (9 unidades), com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas (RÊGO, 2018). A partir das eleições de 2020 também passam a ser vetadas as coligações partidárias para eleições de deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

2.4 Relações entre representantes políticos, eleitores e partidos

As relações entre representantes, representados (eleitores) e partidos políticos são debatidas por diversos autores. Miguel (2012) fala de uma função protetora que poderia ser exercida pelo representante político, na medida em que é diferente do cidadão comum. Conforme a sua percepção, as dicotomias entre poderoso e impotente, forte e fraco, rico e pobre são a base a partir da qual a concepção da representação se estabelece.

Nesse ponto, ao se referir à postura do eleitorado, o autor entende que a busca pela intercessão de um “protetor” pode ser vista como uma estratégia possível para se obter benefícios em sistemas políticos que são, em regra, impermeáveis às demandas populares. “É uma relação “direta” entre o líder e o popular, em busca de benefícios individuais, que manifesta, ainda que implicitamente, uma compreensão do papel do representante” (MIGUEL, 2012, p. 42). O autor constata que essa concepção de representação política incorpora as assimetrias de influência, as desigualdades materiais e a impotência relativa da maioria da população, ao mesmo tempo em que nega as potencialidades da ação política coletiva.

Almeida (2014) ressalta que, diante da desigualdade material, cultural e política que impede a manifestação autônoma dos indivíduos, o acesso aos mecanismos de influência da sociedade civil e o julgamento crítico dos cidadãos é desigual. Sob esse mesmo enfoque, introduz os conceitos de *accountability* e responsividade, explicando que o primeiro inclui a prestação de contas e a capacidade de sanção dos representados a partir do veredito do voto, enquanto o segundo está relacionado à sensibilidade dos representantes em relação à vontade dos representados (ALMEIDA, 2014).

Miguel (2005) entende *accountability* como a capacidade que os constituintes têm de imporem sanções aos governantes, reconduzindo ao cargo aqueles que se desincumbem bem de sua missão e destituindo os que apresentam desempenho insatisfatório. Define-a, portanto, como a prestação de contas dos detentores de mandato e o veredito popular sobre essa prestação de contas. Carreirão (2015) contribui para o entendimento da responsividade, que se assenta na suposição de que os representantes tomam decisões levando em consideração a emissão prévia de mensagens pelos cidadãos.

Na prática, percebe-se, todavia, que interesses individuais tendem a se imiscuir nas relações entre representantes e representados. Miguel (2012) constata a esse respeito que as obrigações coletivas geradas pelo vínculo eleitoral dão lugar a acertos pessoais, que não se estabelecem no modo da troca, mas da lealdade, de um lado, e sensibilidade, do outro. “E, se é esperada uma resposta, ela não se encaixa na ideia de uma prestação de contas que o governante

deveria oferecer aos seus governados” (MIGUEL, 2012, p. 42). Constatamos, assim, uma relação muito mais instrumental e a busca por benefícios personalizados que pouco têm a ver com o ideal de uma nação una e indivisível.

Salgado (2012) ajuda a esclarecer o caráter individualista e de desvinculação que dá o tom ao funcionamento da representação política, notadamente em sua aplicação no Brasil. Sustenta que um povo preocupado com suas necessidades materiais e cercado de agremiações partidárias fluídas, sem preocupações ideológicas, sem instrumentos efetivos de se fazer ouvir, não tem como realizar o controle pressuposto da soberania popular, a não ser pela negativa do voto aos seus representantes ao final dos mandatos. Albuquerque e Dias (2002) reforçam, por sua vez, que, no Brasil, tradicionalmente, pouco se vota em partidos, pois o eleitor tem preferido a alternativa da votação nominal, ou seja, de escolher, dentro das siglas, os candidatos que julga serem capazes de defender seus interesses.

Como se pode constatar, portanto, o que conta para o votante, no mais das vezes, não é aquilo que possa beneficiar o desenvolvimento da comunidade ou da região a que pertença, mas, sim, o que tenha um sentido de benefício pessoal ou que esteja atrelado a um sentimento de gratidão por um favor recebido. Oliveira (2009) descreve o quadro da seguinte forma:

O resultado é uma letargia enfática que predomina em parcela considerável do eleitorado, imersa numa curiosa comodidade pragmática, calcada na convicção de que o retorno do ato delegatário não se dará pela adequação entre as políticas públicas e as demandas sociais, mas, no máximo, pela troca de favores imediatos, recompensas úteis pela prestação do “serviço” do voto ou da atuação na campanha dos candidatos (OLIVEIRA, 2009, p. 39).

Sobre as diversas variáveis que podem influenciar o eleitor na hora de tomar a decisão do voto, Camargo (2012) reúne opiniões de alguns especialistas a respeito. Lista entre elas as seguintes possibilidades: opinião de familiares e de amigos; capacidade do candidato para apresentar propostas concretas à solução de problemas, como os que dizem respeito à saúde, segurança, educação; manifestações de pessoas públicas; proximidade ideológica; avaliação do governo vigente; reputação do concorrente; influência da mídia; voto de protesto; propaganda de rádio e televisão e resultados de pesquisas eleitorais.

Burgarelli (2016) também oferece uma contribuição a respeito do comportamento dos eleitores no momento do voto, citando vários estudos sobre o fenômeno. Um deles dá conta de que os eleitores poderiam ser classificados em três tipos de escolha: os que votam em quem compartilha as mesmas opiniões políticas ou posições ideológicas; os que preferem quem tenha capacidade de gestão e ainda aqueles que se guiam pelo passado dos candidatos. Ainda de

acordo com o mesmo autor, os eleitores também poderiam ser classificados entre aqueles que votam de acordo com o seu próprio julgamento a respeito dos concorrentes e os que se deixam motivar por outras circunstâncias, como amizade ou interesses.

Camargo (2012) sustenta a respeito que a trajetória pregressa do candidato na vida política não conta muito para o eleitor, ou seja, este tenderia a basear-se somente nos acontecimentos mais recentes para decidir em quem confiar o seu sufrágio.

O marketing eleitoral há muito vem explorando as suscetibilidades que movem as pessoas quando o assunto são as preferências e reações que dizem respeito ao comportamento eleitoral. Uma delas é o chamado “viés da negatividade”, segundo o qual as pessoas são mais influenciadas por notícias más do que pelas boas (BURGARELLI, 2016). Assim sendo, uma das estratégias utilizadas pelos conhecidos marqueteiros nas campanhas eleitorais consiste na exploração de propagandas negativas aos candidatos rivais.

O autor também menciona a teoria da “aversão à perda”, cuja linha de sustentação é a de que boa parte dos eleitores tende a valorizar mais o risco de perder aquilo que já tenha conquistado, como um programa social, por exemplo, do que deixar de ganhar algo que ainda não tenha.

Radmann (2018) identificou importante mudança em curso no comportamento do eleitor e que irá impactar profundamente nas relações e no sistema vigente. Referiu-se à chamada revolução digital, que, na sua ótica, produzirá transformações tão significativas quanto aquelas provocadas por alguns dos principais acontecimentos da história da humanidade, como as grandes revoluções. Na sua interpretação, o uso em massa dos smartphones acentua o individualismo das pessoas e dá origem a um eleitor de pensamento encapsulado e particular, que não consegue estabelecer relações com ideias muitas vezes presentes no mesmo campo de observação (INFORMAÇÃO VERBAL).¹

Tal análise encontra respaldo no que se viu nas eleições gerais de 2018 no Brasil, principalmente com o predomínio das redes sociais da internet, como WhatsApp e Facebook, sobre os veículos tradicionais de comunicação e sobre a própria propaganda de rádio e televisão enquanto canais de debates e difusão de ideias e de informações durante a campanha.

A combinação desses dois fatores – a propensão a valorizar o viés negativo, do qual fala Burgarelli (2016), e o empoderamento proporcionado pelo acesso às novas tecnologias a um eleitor de pensamento fragmentado, mencionado por Radmann (2018) – criou as condições

¹ Palestra proferida por Elis Radmann, em 28 de junho de 2018, sobre “Comportamento do eleitor e as eleições de 2018”, na escola Sagrada Família, em Rolante/RS, durante evento da Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária de Rolante e Riozinho (Acisa).

favoráveis para que vicejassem as chamadas *fake news* (notícias falsas). Estas se tornaram um dos temas mais controvertidos do processo eleitoral, principalmente na disputa para a presidência da República, com muitas discussões a respeito da sua origem e vinculação direta com determinadas candidaturas, ao mesmo tempo que ficaram claras as dificuldades encontradas pela Justiça Eleitoral para a fiscalização e o combate ao uso desse expediente considerado lesivo aos princípios da democracia.

Na reta final da campanha, inclusive, surgiram denúncias de que empresas aliadas a um dos candidatos teriam comprado pacotes de mensagens a serem disparadas nas redes sociais com o objetivo de atingir o outro concorrente. O assunto ficou para investigação das autoridades responsáveis, mas, segundo Schuch (2018), em meio à enxurrada de notícias falsas que tomou conta da campanha, o próprio Tribunal Superior Eleitoral reconheceu que a maior dificuldade para controlar o problema é justamente a velocidade no compartilhamento das informações.

Para Oliveira (2018), ainda que os pacotes de mensagens venham a ser proibidos por lei ou vetados pelas próprias redes, como o WhatsApp, não há como controlar as mentiras disseminadas nas redes sociais por má-fé ou ignorância, que, no caso em questão, envolve a participação dos próprios eleitores. “Os veículos de comunicação, que investiram em programas de checagem, não conseguiram concorrer com o manjado ‘compartilhe sem dó’, recado que acompanha a maioria das notícias falsas (OLIVEIRA, 2018, p. 16).

No império das *fake news*, outros fatores intervenientes na definição do voto acabam tendo o seu peso relativizado, a exemplo da importância da questão partidária como critério de escolha por parte do eleitor. Nas disputas parlamentares, as questões programáticas, muitas vezes, são colocadas em segundo plano ou totalmente desprezadas, na medida em que o cidadão prefere guiar-se por raciocínios mais práticos, que dizem respeito, por exemplo, à própria viabilidade eleitoral das candidaturas em jogo. Machado (2012), ao fazer um estudo sobre as alianças partidárias no Brasil, chegou a algumas conclusões que podem ser inseridas no chamado “efeito manada”. Segundo essa constatação, no decorrer da campanha, os eleitores tendem a abandonar candidatos que são considerados fracos, com poucas chances de êxito, da mesma forma como relegam os partidos que não demonstram forças de atingir a cota necessária para eleger seus concorrentes.

Portanto, essa seria uma das justificativas que empurra as siglas a unirem esforços em torno de coligações que lhes garantam a sobrevivência política. Trata-se de uma prática institucionalizada no sistema eleitoral brasileiro e que se repete a cada pleito, muitas vezes contribuindo para a confusão e descrédito do eleitor.

Machado (2012) constatou que, nas eleições para a Câmara dos Deputados no período de 1990 a 2006, 70% dos partidos brasileiros participaram de algum tipo de coligação. Para a autora, a formalização dessas alianças visa, principalmente, à busca de votos e a ampliação do tempo no espaço de propaganda eleitoral gratuita. Alerta, no entanto, que, ao participarem do que chama de “cartéis eleitorais”, os partidos podem fazer concessões ideológicas, ao mesmo tempo em que buscam aumentar seu poder de negociação, especialmente no que se refere às relações com o Poder Executivo. “Os políticos brasileiros fazem coligações para o Congresso para concentrar votos e maximizar a representação partidária, aumentando tanto seu poder de barganha com o presidente eleito ou suas chances de participar da coalizão de governo” (MACHADO, 2012, p. 8).

Esse contexto contribui para a pouca relevância da questão partidária no momento da decisão do voto pelo eleitor. Conforme Albuquerque e Dias (2002), tradicionalmente, no Brasil, pouco se vota em partidos, o que é possível perceber quando se traça um quadro evolutivo das votações de legenda no País. Sustentam, assim, que o eleitor vem preferindo a alternativa da votação nominal, ou seja, de escolher, dentro dos partidos, os candidatos que julga serem capazes de defender seus interesses.

Paiva e Tarouco (2011), por sua vez, citam pesquisa segundo a qual 52% dos eleitores brasileiros dizem não gostar de nenhum dos partidos que militam no cenário nacional. Observa-se, a propósito, que o próprio sistema em vigor, seja pela metodologia que é empregada, seja pelos procedimentos adotados, não favorece o fortalecimento e a valorização dos partidos:

[...] o sistema eleitoral brasileiro, o mecanismo de seleção dos candidatos e algumas regras partidárias criam incentivos para um comportamento individualista e antipartidário. O sistema eleitoral ajuda a explicar o comportamento individualista dos políticos na arena eleitoral e tem contribuído para a fraca institucionalização do sistema partidário (LEONI; PEREIRA; RENNÓ; 2003, p. 48).

Gera-se, dessa forma, um quadro característico de descrença no sistema partidário brasileiro, quando não muitas vezes de aversão, o que torna mais complexo o entendimento de como o eleitor se porta no momento de ir para a urna e depositar o seu voto, tendo em vista as particularidades dos fatores que cada um leva na tomada dessa decisão.

Torna-se evidente um alto descomprometimento e desvinculação, que faz com que, poucos meses após o pleito, grande parte dos eleitores sequer consiga lembrar em que votou, principalmente em se tratando de disputas para cargos legislativos. É o que demonstram Paiva e Tarouco (2011), citando um estudo no qual 34% dos entrevistados não souberam indicar em

quem haviam votado, enquanto outros citaram nomes que sequer haviam concorrido. Em editorial, o jornal *Correio do Povo*² (2017), assim se posicionou a respeito:

Não é aceitável, como sói acontecer, que, apenas meses depois, as pessoas não se lembrem mais em quem votaram. Se elas não fiscalizam, se elas não demonstram interesse em vigiar e subsidiar aquele que foi merecedor do seu voto, certamente ele não se sentirá obrigado a corresponder aos seus anseios (CORREIO DO POVO, 2017, p.2).

Observa-se, portanto, que são diversos os fatores que influenciam o eleitor na decisão do voto, tornando-se mais difícil estabelecer um padrão de comportamento na medida em que conteúdos programáticos são postos em segundo plano, prevalecendo os critérios pessoais e oportunistas.

2.5 Discussões sobre a importância do voto

O conjunto de interesses colocados em jogo torna evidente a importância do processo eleitoral como momento decisivo em que o sistema da representação política é efetivamente posto à prova, ainda que sob influência dos diversos fatores já mencionados. Importantes pensadores da ciência política já se debruçaram sobre essa questão ao longo da história, a exemplo de Thomas Paine, que, ainda no século XVIII, via na democracia a forma mais natural de equilibrar as necessidades da sociedade com as do governo. Para esse estudioso inglês, o voto funciona como o instrumento regulador entre a sociedade e o governo, permitindo à primeira moldar o segundo para que corresponda mais diretamente às necessidades sociais (KELLY *et al.*, 2013).

Faria (2008) enaltece o voto como a expressão mais visível e institucionalizada da cidadania, o ato que, através dos tempos, simboliza a ideia de participação política e de igualdade cívica. Para Miguel (2003), a eleição ocupa uma posição de destaque absoluto, já que é o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre representantes e representados. Segundo seu entendimento, passa a ser o momento da autorização para que outros decidam em nome do povo e também o da efetivação da *accountability*, que é quando os representados apresentam seu veredito sobre a prestação de contas dos representantes.

Almeida (2014) também percebe a ocasião propícia para a *accountability*, ao mesmo tempo em que enfatiza a oportunidade de participação dos cidadãos e a expressão de suas

² Referência sem autoria.

O IMPORTANTE papel do eleitor. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 122, n. 312, 08 ago. 2017.

preferências, ao se considerar de forma matematicamente igual o voto de cada indivíduo. Urbinati (2006) ainda acresce que a competição eleitoral tem duas virtudes, que são as de ensinar os cidadãos a se livrarem de seus governos pacificamente e de participarem do jogo de tornar a si mesmos livres dos governos.

Mesmo reconhecendo a sua importância, vários autores convergem para uma linha que identifica falhas no sistema eleitoral vigente. É o caso de Mendes (2007), que não vislumbra nas eleições um mecanismo suficiente para assegurar a realização da vontade popular. Justifica que os mandatos, sejam legislativos, sejam executivos, são períodos longos durante os quais os cidadãos ficam desprovidos de meios de avaliação, controle e sanção das ações de seus representantes.

Gennarini (2008) se debruça especificamente sobre o problema brasileiro, no qual identifica partidos políticos muito heterogêneos. Por consequência, o voto é dado a um candidato da preferência do eleitor sem que haja uma ligação entre representante e representado no que se refere à cobrança de desempenho e soluções. “Nesse passo, os parlamentares são eleitos sem maiores compromissos com os eleitores e com os problemas de cada região da cidade” (GENNARINI, 2008, p. 146).

O sistema bicameral que compõe o Congresso Nacional sofre restrições de Lauandos (2009). Observa o autor que, muito embora vise a uma maior reflexão no exercício das funções deliberativa e legislativa, levando-se em conta a diversidade regional do País e a tramitação das matérias em duas Casas diferentes (Senado Federal e Câmara dos Deputados), esse sistema tenderia ao conservadorismo, já que não possuiria o reforço do princípio democrático efetivado pelo unicameralismo, que melhor exprimiria os anseios do povo.

Soares e Lourenço (2004) opinam que a federação destaca interesses de natureza territorial na representação política, com isso envolvendo sempre algum grau de desproporcionalidade na representação dos cidadãos na esfera nacional. Os autores analisam detalhadamente a forma como os estados brasileiros estão representados na Câmara dos Deputados, notando critérios desiguais na distribuição de cadeiras entre as diferentes unidades da federação na comparação com o contingente eleitoral. Descrevem que a desproporcionalidade decorre da legislação eleitoral, que define os estados como distritos e estabelece um patamar mínimo e máximo para a representação dos mesmos na câmara baixa: respectivamente 8 e 70 deputados federais. Como consequência, haveria a violação do princípio igualitário da democracia, com os votos de alguns cidadãos tendo maior valor do que os de outros, a exemplo do que ocorre com os eleitores de Roraima ou do Acre em comparação com os de São Paulo. Concluem que o aperfeiçoamento da democracia exigiria a representação

igualitária dos cidadãos, ou seja, a correspondência entre o percentual de população e o de deputados federais em cada estado (SOARES e LOURENÇO, 2004).

Na avaliação de Lauandos (2009), a Constituição Federal de 1988 manteve essa falha no campo da representação política, violando o princípio do *one man, one vote*. Afirma que a manutenção dos pisos mínimo e máximo de deputados eleitos para cada unidade da federação conservou a profunda desproporção, que já se verificava nos sistemas eleitorais anteriores, entre o voto de cidadãos de distintas unidades federativas. Pode-se assim dizer, segundo o autor, que a legitimidade de um representante é essencialmente díspar da de outro em termos quantitativos.

Dessas imperfeições surgem diversas propostas para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro, entre as quais a implantação do voto distrital. “Sua característica essencial consiste em possibilitar ao eleitor a escolha de candidatos regionais, que vivam ou residam próximos ao seu domicílio eleitoral, tornando-se, deste modo, possível manter algum relacionamento no cumprimento do mandato” (GENNARINI, 2008, p. 121). A autora acredita que a aproximação entre eleitos e eleitores também poderia contribuir para a atenuação da baixa representatividade política, pois haveria uma maior participação daqueles que buscam se eleger, com a confrontação direta com seus adversários, fomentando o debate eleitoral. Por outro lado, a fórmula do voto distrital poderia fragilizar ainda mais os partidos e favorecer a chamada “paroquialização” da política, “consistente no território sobre o qual se estende a ‘jurisdição’ de uma determinada pessoa, num enrustido retorno do coronelismo e dos caciques políticos” (GENNARINI, 2008, p. 143).

A literatura também discute outros mecanismos de representação política que não somente aqueles exercidos por aqueles que foram eleitos, via voto, para ocuparem cargos públicos. Mendes (2007) cita como exemplo os conselhos setoriais, as associações civis, os orçamentos participativos e outros espaços que ainda podem vir a ser criados, com o objetivo de debater questões morais e éticas, de propor novas políticas públicas, de controlar e fiscalizar políticas já implementadas, bem como de analisar as contas públicas.

Partindo do pressuposto de que o modelo de democracia parlamentar é deficitário, Sacchet (2012) propõe a implementação de medidas que favoreçam a participação de membros de diferentes grupos em processos democráticos, como forma de aumentar a confiança dos cidadãos em suas instituições públicas e aproximá-los das mesmas, favorecendo a participação e o engajamento político. Cita como exemplos os modelos participativos e a implementação de cotas, esta última com o objetivo imediato de aumentar a presença de mulheres em cargos legislativos, embora com resultados controversos.

Na esteira do descrédito da sociedade na classe política e do desalento em relação à capacidade da mesma para resolver os problemas atuais, também surgem ou ressurgem ideias e movimentos que propagam soluções mais radicais, como a própria extinção do sistema representativo. Goulart e Adinolfi (2018) ponderam a respeito:

O dilema entre democracia e representação é constitutivo da relação conceptual entre ambos, e agrava-se na contemporaneidade, visto que se configura um contexto no qual o processo de individuação é cada vez menos coordenado por instâncias de socialização e agregação das vontades, como é o caso dos partidos, dos sindicatos e até das famílias (GOULART e ADINOLFI, 2018, p. 390).

Descrevem os mesmos autores que o panorama de crise mundial nos sistemas representativos tornou-se mais visível a partir do final do século XX, quando os partidos políticos perderam a centralidade outrora ocupada na ordenação das identidades e das preferências dos eleitores. Tal cenário abriria caminho para que passassem a prosperar propostas de governos populistas de diferentes matizes ideológicas, a exemplo da Venezuela, com as figuras de Hugo Chávez e de Nicolás Maduro, e do Movimento 5 Estrelas (5 Stelle – M5S), este de inspiração europeia, com berço na Itália.

De acordo com a análise de Goulart e Adinolfi (2018), no caso da experiência sul-americana, identifica-se claramente um percurso em direção ao fortalecimento das competências presidenciais e da concentração de poderes no Executivo, entre os quais a própria prerrogativa de dissolver o parlamento. No início de 2019, a queda de braço nos altos escalões da política venezuelana se aguçou ainda mais, com o presidente do parlamento, Juan Guaidó, se autoproclamando presidente da República, em oposição à Nicolás Maduro, acusado de fraudar as eleições que o reconduziram a um novo mandato.

Por sua vez, o Movimento 5 Estrelas encontrou campo para se desenvolver na Europa especialmente após a crise que balançou a economia mundial em 2008, repercutindo fortemente em vários países do continente, entre os quais um dos mais afetados foi a Itália. Conforme a descrição de Goulart e Adinolfi (2018), suas sementes foram lançadas um pouco antes disso, em 2005, tendo como principais mentores Giuseppe (Beppe) Grillo e Gianroberto Casaleggio, a partir de um blog na internet que fazia denúncias contra figuras da política e da economia. Encontrando apoio popular para suas ideias, o movimento rapidamente migrou do meio virtual para o mundo real, sendo oficialmente fundado em 2009, e já nas eleições legislativas de 2013 se constituiu na formação mais votada na Itália (GOULART e ADINOLFI, 2018).

Citando Casaleggio e Grillo (2011), os autores destacam que, em termos teóricos, a ideia central do Movimento 5 Estrelas é a reconstrução da relação entre cidadão e Estado de uma

maneira direta e sem mediação de corpos intermédios. “Contudo, os projetos de uma mudança da democracia italiana de liberal representativa para direta são claros. A internet é o instrumento que, na visão do movimento, torna obsoletos os partidos, os sindicatos e um certo modo de produzir informação (GOULART e ADINOLFI, 2018, p. 407).

Fruci (2013) identifica sinais desse pensamento antipartidário em vários autores, especialmente italianos, do século passado, os quais faziam menções à chamada democracia direta (diretismo), contestando o sistema político vigente e, por conseguinte, a legitimidade da democracia representativa.

Ao apropriar-se desse ideário em tempos de revolução digital, a proposta central do M5S prevê o uso da internet como ferramenta para que os próprios cidadãos passem a tomar as decisões, dispensando os representantes políticos.

Nos seus textos programáticos, os dois colíderes do Movimento 5 Estrelas profetizam o advento iminente da democracia direta, apresentando-o como um produto inevitável da revolução digital em curso, que tornaria possível a realização virtual de um horizonte utópico de expectativas que perpassa toda a história da democracia moderna: a simultânea e imediata participação de todo o corpo político nas deliberações numa unidade de tempo e lugar, segundo o modelo mítico (e mitificado) da democracia clássica (FRUCI, 2018, p. 43).

Ainda sobre as propostas do M5S, Goulart e Adinolfi (2018) descrevem que, na visão do movimento, o conceito de representação é recusado, os eleitos são simples porta-vozes dos inscritos, e a chamada Rede (internet) é o lugar onde cada decisão deve ser tomada. “Todos os candidatos devem passar através de eleições primárias, mas podem participar aqueles que estão inscritos na Plataforma Rousseau associada ao Movimento 5 Stelle” (GOULART e ADINOLFI, 2018, p. 407).

A dificuldade do movimento, porém, parece estar na conciliação entre o discurso e a prática, na medida em que, ideologicamente, coloca-se em contrário à chamada profissionalização da política, mas seus integrantes conquistam mandatos eletivos.

[...] depois da massiva entrada de representantes do 5 Estrelas nas instituições, colocou-se o dilema do que fazer e como fazer. Perante a necessidade de gerir o trabalho em comissões e sub-comissões, surgiu a questão da profissionalização do trabalho político e assim a relação *bottom up* preconizada durante os primeiros passos foi, em parte, abandonada (GOULART e ADINOLFI, 2018, p. 412).

Ao mesmo tempo, notícias publicadas pela imprensa, em 2018, deram conta de escândalos envolvendo membros do 5 Estrelas, acusados de burlarem a regra interna do próprio movimento, que prevê a doação de parte dos salários de seus representantes para fundos de

ajuda a pequenas empresas (BERCITO, 2018). Em outras palavras, membros da chamada nova política reprisando vícios da velha política.

Parece difícil, portanto, pelo menos até o presente momento, imaginar uma fórmula alternativa ao sistema representativo, ainda que o avanço das novas tecnologias e a massificação do seu uso pela população possam acenar com mudanças nesse panorama num futuro, talvez, não muito distante, na medida em que conferem ao indivíduo um grau de empoderamento, conectividade e informação jamais visto pela humanidade.

2.6 Aspectos territoriais da representação política

Conforme já mencionado, a atuação dos representantes políticos é condicionada por uma série de fatores externos a eles, como as leis, os partidos políticos, as empresas, as organizações da sociedade civil e até mesmo pelos interesses particulares daqueles que os elegeram. Da mesma forma, são afetados por questões de foro íntimo, princípios morais e éticos, além de conveniências e interesses pessoais, o que forma um conjunto de fatores norteadores para as decisões e os posicionamentos na vida pública.

Percebe-se, também, que as questões territoriais exercem igualmente forte poder de influência sobre a atuação desses atores. Magdaleno (2010) explicita algumas dessas condições que interferem na conduta dos agentes políticos, mencionando dentre elas a origem social e demográfica do próprio representante, as características socioeconômicas de territórios políticos específicos criados dentro do distrito representado, a distribuição espacial dos votos recebidos e as demandas de grupos de interesse de dentro e de fora dos partidos. Mesmo assim, segundo o autor, a preocupação prioritária do político é o atendimento de seus interesses próprios, procurando manter-se na classe em que está, mesmo que isso importe deixar para segundo plano as questões ideológicas e políticas mais abrangentes.

Isso leva à constatação de que a atenção aos assuntos de natureza territorial, sejam eles de âmbito municipal, sejam de ordem regional, constitui-se numa estratégia que não apenas confere prestígio e poder ao representante político, mas diz respeito à sua própria sobrevivência no meio em que está. Segundo Magdaleno (2010), o próprio sistema político-eleitoral brasileiro induz os deputados a proverem benefícios concentrados para redutos eleitorais, concretizados, principalmente, pela busca de verbas e programas localistas, deixando em segundo plano as questões que dizem respeito à sociedade como um todo.

Bezerra (2001) faz uma ampla análise a esse respeito, detendo-se sobre a dinâmica que envolve o processo de obtenção de recursos orçamentários em prol de interesses territoriais e a

forma como tais movimentos são percebidos e recompensados pelos eleitores. Descreve que essa prática se acentua no período de elaboração e votação do orçamento da União no Congresso Nacional, quando são feitas menções às inclusões de emendas de parlamentares que destinam recursos para localidades a que estão politicamente vinculados, e também nas votações de medidas de interesse do governo no Legislativo, quando a promessa e a liberação de recursos federais de acordo com os interesses de parlamentares funciona como um meio de assegurar maioria favorável a quem está no poder. Pondera o autor:

De modo geral, essas práticas são rotuladas como “clientelistas” e “fisiológicas” por analistas políticos e principais órgãos de imprensa nacional. Entretanto, quando se considera essa atuação dos parlamentares da perspectiva dos pequenos municípios, constata-se não só que são mobilizados diversos artifícios para divulgar o mais amplamente possível o nome do responsável pelos benefícios logrados, como o esforço para sua obtenção é alvo de elogios e reconhecimento por parte da população (BEZERRA, 2001, p. 2008).

Com base nessa realidade, denota-se a existência de uma espécie de círculo vicioso, que favorece as ações territoriais dos representantes políticos. De um lado, estão os próprios parlamentares, que têm interesse em cultivar “territórios políticos” nos quais possam formar uma espécie de eleitorado cativo, o que aumentará as suas chances de sobrevivência quando do processo eleitoral. De outro, estão os eleitores, que acabam privilegiando aqueles deputados, sejam eles da esfera federal, sejam da estadual, que conseguem destinar recursos e obter benefícios em prol de causas municipais ou regionais.

Bezerra (2001) reforça essa constatação, ao comentar que a reputação, as chances eleitorais e a obtenção de fundos para o financiamento de campanhas estão diretamente associadas à capacidade do parlamentar de aprovar e, posteriormente, liberar os recursos para as bases de onde provêm os votos que lhe garantem o mandato. Conforme o autor, tal prerrogativa constitui um momento estratégico para as relações do parlamentar, uma vez que suas decisões repercutem diretamente em sua rede de relações políticas e nos interesses econômicos das empresas empenhadas na realização de obras públicas a serem contratadas pelos órgãos federais, estaduais e municipais. “Para as lideranças municipais, a destinação de recursos, além de assegurar a realização de um investimento, é uma espécie de reconhecimento pelos deputados e senadores de seu compromisso político com o município” (BEZERRA, 2001, p. 187).

Interessante observar que a preocupação com a manutenção dos territórios políticos também se manifesta nos posicionamentos e votações de matérias que dizem respeito aos interesses gerais da sociedade e que, portanto, deveriam estar acima das questões localistas.

Discorrendo a respeito, Bezerra (2001) procura repensar a separação frequentemente estabelecida entre os distintos planos de autoridade política (local, estadual e nacional), ou seja, a ideia de que estes constituem domínios autônomos e explicáveis em si mesmos. Para o autor, a articulação desses planos evidencia-se a partir do momento em que a definição de questões nacionais, como o valor do salário mínimo e mudanças constitucionais, por exemplo, dependem de negociações que envolvem interesses locais dos parlamentares (BEZERRA, 2001). Isso significa que, no momento de decidirem sobre matérias de interesse geral da sociedade brasileira, no mais das vezes, o que guia o voto dos parlamentares é o interesse de questões localistas, que tanto podem ser regionais ou municipais, mesmo porque o que realmente está em jogo, na ótica do detentor do mandato, é a sua própria sobrevivência política.

Magdaleno (2010), ao fazer um estudo sobre as atividades dos deputados do Rio de Janeiro no período de 2003 a 2007, tomando como referência os discursos proferidos em plenário e a apresentação de proposições, constatou um reforço às condições de reprodução de territórios oriundos de relações político-eleitorais, constituindo, assim, um núcleo estratégico de ações voltadas ao controle de espaços e de seus ocupantes. Ao mesmo tempo, complementa, esses territórios também atuaram como condicionantes de criação e de reprodução do conjunto de atividades dos parlamentares, sujeitando suas escolhas a perdas e ganhos dentro do jogo político.

A territorialidade da representação política pode ser vista, então, como um conjunto de práticas desenvolvidas com o objetivo de constituir um território, onde o efeito do poder político é identificável (MAGDALENO, 2010). No caso dos deputados federais e estaduais, conforme o mesmo autor, essa territorialidade pode ser manifesta de diversas formas, seja pelos discursos proferidos em plenário, seja pela apresentação de proposições, que tanto podem mirar o conjunto da sociedade quanto atender questões de espectro regional ou mesmo meramente local, a exemplo de uma cidade em particular.

Constata-se, portanto, que os aspectos territoriais exercem forte influência sobre o comportamento dos agentes políticos, podendo trazer benefícios na medida em que motivam a alocação de recursos públicos para obras que são aguardadas pela população ou no encaminhamento de projetos municipais e regionais que interessam às comunidades atingidas. De outro, no entanto, podem favorecer condutas fisiológicas, clientelistas e paternalistas, quando usados como “moeda de troca” nas votações de matérias que dizem respeito aos interesses da sociedade como um todo.

2.7 Representação política e desenvolvimento regional

A abordagem dos aspectos territoriais abre o campo para a discussão das relações entre a representação política e o desenvolvimento regional, que é um dos objetivos do presente estudo. Focalizando especificamente a função legislativa, como ponto de partida, cabe citar a Constituição Federal de 1988, quando esta afirma, em seu artigo 48, inciso IV, que cumpre ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor sobre “[...] planos e programas nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 70). Tal dispositivo evidencia, portanto, o papel de protagonismo que compete aos representantes parlamentares na promoção do desenvolvimento, em seus mais diferentes níveis, através de políticas públicas que beneficiem a sociedade como um todo.

Antes, porém, de aprofundar o enfoque, é importante refletir sobre alguns conceitos introdutórios. O primeiro deles se refere ao significado de desenvolvimento, descrito por Riedl (2017) como sendo, provavelmente, o conceito de mais larga difusão e utilização em todos os setores de atividades. O autor constata que, ainda na atualidade, os países são classificados numa ordem hierárquica segundo o volume do seu Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva renda per capita. E chega à seguinte conclusão:

Nessa concepção, desenvolvimento é praticamente sinônimo de desenvolvimento econômico. Com essa operacionalização, quanto maior a renda per capita da população, maior o nível de desenvolvimento. Esse indicador de desenvolvimento comprovou sua limitação e inadequação, especialmente por não levar em conta o perfil de distribuição dessa renda na população (RIEDL, 2017, p. 98).

Ainda prosseguindo sua análise do tema, o mesmo autor enfatiza a importância de indicadores, como o IDH, cujos cálculos abarcam outros critérios que não somente a variável renda, ao mesmo tempo em que cita estudos de Sen (1999), Veiga (2005) e Furtado (2004) que vinculam a ideia de desenvolvimento a questões que dizem respeito à liberdade dos indivíduos, à remoção da pobreza e da tirania dos governos e a projetos sociais que priorizem a efetiva melhoria das condições de vida da população.

Lock e Siedenberg (2016), por sua vez, fazem uma leitura do significado de desenvolvimento a partir da perspectiva individual, enfatizando que o desenvolvimento diz respeito à capacidade de o indivíduo assimilar e adaptar-se, por meio de sua transformação, em relação ao grupo social a que pertence, ao meio ambiente e à economia (atividades relacionadas à produção, distribuição e consumo de bens e serviços), tornando-se, assim, melhor e mais capacitado do que era antes.

Importante, portanto, fazer a distinção entre o que significa desenvolvimento e crescimento econômico, dois conceitos que possuem associação entre si, mas que não podem ser confundidos. Paiva (2017) expõe que o crescimento econômico, usualmente medido pelo crescimento da renda e/ou do Valor Agregado Bruto, é parte fundamental do processo mais geral do desenvolvimento. Isso porque, quanto maior for a renda de um indivíduo, organização ou nação, maior grau de liberdade estes terão para definir estratégias de investimento, de diversificação produtiva e de qualificação científica, tecnológica e institucional. Sintetiza o autor:

A diferença fundamental encontra-se no fato de que o crescimento do produto e da renda resulta de um determinado padrão de produção e de inserção na divisão do trabalho. Enquanto que o desenvolvimento é a canalização consciente e planejada do produto e da renda, acrescidos para a alteração dos padrões de produção com vistas à conquista de novos e superiores graus de liberdade/autonomia/soberania por parte de agentes, organizações e territórios na definição de suas inserções futuras na divisão do trabalho global (PAIVA, 2017, p. 113).

Como se pode ver, a ideia de desenvolvimento é frequentemente associada à noção de liberdade e de qualidade de vida, o que pressupõe equidade na distribuição e no acesso aos recursos disponíveis, sejam eles de natureza econômica, cultural, ambiental ou de qualquer outra, inclusive no que se refere à participação política.

Já a concepção de desenvolvimento regional, conforme elucida Riedl (2017), tem sofrido modificações significativas ao longo do tempo, tornando-se este, atualmente, um instrumento teórico e metodológico de análise das características regionais. Pontua que “[...] esta estratégica analítica, influenciada pelas diversas correntes teóricas neoliberais, tem o poder de produzir diagnósticos acurados da problemática regional e local [...], mas carece de uma visão mais ampla, globalmente articulada com a realidade socioeconômica do País e do Planeta” (RIEDL, 2017, p. 117).

Todavia, o desenvolvimento regional não é um processo que acontece ao natural, pois, enquanto algumas regiões conseguem se desenvolver, outras ficam para trás, demandando, portanto, alguns pré-requisitos que vão determinar a sua ocorrência ou não, bem como a velocidade com que isso se dará. Para Ramos e Marino (2010), dois elementos-chave são o capital social e a mobilidade social, levando-se em conta as condições atuais de penetração do capitalismo global. Na formulação do primeiro conceito, os autores se valem dos estudos de Bourdieu (1980), Coleman (1990) e Putnam (2000), que englobam um sentido individual, quando se referem à “[...] incorporação dos códigos e informações, formais e informais, necessários à autopromoção do indivíduo nos vários campos do poder social onde ele se situa”

e outro coletivo, que diz respeito à capacidade organizacional das comunidades” (RAMOS e MARINO, 2010, p. 85).

Rodrigues *et al.* (2012) contribuem para o entendimento da noção de capital social, concluindo que ele é produto das relações sociais que ocorrem em diferentes grupos, organizações empresariais, instituições ou em uma comunidade. Ressalvam que essas relações sociais precisam ser baseadas na confiança mútua, no compartilhamento de normas e hábitos e, sobretudo, na capacidade dos indivíduos cooperarem entre si, em razão do bem-estar coletivo, por meio de redes duráveis de relações.

Para Paiva (2010), capital social é um recurso econômico, na medida em que apresenta capacidade de alavancar a produção e a produtividade econômica do sistema, sendo resultante da interação social e não apropriável de forma privada. Argumenta que a base do capital social é a constituição de um sólido sistema de intercâmbio de signos e de informações, e essa troca pressupõe que não haja castas ou diferenciações estamentais segmentando os grupos. Exprime o autor: “[...] o capital social alavanca a capacidade do sistema para superar as soluções perversas [...] que caracterizam uma economia mercantil competitiva, garantindo a conquista de soluções ótimas a partir de estratégias ganha-ganha” (PAIVA, 2010, p. 42).

Capital social também tem a ver com a dinâmica do sistema político de uma sociedade, segundo afirma Baquero (2003), que associa o conceito à eficácia do regime democrático, especialmente no que se refere à sua capacidade de condições de igualdade entre os indivíduos. Conforme descreve, quadros de desconfiança resultam em deficiência de associações entre as pessoas e produzem elites políticas corruptas, autointeressadas, e que efetivamente não trabalham para o bem do seu país.

La presencia de reservas reducidas de capital social, es producto esencialmente de relaciones sociales verticales entre patrones y clientes, gobernantes y gobernados, y sugieren la existencia de gobiernos más preocupados con el bien privado que del bien público, llevando inexorablemente hacia prácticas deletéreas en el escenario público –la corrupción–. Una consecuencia en el campo social como resultado de la ausencia del capital social en sociedades como la brasileña, marcadas por los cambios estructurales contemporáneos, es el crecimiento de la exclusión social. Esto ha afectado prácticamente a los sectores más pobres de la población que están crecientemente aislados socialmente de las instituciones esenciales para su protección en áreas como: el trabajo; la educación y la salud. (BAQUERO, 2003, p. 169).

Moraes (2003) dá conta da existência de três tipos de capital social, descritos pela literatura internacional: (i) institucional – relações da sociedade civil com o Estado (órgãos de governo); (ii) – extracomunitário – relações da comunidade com grupos sociais e econômicos externos; (iii) – comunitário – relações entre os indivíduos que compõem uma certa

coletividade. O mesmo autor também adentra na discussão sobre a possibilidade de o capital social se desenvolver em comunidades onde sua presença é fraca ou inexistente, mencionando os estudos de Putnam, que apresentam uma visão determinista sobre o tema, limitando a presença de capital social às práticas culturais acumuladas por uma determinada população. Sendo assim, não haveria como criar ou formar capital social em contextos nos quais o mesmo estivesse ausente, pois seria determinado exclusivamente pelos atributos culturais, seus precursores, existentes em uma determinada sociedade. Pondera o autor:

Argumentos que vão além dessa visão dizem que os sistemas sociais não são influenciados somente por questões culturais, mas também por componentes sociais, onde os agentes sociais podem promover mudanças e alternativas de rotas no processo de desenvolvimento das escolhas feitas. Tais modificações ou rupturas podem provocar alterações nas relações sociais, permitindo a institucionalização de novos códigos culturais e práticas sociais que promovam a formação de capital social (MORAES, 2003, p.11).

Por sua vez, a condição de mobilidade social, referida por Ramos e Marino (2010) como outro pré-requisito para o desenvolvimento regional, tem a ver com as mudanças de posições que os indivíduos e grupos experimentam uns em relação aos outros e, também, no que se refere a critérios externos, podendo se dar tanto de forma individual quanto estrutural. Citando estudos de Scalon (1999) e de Payne e Abbot (1990), descrevem que, nas sociedades modernas, as oportunidades de aquisição e de riqueza são diferenciadas e dependem de condições sociais que não se restringem às qualidades pessoais. Concluem que o estudo da mobilidade social permite identificar rotas, bloqueios, sucessos e fracassos padronizados e sistemáticos e que devem ser entendidos como resultado tanto de talentos e de realizações individuais quanto de processos sociais.

Januzzi (2017), referindo contribuições de Boudon e Bourricard (2001), descreve mobilidade social como a mudança de um conjunto de indivíduos de uma posição social para outra, em um determinado período de referência, entendendo-se posição social como uma condição de renda, classe socioeconômica, ou de status de inserção ocupacional. Conforme o mesmo autor, os determinantes da mobilidade social são a industrialização, urbanização e acesso à escolarização.

O crescimento da indústria e a urbanização provocam mudanças intensas no espectro ocupacional, com a criação de novas e diferentes ocupações, e também a diminuição e desprestígio de outras mais tradicionais. Ocupações de serviços passam a se expandir mais rapidamente que postos de trabalho no campo, de menor remuneração e prestígio. Os fluxos migratórios do campo para a cidade provocam o aumento da mobilidade [...]. O acesso à escolarização potencializa, para determinados grupos, a possibilidade de ascensão às ocupações técnicas e outras mais especializadas no meio urbano, ampliando o circuito da mobilidade ocupacional (JANUZZI, 2017, p. 272).

Da mesma forma que não se dá ao sabor do acaso, o desenvolvimento ou a evolução de uma sociedade não ocorrem sem que haja uma organização pré-estabelecida, o que exige certa hierarquia para a tomada de decisões, como defendem Lock e Siedenberg (2016). Para os autores, o processo se desencadeia a partir das ações e do interesse de membros da sociedade que exercem poder, controle ou influência sobre os demais e que, portanto, assumirão a função de tomar decisões que irão impactar no desenvolvimento, seja de forma positiva, seja negativa. Esclarecem, ainda, que esses membros tanto podem ser pessoas físicas quanto jurídicas, as quais assumem o papel de atores do desenvolvimento.

É dentro desse contexto que se pode inserir o papel da representação política, na medida em que aquele ou aqueles que exercem a função passam a ser não somente depositários da confiança da parte do eleitorado que lhes confiou o voto, mas também podem assumir uma posição de referência na articulação e liderança de ações que venham a promover o desenvolvimento das comunidades que representam.

Nesse sentido, vale o pensamento de Bezerra (2001), que chama atenção ao trabalho de intermediação que os representantes políticos podem fazer, quando se colocam não apenas como porta-vozes de diferentes pontos de vista e de aspirações da sociedade, ou ainda como elaboradores de leis ou fiscalizadores do Poder Executivo, mas também como mediadores de demandas locais e de interesses relacionados às suas redes políticas. No caso da atividade parlamentar, tal forma de atuação aponta para uma das possibilidades histórico-culturais de como a instituição da representação política ocorre na prática (BEZERRA, 2001).

Outros autores ressaltam a importante contribuição que os legisladores podem emprestar no acesso a valores orçamentários, principalmente federais, a serem aplicados nos mais diversos fins voltados ao desenvolvimento de uma região. Esses recursos servem tanto para a resolução de problemas estruturais, como, por exemplo, a construção ou conservação de rodovias, quanto para satisfação das necessidades mínimas à qualidade de vida da população, a exemplo das questões de educação, saúde e assistência social.

Melo (2004) explicita que a retomada das prerrogativas de intervenção do legislador no orçamento federal adveio da Constituição de 1988. Salienta que, embora se trate de uma parcela pequena do bolo orçamentário nacional, são alguns bilhões de reais anuais cujo destino é traçado a partir das chamadas emendas parlamentares. Constata, por conseguinte, que a representação do Legislativo se encontra ampliada, pois, além da participação nas emendas orçamentárias, há ainda todo um conjunto de procedimentos anteriores que demonstram o aumento de poder do parlamento. É o caso do PPA (Plano Plurianual) e da LDO (Lei de

Diretrizes Orçamentárias), ambas matérias que dizem respeito ao planejamento governamental e cuja elaboração igualmente conta com a intervenção dos legisladores (MELO, 2004).

Cumpram-se também o trabalho de *lobby* que o parlamentar pode exercer nos diferentes órgãos executivos, visando a agilizar ou mesmo a garantir a destinação das verbas aprovadas. Dessa forma, constata-se a existência de todo um leque de ações que o representante político pode desempenhar, visando a favorecer o desenvolvimento do território ao qual está eleitoralmente vinculado.

3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO PARANHANA/RS

A região do Paranhana, também conhecida como Vale do Paranhana, situa-se a nordeste do Rio Grande do Sul, sendo composta pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas. A denominação deve-se ao rio de mesmo nome que atravessa quatro desses municípios, embora o território também seja banhado por outros dois cursos d'água de envergaduras semelhantes, que são os rios Sinos e Rolante.

Juntamente com os municípios de Lindolfo Collor, Morro Reuter, Presidente Lucena e Santa Maria do Herval, compõe a área do Conselho Regional de Desenvolvimento do Paranhana/Encosta da Serra, conforme a classificação adotada pelo governo estadual do Rio Grande do Sul desde a década de 1990, a qual agrupou os municípios do Estado em Coredes (VON MENGDEN, 2017).

A figura abaixo apresenta o mapa com os seis municípios que integram a região do Paranhana.

Figura 1 - Mapa da região do Paranhana/RS



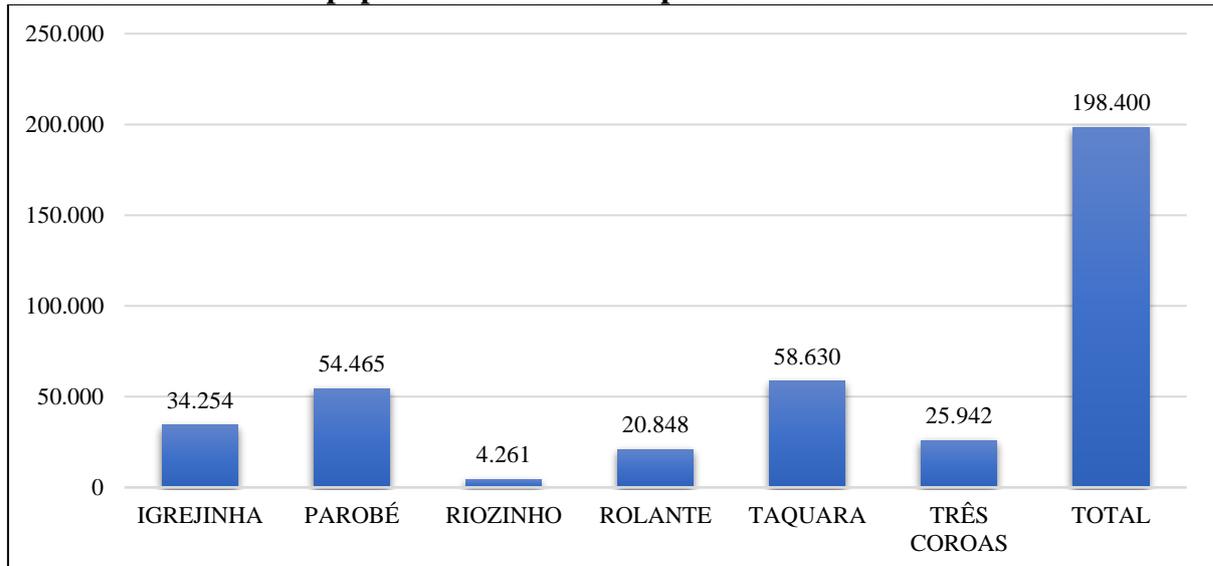
Fonte: Adaptado de Sedactel (2017). Acesso em: 05/12/18.

Do ponto de vista geográfico, o Vale do Paranhana se localiza numa posição estratégica no contexto estadual, fazendo vizinhança com algumas das regiões de maior densidade

populacional e atividade econômica do Rio Grande do Sul, a exemplo do Vale do Sinos, Serra Gaúcha e Litoral Norte, além da Grande Porto Alegre.

De acordo com as estimativas populacionais projetadas pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), no ano de 2017 a região do Paranhana contava com 198.400 habitantes.

Gráfico 1 – Estimativa populacional dos municípios do Vale do Paranhana em 2017



Fonte: FEE (2018). Acesso em: 08/12/18.

Conforme se pode visualizar no gráfico acima, Taquara, considerada a cidade-mãe da região, por ter dado origem também aos municípios de Igrejinha, Três Coroas e Parobé, continua abrigando o maior contingente populacional, aproximando-se dos 60 mil habitantes. O de menor população é Riozinho, município mais jovem da região e que se emancipou de Rolante, o qual, por sua vez, desmembrou-se do território de Santo Antônio da Patrulha.

3.1 Aspectos históricos

A exemplo do que ocorreu em diversas outras partes do Rio Grande do Sul, o Vale do Paranhana tem a sua formação histórica e cultural fortemente vinculada à colonização de origem germânica que se verificou no território gaúcho, especialmente ao longo do século XIX.

Conforme demonstram os registros da época, os imigrantes de origem germânica e seus descendentes se estabeleceram principalmente nos vales dos rios Sinos, Paranhana, Caí e Taquari, mas também alcançaram outras porções do território gaúcho, como a Serra, Missões e áreas da Metade Sul.

Diversas circunstâncias, especialmente econômicas, sociais e políticas, dão guarida às motivações que levaram milhares de pessoas a deixarem sua terra natal, principalmente nos meados do século XIX, e a cruzarem o Oceano Atlântico em busca de melhores condições de vida no que chamavam de Novo Mundo. Engelmann (2004) descreve algumas das situações adversas que eram enfrentadas naquele período pela população residente nos estados que viriam dar origem à futura Alemanha, após a sua unificação, sacramentada em 1871. Era o caso dos habitantes do Hunsrück, região de onde proveio a maioria dos imigrantes colonizadores que se instalaram no Rio Grande do Sul.

No Hunsrück, havia a ameaça constante da França, tentando reconquistar a antiga fronteira oriental até o Reno, fazendo com que os pobres camponeses aí residentes, que eram 2/3 da população, permanecessem apreensivos. Sua agricultura produzia cada vez menos, pois ainda estava baseada em métodos rudimentares, associados à baixíssima produção de uma terra exaurida e à doença da podridão das batatas (ENGELMANN, 2004, p. 29).

Prossegue o mesmo autor, afirmando não ser difícil entender a motivação dos imigrantes em se aventurarem em terras distantes, na busca de uma vida melhor para si e para seus descendentes, a partir do quadro social vigente em sua pátria de origem, bem como à própria propaganda que o governo brasileiro fazia na época, vendendo facilidades e prosperidade a quem se dispusesse a vir para cá. Todavia, a história se encarregou de mostrar uma grande discrepância entre o mundo idealizado pelos imigrantes antes de sua chegada ao Brasil e a realidade que tiveram de enfrentar quando aqui aportaram.

Os colonos imigrantes receberam lotes de terras cerca de 30 a 40 quilômetros da sede, sem estradas, sem escolas, na mata virgem. Não era exatamente a terra sonhada, o que provocou, inicialmente, para muitos, algum desespero. Um rio tranquilo entre campos e matas, mas um lugar nunca imaginado por eles, gente de língua desconhecida, costumes estranhos e ainda ar de abandono. Assim começava a saga dos imigrantes, com o primeiro abrigo na mata virgem, com o medo, com a ameaça dos bugres, com as doenças, com a fome e a saudade (FISCHER, 2005, p. 49).

Os registros históricos dão conta de que o desembarque inicial de famílias alemãs em terras gaúchas ocorreu em 25 de julho de 1824, em São Leopoldo, considerada, portanto, o berço da colonização germânica no Rio Grande do Sul. Os recém-chegados se estabeleceram no local conhecido como Feitoria do Linho Cânhamo e, posteriormente, na medida em que as terras iam sendo ocupadas, seus compatriotas passaram a ser distribuídos pelas localidades próximas (FISCHER, 2005).

De acordo com os registros de Fernandes (2011), a colonização germânica no Paranhana se iniciou em 1846, quando Tristão José Monteiro abriu o loteamento Colônia do Mundo Novo no lugarejo Pinhal, atualmente distrito de Santa Cristina, pertencente a Parobé. Entretanto, conforme ressalta a mesma autora, já havia a presença de outros habitantes na região quando da chegada dos colonos de origem alemã.

O espaço, que originariamente chamamos de Mundo Novo, surgiu da ocupação para atendimento aos interesses da Coroa Portuguesa em ocupar o sul do Brasil para garantir a posse dessas terras. Os registros localizados até o momento permitem afirmar que nesse espaço viviam pessoas de diversas origens: indígenas, espanhóis, açorianos, paulistas, portugueses e negros (FERNANDES, 2011, p. 18).

Inicialmente, Santa Cristina do Pinhal, que recebeu este nome devido à instalação de uma capela na localidade, fazia parte do município de São Leopoldo, assumindo a condição de freguesia em 1857. No ano de 1880, foi elevada à categoria de município, tendo como um de seus distritos Taquara do Mundo Novo, que alcançaria a emancipação política seis anos depois (LAUFFER, 2005; FERNANDES, 2011). O território taquarensense originariamente também compreendia os atuais municípios de São Francisco de Paula, Canela e Gramado, que foram se emancipando de forma sucessiva, a exemplo do que também ocorreu com aqueles situados no vale do rio Paranhana.

Sobrinho e Reinheimer (2011) explicam que, além de questões econômicas, disputas entre grupos políticos influíram na ascensão de Taquara e no declínio de Santa Cristina do Pinhal, que acabaria por perder a condição de município em 1892, vindo a tornar-se distrito do primeiro. Naquela altura, o avanço da ocupação das terras do Paranhana já tinha ido muito além do núcleo urbano de Taquara, alcançando as áreas onde hoje se situam os municípios de Igrejinha e Três Coroas (ENGELMANN, 2005). Fernandes (2011) esclarece que os colonizadores, em sua maior parte, representavam a segunda geração de colonos, ou seja, eram descendentes de imigrantes alemães que necessitaram ir em busca de novas terras porque as de seus pais já não comportavam novas famílias.

3.2 Aspectos econômicos e sociais

Tendo sido o ponto de partida da construção da economia regional, a agricultura se constituiu no principal sustentáculo do Paranhana praticamente até a década de 1970. Bassan (2017) relata que diversos produtos primários ocuparam lugar de destaque ao longo desse período, a exemplo do feijão, mandioca, cana-de-açúcar e leite, os quais também motivaram a

instalação de agroindústrias e de outros empreendimentos de transformação, como as engenhos de farinha de mandioca, os alambiques de fabricação de cachaça e, inclusive, de uma usina de beneficiamento de leite.

Entretanto, o panorama econômico da região sofreria uma grande transformação a partir do advento da indústria de calçados. Conforme Von Mengden (2017), ocorreu uma transição acentuada a partir dos anos 1970, partindo-se de uma agropecuária familiar para uma economia industrial característica. Bassan (2017) descreve o processo, explicando que a mudança se deu a partir do momento em que o setor coureiro-calçadista começou a se desenvolver, ocorrendo a instalação de um grande número de empresas dedicadas a esse ramo de atividade.

Como as fábricas eram demandantes de mão de obra pouco qualificada, houve, por consequência, a transferência natural de trabalhadores da agricultura para a indústria, o que se verificou tanto em nível intrarregional, com o esvaziamento das localidades do interior, quanto pela atração de migrantes provindos de outras regiões do Estado. “Assim, no período de 1970 e 1991, observa-se uma acentuada mobilidade rural-urbana na região. O motivo foi o aparecimento de polos urbanizados e industrializados que passaram a atrair as populações rurais para áreas urbanas (BASSAN, 2017, p. 108).

Na avaliação de Von Mengden (2017), essa mudança de matriz, se, por um lado, propiciou um maior número e melhores oportunidades de emprego e renda, de outro, deixa de dar condições de melhoria de renda a estratos populacionais que, limitados pela idade e pelas condições de moradia, não têm muitas alternativas de sair do quadro em que se encontram. Conforme o mesmo autor, ainda resta muito clara a grande dependência regional da indústria calçadista, justamente por ser ela a maior ocupadora de mão de obra.

Esta situação traz intrinsecamente uma preocupação sobre as possibilidades de dinamismo e de diversificação econômica. Sendo grande consumidora de mão de obra semiquificada, esta indústria cumpre papel importante e fundamental em oferecer trabalho e renda, mas com limitações evidentes. O padrão salarial praticado é de baixo nível e as principais ocupações não oferecem incentivos à qualificação individual, inibindo ganhos futuros. Por outro lado, é inegável o ganho social com a oferta de empregos (VON MENGDEN, 2017, p. 68).

Para efeito de análise das condições socioeconômicas da população que vive na região, um dos indicadores disponíveis é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser do Rio Grande do Sul (FEE). Conforme a definição da própria entidade responsável, trata-se de um indicador-síntese destinado a mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios do Estado. Seu objetivo é acompanhar a evolução dos indicadores socioeconômicos dos municípios gaúchos e

fornecer informações para o desenho de políticas públicas específicas, identificadas com necessidades municipais (FEE, 2017). Pelos critérios utilizados, quanto mais o resultado do Idese se aproximar de 1, melhor será o desempenho do município no bloco em análise.

O quadro abaixo mostra a performance dos 6 municípios da região do Paranhana no Idese/2015, último ano da série histórica publicada pela FEE, e a sua respectiva classificação no contexto dos 497 que compõem o Rio Grande do Sul.

Quadro 1 – Desempenho dos municípios do Vale do Paranhana no Idese 2015

	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDESE	
IGREJINHA	0,679	351°	0,756	103°	0,816	366°	0,750	228°
PAROBÉ	0,644	418°	0,579	406°	0,788	447°	0,670	439°
RIOZINHO	0,623	453°	0,642	305°	0,851	217°	0,706	369°
ROLANTE	0,744	180°	0,649	280°	0,829	310°	0,741	257°
TAQUARA	0,717	260°	0,642	308°	0,798	421°	0,719	333°
TRÊS COROAS	0,703	297°	0,703	179°	0,812	380°	0,739	262°
RS	0,698	-	0,739	-	0,817	-	0,751	-

Fonte: FEE (2018). Acesso em: 11/01/2019.

Ao se fazer a análise do quadro acima, é possível constatar que, de uma forma geral, os municípios do Vale do Paranhana não ocupam posições muito favoráveis em se tratando de desempenho no Idese, no contexto estadual. Tanto é verdade que nenhum deles consegue se posicionar entre os 100 primeiros em nenhum dos três blocos que compõem o cálculo do índice: Educação, Renda e Saúde.

Na classificação geral do Idese, todos ficam abaixo da média estadual, sendo o melhor desempenho o de Igrejinha, que se coloca na 228ª posição no Estado. Parobé, por sua vez, fica com uma desconfortável 439ª colocação num cenário de 497 municípios analisados pelo estudo da FEE.

A análise dos dados fica enriquecida quando se faz a comparação com os índices do Idese atribuídos à região no ano de 2014 e que são demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Desempenho dos municípios do Vale do Paranhana no Idese/2014

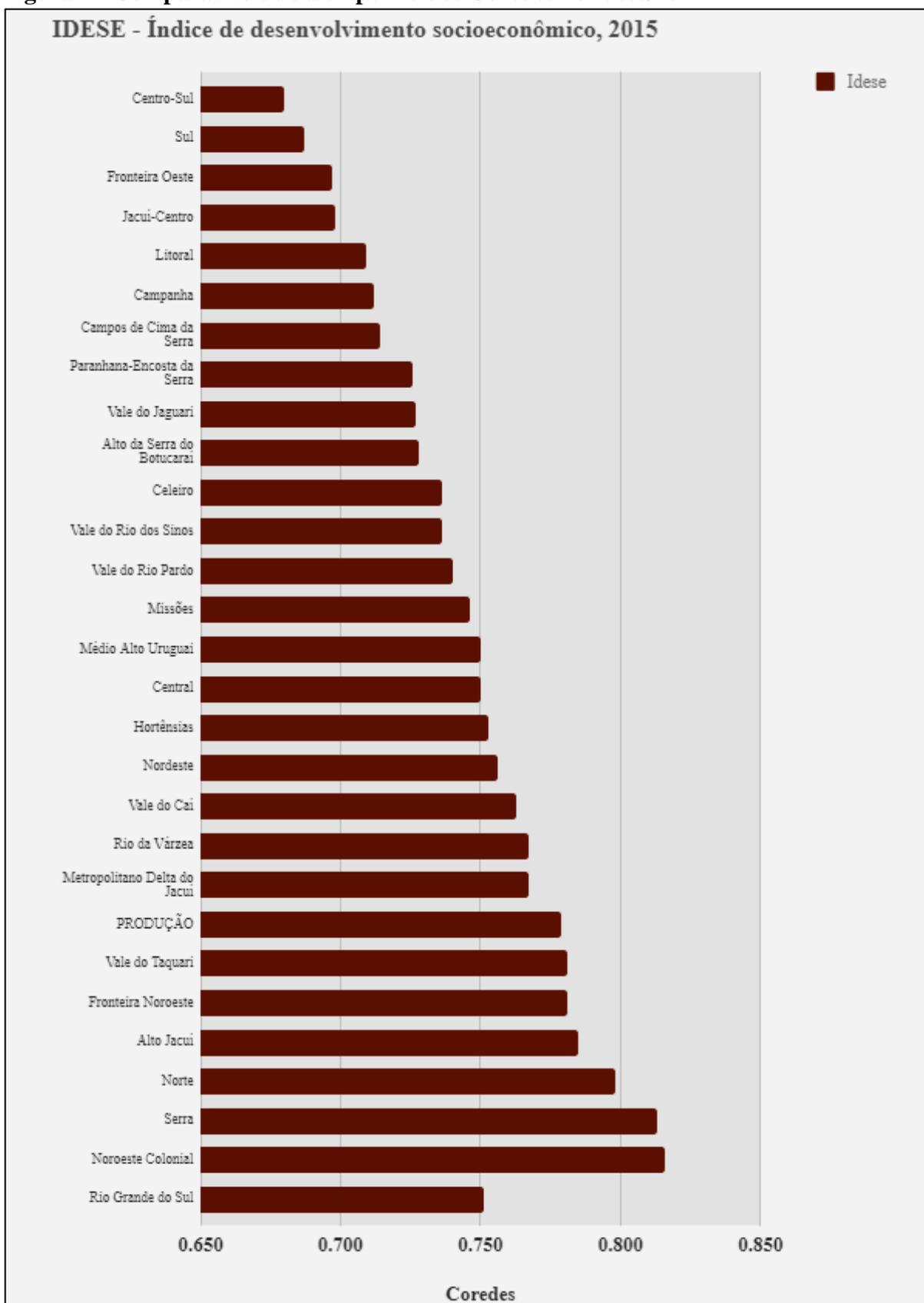
	EDUCAÇÃO		RENDA		SAÚDE		IDESE	
IGREJINHA	0,690	331°	0,781	88°	0,819	335°	0,763	193°
PAROBÉ	0,621	442°	0,612	378°	0,801	395°	0,678	434°
RIOZINHO	0,605	457°	0,685	245°	0,824	316°	0,704	377°
ROLANTE	0,737	201°	0,663	290°	0,833	280°	0,744	259°
TAQUARA	0,737	202°	0,667	279°	0,794	423°	0,733	300°
TRÊS COROAS	0,697	317°	0,734	163°	0,812	366°	0,748	250°
RS	0,697	-	0,763	-	0,813	-	0,757	-

Fonte: FEE (2017). Acesso em: 11/01/2019.

Percebe-se, a partir da confrontação dos quadros 1 e 2, que houve uma ligeira melhora, na maioria dos municípios, nos Blocos de Educação e Saúde na comparação de 2014 para 2015, e uma leve redução no Bloco Renda. Todavia, quatro deles perderam posições no ranking geral do Idese em termos estaduais, excetuando-se Riozinho e Rolante, que tiveram uma leve melhora em suas colocações.

A situação pouco confortável do Vale do Paranhana no cenário estadual também pode ser visualizada na figura a seguir, na qual são tomadas como referência as áreas abrangidas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com base em seu desempenho no Idese. Nota-se que, neste âmbito de avaliação, também são considerados os dados dos municípios de Lindolfo Collor, Morro Reuter, Presidente Lucena e Santa Maria do Herval, que ajudam a compor o Corede Paranhana/Encosta da Serra.

Figura 2 - Comparativo de desempenho dos Coredes no Idese/2015



Fonte: FEE (2018). Acesso: em 20/02/19.

Conforme se pode visualizar na Figura 2, em um total de 28 Coredes existentes no Rio Grande do Sul, a região Corede Paranhana/Encosta da Serra se posiciona apenas em 21º lugar em termos de classificação no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), com desempenho abaixo da média estadual.

Tais resultados permitem supor que, se o Vale do Paranhana vem melhorando seus indicadores econômicos e sociais, mas perde posições no Rio Grande do Sul, é porque não está conseguindo acompanhar o mesmo ritmo de desenvolvimento de outras regiões do Estado. É, portanto, um panorama sugestivo para se questionar o papel dos dirigentes políticos que vêm conduzindo os destinos regionais nas últimas décadas, na medida em que muitas das necessidades e dos problemas enfrentados pela população, certamente, têm sua solução associada à gestão pública.

Por conseguinte, gera-se um quadro propício para o desencanto e o descrédito em relação à classe política, o qual pode estar interferindo no comportamento eleitoral da região, precisamente no momento de escolha daqueles que se dispõem a representá-la nas instâncias administrativas superiores. Um cenário que abre o leque para diversas análises que serão apresentadas nos capítulos seguintes deste estudo.

4 ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE 1990 A 2018 NO VALE DO PARANHANA/RS

Neste capítulo, serão apresentados resultados eleitorais registrados no Vale do Paranhana nos pleitos de 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018, anos em que ocorreram votações para presidente da República, senadores, governadores de Estado e do Distrito Federal e ainda para deputados federais e deputados estaduais.

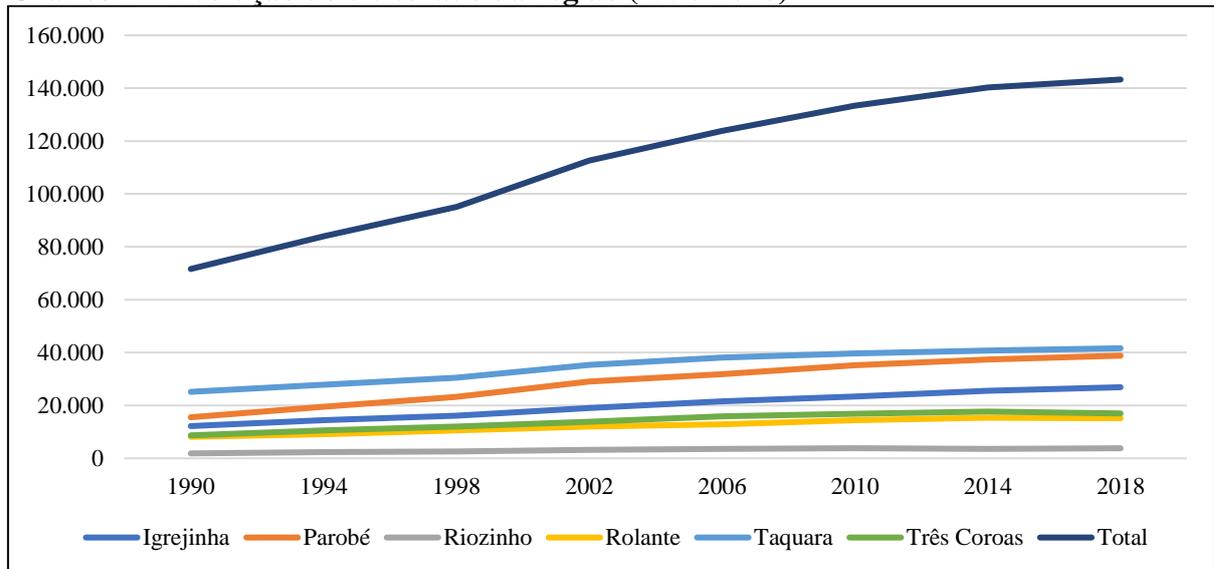
Durante o intervalo de tempo abrangido pela pesquisa, o eleitorado dos seis municípios da região em análise registrou uma significativa evolução, como mostra o Quadro 3, baseado nos dados do Tribunal Superior Eleitoral de setembro de 2018.

Quadro 3 – Evolução do eleitorado da região de 1990 a 2018

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	T. Coroas	Total
1990	12.205	15.533	1.876	8.159	25.151	8.700	71.624
1994	14.462	19.478	2.407	9.184	27.899	10.584	84.014
1998	16.132	23.286	2.615	10.621	30.474	12.009	95.137
2002	19.038	29.058	3.217	12.078	35.314	13.857	112.562
2006	21.514	31.785	3.617	12.902	38.086	15.890	123.794
2010	23.389	35.160	3.838	14.469	39.619	16.875	133.350
2014	25.504	37.410	3.521	15.363	40.794	17.687	140.279
2018	26.894	38.834	3.798	15.129	41.633	16.971	143.259

Fonte: Adaptado de TSE (2018). Acesso em: 01/11/2018.

Conforme fica demonstrado no Quadro 3, nos quase 30 anos que transcorreram entre o primeiro e o último pleito em análise, o eleitorado do Vale do Paranhana cresceu exatamente 100%, ou seja, dobrou ao longo das últimas três décadas. As evoluções foram mais expressivas no transcorrer da década de 1990, quando houve um grande crescimento demográfico na região, o qual perdeu seu ritmo a partir de meados dos anos 2000, como também se pode visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Evolução do eleitorado da região (1990-2018)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em TSE (2018).

As trajetórias das linhas do Gráfico 2 demonstram que os maiores aumentos de eleitorado na região do Vale do Paranhana, de 1990 a 2018, ocorreram em Parobé, que se aproxima de Taquara, e em Igrejinha, onde se percebe um descolamento da faixa ocupada por Três Coroas. Nota-se também uma tendência de estabilização em todos os municípios a partir do final da década de 2000.

Tendo em vista o tema e os objetivos desta dissertação, a análise das eleições terá como foco as eleições proporcionais para parlamentares. Utilizar-se-ão quatro quadros demonstrativos com dados extraídos do site na internet do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS), obtidos mediante acessos em diferentes datas nos anos de 2017 e 2018 e disponíveis ao público em geral.

Para cada um dos pleitos analisados, haverá quadros com a votação obtida nos seis municípios da região pelos candidatos com domicílio eleitoral no Vale do Paranhana. Nos demais, será apresentado um resumo do desempenho eleitoral de concorrentes provenientes de outras regiões que figuraram pelo menos uma vez entre os dez mais votados em qualquer um dos municípios abrangidos pela pesquisa.

Cumpre observar que os nomes constantes nos quadros com os “candidatos de fora” não estiveram necessariamente todos eles entre os que receberam maior número de votos no Vale do Paranhana, embora esse seja o caso da maioria. O critério utilizado favorece, porém, uma visão mais ampla do fenômeno político regional, possibilitando que todos os municípios figurem no panorama retratado em cada eleição, mesmo que tenham um peso eleitoral menor do que os demais. A metodologia empregada também facilita a identificação de eventuais

reduzidos eleitorais, que são importantes para o entendimento dos resultados, ao mesmo tempo em que não prejudica a identificação das candidaturas que tiveram uma penetração mais genérica e profunda no contexto regional.

A colocação dos municípios dentro dos quadros seguirá a ordem alfabética. Já para a apresentação dos candidatos adotou-se como critério a sequência do mais votado para o menos votado como forma de facilitar a observação dos números e análise dos resultados.

4.1 Eleições gerais de 1990

Nas eleições gerais de 1990, o Vale do Paranhana contou com um total de sete candidatos inscritos, sendo dois para a Câmara dos Deputados e cinco para a Assembleia Legislativa. Os advogados taquarenses Arleu Machado de Oliveira (PL) e Carlos Alberto Petry (PRN) disputaram vaga para a representação em Brasília. Da corrida ao parlamento estadual participaram o ex-prefeito e médico taquarense Antônio Carlos Ebling (PFL), o então vereador por Taquara Carlos Alberto Kellermann (PDS), o sindicalista rolantense Lenoir Schönardie (PSDB) e dois representantes de Parobé: José Alexandre Haack (PDS), ex-prefeito, e Fredolino Pereira dos Santos (PDT), que havia concorrido ao Executivo municipal em pleitos anteriores.

4.1.1 Votação para a Câmara dos Deputados

O Quadro 4 apresenta a votação dos dois concorrentes domiciliados no Vale do Paranhana que participaram da disputa de 1990.

Quadro 4 – Votação para deputado federal dos candidatos da região – 1990

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Arleu M. Oliveira	57	260	2	15	1378	14	1726
Carlos A. Petry	72	64	-	9	509	53	707

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2017). Acesso em: 21/12/2017.

Conforme se pode observar no Quadro 4, o candidato Arleu (PL) teve o melhor desempenho em seu município de origem, Taquara, onde, inclusive, acabou ficando na primeira colocação na disputa para a Câmara dos Deputados. Nos demais municípios da região, apenas figurou entre os dez mais votados em Parobé (4º lugar). O concorrente também não conseguiu ampliar significativamente sua votação para além das fronteiras do Paranhana, totalizando 2892 votos em todo Rio Grande do Sul. Com esse resultado, não logrou êxito em sua tentativa de obter uma vaga no parlamento federal, mesmo porque o seu partido sequer constituiu bancada na eleição daquele ano.

Carlos Alberto Petry (PRN) também teve a melhor performance em Taquara, onde estava radicado, ficando, porém, apenas com a sexta colocação em nível local. Nos demais municípios da região, não figurou entre os dez mais votados e em Riozinho não teve apoio de nenhum eleitor. Finalizou o pleito com um total de 1251 votos no Estado, longe de qualquer pretensão de sucesso eleitoral, num partido que também não elegeu nenhum representante em 1990.

No quadro a seguir, apresentamos a relação dos candidatos de outras regiões que figuraram pelo menos uma vez entre os dez mais votados para a Câmara Federal em 1990, no Vale do Paranhana.

Quadro 5 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 1990

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Pratini de Moraes	545	1063	12	142	848	402	3012
Ibsen V. Pinheiro	340	331	321	298	514	139	1943
Victor J. Faccioni	726	31	5	66	324	160	1312
Mendes Ribeiro	167	154	2	132	634	135	1224
Arnaldo da C. Prieto	106	140	3	169	634	19	1071
Gilberto Mosmann	255	357	1	26	264	51	954
Paulo Mincarone	233	176	25	61	140	215	850
Antônio Britto Filho	75	45	5	45	389	235	794
Paulo R. Paim	131	125	78	126	219	45	724
Sérgio A. Bechelli	1	12	187	78	128	8	414
Onildo R. Souza	21	19	1	190	49	125	405
Ivo Mainardi	6	230	1	28	113	6	384
João de Deus Antunes	108	89	3	49	105	29	383
Sangar L.N. Vidal	3	10	-	49	270	4	336
Jorge Uequed	14	13	-	30	270	1	328
Izidoro de O. Lima	141	3	1	1	24	118	288
José Gabriel T. Santos	48	128	5	-	30	77	288
Adão Preto	8	154	8	45	35	25	275
Odacir Klein	27	22	1	84	90	23	247
Luís Roberto A. Ponte	44	12	8	81	68	29	242
Vicente Bogo	26	5	10	121	50	11	223
Germano Rigotto	34	4	2	6	26	142	214
Celso Bernardi	34	29	11	39	95	5	213
Valdomiro Lima	4	182	-	-	23	4	213
Nilton A. da Silva	3	5	2	103	35	56	204
Alcides J. Saldanha	6	24	1	100	47	1	179
Altair J. Amorim	9	32	12	73	21	4	151

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2017). Acesso em: 21/12/2017.

O Quadro 5 apresenta a nominata dos candidatos oriundos de outras regiões do Rio Grande do Sul que figuraram ao menos uma vez entre os dez mais votados nos seis municípios do Vale do Paranhana. Na comparação com o Quadro 4, chama à atenção o fato de que vários deles obtiveram votações mais expressivas do que os concorrentes domiciliados na região.

O destaque foi o candidato Marcus Vinícius Pratini de Moraes (PDS), originário de Porto Alegre, que ostentava em seu currículo passagens pelo Ministério da Indústria e do Comércio e pela própria Câmara Federal. Ele figurou entre os dez mais votados em todos os municípios da região e em dois deles, inclusive, ficou em primeiro lugar (Parobé e Três Coroas), alcançando mais de 3 mil votos no Vale do Paranhana.

O segundo mais votado na região foi Ibsen Valls Pinheiro, que concorria à reeleição pelo PMDB. Originário da região da Fronteira, construiu sua carreira política em Porto Alegre e ganhou notoriedade pela atuação na imprensa regional, mesmo caso do também peemedebista Jorge Alberto Mendes Ribeiro, outro bem votado. Já o caxiense Victor Faccioni (PDS), que também figurou entre os preferidos do eleitorado regional, acumulava vários mandatos legislativos de nível estadual e federal. Vale mencionar, ainda, o desempenho de dois candidatos oriundos do Vale do Sinos no pleito de 1990: Arnaldo da Costa Prieto (PFL) e Gilberto Mosmann (PMDB).

4.1.2 Votação para a Assembleia Legislativa

O Quadro 6 resume a votação dos cinco candidatos com domicílio eleitoral no Vale do Paranhana no pleito de 1990.

Quadro 6 – Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 1990

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Antônio C. Ebling	409	598	22	647	3444	278	5398
Lenoir L. Schönardie	115	23	147	1872	178	20	3939
José Alexandre Haack	92	3083	6	19	593	35	3768
Carlos A. Kellermann	348	76	4	20	2355	172	2975
Fredolino dos Santos	129	1763	1	4	407	82	2386

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2017). Acesso em: 21/12/2017.

O quadro acima mostra que o ex-prefeito de Taquara Antônio Carlos Ebling (PFL) foi quem teve o melhor desempenho entre os concorrentes da região. Ele figurou entre os dez primeiros colocados em todos os seis municípios abrangidos pela pesquisa, mas ficou em

primeiro somente em sua cidade de origem. Ebling pouco ampliou sua votação nos demais municípios do Estado, finalizando o pleito com um total de 7449 votos. Em 1990, o último eleito pelo Partido da Frente Liberal no Rio Grande do Sul entrou com o dobro da votação: Luiz Carlos Festugatto – 14.840.

O sindicalista Lenoir Schönardie (PSDB), ligado ao movimento dos trabalhadores rurais, foi o mais votado em seu município de origem (Rolante) e apareceu entre os dez mais votados em Riozinho (2º) e Taquara (9º). Alcançou um total de 3939 votos no Estado, mas o seu partido não elegeu representantes no pleito de 1990.

O ex-prefeito de Parobé José Alexandre Haack (PDS) alcançou o primeiro lugar entre todos os concorrentes em seu município e também em Igrejinha, ficando com a quinta colocação em Taquara. Nos demais municípios da região não apareceu entre os dez mais votados. Sua votação pouco cresceu no restante do Estado, finalizando com 5317 sufrágios, quantidade insuficiente para postular qualquer chance de eleição. O mesmo aconteceu com seu correligionário Carlos Alberto Kellermann, que teve o melhor desempenho em Taquara, seu domicílio eleitoral, onde ficou em segundo lugar. Também apareceu entre os dez mais votados em Três Coroas (4º) e Parobé (6º). O resultado total de Kellermann em termos estaduais foi de 4415 votos. O último eleito do PDS em 1990 foi Wilson Mânica, com 14.923 sufrágios.

Por fim, o parobeense Fredolino Pereira dos Santos (PDT) teve a melhor performance em seu próprio município e em Igrejinha, conquistando em ambos a segunda colocação. Também ficou entre os dez mais votados em Três Coroas (6ª) e Taquara (7º). O resultado no Estado foi de 4123 votos, quando o candidato eleito pelos trabalhistas com menos apoios naquele ano foi Regina Rossignolo (13.136).

No quadro a seguir, apresenta-se a nominata dos candidatos de outras regiões gaúchas que figuraram entre os dez mais votados em ao menos um dos municípios do Vale do Paranhana na disputa para a Assembleia Legislativa.

Quadro 7 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 1990

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Sérgio P. Zambasi	1663	1035	135	560	1848	1418	6659
Atalábio Foscarini	812	36	1	72	523	425	1869
Régis A. Gonzaga	29	12	-	8	543	14	606
Wilson M. Mânica	419	4	2	-	5	1	431
Valderi Soares	2	261	2	13	18	1	297
Antônio Barbedo	11	9	2	17	243	10	292
João C. Bona Garcia	28	1	203	33	6	3	274
Elói Guimarães	21	12	1	43	169	7	253
Selvino Heck	29	58	1	25	83	25	221
Germano M. Bonow	11	2	145	12	27	3	200
Mário Limberger	12	1	3	165	4	4	189
Renan Schaurich	50	19	16	58	37	1	181
César A. Schirmer	12	6	-	-	79	51	148
Paulo Odone Ribeiro	54	13	2	7	30	39	145
Arno E. Carrard	49	2	-	-	2	86	139
Jairo de Andrade	17	4	-	65	18	2	106
Mercedes Rodrigues	4	4	1	-	8	70	87
Waldir A. Schmidt	1	8	13	15	48	2	87
Jarbas de M. Lima	21	3	28	17	11	5	85
Nilson M. Tavares	65	-	-	-	5	-	70
Antônio Marangon	1	41	3	8	4	9	66
Romildo Bolzan Jr.	-	1	33	25	6	1	66
Anita B. Oliveira	13	1	2	43	2	-	61
Siegfried Dreschler	11	-	-	-	4	42	57
Carlos Giacomazzi	-	45	-	1	5	-	51
Edmundo E. Navarro	2	40	-	-	-	-	42
Firmino Girardello	-	1	11	4	2	1	19

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2017). Acesso em: 21/12/2017.

O Quadro 7 permite observar a força eleitoral do comunicador Sérgio Zambiasi (PTB), que então iniciava sua carreira política. Originário do Vale do Taquari, mas radicado em Porto Alegre, ele foi o campeão de votos do Estado na disputa a Assembleia Legislativa em 1990, atingindo a marca de 320 mil apoios. No Vale do Paranhana, também foi o mais votado, suplantando os candidatos locais no somatório geral e sendo o preferido dos eleitores em Igrejinha e Três Coroas, com larga vantagem sobre os concorrentes.

Outro candidato que figurou entre os mais votados no Vale do Paranhana foi o ex-prefeito de Novo Hamburgo Atalábio Foscarini (PMDB), que conquistou 1869 apoios. O professor Régis Gonzaga (PSDB) justificou sua votação em Taquara pelas raízes familiares, embora estivesse radicado na capital do Estado. Wilson Mânica (PDS), originário de Ijuí, era candidato à reeleição e figurou entre os mais votados graças aos apoios recebidos em Igrejinha.

Considerando-se o potencial de votos do Vale do Paranhana no pleito de 1990 (71.624 eleitores), fica nítida a falta de identificação do eleitorado com as candidaturas regionais, tanto para nível federal quanto para estadual. No primeiro caso, os dois concorrentes oriundos da região não conseguiram somar 2.500 votos, o que representa pouco mais do que 3% do eleitorado total. Enquanto isso, houve a preferência por nomes já “carimbados” do meio político, casos de Pratini de Moraes e Victor Faccioni, ou de figuras que tinham alguma projeção na mídia estadual (exemplos de Ibsen Pinheiro, Mendes Ribeiro e Antônio Britto).

Também não foi diferente o comportamento do eleitorado no que tange à disputa para a Assembleia Legislativa, basta citar a expressiva votação de Sérgio Zambiasi em todos os municípios da região. Considerando os candidatos que entraram com menos votos nos partidos, o Vale do Paranhana teria cacife para eleger de dois a três representantes, mas a dispersão de votos eliminou essa possibilidade. Vale ressaltar também que a concentração de votos foi dificultada pelo grande número de candidaturas, que, em alguns casos, a exemplo de Taquara e Parobé (cada qual com dois concorrentes), denotou a interferência de disputas locais na busca por espaços políticos.

4.2 Eleições gerais de 1994

No pleito de 1994, o Vale do Paranhana novamente contou com dois postulantes à Câmara Federal. Um deles foi o ex-prefeito de Taquara Antônio Carlos Ebling, que se mudara para o PTB, depois de ter concorrido à Assembleia Legislativa pelo PFL no pleito anterior. Também concorreu por uma vaga em Brasília o sindicalista Marcos Aurélio Linden (PT), de Igrejinha, ligado ao movimento dos trabalhadores do setor calçadista.

Na corrida para o parlamento estadual, caiu o número de concorrentes na comparação com o pleito de 1990, apresentando-se desta vez somente dois nomes, ambos ex-prefeitos: Alceu Martins da Rosa, de Taquara, pelo PPR, e Irton Bertoldo Feller, de Parobé, pelo PMDB.

4.2.1 Votação para a Câmara dos Deputados

O quadro a seguir retrata a performance dos dois concorrentes oriundos do Vale do Paranhana nas eleições gerais de 1994.

Quadro 8 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 1994

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Antônio C. Ebling	938	2345	48	922	8156	384	12.793
Marcos A. Linden	1766	124	7	150	174	273	2494

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2017). Acesso em: 21/12/2017.

Comparando-se os Quadros 8 e 6, observa-se um crescimento na votação do candidato Antônio Carlos Ebling (PTB) de 1990 para 1994, embora concorrendo para níveis diferentes. Neste último ano, ele foi o mais votado em três municípios da região (Taquara, Parobé e Rolante) e nos demais ficou em terceiro ou quarto lugar. O total de votos alcançado pelo candidato no Rio Grande do Sul foi de 16.661, demonstrando pouco alcance além das fronteiras regionais. Ebling ficou bem atrás do último eleito pelo PTB em 1994, que foi Osvaldo Biolchi, com 40.043 sufrágios.

Estreante na política e fazendo parte de uma sigla que ainda estava se estruturando na região, o petista Marcos Linden conseguiu ser o mais votado em seu município de origem, Igrejinha, e finalizou entre os dez mais votados em Três Coroas (5º) e Rolante (7º). O total de votos obtidos no Estado foi de 2862, quando o último deputado eleito pelo PT (Luís Fernando Mainardi) naquele ano precisou de quase dez vezes mais para conquistar a vaga (22.656).

No quadro a seguir, apresentamos os concorrentes de outras regiões que figuraram pelo menos uma vez entre os dez mais votados em algum dos municípios da região.

Quadro 9 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 1994

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Júlio Redecker	952	355	115	363	835	273	2893
Eliseu Padilha	270	745	9	315	336	510	2185
Paulo Ritzel	328	249	18	163	221	551	1530
Yeda Crusius	176	372	13	138	577	205	1481
Ivo Mainardi	14	206	472	513	73	9	1287
Nelson Marchezan	174	188	10	118	248	194	932
Paulo R. Paim	65	250	98	141	289	65	908
Victor Faccioni	241	151	4	20	116	69	601
Nelson Proença	62	176	-	7	35	317	597
Adylson Motta	38	90	1	16	327	24	496
Milton Zuanazzi	15	230	-	3	170	23	441
Matheus Schmidt	2	20	20	332	11	5	390
Odacir Klein	53	39	3	38	196	51	380
Adão Pretto	6	265	5	20	33	28	357
José Fortunati	52	18	3	24	185	37	319
João de Deus Antunes	102	122	2	12	62	7	307
Jarbas Lima	35	27	13	26	100	33	234
Ezídio Pinheiro	18	13	13	42	131	14	231
Rubens A. Rodrigues	66	53	-	3	84	17	223
Roberto A. Felten	1	21	15	31	9	45	122
Carlos A. Chiarelli	2	4	38	38	12	3	97

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2017). Acesso em: 21/12/2017.

O Quadro 9 mostra a dispersão de votos na disputa para a Câmara Federal no pleito de 1994, no Vale do Paranhana. Entre os candidatos provenientes de outras regiões, o melhor desempenho foi o de Júlio César Redecker, do PPR, que suplantou a votação do igrejinhense Marcos Linden no cômputo geral dos seis municípios. Natural de Taquari/RS, Redecker construiu sua trajetória política a partir da ligação com o setor calçadista, no Vale do Sinos. No pleito de 1990, compareceu entre os dez mais votados em todos os municípios da região, sempre entre as primeiras posições.

Outro candidato que superou a barreira dos 2 mil votos na região foi Eliseu Padilha (PMDB), cuja carreira política se consolidou no Litoral Norte do Estado, onde foi prefeito de Tramandaí. Destacaram-se também as votações do ex-prefeito de Novo Hamburgo Paulo Ritzel (PMDB), de Yeda Crusius (PSDB), economista que ganhou projeção a partir da sua atuação na imprensa da capital do Estado, e do deputado Ivo Mainardi (PMDB), originário de Sobradinho/RS, na região do Centro-Serra. Todos esses candidatos mencionados elegeram-se no pleito de 1994.

4.2.2 Votação para a Assembleia Legislativa

No quadro a seguir, será demonstrado o desempenho na região dos dois candidatos residentes no Vale do Paranhana na disputa para o parlamento estadual em 1994:

Quadro 10 – Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 1994

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Irton Feller	969	8068	247	490	3730	192	13.696
Alceu Martins	283	420	24	302	2562	287	3878

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2017). Acesso em: 21/12/2017.

Comparando o Quadro 10 com o Quadro 6, é possível observar que a existência de um menor número de concorrentes favoreceu o postulante Irton Bertoldo Feller (PMDB), que obteve uma votação quase três vezes superior à do candidato da região melhor posicionado no pleito de quatro anos antes (Antônio Carlos Ebling). Mesmo assim, o ex-prefeito parobeense não conseguiu atrair um apoio mais expressivo do eleitorado de outras regiões, finalizando a disputa com um total de 15.990 votos. Paulo Odone, o último eleito pelo PMDB no pleito de 1994, conquistou a cadeira com 20.783 votos.

Já o advogado Alceu Martins da Rosa (PPR) ensaiou um retorno ao cenário político, depois de passagens, nas décadas anteriores, pelo Executivo municipal de Taquara, Assembleia Legislativa e Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (PIRES, 2015). Todavia, a votação registrada nos seis municípios do Paranhana demonstrou que seu nome já caía no esquecimento do eleitorado, pois não conseguiu se colocar em primeiro nem mesmo em sua terra natal, onde ficou em segundo lugar, atrás de Irton Feller. Alceu mais do que dobrou sua votação final com os apoios de outras regiões, totalizando 8495 sufrágios, mas não chegou perto do último eleito pelo PPR naquele ano: Wilson Covatti, que fez 21.603 votos.

No quadro a seguir, apresentamos a ordem dos candidatos de outras regiões que figuraram ao menos uma vez entre os dez mais votados da região na disputa para a Assembleia Legislativa Estadual em 1994.

Quadro 11 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 1994

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Sérgio Zambiasi	1329	917	154	830	2240	1134	6604
Maria do Carmo	1097	129	46	349	816	738	3175
João Ervino Fischer	697	388	95	458	894	435	2967
Giovane Feltes	336	149	65	438	189	983	2160
Wilson Mânica	1036	20	-	-	105	112	1273
Régis Gonzaga	23	71	1	34	1024	26	1179
Luiz C. Tomazeli	103	132	1	59	247	240	782
Antônio Machado	271	94	18	182	61	61	687
Edson Pereira Neves	16	55	1	127	456	-	655
Eliseu Santos	237	93	16	43	181	23	593
Celso L. da Rosa	15	30	84	266	26	2	423
Renan Schaurich	97	125	7	62	79	16	386
Ciro Simoni	5	1	61	218	35	44	364
Marcelo Mincarone	7	197	-	-	116	-	320
Pompeo de Mattos	8	7	-	-	256	5	276
Alécio Bloss	27	7	31	126	41	21	253
Antônio Barbedo	12	17	-	20	193	11	253
Nestor Schwertner	139	23	1	8	9	42	222
Antônio Marangon	16	144	-	3	12	21	196
Adolfo José Brito	56	10	-	-	59	82	207
Paulo Odone Ribeiro	25	5	125	17	8	22	202
Genésio F. Monteiro	6	8	10	134	6	3	167
Germano Bonow	3	1	96	24	23	5	152
César Busatto	11	2	1	12	20	89	135

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2017). Acesso em: 21/12/2017.

O Quadro 11 permite visualizar que 24 candidatos figuraram entre os dez mais votados em um ou mais municípios do Vale do Paranhana, na disputa para a Assembleia Legislativa Estadual em 1994. Mais uma vez, destacou-se o desempenho do radialista Sérgio Zambiasi (PTB), então candidato à reeleição, que praticamente reprisou a mesma votação de quatro anos antes na região, suplantando a marca de 6 mil.

Outra candidatura que se ancorou na projeção obtida na mídia da capital do Estado foi a da apresentadora televisiva Maria do Carmo Teixeira Bueno (PPR), que também teve uma performance constante nos seis municípios do Paranhana. Foi o caso, igualmente, de João Ervino Fischer (PPR), mais conhecido por Fixinha, que é natural do interior de Taquara, mas migrou com a família, ainda jovem, para a cidade de Sapiranga, no Vale do Sinos, onde iniciou sua trajetória política. Estreando na corrida para a Assembleia Legislativa, ele figurou entre os

dez mais votados em todos os municípios da região. O ex-prefeito de Campo Bom, também no Vale do Sinos, Giovane Feltes (PMDB) repetiu o mesmo feito em cinco municípios, só ficando de fora em Taquara.

Observa-se que, na eleição de 1994, o contingente do Vale do Paranhana tinha crescido para 84.014 eleitores, o que revela condições de eleger representantes próprios tanto para a Câmara Federal quanto para a Assembleia Legislativa. No entanto, prevaleceu a preferência do eleitorado por nomes que estavam em evidência no cenário político estadual ou que tinham visibilidade na mídia, constatação que se aplica aos dois níveis de disputa. Da mesma forma, percebe-se a penetração de candidatos de regiões vizinhas, principalmente radicados no Vale do Sinos.

Ao se analisar os Quadros 9 e 11, é possível constatar também vários casos de candidaturas que tiveram apoio significativo em algum município especificamente, ao passo que nos demais o desempenho foi bem inferior. Na disputa para a Câmara Federal, podem ser citados os exemplos de Nelson Proença (PMDB) em Três Coroas, de Matheus Schmidt (PDT) em Rolante, de Adylson Motta (PPR) em Taquara e de Adão Preto (PT) em Parobé. A constatação também se aplica aos casos de Celso Luciano da Rosa (PDT), Ciro Simoni (PDT) e Genésio Fernandes Monteiro (PDT), todos em Rolante, de Darci Pompeo de Mattos (PDT) em Taquara e de Antônio Marangon (PT) em Parobé na corrida para a Assembleia Legislativa.

Deduz-se que as votações isoladas em determinado município tenham a ver com o apoio de lideranças políticas locais a correligionários, o que configura a colocação das conveniências partidárias acima dos interesses regionais, muitas vezes em troca de algum favor ou pela afirmação de espaços nas disputas locais. A alta votação do candidato Régis Gonzaga (PSDB) em Taquara, que não se repetiu nos demais municípios da região, pode ser atribuída em boa parte às suas raízes familiares, a exemplo do que já tinha ocorrido em 1990.

4.3 Eleições gerais de 1998

O Vale do Paranhana teve apenas uma candidatura própria nas eleições para a Câmara Federal em 1998. O ex-prefeito de Taquara Antônio Carlos Ebling (PTB) fez uma nova investida ao posto, depois de não ter logrado êxito quatro anos antes. Também concorreu o empresário calçadista Roberto Argenta (PFL), que havia sido prefeito de Igrejinha no início da década, mas então já se encontrava estabelecido em Novo Hamburgo, onde desenvolvia suas atividades profissionais e políticas (FGV/CPDOC, 2009). Argenta, inclusive, conseguiu se eleger, obtendo um total de 57.345 votos no Rio Grande do Sul, dos quais 12.873 saíram do

Vale do Paranhana. Ele foi o mais votado em Igrejinha e Três Coroas e compareceu entre os dez primeiros colocados em todos os municípios da região.

Da corrida para a Assembleia Legislativa participaram cinco candidaturas regionais. Três delas eram oriundas de Taquara: o ex-prefeito Ari Pereira Rodrigues (PPB), o sindicalista e ex-vereador Délcio Hugentobler (PDT) e ainda Jozsef Cseke (PSDB), então integrante do Legislativo municipal. Outra vereadora em mandato, Gilda Maria Haack (PTB), concorreu por Parobé, e o professor Luís Carlos Trombetta (PT), candidatou-se por Igrejinha.

4.3.1 Votação para a Câmara Federal

O quadro a seguir apresenta a votação do candidato regional Antônio Carlos Ebling, nos seis municípios do Vale do Paranhana, no pleito de 1998.

Quadro 12 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 1998

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Antônio C. Ebling	585	2834	78	548	7696	449	12.190

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 05/01/2018.

Ao comparar-se o desempenho de Antônio Carlos Ebling nas eleições de 1994 (Quadro 8) e de 1998 (Quadro 12), constata-se que o candidato praticamente repetiu a mesma votação, com uma ligeira diminuição do primeiro para o segundo pleito. Ele figurou entre os quatro primeiros colocados em todos os municípios da região, obtendo a liderança em Parobé e Taquara, com um total 17.354 votos no Estado. O número, todavia, não permitiu vislumbrar qualquer possibilidade de eleição, considerando que o deputado eleito pelo PTB com menos votos naquele ano foi Luiz Carlos Riela, com 47.346.

No quadro a seguir, apresentamos a relação dos candidatos radicados em outras regiões que constaram, ao menos uma vez, entre os dez mais votados em algum dos seis municípios do Vale do Paranhana em 1998.

Quadro 13 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 1998

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Roberto Argenta	6087	2012	54	542	2462	1716	12.873
Waldir A. Schmidt	319	898	668	1615	693	410	4603
Júlio César Redecker	953	464	188	671	780	255	3311
Paulo R. Paim	312	584	70	406	810	142	2324
Pedro H. Bertolucci	643	122	31	171	761	573	2301
Paulo A. Ritzel	79	341	2	57	415	865	1759
Paulo José Gouvea	152	313	3	79	282	144	973
Tarcísio Zimmermann	392	378	4	44	101	49	968
Atalábio Foscarini	150	111	6	67	406	137	877
Pompeo de Mattos	37	333	3	11	440	36	860
Yeda Crusius	57	317	27	64	230	69	764
Vicente Selistre	40	499	6	55	75	69	744
César Schirmer	18	193	18	272	204	17	722
Nelson Proença	39	259	5	29	157	194	683
Synval Guazzelli	12	74	7	9	353	33	488
Ary José Vanazzi	18	139	12	42	21	185	417
Jairo Carneiro	103	15	10	159	78	19	384
Edir Oliveira	2	41	11	265	39	1	359
Ezídio Pinheiro	3	46	24	103	175	5	356
Elói Guimarães	4	25	25	8	213	2	277
Gérson de A. Silva	12	13	7	3	38	190	263
Olímpio S. Albrecht	8	23	55	63	23	16	188
Milton Zuanazzi	4	48	24	13	52	35	176

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 05/01/2018.

O Quadro 13, quando analisado conjuntamente com os quadros das eleições anteriores, permite observar que o número de candidatos que aparecem entre os 10 mais votados nos municípios da região costuma superar a marca dos 20 nomes.

Em 1998, destacou-se a votação do ex-prefeito de Igrejinha e empresário calçadista Roberto Argenta (PFL), então já radicado em Novo Hamburgo, e que foi comentada anteriormente. Outros dois candidatos fixados no Vale do Sinos que tiveram bom desempenho no Vale do Paranhana foram os peemedebistas Waldir Artur Schmidt, ex-prefeito de São Leopoldo, e Paulo Artur Ritzel, que comandou o Executivo municipal de Novo Hamburgo. O primeiro deles chegou a ser o mais votado em Rolante e Riozinho.

O deputado reeleito Júlio César Redecker (PPB) também se manteve entre os mais votados e, inclusive, ampliou sua votação em nível regional na comparação com a de 1994.

Despontou também o nome do petista Paulo Renato Paim, que nasceu em Caxias do Sul/RS, mas se projetou no movimento dos trabalhadores metalúrgicos em Canoas/RS. Ele apareceu entre os dez mais votados em cinco municípios da região (exceção a Três Coroas), o mesmo ocorrendo com o ex-prefeito de Gramado Pedro Henrique Bertolucci (PPB), que só não conseguiu o feito em Parobé.

4.3.2 Votação para a Assembleia Legislativa

No quadro a seguir, apresentamos a votação dos cinco candidatos radicados no Vale do Paranhana que concorreram ao parlamento estadual em 1998.

Quadro 14 – Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 1998

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Ari P. Rodrigues	306	1040	19	421	7654	112	9552
Délcio Hugentobler	103	286	6	25	3517	166	4103
Gilda M. Haack	613	9985	27	135	1139	98	11.997
Jozsef Cseke	25	55	-	7	1086	66	1239
Luís C. Trombetta	2171	690	35	129	512	734	4271

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 05/01/2018.

O Quadro 14 demonstra que o melhor desempenho entre os candidatos do Paranhana foi o da então vereadora por Parobé Gilda Maria Haack (PTB). Ela foi a mais votada em seu município de origem, mas não apareceu entre os dez mais votados em Três Coroas. Gilda alcançou 15.471 votos no Estado, o que lhe valeu a segunda suplência do partido naquele ano e a condição de assumir uma vaga na Assembleia, pelo período de um mês, já no final da legislatura, no início de 2003 (MENSAGEIRO DO VALE, 2007).

O ex-prefeito de Taquara Ari Pereira Rodrigues (PPB) foi o segundo mais votado entre os candidatos da região, embora não tenha comparecido entre os dez primeiros em Riozinho e Três Coroas. Sua votação final no Estado (16.884) o deixou longe de almejar uma vaga pelo seu partido, cujo último deputado eleito foi Otomar Vivian, com uma votação superior à casa dos 30 mil votos.

O professor igrejinense Luís Carlos Trombetta (PT) foi o preferido dos eleitores do seu município e se colocou entre os dez primeiros também nos outros cinco da região. A votação, entretanto, pouco cresceu no restante do Estado, finalizando com 5.859 apoios. O deputado estadual eleito pelo PT com menos votos foi Paulo Pimenta (23.668).

Délcio Hugentobler (PDT) compareceu entre os dez mais votados em três municípios do Paranhana (Taquara, Parobé e Três Coroas), totalizando 5259 sufrágios na soma do Estado. Adroaldo Loureiro, o último eleito pelo partido, precisou de 23.148 votos para conquistar o mandato. Por fim, o candidato Jozsef Cseke (PSDB) posicionou-se entre os dez mais votados apenas em Taquara, onde exercia a vereança, somando 1431 votos em todo o Rio Grande do Sul. Seu correligionário Adilson Troca conquistou a última vaga do partido com onze vezes mais votos (16.715).

Na sequência, apresentamos a relação dos candidatos de outras regiões que figuraram ao menos uma vez entre os dez mais votados para a Assembleia Legislativa.

Quadro 15 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 1998

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
João Ervino Fischer	1632	397	205	1267	1848	549	5898
Sérgio Zambiasi	1028	318	97	376	1010	1528	4357
Giovani Feltes	566	362	34	495	95	1301	2853
Paulo Odone Ribeiro	233	162	577	1296	56	198	2522
Celso L. da Rosa	29	23	185	602	43	10	892
Paulo Sérgio Moreira	151	236	3	66	248	138	842
Ademir J. Schneider	475	66	1	12	30	209	793
Wilson Mânica	656	7	-	-	11	10	684
Jair Foscarini	80	37	4	49	105	317	592
Eliseu Santos	171	55	31	68	97	19	441
Ernesto O. Ramacho	11	156	3	16	197	15	398
Antônio Barbedo	62	57	9	14	196	34	372
Luciana Genro	16	10	17	260	46	22	371
João Arno A. Amaral	20	306	-	2	41	1	370
Germano Bonow	71	7	50	14	61	162	365
Ciro Simoni	5	19	79	94	17	47	261
João Luiz Vargas	6	5	-	186	11	-	208

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 05/01/2018.

Na comparação entre os Quadros 15 e 11, que mostram, respectivamente as votações de candidatos de outras regiões nos pleitos de 1998 e 1994, percebe-se a afirmação de algumas candidaturas entre o eleitorado do Paranhana. O caso mais notório é o de João Ervino Fischer (PPB), o Fixinha, então candidato à reeleição, que ampliou substancialmente a sua performance eleitoral. O parlamentar, que tinha Sapiranga, no Vale do Sinos, como principal base eleitoral,

praticamente dobrou a sua votação, passando de 2967 votos em 1994 para 5898 em 1998, o que lhe valeu o terceiro lugar no cômputo geral da região.

Também com sua vida política iniciada no Vale do Sinos, o ex-prefeito de Campo Bom Giovanni Feltes (PMDB) foi outro que ampliou a votação no Vale do Paranhana, comparecendo entre os dez mais votados em todos os municípios, com exceção a Taquara. Já o radialista Sérgio Zambasi (PTB), radicado em Porto Alegre, reduziu a sua votação, mas ainda assim ficou à frente de vários concorrentes locais. Outro candidato oriundo da Capital que obteve um desempenho significativo foi Paulo Odone Ribeiro (PMDB), então já notabilizado nos meios esportivos como dirigente do Grêmio Foot-ball Porto-Alegrense, e que, inclusive, foi o preferido dos eleitores de Rolante e Riozinho.

Visto de uma forma geral, o Quadro 15 revela uma menor variação de nomes entre os mais votados para a Assembleia Legislativa na região, o que foi favorecido, provavelmente, pela colocação na disputa de um maior número de candidatos locais.

O contingente eleitoral do Vale do Paranhana em 1998 já estava em 95.137 pessoas aptas a votar, o que, novamente, denota condições de eleger representantes locais, seja para deputado federal, seja para estadual. Todavia, prevaleceu a forte influência de candidaturas provindas de regiões vizinhas, notadamente do Vale do Sinos. Tal ocorrência pode ser atribuída em parte ao fato de o Vale do Paranhana ter sido política e administrativamente ligado a essa região vizinha até um passado recente, somente materializando a sua desvinculação a partir da constituição do Conselho Regional do Vale do Paranhana/Encosta da Serra, já no início da década de 1990.

4.4 Eleições gerais de 2002

Nas eleições gerais de 2002, o Vale do Paranhana contou outra vez com apenas uma candidatura à Câmara Federal, representada pelo então vereador por Parobé Elemar Miguel Schaefer (PPS), que utilizava o codinome político Nego Schefa. Da mesma forma como ocorrera quatro anos antes, foram propostos cinco nomes para o parlamento estadual. Somente de Parobé provieram três candidaturas: o ex-prefeito Irton Bertoldo Feller (PMDB), a ex-vereadora Gilda Maria Haack (PTB) e o então titular do Legislativo municipal Valcir Francisco Moreira (PFL). O professor Luís Carlos Trombetta (PT), que havia concorrido a deputado em 1998 e tentado a Prefeitura de Igrejinha em 2000, também se apresentou novamente. Por Taquara concorreu o então vereador pelo PHS Idalci Renato Lamperti.

4.4.1 Votação para a Câmara Federal

O quadro a seguir mostra a votação do candidato Elemar Miguel Schaefer na disputa para a Câmara Federal em 2002.

Quadro 16 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 2002

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Elemar M. Schaefer	64	4153	22	52	281	85	4657

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 28/02/2018.

O concorrente, conforme demonstra o Quadro 16, auferiu a votação mais expressiva em Parobé, seu município de origem, onde postou-se em primeiro lugar. Porém, em nenhum dos outros cinco municípios da região figurou entre os dez mais votados. No total do Estado, Elemar Schaefer obteve um total de 7156 sufrágios, número muito abaixo dos 87.693 obtidos por Nelson Proença, o deputado federal que se elegeu com menos votos pelo PPS em 2002.

No quadro a seguir, apresentamos a relação dos candidatos de outras regiões que figuraram ao menos uma vez entre os dez mais votados nos municípios do Paranhana, no pleito em análise, na disputa para a Câmara dos Deputados.

Quadro 17 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2002

(continua)

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Eliseu Padilha	2423	2497	659	2287	5250	2391	15.507
Roberto Argenta	1881	1527	93	704	4319	630	9154
Júlio C. Redecker	2427	1300	340	935	2330	1214	8546
Tarcísio Zimmermann	2136	1475	59	226	904	1169	5969
Pompeo de Mattos	119	1020	94	673	2111	54	4071
Maria do Rosário	1247	1173	13	278	491	288	3490
Yeda Crusius	391	1339	38	166	1081	362	3377
Ary J. Vanazzi	574	404	145	461	775	196	2555
Paulo J. Gouvea	660	571	15	228	697	229	2400
Luís Carlos Barbosa	117	1164	39	101	531	235	2187
Paulo Pimenta	42	607	49	522	630	41	1891
Beto Albuquerque	209	308	147	240	394	125	1423
Alceu Collares	96	188	8	96	680	162	1230
Adão Pretto	97	583	5	36	113	365	1199
Sônia M.C. Santos	212	119	10	25	131	544	1041

(conclusão)

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
José Otávio Germano	357	92	9	44	365	102	969
Mendes Ribeiro Filho	49	265	7	19	145	436	921
Paulo Odone Ribeiro	89	330	106	181	118	44	868
João Augusto Nardes	19	116	5	38	662	13	853
Luciana Genro	58	109	100	172	180	57	676
Miki Breier	6	49	25	233	41	7	361
Enio Bacci	10	65	69	17	107	1	269

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 28/02/2018.

No Quadro 17, destaca-se o desempenho do candidato Eliseu Padilha (PMDB), ex-prefeito de Tramandaí/RS, que suplantou com folga os demais concorrentes na disputa para a Câmara Federal em nível de região, alcançando mais de 15 mil apoios. Ele superou, inclusive, as votações obtidas pelo ex-prefeito de Taquara Antônio Carlos Ebling, originário do Vale do Paranhana, nos dois pleitos anteriores.

Padilha também se sobressaiu em relação ao então deputado Roberto Argenta (PHS), ex-prefeito de Igrejinha, radicado em Novo Hamburgo. Buscando um novo mandato, Argenta diminuiu a sua votação no Vale do Paranhana e, mesmo tendo alcançado 54.267 na soma do Estado, não conseguiu se reeleger.

Júlio César Redecker (PPB) repetiu o feito das eleições de 1994 e 1998 e novamente se posicionou entre os mais votados da região, mas desta vez ampliando consideravelmente os seus votos, que passaram de 8,5 mil.

Percebe-se também a presença de vários nomes do Partido dos Trabalhadores entre os mais votados, exemplos de Tarcísio Zimmermann, Paulo Pimenta, Maria do Rosário, Adão Pretto, Ary Vanazzi e Luciana Genro. Praticamente todos mantiveram regularidade na votação nos seis municípios, denotando o crescimento e a estruturação do PT no contexto regional, no mesmo ano que em Luiz Inácio Lula da Silva conquistava pela primeira vez a presidência da República.

4.4.2 Votação para a Assembleia Legislativa

O quadro a seguir traz a votação obtida pelos cinco concorrentes domiciliados no Vale do Paranhana, na disputa para o parlamento estadual, em 2002.

Quadro 18 – Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2002

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Gilda M. Haack	1801	10776	208	1354	5339	1280	20.758
Idalci R. Lamperti	318	275	239	850	4591	117	6390
Irton B. Feller	1256	4473	341	1094	4038	1171	12373
Luís C. Trombetta	3641	1372	72	351	1352	1470	8258
Valcir F. Moreira	32	700	-	-	27	8	767

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 28/02/2018.

Constata-se no Quadro 18 a força eleitoral da candidata Gilda Maria Haack (PTB) na comparação com os demais concorrentes para a Assembleia Legislativa. A ex-vereadora por Parobé havia feito uma primeira tentativa para ser deputada em 1998, quando ficou na suplência do partido, e em 2000 disputou o comando do Executivo em seu município com Irton Feller, perdendo a disputa.

Nesta eleição de 2002, Gilda foi a campeã de votos em Parobé e Taquara e apareceu entre os quatro primeiros colocados nos demais municípios da região. O resultado final no Rio Grande do Sul foi de 28.989 votos, que lhe valeu a terceira suplência no PTB. No início de 2007, já com o nome de Gilda Maria Kirsch, foi novamente chamada pela Assembleia para assumir um mandato de 30 dias, no final da legislatura, mas desta vez recusou a convocação, uma vez que já exercia o cargo de prefeita de Parobé desde 2004 (MENSAGEIRO DO VALE, 2007).

Irton Bertoldo Feller (PMDB), que havia renunciado ao cargo de prefeito de Parobé para concorrer, não alcançou o intento de se eleger como deputado, perfazendo 16.371 votos no Estado. O último eleito pelo seu partido naquela eleição foi Nelson Harter Filho (27.625 votos).

Valcir Francisco Moreira (PFL), o outro representante de Parobé envolvido na disputa, praticamente ficou com sua votação confinada ao próprio município de origem e sequer foi mencionado pelos eleitores de Rolante e Riozinho. A votação final no Estado foi de 1141, quando o único eleito pelo partido naquele ano, Marlon Santos, precisou de 32.845 votos para conquistar a vaga.

O vereador Idalci Renato Lamperti (PHS) foi o segundo mais votado em Taquara, onde exercia seu mandato, e conseguiu a terceira colocação em Igrejinha e Riozinho, mas em Três Coroas não apareceu entre os dez mais votados. Somou 7443 votos no Rio Grande do Sul, e sua agremiação não compôs bancada na Assembleia em 2002.

Já o professor Luís Carlos Trombetta (PT) quase conseguiu dobrar sua votação regional na comparação com quatro anos antes, mas ela pouco se ampliou fora das fronteiras do

Paranhana, estacionando nos 10.784 votos. O PT precisou de 26.285 para colocar Fabiano Pereira como o último integrante da bancada.

No quadro a seguir, apresentamos a relação dos candidatos de outras regiões que constaram ao menos uma vez entre os dez mais votados em um ou mais municípios do Vale do Paranhana nas eleições gerais de 2002.

Quadro 19 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2002

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
João Ervino Fischer	2326	702	344	1208	2814	925	8319
Antônio D. Maciel	534	279	6	28	808	1220	2875
Adão Villaverde	424	278	6	30	426	98	1262
José Dalton C. Duarte	192	265	4	75	397	121	1054
Sérgio Stasinski	2	19	99	788	57	2	967
Eliseu Santos	169	112	43	328	272	37	961
Dionilso Marcon	116	349	23	30	134	264	916
Jair Foscarini	196	30	5	59	151	453	894
Edemar J. Rambo	592	33	1	172	32	45	875
Abílio A. dos Santos	8	64	7	48	633	18	778
Floriza dos Santos	43	97	26	54	278	244	742
Manuel A.R. Valente	9	18	1	34	320	320	702
José Jorge R. Branco	17	175	-	12	466	7	677
Milton A. Wust	62	21	86	458	16	34	677
Celso L. da Rosa	13	32	171	421	32	7	676
Sérgio J. de Freitas	365	86	-	37	74	109	671
Edemar Vargas	59	273	3	30	202	20	587
Paulo Roberto Bier	8	21	28	230	112	23	422
Vicente Selistre	27	100	54	141	75	11	408
Jorge A. Bertoluci	31	7	-	2	24	208	272
Roque Graziotin	3	8	79	10	12	10	122

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 28/02/2018.

Observa-se no Quadro 19 que o candidato João Ervino Fischer (PPB) manteve a trajetória de afirmação da sua influência política no Vale do Paranhana, experimentando um novo crescimento na votação, agora já concorrendo ao terceiro mandato. Ele esteve entre os dez mais votados em todos os municípios da região e foi o primeiro colocado em Riozinho. Na comparação com os cinco concorrentes domiciliados no Paranhana, Fixinha, como é também conhecido, só ficou atrás de Gilda Maria Haack (PTB), batendo os demais em número de votos.

A votação de Antônio Dorneu Cardoso Maciel (PPB) também tendeu a refletir a força eleitoral do seu partido no Vale do Paranhana. O candidato era originário de São Francisco de Paula e contabilizava em seu currículo passagens pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a própria Assembleia Legislativa do Estado, onde foi diretor-geral (FONSECA, 2011).

Já o desempenho de José Dalton Cardozo Duarte pode ser vinculado à emergência do voto evangélico, pois o candidato era pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, possivelmente radicado em Porto Alegre na época da eleição (ORO, 2003).

Por fim, na análise da disputa para a Assembleia Legislativa, ainda merece ser salientada a inclusão de vários nomes do Partido dos Trabalhadores entre os mais votados da região, casos de Adão Villaverde, Sérgio Stasinski (ex-prefeito de Gravataí), Edemar José Rambo, Dionilso Marcon, José Jorge Rodrigues Branco e Roque Graziotin. Enquanto alguns registraram votações mais regulares, outros tiveram desempenho mais pontuais, possivelmente atrelados ao apoio de lideranças locais. De qualquer forma, o fato espelha a ascensão da estrela petista que então se configurava no contexto regional, no momento em que o partido chegava à presidência da República.

No pleito de 2002, o Vale do Paranhana já tinha rompido a barreira dos 100 mil eleitores, passando a abrigar 112.562 habitantes em condições de votar. Tal contingente novamente detinha a capacidade de eleger representantes próprios, o que na prática não se confirmou. Prevaleceu a interveniência de outros fatores que se sobrepuseram à preocupação do eleitorado em constituir uma representação política a partir de candidatos domiciliados na própria região. Constatou-se que, em vez disso, outras motivações acabaram falando mais alto no momento de depositar o voto na urna, como a projeção e o destaque obtido pelo candidato na carreira política, a sua vinculação partidária e até mesmo possíveis raízes familiares ou ligações religiosas.

4.5 Eleições gerais de 2006

Talvez influenciadas pelo insucesso de tentativas anteriores, as eleições gerais de 2006 apresentaram como particularidade a não apresentação de candidatura própria do Vale do Paranhana na disputa para a Câmara dos Deputados. O número de postulantes à Assembleia Legislativa também diminuiu na comparação com o pleito anterior, mas três deles estavam radicados na mesma cidade: Parobé. Eram eles Irton Feller (PMDB), ex-prefeito, Clademir Belchior Bragança (PT), ex-vereador e candidato ao Executivo municipal em 2004, e Cláudio

Barros (PSB), marido da então prefeita Gilda Maria Kirsch. O quarto nome colocado na disputa pela região foi o do professor Luís Carlos Trombetta (PSB), que estava no exercício da vereança em Igrejinha.

4.5.1 Votação para a Câmara Federal

No quadro a seguir, apresentamos a relação dos candidatos que constaram entre os dez mais votados em, pelo menos, um município da região na disputa para o parlamento federal em 2006, considerando que não houve participação de nenhum concorrente domiciliado no Vale do Paranhana.

Quadro 20 – Candidatos que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2006

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Renato Molling	1894	4219	265	1064	3121	1162	11725
Eliseu Padilha	895	1171	430	2186	2235	2177	9094
Tarcísio Zimmermann	1860	3593	184	541	1227	1490	8895
Júlio Redecker	1248	1149	240	1351	2682	431	7101
Maria do Rosário	883	2406	56	149	588	186	4268
Pompeo de Mattos	110	751	14	95	3143	52	4165
Beto Albuquerque	1921	557	34	217	780	589	4098
Manuela D'Ávila	974	794	65	229	1470	432	3964
Vicente Selistre	258	1193	692	256	425	115	2939
Mendes Ribeiro F ^o	131	913	30	15	286	743	2118
Vieira da Cunha	274	79	17	1044	460	68	1942
Luciana Genro	244	257	18	119	635	217	1490
Osmar Terra	414	127	1	14	733	89	1378
Adão Pretto	38	865	16	68	96	181	1264
Vilson Covatti	199	372	24	278	245	138	1256
José Otávio Germano	185	181	12	67	736	74	1255
Ibsen Pinheiro	177	125	47	62	546	190	1147
Luiz Carlos Busato	590	38	10	137	208	51	1034
Germano Bonow	29	173	-	16	278	59	555
Paulo Pimenta	129	83	17	153	79	14	475
Vinícius Ribeiro	15	16	-	11	34	197	273
Enio Bacci	9	53	60	11	26	-	159

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 08/03/2018.

Mesmo sem a presença de candidatos próprios do Vale do Paranhana em 2006, observa-se no Quadro 20 a manutenção de alguns padrões de comportamento já identificados no

eleitorado regional em eleições anteriores. Um deles é a forte inclinação ao apoio de candidaturas oriundas de regiões vizinhas, especialmente do Vale do Sinos. No pleito em questão, essa conduta se materializou, por exemplo, na expressiva votação obtida por Renato Molling (PP), ex-prefeito de Sapiranga, que figurou entre os três primeiros colocados em todos os municípios do Paranhana, sendo o mais votado em Parobé.

O desempenho de Tarcísio Zimmermann (PT) também pode ser inserido nesse contexto. O candidato, mesmo sendo natural de Santo Cristo/RS, já estava radicado em Novo Hamburgo desde o final da década de 80, vindo, inclusive, a eleger-se mais tarde prefeito dessa cidade. Em 2006, já concorrendo à reeleição para deputado, apareceu entre os dez mais votados em todos os municípios do Paranhana, aumentando consideravelmente a sua votação na comparação com a de quatro anos antes.

Júlio César Redecker (PSDB) conseguiu a reeleição para o quarto mandato consecutivo, posicionando-se novamente como um dos mais votados no Vale do Paranhana. O parlamentar viria a falecer no ano seguinte, como uma das vítimas do avião da companhia aérea TAM que se desastrou ao pousar no aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Outro candidato que mais uma vez confirmou seu prestígio político na região foi Eliseu Padilha, ex-prefeito de Tramandaí, então já emplacando vários mandatos consecutivos na Câmara Federal, além de uma passagem pelo Ministério dos Transportes no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em Taquara, evidenciou-se, de forma isolada, a votação do candidato Darci Pompeo de Mattos (PDT), certamente influenciada pelo apoio de lideranças políticas locais, o que não se repetiu nos demais municípios da região.

4.5.2 Votação para a Assembleia Legislativa

No quadro a seguir, apresenta-se o desempenho eleitoral dos quatro candidatos oriundos do Vale do Paranhana nas eleições de 2006.

Quadro 21 – Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2006

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Belchior Bragança	789	8578	164	356	2548	458	12.893
Cláudio Barros	196	5643	904	448	2963	197	10.351
Irton Feller	1036	5257	206	1245	3268	2256	13268
Luís C. Trombetta	4006	121	24	143	711	737	5742

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 08/03/2018.

Conforme já referido anteriormente, três dos quatro postulantes do Vale do Paranhana à Assembleia Legislativa em 2006 tinham Parobé como sua principal base eleitoral, onde todos tiveram o melhor desempenho, como se pode visualizar no Quadro 21. A situação configura a forte disputa no município, representada por três correntes políticas, e que foi trazida nesse ano para o cenário regional.

Embora tenha perdido a “briga” doméstica, Irton Bertoldo Feller (PMDB) levou uma ligeira vantagem na soma dos votos em toda a região, tendo sido, inclusive, o mais votado em Três Coroas, onde o seu partido emplacava uma sucessão de mandatos no comando do Executivo municipal. Sua performance, todavia, pouco cresceu fora do Vale do Paranhana, batendo nos 17.240 sufrágios. Para alcançar a cadeira na Assembleia teria sido necessário mais do que dobrar a votação – Nelson Harter, o eleito com menos votos do PMDB, entrou com 35.747.

Clademir Belchior Bragança (PT) acabou levando a melhor na disputa paroquial em Parobé e constou no grupo dos dez mais votados em todos os municípios do Paranhana. No somatório final, porém, ficou atrás de Irton Feller tanto em nível regional quanto estadual, obtendo um total de 14.783 votos. Adão Villaverde, o último a compor a bancada petista, suplantou a marca dos 31 mil.

Cláudio Barros (PSB), o terceiro candidato radicado em Parobé, não conseguiu chegar entre os dez primeiros em Igrejinha e Três Coroas, mas foi o mais votado em Riozinho. No Estado, sua votação ficou em 15.548. Seu correligionário Luís Carlos Trombetta ficou em primeiro em Igrejinha, onde exercia o cargo de vereador, todavia não integrou a dezena de candidatos preferidos dos eleitores de Riozinho e Rolante, perfazendo um total de 7495 votos em todo o Rio Grande do Sul. Miki Breier foi o deputado estadual eleito pelo PSB com menor número de votos em 2006 – 21.823.

No quadro a seguir, apresentamos a relação de candidatos oriundos de outras regiões do Estado que figuraram, pelo menos uma vez, entre os dez preferidos pelos eleitores em um ou mais municípios do Vale do Paranhana.

Quadro 22 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2006

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
João Ervino Fischer	2220	890	224	1424	3584	925	9267
Vítor F. Bertini	23	23	8	114	1146	96	1410
Kalil Sehbe	237	25	3	59	690	236	1250
Paulo Odone Ribeiro	248	175	25	120	428	244	1240
Arnaldo Kney	15	23	162	766	212	9	1187
Paulo Borges	284	98	14	93	389	257	1135
Luís Augusto Lara	587	18	11	244	65	193	1118
Ciro Simoni	146	11	44	868	33	15	1117
Jorge Drumm	160	20	4	1	149	658	992
Egon Kirchheim	32	51	3	14	37	812	949
Alberto Oliveira	533	11	7	11	62	285	909
Abílio dos Santos	176	33	6	21	636	12	884
Elias Vidal	75	93	2	115	551	19	855
Carlos Gomes	111	165	8	131	291	127	833
Carlinhos Vargas	530	21	1	-	149	46	747
Jair Reinheimer	24	28	87	355	159	61	714
Paulo Kopschina	15	21	84	434	48	38	640
Edson Portilho	356	9	-	50	128	95	638
Getúlio Feix	11	7	36	33	517	1	605
Dionilso Marcon	313	68	-	12	47	138	578
Daniel Bordignon	163	14	17	229	60	12	495
Silvana Covatti	90	105	7	71	121	89	483
Álvaro Boessio	47	130	-	6	215	74	472
Humberto Goulart	327	3	3	24	10	31	398
Tânia Koppe	33	14	-	4	8	271	330
Adolfo José Brito	17	17	171	83	6	3	297
Edemar Vargas	35	127	2	8	27	4	203
Floriza dos Santos	4	19	40	57	28	9	157

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 08/03/2018.

O nome do deputado João Ervino Fischer (PP), que estava indo para o seu quarto mandato na Assembleia, desponta no Quadro 22, tendo sido, de forma disparada, o preferido pelos eleitores da região entre os candidatos não domiciliados no Paranhana. Como já comentado anteriormente, o parlamentar tem origens familiares em Taquara, mas iniciou a trajetória política como vereador em Sapiranga/RS, onde sua família se radicou. No pleito de 2006, ele ficou atrás de três concorrentes radicados no Vale do Paranhana, mas compareceu entre os dez mais votados em todos os municípios da região, sendo o primeiro colocado em Taquara e Rolante.

Analisando a presença dos demais nomes no quadro, percebe-se que boa parte deles foi alavancada por apoios localizados, muitas vezes em um só município. São exemplos que podem ser citados:

- em Taquara, com as votações de Vítor Bertini (PMDB), ex-gerente da Corsan, radicado de Porto Alegre, de Kalil Sehbe (PDT), natural de Caxias do Sul, ex-secretário estadual da Ciência e Tecnologia, e de Abílio dos Santos (PTB), ex-prefeito de Gravataí/RS;

- em Rolante, com as votações de Ciro Simoni (PDT), ex-prefeito de Osório/RS, de Arnaldo Kney (PSDB), ex-prefeito de Ivoti, e de Paulo Kopschina (PMDB), empresário de Novo Hamburgo/RS;

- em Três Coroas, com as votação de Jorge Drumm (PSDB), empresário de Gramado, e de Egon Kirchheim (PT), vereador em Sapiranga;

- em Riozinho, com a votação de Adolfo Brito (PP), ex-prefeito de Sobradinho/RS.

Vários fatores podem ter contribuído para a incidência desses “surto” isolados de votação conferidos a concorrentes sem vínculos diretos com os municípios citados. Um dos mais prováveis é o engajamento de lideranças políticas locais, seja para cumprimento de compromissos partidários, seja por retribuição a favores ou benefícios obtidos, mesmo que não de ordem particular. A proximidade geográfica das principais bases eleitorais dos candidatos e o poderio financeiro são outras variáveis que podem ter influenciado a opção dos eleitores.

A votação protagonizada por Paulo Borges (PFL) se insere num outro contexto, que diz respeito ao fascínio exercido por quem tenha obtido algum tipo de destaque na mídia. Naquele ano, o candidato concorreu com o slogan de “Homem do Tempo”, numa referência às previsões meteorológicas que realizava numa emissora de televisão da Capital do Estado, credencial que ajudou a catapultá-lo ao posto de campeão de votos da eleição de 2006 em todo Rio Grande do Sul, com mais de 113 mil apoios nas urnas.

De qualquer maneira, fica evidente que o Vale do Paranhana, então com um contingente de quase 124 mil votantes, reunia forças para eleger seus próprios representantes na disputa para a Assembleia Legislativa, já que não houve inscritos para a Câmara Federal. A propósito, vale reiterar o caso do Partido Socialista Brasileiro, que tinha dois candidatos próprios na região e que elegeu seu último deputado estadual com pouco mais de 20 mil votos.

Além da dispersão do eleitorado, ficou bastante claro que disputas municipais se imiscuíram no processo, tanto é verdade que três candidaturas provieram de uma mesma cidade e, da mesma forma que buscavam a afirmação de espaços locais, acabaram por anular-se umas às outras, reduzindo as possibilidades de êxito em nível regional.

4.6 Eleições gerais de 2010

No pleito disputado em 2010, o Vale do Paranhana voltou a contar com candidatos residentes em seus domínios na disputa para a Câmara dos Deputados, coincidentemente provindas da mesma cidade: Igrejinha. Concorreram o ex-prefeito Elir Domingo Girardi, pelo PTB, e o professor e ex-vereador Luís Carlos Trombetta, pelo PSB.

Cláudio Barros (PTB), esposo da então prefeita de Parobé, Gilda Kirsch, fez uma nova investida para a Assembleia Legislativa, competindo em nível local com o vereador Cláudio Silva (PT), que, dois anos depois, chegaria ao comando do Executivo municipal. José Adelar dos Santos (PDT), ex-vereador por Três Coroas, e o zootecnista taquarense Luiz Augusto Müller (PSDB), conhecido pelo apelido Tuty, também apresentaram seus nomes na disputa por uma vaga no parlamento estadual.

4.6.1 Votação para a Câmara Federal

No quadro que segue, será apresentado o desempenho dos candidatos radicados no Vale do Paranhana na eleição para deputado federal em 2010 nos seis municípios que compõem a região.

Quadro 23 - Votação para deputado federal dos candidatos da região – 2010

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Elir Girardi	11.200	4081	44	214	6796	2195	24.530
Luís C. Trombetta	1645	628	45	607	1494	553	4972

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 10/03/2018.

Ex-prefeito de Igrejinha por três mandatos, Elir Domingo Girardi (PTB) conseguiu o apoio de quase 50% do eleitorado local no pleito de 2010, tendo sido também o primeiro colocado em Taquara e Três Coroas. Tal desempenho, todavia, não encontrou eco em outros municípios do Paranhana, onde sequer chegou a ser mencionado entre os dez mais votados – casos de Rolante e Riozinho. Girardi, que é natural de Lajeado/RS, conseguiu se aproximar dos 25 mil votos na região, conforme se pode observar no Quadro 23, mas pouco ampliou sua votação no restante do Estado, estacionando em 27.843. Naquele ano, Luiz Carlos Busatto elegeu-se como deputado federal com menor votação pelo PTB com 85.832 sufrágios.

O professor Luís Carlos Trombetta (PSB) foi o segundo mais votado em Igrejinha, sua principal base eleitoral, e figurou entre os dez preferidos nos demais municípios da região.

Porém, o somatório total não chegou aos 5 mil votos no Paranhana, como se pode constatar no Quadro 23, e tampouco cresceu substancialmente além das fronteiras regionais, ficando em 8.570. Alexandre Roso completou a legenda do PSB em 2010 com 28.236 votos, ou seja, três vezes mais.

No quadro a seguir, apresentamos a votação dos candidatos procedentes de outras regiões do Estado que compuseram, pelo menos uma vez, a relação dos dez demais votados em algum dos municípios da região.

Quadro 24 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2010

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Renato Molling	1100	2607	357	1163	2636	1465	9328
Manuela D'Ávila	944	1920	112	499	2175	1121	6771
Maria do Rosário	294	4291	56	605	771	137	6154
Eliseu Padilha	128	571	152	1297	1250	1521	4919
Dionilso Marcon	485	918	185	217	610	1209	3624
Alceu Moreira	105	813	249	958	551	290	2966
Ronaldo Zulke	747	728	38	214	491	648	2866
Marco Maia	69	1263	13	290	693	93	2421
Beto Albuquerque	145	488	1009	144	338	127	2251
Darnlei Hinterholz	197	500	35	258	641	496	2127
Vieira da Cunha	7	31	41	1349	163	27	1618
Nelson Marchezan Jr.	45	64	3	35	1054	52	1253
Afonso A. Motta	75	163	24	117	656	127	1162
Cláudio C. Diaz	31	164	15	61	701	31	1003
Ademir Schneider	44	442	113	27	266	99	991
Vicente Selistre	16	624	7	55	238	17	957
Onix Lorenzoni	25	174	13	368	154	35	769
Paulo A. A. Ferreira	11	50	53	502	76	20	712
Mendes Ribeiro Fº	21	36	6	74	103	276	516

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 10/03/2018.

O Quadro 24 mostra que não houve grandes alterações no comportamento do eleitorado do Paranhana quanto às preferências por candidaturas provindas de outras regiões do Estado, mantendo-se na “vitrine” alguns nomes já conhecidos de pleitos anteriores. É o caso do ex-prefeito de Sapiranga Renato Molling (PP), que figurou entre os dez mais votados em todos os municípios da região. Foi também o caso da porto-alegrense Manuela D'Ávila (PCdoB), que concorria à reeleição para a Câmara Federal e se consagrou em 2010 como a mais votada no Rio Grande Sul, com 485.590 sufrágios.

A petista Maria do Rosário (PT), natural de Veranópolis/RS, mas radicada na Capital do Estado, também se apresentou para um novo mandato e só não figurou entre os dez mais votados em Três Coroas. Outros três candidatos do PT constaram entre os preferidos do eleitorado da região em 2010: Dionilso Marcon, nascido em Ronda Alta/RS e ligado ao movimento dos agricultores sem-terras; Ronaldo Zulke, ex-vereador em São Leopoldo, e Marco Maia, que é natural de Canoas/RS e neste novo mandato chegaria à presidência da Câmara Federal.

Eliseu Padilha (PMDB) reduziu a sua votação na comparação com a de quatro anos antes, mas ainda assim compôs a dezena de candidatos mais votados em cinco cidades da região, só ficando de fora em Parobé.

Uma das novidades do pleito foi o ex-goleiro do Grêmio Danrlei de Deus Hinterholz (PTB), cujo desempenho pode ser atribuído ao voto de viés esportivo, que já se manifestara nos resultados alcançados em pleitos anteriores por Paulo Odone, com passagens como dirigente pelo mesmo clube de futebol e que em 2010 disputou a Assembleia Legislativa.

Alceu Moreira da Silva (PMDB), ex-prefeito de Osório/RS fez uma votação destacada em Rolante e Parobé, confirmando, mais uma vez, a facilidade de penetração de candidatos de regiões vizinhas no Vale do Paranhana. A destacar, ainda, as votações isoladas de Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT), em Rolante, e de Nelson Marchezan Jr. (PSDB), em Taquara, possivelmente relacionadas à vinculação com lideranças políticas locais.

4.6.2 Votação para a Assembleia Legislativa

No quadro a seguir, apresentamos o desempenho dos quatro candidatos radicados no Vale do Paranhana, na disputa para o parlamento estadual, nos seis municípios da região em 2010.

Quadro 25 – Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2010

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Cláudio Barros	2810	8099	560	609	5895	789	18.752
Cláudio Silva	305	8868	22	363	1202	128	10.888
José A. dos Santos	193	23	4	50	91	1609	1970
Luiz A. Müller	334	438	48	156	6060	85	7121

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 10/03/2018.

A partir da observação do Quadro 25, nota-se que o candidato Cláudio Roberto Ramos da Silva (PT) venceu o embate local em Parobé contra Cláudio José de Vitt Barros (PTB), mas ficou atrás no cômputo geral da região. O petista não compareceu entre os dez mais votados em Riozinho e Três Coroas e logrou a quarta posição em Taquara. O resultado final no Estado foi de 13.583 votos, quantia insuficiente para almejar a eleição, já que o PT precisou de 37.483 apoios para colocar Nelson Luiz da Silva como último componente da bancada do partido na Assembleia.

Cláudio Barros foi o primeiro colocado em Riozinho e ficou em segundo em outros três municípios da região: Parobé, seu domicílio eleitoral, Igrejinha e Taquara. No somatório do Estado, chegou a 26.240 votos, demonstrando que o candidato, natural da região do Alto Uruguai, conseguiu granjear apoios fora do Vale do Paranhana. O resultado deixou-o na quarta suplência do PTB na Assembleia, quatro mil votos atrás de Cassiá Carpes, o último eleito pelo partido nas eleições daquele ano.

A votação de José Adelar dos Santos (PDT) praticamente se restringiu a Três Coroas, sua base eleitoral, onde ficou em primeiro lugar. Nos demais municípios da região sequer figurou entre os dez mais votados, finalizando com 2286 votos em todo o Rio Grande do Sul. Ciro Simoni conquistou a última vaga pelo partido com 35.477 votos.

A performance de Luiz Augusto Müller (PSDB), o Tuty, ficou quase que exclusivamente circunscrita a Taquara, município onde reside e foi o primeiro colocado em número de votos. Além disso, conseguiu um sétimo lugar em Igrejinha e ficou em oitavo em Parobé. Nos demais municípios da região não se colocou entre os dez mais votados. Finalizou com 8320 votos no Rio Grande do Sul, quatro vezes menos do que a quantidade obtida por Zilá Breitenbach para garantir a última cadeira do PSDB na Assembleia.

No quadro a seguir, apresentamos o desempenho dos candidatos não domiciliados no Vale do Paranhana que constaram na preferência dos eleitores da região no pleito de 2010.

Quadro 26 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2010

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
João Ervino Fischer	2869	1161	308	1396	2908	876	9518
Luís Laueremann	2639	205	25	75	321	765	4030
Giovani Feltes	684	721	85	385	856	1193	3924
Marco Alba	45	28	258	1122	563	333	2349
Ana Affonso	117	438	22	150	327	1159	2213
Ciro Simoni	21	11	44	1510	328	22	1936
Deoclécio Grippa	496	246	285	188	265	154	1634
Paulo Odone Ribeiro	132	296	36	671	215	99	1449
Sérgio Stasinski	51	2	107	1086	25	2	1273
Gabriel de Souza	292	38	4	73	711	144	1262
Álvaro Boessio	218	649	15	1	222	83	1188
Miki Breier	349	38	118	190	222	107	1024
Marcel van Hattem	232	24	17	60	33	575	941
Celso Luiz de Abreu	14	671	4	2	40	7	738
Gérson Burmann	151	17	96	216	216	7	703
Maria Eunice D. Wolf	36	64	2	12	467	8	589
Marcos F. M. Vilande	68	417	-	8	70	7	570
Jacob A. Rodrigues	12	330	-	6	196	8	552
Sérgio L. Hanich	32	15	83	258	29	45	462
Márcio Biolchi	32	4	-	4	81	323	444
Rafael V. C. Costa	42	8	-	2	32	311	395
João de Deus Antunes	284	5	3	26	38	19	375
Eduardo F. C. Leite	1	-	133	34	4	-	172

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 10/03/2018.

O Quadro 26 põe em destaque o nome do deputado João Ervino Fischer (PP), o Fixinha, que emplacava o seu quinto mandato na Assembleia Legislativa. No Vale do Paranhana, praticamente manteve a mesma votação de quatro anos antes, figurando entre os primeiros colocados em todos os municípios da região.

Emergiu também neste pleito o nome do petista Luís Laueremann, que é natural de Ivoti, mas construiu sua carreira política em Novo Hamburgo, onde, inclusive, se elegeria prefeito municipal numa eleição extra realizada no município no início de 2013. Junto com ele, outros dois candidatos do Partido dos Trabalhadores oriundos do Vale do Sinos apareceram entre os mais votados na região: Deoclécio Grippa (Sapiranga) e Ana Affonso (São Leopoldo). Também procedente da mesma região, Giovane Feltes (PMDB), ex-prefeito de Campo Bom, ficou entre os dez mais votados em todos os municípios do Paranhana.

Dentro desse mesmo contexto, ainda cabe destacar as votações auferidas por mais dois concorrentes procedentes de regiões vizinhas ao Vale do Paranhana, que foram Marco Alba (PMDB), cuja principal base eleitoral é Gravataí, na Grande Porto Alegre, e Ciro Simoni (PDT), ex-prefeito de Osório, no Litoral Norte.

Outro fenômeno que se repetiu nesta eleição foram as votações isoladas alcançadas por alguns candidatos em determinados municípios, casos de Sérgio Stasinski (PT) em Rolante, de Marcel van Hattem (PP) em Três Coroas e de Celso Abreu (PV) em Parobé.

Em 2010, o Vale do Paranhana contava com mais de 133 mil eleitores, o que novamente o credenciava a eleger um ou mais candidatos em qualquer um dos dois níveis de disputa. Todavia, sucedeu-se que os nomes lançados na região não tiveram forças para combater a concorrência imposta por concorrentes provindos, principalmente, de municípios vizinhos, os quais abocanharam quantias significativas de apoios.

Os casos de votações isoladas de candidatos, que praticamente se manifestaram em todos os municípios da região, têm a ver com o engajamento de lideranças locais, que, muitas vezes, se transformam em cabos eleitorais dos postulantes à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa. Há que se referir também a presença do voto de caráter ideológico, identificável principalmente no desempenho de algumas siglas que possuem militância mais engajada, a exemplo do PT. Notou-se, ainda, uma possível alusão de eleitores a paixões esportivas, materializada na votação de candidatos ligados a determinados clubes de futebol, e a tendência de apoio a nomes já tarimbados do meio político.

4.7 Eleições gerais de 2014

Nestas eleições, o Vale do Paranhana voltou a contar com apenas uma candidatura à Câmara Federal, representada pelo então vereador por Taquara Valdecir Vargas de Almeida (PROS), também identificado pelo apelido O Nego. Seu colega Arleu Machado de Oliveira (PP) candidatou-se à Assembleia Legislativa. Também concorreu a servidora da Secretaria Municipal da Saúde de Taquara Sirlene Kaiper Duarte (PROS), a Sirlene da Saúde.

Outros três postulantes a deputado estadual tinham Parobé como principal base eleitoral: Cláudio Barros (PTB), esposo da então prefeita Gilda Kirsch, o vereador Diego dal Piva da Luz (PDT), também conhecido como Diego Picucha, e o músico Clair Plínio Borges (PMDB), o Cleiton do JM. Completou a nominata regional o profissional de imprensa e mergulhador Romeu Tadeu Bischoff (PV), estabelecido em Igrejinha.

4.7.1 Votação para a Câmara Federal

Apresentaremos inicialmente a votação do único candidato radicado no Vale do Paranhana nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2014.

Quadro 27 – Votação para deputado federal dos candidatos da região – 2010

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Valdecir V. Almeida	297	1373	37	99	5849	168	7823

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 10/03/2018.

Observa-se no Quadro 27 que o candidato Valdecir registrou o melhor desempenho em Taquara, onde obteve a primeira colocação. Nos demais municípios do Paranhana, mesmo não enfrentando concorrentes locais, somente conseguiu figurar entre os dez mais votados em Parobé (4º lugar). Valdecir, que é natural de Palmeira das Missões/RS, somou 10.924 votos no Rio Grande do Sul, número que o colocou como o mais votado do PROS no pleito de 2014, mas insuficiente para conseguir a eleição, pois o partido não constituiu bancada.

No quadro que segue, apresentaremos a relação dos candidatos estabelecidos em outras regiões do Estado que figuraram uma ou mais vezes entre os dez preferidos dos eleitores nos seis municípios da região na disputa para a Câmara Federal.

Quadro 28 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2014

(continua)

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Renato Molling	4187	3721	290	1496	3985	1170	14.849
Giovani Feltes	2233	3325	148	983	1901	3999	12.589
Maria do Rosário	651	3098	32	192	895	427	5295
Alceu Moreira	816	882	368	1344	622	346	4378
Luiz Carlos Busato	284	1117	3	90	2121	148	3763
Ronaldo Zulke	1168	646	48	346	648	485	3341
Pompeo de Mattos	303	1019	6	117	1008	60	2513
Afonso Motta	81	892	37	1053	253	32	2348
Danrlei Hinterholz	637	374	60	168	613	458	2310
Marco Maia	413	1024	-	280	516	61	2294
Márcio Biolchi	136	74	16	522	544	684	1976
Nelson Marchezan Jr.	195	193	45	177	1074	278	1962
Dionilso Marcon	235	383	199	168	253	669	1907
Onix Lorenzoni	307	232	73	253	643	188	1696

(conclusão)

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Cajar Nardes	190	930	50	161	152	72	1555
João Derly	670	316	20	57	292	171	1526
Ronaldo Nogueira	567	453	7	58	225	124	1434
Carlos Gomes	167	505	6	39	357	195	1269
Paulo Pimenta	51	99	114	274	466	90	1094
José Luiz Stédile	62	523	111	211	83	17	1007
Flávio Zacher	37	255	42	526	80	28	968
Paulo A. A. Ferreira	354	319	10	-	53	35	771
Giovani Cherini	84	59	33	285	69	50	580
Alexandre Roso	8	41	286	214	21	9	579

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 10/03/2018.

Ao se comparar o Quadro 28 com o Quadro 27, é possível constatar que dois candidatos não radicados no Vale do Paranhana tiveram um desempenho melhor do que o representante regional na disputa para a Câmara Federal, em 2014. Um deles foi o ex-prefeito de Sapiranga Renato Molling (PP), que, inclusive, ampliou em quase 60% a sua votação na região na comparação com a de 2010. Molling o foi mais votado em Igrejinha, Parobé e Rolante e nos outros três municípios posicionou-se em segundo.

O outro candidato que suplantou Valdecir Vargas de Almeida foi o ex-prefeito de Campo Bom Giovani Feltes (PMDB), que tentava pela primeira vez uma vaga na Câmara Federal, depois de uma passagem pela Assembleia Legislativa. Giovani figurou entre os dez mais votados em todos os municípios da região, tendo sido o primeiro colocado em Três Coroas e o segundo em Igrejinha e Parobé.

A deputada Maria do Rosário (PT) também figurou entre os mais votados, com sua performance catapultada pelo eleitorado de Parobé, a exemplo do que já tinha ocorrido em 2010. O mesmo município também influiu a performance de outro candidato petista, Marco Maia, demonstrando a organização e a força da sigla em nível local, onde estava à testa do Executivo municipal.

Alceu Moreira da Silva (PMDB), ex-prefeito de Osório, candidato à reeleição para a Câmara Federal, manteve uma votação mais constante nos seis municípios da região, enquanto o trabalhista Darci Pompeo de Mattos contou, principalmente, com os apoios de Taquara e de Parobé. Já as votações de Danlei de Deus Hinterholz (PSD) e de João Derly de Oliveira Nunes Jr. (PCdoB) se inserem dentro do contexto de reconhecimento a candidatos que “prestaram

serviços” no esporte, sendo que o primeiro se destacou como goleiro de futebol, vinculado ao Grêmio Porto-Alegrense, e o segundo como atleta olímpico de judô.

4.7.2 Votação para a Assembleia Legislativa

No quadro que segue, apresentaremos a votação dos candidatos fixados no Vale do Paranhana na disputa para o parlamento estadual, nos municípios da região, em 2014.

Quadro 29 – Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2014

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Arleu M. Oliveira	63	144	35	62	3107	149	3411
Cláudio Barros	107	2222	7	56	1364	142	3898
Cleiton do JM	287	411	107	180	174	282	1441
Diego Picucha	166	6947	6	52	596	55	7822
Romeu Bischoff	3365	56	12	12	90	234	3769
Sirlene Kaiper Duarte	43	27	2	7	764	15	858

Fonte: Adaptado TRE/RS (2018). Acesso em: 10/03/2018.

Vinculando-se os dados do Quadro 29 com as bases eleitorais dos candidatos, já mencionadas, fica claro que a votação dos mesmos praticamente se circunscreeu aos próprios municípios onde estavam estabelecidos, não alcançando, portanto, uma amplitude regional. O único que teve um desempenho relativamente constante na região foi Clair Plínio Borges (PMDB), o Cleiton do JM, ainda que inferior ao dos demais concorrentes. O músico, que é natural de Sananduva/RS e reside em Parobé desde o final do século passado, conseguiu ampliar significativamente sua votação em outras regiões do Estado, alcançando 8208 apoios no total, mas longe de aspirar uma cadeira, pois o eleito com menos votos do seu partido (Tiago Simon) precisou de quase 33 mil votos para conquistar a vaga.

Arleu Machado de Oliveira (PP) não chegou em primeiro lugar nem mesmo em seu município, Taquara, onde ficou em segundo, e em nenhuma outro da região figurou entre os dez preferidos dos eleitores. O somatório no Rio Grande do Sul foi de 4691 votos, quando seu correligionário João Ervino Fischer, casualmente o mais votado no Vale do Paranhana, garantiu a última vaga do partido com 35.696 votos.

Sirlene Kaiper Duarte (PROS), a Sirlene da Saúde, formou dobradinha com seu correligionário e conterrâneo de Palmeira das Missões Valdecir Vargas de Almeida. Em termos regionais, ela praticamente buscou todos os votos em Taquara, município onde atuava na

Secretaria da Saúde, e também fez poucos votos no restante do Estado, finalizando o pleito com 967 sufrágios no total.

Cláudio Barros (PTB) e Diego Picucha (PDT) travaram sua disputa local em Parobé, com vantagem clara do trabalhista. Nem um, nem outro, todavia, conseguiu granjear votações mais expressivas nos demais municípios da região, tampouco no restante do Rio Grande do Sul. No Vale do Paranhana, Picucha figurou entre os dez mais votados somente em Parobé (1º) e Taquara (10º). O total de votos no Estado foi de 9139, enquanto Diógenes Baseggio, que mais tarde seria cassado, entrou na última vaga do PDT com 33.829 votos. Barros, por sua vez, teve os melhores desempenhos em Parobé (2º) e Taquara (3º), sendo que nos demais municípios da região não compareceu entre os dez primeiros. Totalizou 5110 votos no Rio Grande do Sul, número bastante aquém dos 40.009 auferidos por Maurício Dziedricki para ficar com a última vaga do PTB.

Por fim, Romeu Bischoff (PV) reprisou a trajetória dos demais concorrentes e só apareceu com destaque em seu município-base, Igrejinha, onde obteve a preferência do eleitorado para o parlamento estadual. No restante da região, não conseguiu sequer compor a dezena dos mais votados, chegando a ficar em 74º lugar em Rolante. João Otávio Reinelli ficou com a única vaga dos “verdes” em 2014 com 9098 votos, mas Bischoff não chegou à metade disso, perfazendo 3911 sufrágios em todo o Rio Grande do Sul.

No quadro a seguir, são apresentados os candidatos radicados em outras regiões que constaram uma ou mais vezes entre os dez mais votados nos seis municípios do Vale do Paranhana.

Quadro 30 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2014

(continua)

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
João Ervino Fischer	2392	2026	211	905	3780	667	9981
Manuela D'Ávila	1424	952	107	295	1279	917	4974
Tarcísio Zimmermann	1946	554	20	296	678	509	4003
Lucas Redecker	695	447	139	692	1311	600	3884
Ciro Simoni	194	30	82	2998	302	21	3627
Fernando Menezes	51	2144	1	18	586	283	3083
Gabriel de Souza	553	382	41	253	650	757	2636
Nelson Spolaor	569	513	246	92	294	142	1856
Marcel van Hattem	380	143	20	87	248	941	1819
Juvir Costella	43	22	18	607	365	734	1789
Gérson Burmann	409	206	194	177	159	68	1213

(conclusão)

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Gilberto Capoani	134	510	158	109	113	93	1117
Marcos A. Daneluz	277	501	22	114	92	29	1035
Francisco A. Mariano	17	56	2	21	913	13	1022
Vicente Selistre	185	269	14	226	130	139	963
Tiago Simon	29	38	5	20	277	514	883
Ana Affonso	42	184	5	136	77	411	855
Enio Bacci	46	73	12	571	74	26	802
Paulo Odone Ribeiro	57	450	9	70	70	53	709
Miki Breier	110	9	416	73	42	22	672
Levi Lorenzo Melo	87	16	6	13	43	500	665
Luiz F. Mainardi	13	8	82	240	76	25	444
Aurélio Schmidt	302	30	-	26	31	41	430

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 10/03/2018.

A observação do Quadro 30 permite constatar que alguns candidatos tiveram performance mais constante nos seis municípios analisados. É o caso de João Ervino Fischer (PP), cuja votação total no Vale do Paranhana suplantou a de todos os cinco concorrentes radicados na região, alguns deles com larga vantagem. Indo para o sexto mandato na Assembleia, Fixinha, como também é chamado, manteve a sua marca tradicional acima dos 9 mil apoios no Paranhana, inclusive com uma ligeira elevação na comparação com o pleito anterior.

Outros candidatos também tiveram uma certa regularidade no desempenho eleitoral na região. Exemplos disso foram os ex-prefeitos de Novo Hamburgo, Tarcísio Zimmermann (PT), e de Sapiranga, Nelson Spolaor (PT), juntamente com concorrentes que representaram a chamada ala juvenil: Manuela D'Ávila (PCdoB), que começou sua trajetória como vereadora em Porto Alegre; Lucas Bello Redecker (PSDB), filho do ex-deputado Júlio Redecker e natural de Novo Hamburgo/RS; Gabriel Vieira de Souza (PMDB), nascido em Tramandaí/RS; Marcel Van Hattem (PP), procedente de Dois Irmãos/RS.

Por outro lado, a figuração de alguns nomes no quadro pode ser atribuída à existência de redutos eleitorais, provavelmente resultantes do apoio de siglas partidárias ou até mesmo de lideranças isoladas em determinados municípios. Chama à atenção, por exemplo, a votação registrada por dois membros do Partido dos Trabalhadores, além dos já citados anteriormente, em Parobé, justamente no momento em que a agremiação estava à testa da Prefeitura Municipal. Foram eles Marcos Antônio Daneluz, cuja principal base eleitoral é Caxias do Sul/RS, e

Fernando Menezes, estabelecido em São Leopoldo/RS, mas com passagem pelo Executivo parobeense como secretário municipal de Planejamento e Captação de Recursos.

O deputado Ciro Simoni (PDT), ex-prefeito de Osório e candidato à reeleição, novamente encontrou em Rolante o seu desempenho mais significativo, mesmo caso de seu correligionário Enio Bacci, oriundo de Lajeado/RS, sendo ambos pertencentes ao partido que governava o município à época. Francisco Mariano (PV), o Chiquinho Mariano, fez uma votação expressiva em Taquara, sua terra natal, mas não possui atuação política no município, uma vez que se encontra radicado em Viamão/RS, onde desempenhava na época o cargo de conselheiro tutelar.

Numa análise geral na eleição de 2014, percebe-se a forte interferência do fator partidário no desempenho dos candidatos, independentemente de sua região de origem. O fenômeno ratifica a constatação de que as lideranças políticas colocam em primeiro plano os interesses e os projetos das siglas a que pertencem, pois há necessidade de juntar votos para alcançar o quociente eleitoral e, dessa forma, eleger o maior número possível de representantes da agremiação. A contrapartida dos eleitos, muitas vezes, é o oferecimento de cargos políticos aos cabos eleitorais que trabalharam nos municípios, bem como o acesso a verbas públicas e a favores pessoais de diferentes ordens.

A exemplo do que se verificou nas eleições anteriores, novamente a questão regional foi posta em quarto ou quinto plano, pois o desempenho dos candidatos radicados no Paranhana, invariavelmente, ficou muito aquém do potencial de votos existentes. Havia em 2014 mais de 140 mil eleitores na região, todavia nenhum dos concorrentes domiciliados nos seis municípios, seja para a Câmara dos Deputados, seja para a Assembleia Legislativa, conseguiu chegar perto dos 10% de apoio desse contingente, mantendo-se com isso a falta de representação política do Vale do Paranhana por mais um mandato legislativo.

4.8 Eleições gerais de 2018

O pleito de 2018 representou um recorde para o Vale do Paranhana em termos de candidaturas, especialmente no que se refere à disputa para a Assembleia Legislativa. Foram nada menos do que 10 nomes lançados para deputado estadual e mais quatro que buscavam uma cadeira na Câmara dos Deputados.

O fato novo foi a quebra do tabu de que a região não conseguia eleger representantes políticos, pois ocorreu a assunção de um dos postulantes inscritos, o vice-prefeito de Igrejinha

Dalciso de Oliveira (PSB), ao parlamento estadual, ainda assim por um triz, como será demonstrado mais adiante.

Além do candidato eleito, também participaram da corrida para a Assembleia os seguintes: Adilson Rodrigues (Rede), administrador do Instituto Vitória, em Taquara; Régis Bento de Souza (MDB), vereador em Taquara; Clademir Belchior Bragança (PSDB), ex-vereador em Parobé; Alex Luís de Souza, o Alex Bora (PR), vereador em Parobé; Eneas Rodrigues da Silva (MDB), igualmente vereador em Parobé; Alderi Zanatta (PROS), servidor público municipal em Parobé; Wilson Duarte de Borba (Solidariedade), também servidor público municipal em Parobé; Emerson Chaves dos Santos (PSC), microempreendedor em Parobé, e ainda Marlene Weiler de Abreu (PV), comerciante de Parobé.

Para a Câmara Federal, os quatro postulantes foram o músico Clair Plínio Borges, o Cleiton do JM (PROS), radicado em Parobé; o empresário Ledimar Perboni (PSL), estabelecido em Parobé, e o também empresário Luiz Henrique de Souza (PSC), igualmente domiciliado em Parobé, além do vereador taquarense Moisés Cândido Rangel (PSC).

Portanto, do total de 14 candidatos da região presentes na disputa de 2018, 10 eram oriundos de Parobé, três de Taquara e um de Igrejinha.

4.8.1 Votação para a Câmara Federal

Na sequência, será apresentada a votação dos quatro candidatos do Vale do Paranhana nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2018.

Quadro 31 – Votação para deputado federal dos candidatos da região – 2018

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Cleiton do JM	204	1489	15	130	368	90	2296
Ledimar Perboni	277	609	24	349	510	23	1792
Luiz Henrique Souza	9	334	-	-	26	3	372
Moisés Rangel	154	332	3	72	1825	42	2428

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 17/11/2018.

É possível verificar no Quadro 31 que nenhum dos quatro concorrentes da região à Câmara Federal conseguiu ultrapassar a barreira dos 2500 votos no próprio Vale do Paranhana. Quem chegou mais perto foi o taquarense Moisés Cândido Rangel (PSC), cujo melhor desempenho foi em seu município de origem, único em que conseguiu chegar entre os 10 primeiros, sendo o terceiro mais votado. O resultado final do candidato no Estado foi de 4155

votos, o que lhe valeu a condição de terceiro mais votado da sigla, mas insuficiente para eleição, uma vez que não houve constituição de bancada.

Por sua vez, Cleiton do JM (PROS) conseguiu somar 8011 votos no Rio Grande do Sul, o que lhe valeu a segunda posição dentro da sigla, mas também insuficiente para postular uma vaga, pois igualmente não houve eleitos pela agremiação. Em termos de região, o candidato conseguiu se posicionar entre os dez primeiros somente no município que é sua principal base eleitoral, Parobé, onde chegou em terceiro.

Os outros dois concorrentes à Câmara Federal, igualmente radicados em Parobé, sequer ficaram entre os dez primeiros colocados em seu próprio município, onde Ledimar Perboni (PSL) se posicionou em 12º e Luiz Henrique de Souza (PSC) finalizou em 24º, este último com votação zero em dois municípios da região, conforme se observa no Quadro 31. Perboni obteve 3989 votos na soma estadual e Luiz Henrique totalizou 593, desempenhos insuficientes para aspirar qualquer chance de eleição.

Quadro 32 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado federal em um ou mais municípios do Paranhana – 2018

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Marcel van Hattem	3228	2684	161	1012	2760	2680	12.525
Giovani Feltes	908	1221	239	941	874	1476	5659
Renato Molling	1469	1487	177	631	1140	424	5328
José Luiz Stédile	1031	522	512	551	621	420	3657
Lucas Redecker	826	997	138	658	1241	485	4345
Maria do Rosário	957	1664	32	374	751	283	4061
Alceu Moreira	870	1133	218	721	580	250	3772
Ronaldo Santini	84	229	94	433	2587	12	3439
Danrlei Hinterholz	673	165	34	161	392	1441	2866
Onyx Lorenzoni	450	422	25	224	1369	191	2681
Carlos Gomes	192	853	5	117	657	167	1991
João Derly	504	420	8	32	814	114	1892
Cajar Nardes	65	1133	2	35	609	13	1857
Ronaldo Nogueira	433	737	8	101	416	84	1779
Dionilso Marcon	75	479	164	391	197	465	1771
Pompeo de Mattos	271	442	78	487	203	54	1535
Marlon Santos	189	562	8	115	282	230	1386
Diza Gonzaga	107	53	6	15	793	49	1023

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 17/11/2018.

Ao se fazer a comparação do Quadro 32 com aqueles demonstrativos de eleições anteriores, percebe-se a presença de algumas “figuras carimbadas” entre os mais votados para a Câmara Federal no Vale do Paranhana. É o caso do sapiranguense Renato Molling (PP), que

desta vez não logrou êxito na sua tentativa de reeleição, reflexo de uma queda na votação, que no Vale do Paranhana chegou a ser acentuada, aproximando-se dos 10 mil votos para menos na comparação entre os pleitos de 2018 e o de 2014.

Foi também esse o caso de Giovani Feltes (MDB), Maria do Rosário (PT) e Pompeo de Mattos (PDT), que igualmente viram suas votações caírem em termos regionais, mas conseguiram manter as vagas em Brasília.

A grande novidade da eleição foi o estreante Marcel van Hattem (Novo), que saiu da Assembleia Legislativa para entrar na Câmara Federal, sendo o mais votado na região e também em todo o Rio Grande do Sul, onde totalizou 349.855 votos. Outro jovem oriundo do Vale do Sinos e que também concorreu pela primeira vez à Câmara dos Deputados, obtendo boa votação no Vale do Paranhana, foi Lucas Redecker (PSDB). Danrlei de Deus Hinterholz (PSD) e João Derly Nunes Jr. (Rede), ambos oriundos do meio esportivo, fizeram votações próximas ao pleito de 2014, mas só o primeiro conseguiu a reeleição.

4.8.2 Votação para a Assembleia Legislativa

O quadro que segue mostra o desempenho, nos seis municípios da região, dos 10 candidatos do Paranhana que concorreram a deputado estadual em 2018.

Quadro 33 – Votação para deputado estadual dos candidatos da região – 2018

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
Adilson Rodrigues	162	690	10	36	1945	116	2959
Alderi Zanatta	38	1568	8	36	505	31	2186
Alex Bora	69	1346	-	18	133	6	1572
Belchior Bragança	37	1755	4	43	417	47	2303
Dalciso Oliveira	11.226	3786	108	653	3400	4615	23.788
Emerson Santos	1	75	-	-	10		86
Eneas Rodrigues	235	1949	127	256	508	575	3650
Marlene Weiler	7	853	-	3	62	7	932
Régis Souza	26	247	10	39	1593	14	1929
Wilson Borba	11	96	-	16	32	2	157

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 20/11/2018.

Conforme já mencionado anteriormente, além do recorde de candidatos, o acontecimento diferenciado desta eleição foi o desempenho eleitoral do concorrente Dalciso Eberhardt Oliveira (PSB). A começar pela votação em seu domicílio eleitoral, Igrejinha, onde

amealhou praticamente 50% dos votos dados a todos os candidatos a deputado estadual (11.226 de um total de 22.607).

Essa arrancada em seu próprio município, seguramente, foi fundamental para que o candidato pudesse ampliar suas aspirações em nível regional. Nesse contexto, também conseguiu se colocar em posição favorável em relação aos adversários, uma vez que foi o mais votado em todos os municípios entre os concorrentes do Paranhana, mesmo enfrentando, em alguns casos, vários postulantes locais, como foi o caso de Parobé. Dalciso figurou entre os 10 mais votados em todos os municípios, tendo sido o primeiro colocado em quatro deles: Igrejinha, Parobé, Taquara e Três Coroas. Em Rolante chegou em quarto e em Riozinho foi o sétimo.

Como se pode verificar no Quadro 33, chama à atenção, especialmente, a votação de Dalciso em Igrejinha, onde praticamente monopolizou os votos conferidos a candidatos da região, e também em Parobé, onde suplantou todos os concorrentes locais a ponto de fazer praticamente o dobro dos votos na comparação com o segundo colocado (Eneas Rodrigues).

No somatório geral do Estado, Oliveira totalizou 26.765 votos, dos quais 23.788 provieram do Vale do Paranhana. O desempenho valeu ao candidato do PSB a última vaga na bancada do partido, mas como uma diferença extremamente apertada (inferior a 200 votos) em relação ao primeiro suplente da agremiação, Beto Grill, que obteve 26.567 sufrágios. Constatase, portanto, que somente os apoios da região teriam sido insuficientes para eleger o candidato oriundo de Igrejinha, que precisou buscar cerca de 3 mil votos em outras regiões do Estado para assegurar seu ingresso na Assembleia Legislativa.

Entre os demais concorrentes da região, as votações ficaram bem aquém das necessidades para se credenciarem a uma vaga no parlamento, a começar pelo seu desempenho no Vale do Paranhana. Prova é que pouco figuraram entre os mais votados nos seis municípios da região.

Tirando o eleito Dalciso Oliveira, a melhor performance em termos regionais foi a de Eneas Rodrigues (MDB), que só não apareceu entre os dez primeiros em Taquara. Ele conseguiu ficar em segundo lugar em Parobé, onde é vereador, e também em Três Coroas. O candidato obteve 3650 votos no Paranhana, mas pouco os ampliou nas demais regiões, ficando com 4829 no total.

Em terceiro lugar no cômputo regional ficou Adilson Rodrigues (Rede), que teve seu melhor resultado em Taquara, onde está radicado, mas ainda ficando em terceiro lugar. Além disso, conseguiu ser o nono mais votado em Parobé. A votação final na região não chegou a 3 mil votos e também pouco cresceu no restante do Rio Grande do Sul, estacionando em 4123.

O parobeense Belchior Bragança (PSDB), que já tinha feito uma investida ao parlamento estadual em 2006, ficou com votação bem abaixo da tentativa anterior, quando chegou perto dos 13 mil votos na região. Desta vez, alcançou pouco mais de 2300, começando com um desempenho fraco em seu próprio município, onde ficou em terceiro lugar, perdendo para Dalciso Oliveira, fixado em Igrejinha, e o concorrente local Eneas Rodrigues. No restante do Paranhana, Belchior não compareceu entre os dez primeiros em nenhum outro município. Os votos totais no Estado foram de 2597, contra perto de 15 mil conquistados em 2006.

No que se refere aos demais postulantes, Alderi Zanatta (PROS) conseguiu chegar entre os dez primeiros somente em Parobé, sua base eleitoral, onde ficou em quarto lugar, o mesmo ocorrendo com Alex Bora (PR), classificado em sexto, e Marlene Weiler (PV), oitava colocada. Outros dois concorrentes oriundos do município, Wilson Borba (Solidariedade) e Emerson Santos (PSC), ficaram, respectivamente, em 35º e 41º lugares em Parobé. O vereador taquarense Régis Bento de Souza (MDB) ficou em quarto lugar em seu município e nos demais não apareceu entre os dez mais votados. As votações finais desses candidatos no somatório estadual foram as seguintes: Alderi Zanatta – 5047, Régis Souza – 2561, Alex Bora – 2193, Marlene Weiler – 1357, Wilson Borba – 880 e Emerson Santos – 136.

O quadro que segue traz a nominata dos candidatos procedentes de outras regiões do Estado que constaram uma ou mais vezes entre os dez mais votados no Paranhana.

Quadro 34 – Candidatos de outras regiões que ficaram entre os 10 mais votados para deputado estadual em um ou mais municípios do Paranhana – 2018

	Igrejinha	Parobé	Riozinho	Rolante	Taquara	Três Coroas	TOTAL
João Ervino Fischer	544	1396	106	962	2352	132	5492
Luciano Zucco	360	521	77	605	1290	235	3088
Nelson Spolaor	284	978	307	624	223	315	2731
Gabriel de Souza	753	462	237	710	195	299	2656
Tarcísio Zimmermann	582	599	24	331	514	228	2278
Ruy Irigaray	423	514	25	242	591	176	1971
Fábio Ostermann	200	440	18	108	830	95	1691
Any Ortiz	309	621	35	139	235	108	1447
Francisco A. Mariano	22	72	3	49	1197	5	1348
Elivir Desiam	19	241	64	30	667	17	1038
João Luís M. da Silva	1	70	121	708	35	2	937
João Luís Grando	61	16	-	7	25	491	600
Ricardo Santos Gomes	57	27	3	11	39	434	571
Fabiano Pereira	7	3	490	56	7	1	564
Gilberto Cezar	71	35	4	24	61	364	559
Gérson Burmann	43	79	115	223	38	20	518
Juvir Costella	31	21	6	96	20	282	456

Fonte: Adaptado de TRE/RS (2018). Acesso em: 22/11/2018.

A eleição de 2018 foi, juntamente com a de 1998, a que apresentou menor dispersão de votos na preferência do eleitorado da região em relação à disputa para a Assembleia Legislativa, com 17 nomes figurando entre aqueles que constaram ao menos uma vez entre os 10 mais votados, como se pode constatar nos Quadros 34 e 15. Possivelmente, o fenômeno tenha a ver com o grande número de candidaturas oriundas do próprio Vale do Paranhana, que acabaram ocupando os espaços políticos de uma forma mais significativa, deixando menos abertura para os concorrentes de fora, mas, por outro, resultando em pulverização de votos entre si mesmos.

Mesmo assim, percebe-se a facilidade de penetração eleitoral de candidatos estabelecidos em regiões vizinhas ao Vale do Paranhana, notadamente do Vale do Sinos, Litoral Norte e Serra Gaúcha. Nesse contexto podem ser encaixados os desempenhos de Nelson Spolaor (PT), ex-prefeito de Sapiranga, Tarcísio Zimmermann (PT), ex-prefeito de Novo Hamburgo, Elivir Desiam (PTB), ex-prefeito de Estância Velha, João Luís Moreira da Silva (Solidariedade), vereador em Santo Antônio da Patrulha, de Gilberto da Conceição César (PSDB), vice-prefeito de Canela, e de Gabriel de Souza (MDB), líder da bancada de governo na Assembleia e com origens em Tramandaí.

Luciano Zucco (PSL) beneficiou-se do alinhamento com o correligionário Jair Bolsonaro, vencedor da eleição para a presidência da República, como de resto aconteceu em todo o Rio Grande do Sul, onde se tornou o parlamentar mais votado de 2018, com 166.747 votos.

Por fim, também chama à atenção a perda de influência de João Ervino Fischer (PP), que exerceu diversos mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa, sempre com generosas votações no Vale do Paranhana, tendo sido, inclusive, o mais votado no pleito de 2014, mas desta vez não se reelegeu. Fixinha viu seus apoios na região caírem praticamente pela metade na comparação com a média das eleições anteriores e ainda assistiu à decolagem do vice-prefeito de Igrejinha, Dalciso Oliveira, que o suplantou com votação quatro vezes superior.

5 PERFIL DOS ELEITORES DO VALE DO PARANHANA/RS

Com o objetivo de auscultar a opinião do eleitorado do Vale do Paranhana/RS sobre a questão da representação política regional, realizou-se uma pesquisa de campo nos meses de agosto e setembro de 2018, como parte integrante do presente estudo. A amostra contemplou 104 eleitores, cada qual se declarando votante em um dos seis municípios da região. As entrevistas foram realizadas, com abordagens aleatórias, em vias e logradouros públicos, estabelecimentos comerciais, de ensino e de serviços, bem como em algumas residências, das localidades abrangidas pela pesquisa (Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas).

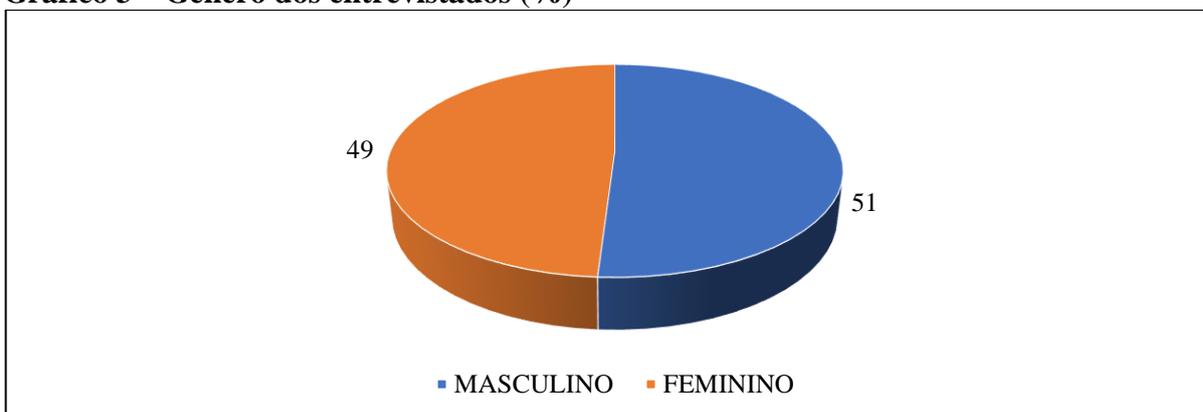
Os entrevistados responderam um questionário estruturado, no qual foram mescladas perguntas abertas e fechadas. Após o esclarecimento dos objetivos da pesquisa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura e assinatura. As respostas ao questionário foram anotadas manualmente.

Nos tópicos a seguir, será apresentada a caracterização da amostra de eleitores que participaram das entrevistas, segundo os critérios de gênero, faixa etária, grau de escolaridade, atividade profissional (ocupação), domicílio eleitoral, naturalidade e tempo de residência no domicílio eleitoral.

5.1 Classificação quanto ao gênero

Do total de eleitores entrevistados, 51% são do gênero masculino e 49% integram o feminino. Esses números apontam para um equilíbrio entre as duas categorias na composição da amostra, conforme se pode visualizar no Gráfico 3.

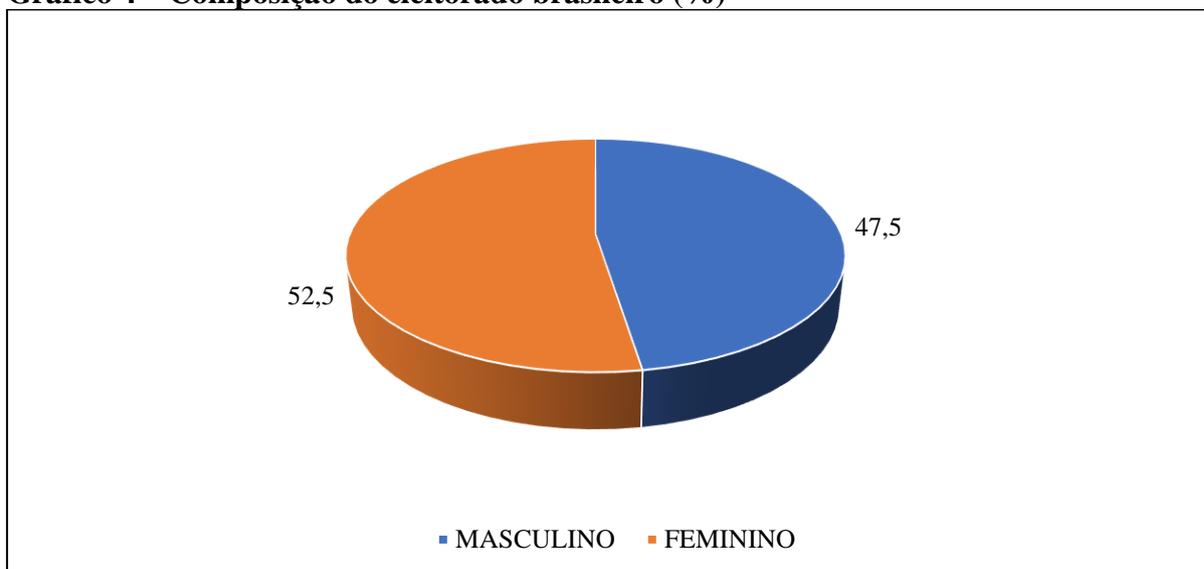
Gráfico 3 – Gênero dos entrevistados (%)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No tocante à classificação por gênero, a composição da amostra de eleitores utilizada para a presente pesquisa se assemelha à divisão do eleitorado brasileiro entre homens e mulheres, de acordo com os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em seu site, relativos a setembro de 2018. Eles indicam a presença de 69.902.977 representantes do sexo masculino, o que equivale a 47,5% do total, e de 77.339.897 integrantes do gênero feminino, representando 52,5% dos 147.242.874 eleitores registrados. O Gráfico 4 ilustra a classificação por gênero do eleitorado brasileiro, segundo as estatísticas do TSE (2018)

Gráfico 4 – Composição do eleitorado brasileiro (%)

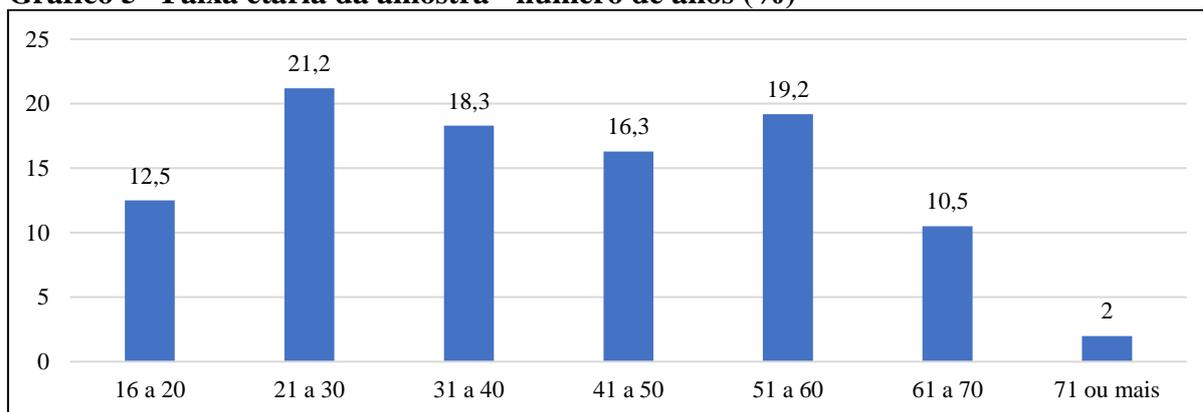


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.2 Classificação quanto à faixa etária

No Gráfico 5, visualiza-se a classificação dos participantes da pesquisa por diferentes faixas etárias. Observa-se a presença de jovens de 16 a 18 anos e de idosos acima de 70 anos, os quais têm facultada a participação no processo eleitoral, segundo prevê a legislação. No entanto, todos os integrantes das referidas faixas etárias incluídos na pesquisa declararam-se eleitores ativos.

Conforme se pode visualizar no gráfico a seguir, a faixa etária com maior participação na pesquisa foi a de 21 a 30 anos, com 21,2%, seguida pelo grupo dos indivíduos de 51 a 60 anos, com 19,2% dos participantes da pesquisa.

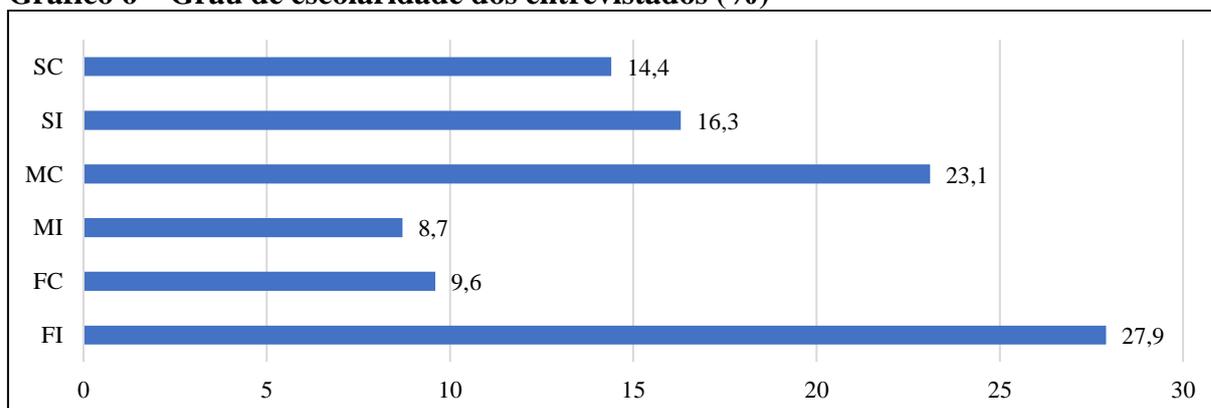
Gráfico 5 – Faixa etária da amostra - número de anos (%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Na comparação da amostra com a composição do eleitorado brasileiro por faixa etária, conforme TSE (2018), também é possível constatar a aproximação dos percentuais. A parcela de eleitores brasileiros que possui de 21 a 60 anos chega a 74,5%, sendo representados por 75% na amostra pesquisada. Já os eleitores que possuem de 16 a 20 anos somam 6,5% (12,5% na amostra) e com mais de 60 anos representam 18,8% (12,5% na amostra).

5.3 Classificação quanto ao grau de escolaridade

O Gráfico 6 ilustra a distribuição dos eleitores pesquisados segundo o critério da escolaridade, utilizando as informações fornecidas pelos próprios entrevistados. Para facilitar a composição do gráfico, foram empregadas abreviações que identificam os diferentes níveis de instrução, com as seguintes correspondências: FI (Fundamental Incompleto), FC (Fundamental Completo), MI (Médio Incompleto), MC (Médio Completo), SI (Superior Incompleto) e SC (Superior Completo).

Gráfico 6 – Grau de escolaridade dos entrevistados (%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Constata-se, a partir da observação do Gráfico 6, que a maior fatia de eleitores entrevistados (cerca de 40%) ocupa a faixa do Ensino Fundamental, sendo a mais representativa (praticamente 28%) composta por aqueles que não chegaram a concluir esse nível de instrução. Já os participantes da pesquisa que se encontram no nível Médio perfazem em torno de 32%, sendo o restante da amostra (28%) integrada por indivíduos que alcançaram o Ensino Superior, seja com curso em andamento, seja com ele concluído.

5.4 Classificação quanto à atividade profissional (ocupação)

Os eleitores incluídos na amostra da pesquisa também foram inquiridos quanto à atividade profissional que possuem atualmente. O Quadro 35 permite identificar 33 tipos diferentes de ocupações, sendo que algumas foram agrupadas por grau de similaridade no que diz respeito às suas funções. Constata-se a presença mais significativa de trabalhadores da indústria e do comércio, que, somados, representam 21% dos entrevistados. Cumpre ressaltar que esses dois setores ocupam importante papel na economia do Vale do Paranhana, respondendo por grande parte dos empregos gerados na região.

Também se destaca na amostra da pesquisa a participação de aposentados e pensionistas (12,5%) e de comerciantes e empresários de outros segmentos, os quais somam 11,5%. As demais categorias participantes da pesquisa contemplam profissionais liberais e autônomos, servidores públicos, estudantes, agricultores, entre outras atividades.

Quadro 35 – Atividade profissional dos entrevistados

(continua)

OCUPAÇÃO	Nº ENTREVISTADOS
Aposentado(a)/pensionista	13
Comerciante/empresário (a)	12
Industriário(a)	11
Comerciário(a)	10
Estudante	5
Taxista	5
Servidor/funcionário público	4
Construção civil (construtor, pedreiro, pintor)	3
Exportação de calçados (analista, assistente)	3
Secretária	3
Psicólogo(a)	3
Contabilidade (contador, técnico)	3
Agricultor (a)	3
Do lar	3
Vendedor (autônomo, ambulante)	2

(conclusão)

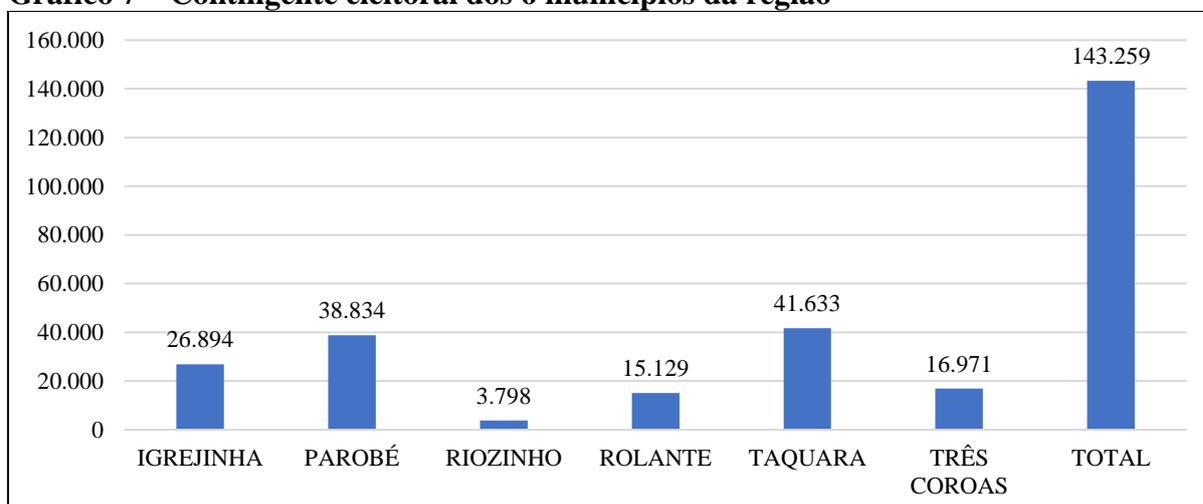
OCUPAÇÃO	Nº ENTREVISTADOS
Professor(a)	2
Doméstica/faxineira	2
Motorista	2
Técnico de informática	1
Motoboy	1
Fiscal de trânsito	1
Auxiliar de limpeza	1
Fisioterapeuta	1
Analista de direito educacional	1
Publicitário	1
Cobrador de ônibus	1
Músico	1
Auxiliar administrativo	1
Catador(a)	1
Recepcionista	1
Bancário(a)	1
Frentista	1
Estagiário(a)	1
TOTAL	104

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.5 Classificação por domicílio eleitoral

O critério de distribuição de eleitores entrevistados nos seis municípios abrangidos pela pesquisa contemplou percentuais aproximados da sua participação na formação do contingente eleitoral do Vale do Paranhana, conforme os dados de Tribunal Superior Eleitoral referentes a setembro de 2018 e demonstrados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Contingente eleitoral dos 6 municípios da região

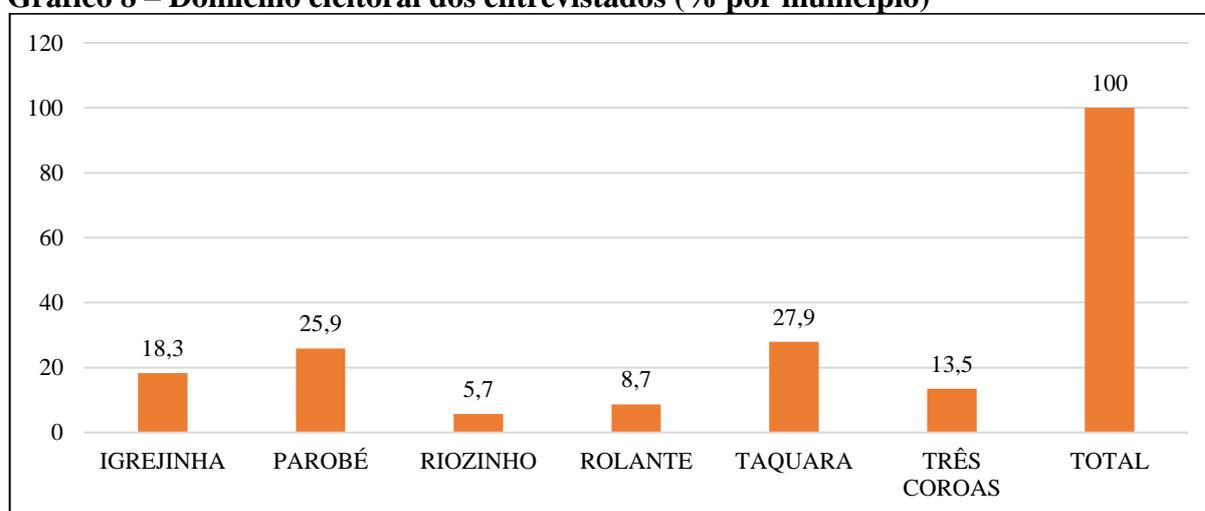


Fonte: Elaborado pelo autor com base em TSE (2018). Acesso em: 01/11/2018.

O Gráfico 7 demonstra que o município com maior participação no eleitorado do Vale do Paranhana é Taquara (29%), seguido por Parobé (27%). Os percentuais (arredondados) dos demais municípios são os seguintes: Igrejinha (19%), Três Coroas (12%), Rolante (10%) e Riozinho (3%).

Os percentuais de eleitores incluídos na amostra, conforme o domicílio eleitoral, foram os seguintes: Igrejinha – 18,3%, Parobé – 25,9%, Riozinho – 5,7%, Rolante – 8,7%, Taquara – 27,9% e Três Coroas – 13,5%. O Gráfico 6 ilustra a participação de eleitores de cada município na amostra pesquisada.

Gráfico 8 – Domicílio eleitoral dos entrevistados (% por município)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5.6 Classificação quanto à naturalidade (município de nascimento)

Conforme se pode verificar no quadro a seguir, os eleitores incluídos no universo da pesquisa procedem de 42 municípios diferentes, sendo 38 deles situados no Rio Grande do Sul e os demais em outras três unidades da federação (Paraná, Bahia e Goiás).

De acordo com as informações prestadas pelos entrevistados, 45% são naturais de municípios do Vale do Paranhana/RS e os demais 55% nasceram em outras regiões. O município que apresentou o maior número de eleitores nativos entre os participantes da pesquisa foi Taquara, com pouco mais de 50% do total de entrevistados situados nessa categoria. Os restantes eleitores taquarenses são oriundos de outros 11 municípios.

Nos demais municípios, os percentuais (arredondados) de votantes naturais do próprio domicílio eleitoral, incluídos na amostra, foram os seguintes: Riozinho – 50%, Rolante – 44%, Três Coroas – 29%, Igrejinha – 16% e Parobé – 7%.

Considerando que as abordagens dos entrevistados ocorreram de forma aleatória, acidental, sem prévia triagem, sendo feitas, na maior parte dos casos, em vias e logradouros públicos das cidades, é possível verificar, a partir desses números, a significativa presença de migrantes na constituição populacional da região. Segundo descreve Bassan (2017), o deslocamento de pessoas de um território para outro é um fenômeno antigo na sociedade e é estimulado por diferentes razões, interesses e necessidades, podendo ser realizado tanto de forma individual quanto familiar ou em grupo.

No caso específico do Vale do Paranhana, o advento da indústria calçadista, que se fez sentir principalmente a partir da década de 1970, foi um divisor de águas na dinâmica de ocupação do território, com a diminuição da população rural e o aumento considerável das áreas urbanas, esta última impulsionada também pela vinda de pessoas de outras regiões em busca de oportunidades de emprego.

A indústria de calçados foi um dos fatores de atração de migrantes para a região em função da necessidade de um volume grande de mão de obra para esse setor e a exigência de baixa qualificação. Além das indústrias calçadistas, os atelieres, os segmentos ligados ao setor do calçado também incentivaram a vinda de pessoas para a região. O processo migratório, nessa região, foi, em certa medida, responsável pelo desenvolvimento econômico e social e pelas transformações ocorridas no território ao longo desse processo (BASSAN, 2017, p. 138).

No quadro abaixo, é apresentada a naturalidade dos eleitores incluídos na amostra de pesquisa.

Quadro 36 – Naturalidade dos entrevistados

(continua)

MUNICÍPIO	Nº
Taquara	23
Três Coroas	8
Palmeira das Missões	7
Igrejinha	6
Rolante	5
Porto Alegre	4
São Francisco de Paula	4
Novo Hamburgo	3
Riozinho	3
Santo Antônio da Patrulha	3
Bagé	2
Bom Jesus	2
Frederico Westphalen	2
Gramado	2
Gravataí	2

(conclusão)	
MUNICÍPIO	Nº
Parobé	2
Alecrim	1
Boa Vista do Buricá	1
Campo Bom	1
Canela	1
Canoas	1
Constantina	1
Coronel Bicaco	1
Cruz Alta	1
Encantado	1
Estância Velha	1
Esteio	1
Goiânia-GO	1
Itapetinga-BA	1
Palotina-PR	1
Passo Fundo	1
São Borja	1
São Jorge d'Oeste-PR	1
São Luiz Gonzaga	1
Santa Rosa	1
Santo Cristo	1
Seberi	1
Sobradinho	1
Tramandaí	1
Triunfo	1
Uruguaiana	1
Vicente Dutra	1
TOTAL	104

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Observa-se que, em sua época áurea de desenvolvimento, o Vale do Paranhana constituiu-se em uma região que foi grande receptora de migração no contexto estadual, fenômeno esse que acabou influenciando significativamente na estrutura demográfica dos seus municípios, com maior ou menor escala, dependendo, principalmente, da necessidade de mão de obra nas localidades.

No Quadro 36, a partir da amostra utilizada na pesquisa, é possível perceber a forte presença de migrantes na composição eleitoral do Vale do Paranhana, com a participação significativa de pessoas oriundas do norte e noroeste do Rio Grande do Sul, especialmente das Missões. Chama à atenção o caso de Palmeira das Missões, que compareceu na pesquisa com 7 eleitores entrevistados, dos quais 5 são votantes em Parobé. No caso deste último município, constatou-se a presença de eleitores naturais de 18 municípios diferentes, sendo apenas 2 nativos de Parobé.

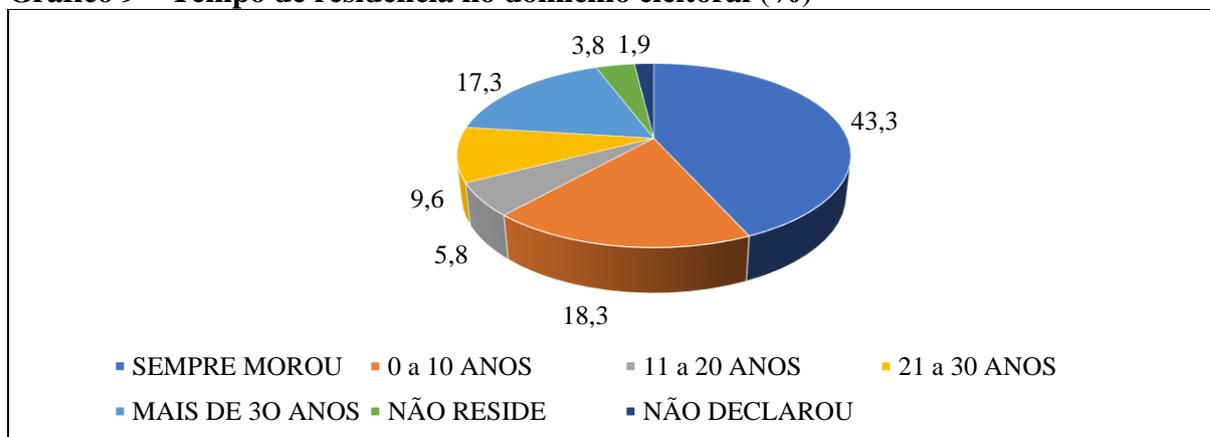
Na composição do eleitorado regional também se pode perceber, a partir da análise da amostra, a frequência de eleitores migrantes provindos de municípios mais próximos do Paranhana, a exemplo do Vale do Sinos, Grande Porto Alegre, Litoral e Serra Gaúcha.

5.7 Classificação quanto ao tempo de residência no domicílio eleitoral

Ainda fazendo parte da caracterização da amostra pesquisada, perguntou-se aos eleitores sobre o tempo de residência no atual domicílio eleitoral. O maior contingente verificado (45,3%), como se pode observar no Gráfico 9, foi o dos que declararam serem residentes do local desde o início de suas vidas, embora, em alguns casos, tenham nascido em outros municípios da própria região ou de fora dela.

Entre os demais eleitores entrevistados, o tempo de moradia no município em que votam varia de poucos meses a mais de 30 anos, inserindo-se no contexto das diferentes ondas migratórias que atingiram a região do Vale do Paranhana nas últimas décadas (BASSAN, 2017).

Gráfico 9 – Tempo de residência no domicílio eleitoral (%)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No Gráfico 9, observa-se que 18,3% dos eleitores entrevistados residem no seu atual domicílio num período de 10 anos para menos, representando praticamente a mesma quantia dos que já fixaram moradia há mais de 30 anos (17,3%). Já nas faixas intermediárias, os percentuais são menores, sendo de 5,8% para os que moram no município de votação num período de 11 a 20 anos e de 9,6% para os que vivem ali de 21 a 30 anos. Também constam da pesquisa 3,8% casos de participantes que não residem atualmente em seus respectivos domicílios eleitorais (não efetuaram transferência de título) e outros 1,9% que não declararam o tempo de moradia nos municípios onde votam.

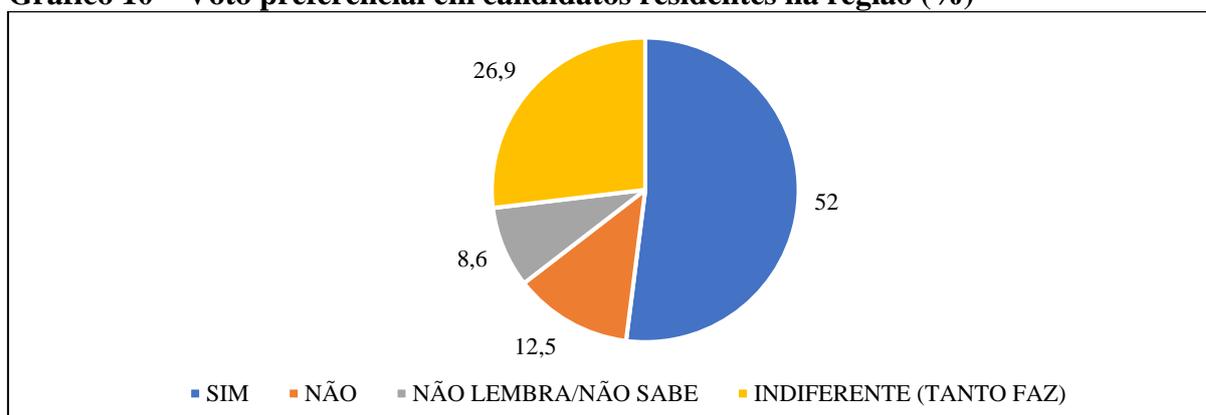
5.8 Apresentação dos resultados da pesquisa

Nos tópicos a seguir, será apresentada a tabulação dos resultados obtidos a partir das respostas dadas pelos eleitores abrangidos pela pesquisa de campo. Além dos dados de caracterização dos participantes, o instrumento que faz parte dos anexos desta dissertação constou de cinco (5) perguntas, sendo duas com respostas fechadas e as outras três com respostas abertas. Para a pergunta de número 2, foram propostas duas indagações diferenciadas, que dependiam da resposta dada pelo participante à pergunta anterior. Os demais questionamentos foram comuns a todos os participantes.

5.8.1 Preferência de votar ou não em candidatos domiciliados na região

Na primeira pergunta da entrevista, os participantes foram indagados se, sempre ou na maioria das vezes, votam em candidatos residentes no Vale do Paranhana/RS. Além das respostas “sim” e “não”, foram oferecidas as alternativas “não lembra/não sabe” e “indiferente (tanto faz)”. Para o caso de eleitores mais jovens, que ainda não têm um histórico de presença em pleitos gerais, a pergunta foi adaptada para verificar suas pretensões de voto em concorrentes domiciliados na região aos cargos de deputado federal e estadual, uma vez que grande parte desses eleitores participaria do processo de votação pela primeira vez nas eleições de 2018, ano em que foi aplicada a pesquisa.

Gráfico 10 – Voto preferencial em candidatos residentes na região (%)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Conforme se pode observar no Gráfico 8, mais da metade dos eleitores abrangidos pela pesquisa de campo (52%) declarou que, sempre ou na maioria das vezes, vota em candidatos moradores dos municípios do Vale do Paranhana/RS nas eleições para deputado federal e

deputado estadual. Já os eleitores que disseram não adotar esse critério sistematicamente somaram 12,5% do universo pesquisado.

Praticamente 27% dos eleitores entrevistados informaram que são indiferentes a essa questão, ou seja, ora votam em candidatos domiciliados na região, ora não, levando em conta outros fatores que consideram mais importantes do que a residência dos candidatos. Por fim, 8,6% dos eleitores entrevistados disseram não lembrar ou não saber qual posicionamento costumam adotar no tocante à questão proposta.

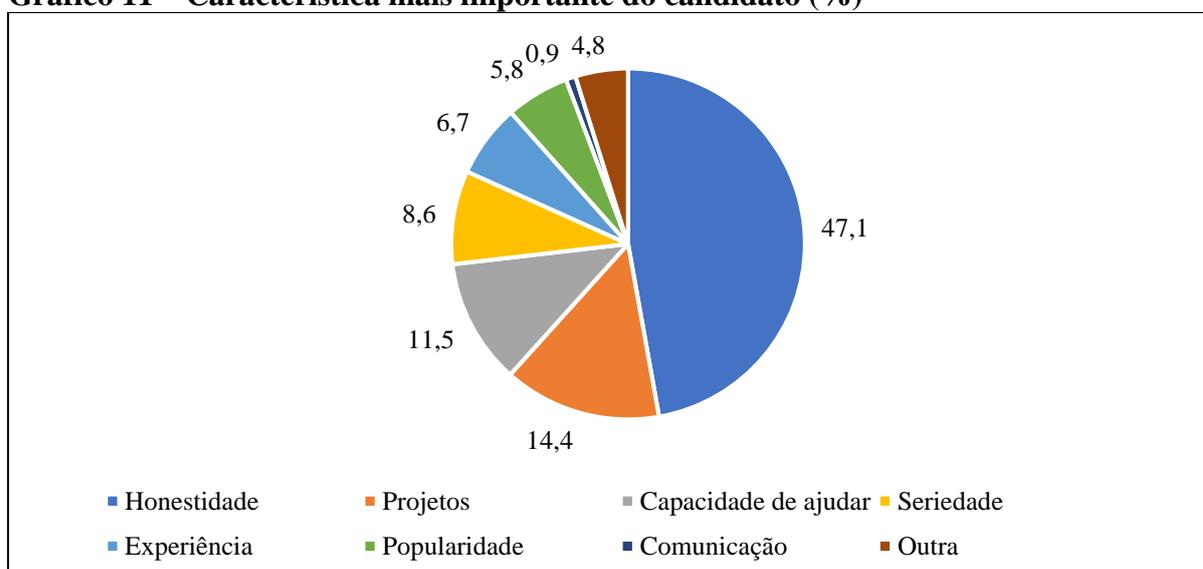
5.8.2 Critérios gerais para escolha dos candidatos

Em outra pergunta da entrevista, os eleitores participantes foram convidados a indicarem a característica que consideram mais importante para definir o seu voto a deputado, independentemente de o postulante ser ou não domiciliado na região do Vale do Paranhana. Foram oferecidas sete (7) alternativas de resposta: 1 – honestidade; 2 – seriedade; 3 – experiência administrativa ou legislativa; 4 – ser conhecido do eleitorado (popularidade); 5 – capacidade de ajudar as pessoas; 6 – facilidade de comunicação; 7 – ter projetos que resolvem os problemas da comunidade.

Os eleitores entrevistados também tiveram a opção de indicar outra característica, em caso de preferência por critério diferenciado que considerassem mais importante do que aqueles inicialmente sugeridos como alternativa para escolha.

O Gráfico 11 apresenta as respostas dadas pelos entrevistados à pergunta formulada:

Gráfico 11 – Característica mais importante do candidato (%)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Constata-se na observação do Gráfico 11 que a honestidade foi referida por quase metade dos entrevistados (47,1%) como a característica fundamental que um candidato a deputado federal ou estadual precisa ter para merecer o voto. Vários dos respondentes ponderaram que a qualidade de ser honesto é de difícil comprovação e que, muitas vezes, o próprio eleitor pode se enganar a respeito, mas que, mesmo assim, não é possível abrir mão dessa exigência em relação aos candidatos, porque a desonestidade tornaria inválidas todas as demais características, mesmo que positivas, do pretendente ao cargo legislativo.

A importância atribuída pelos eleitores à honestidade dos candidatos pode ser associada ao momento recente vivido pelo Brasil, quando sucessivos escândalos de corrupção foram trazidos à tona e escancararam práticas de corrupção institucionalizadas nos mais diversos níveis de poder, envolvendo fortemente a classe política. Dessa forma, torna-se natural que os eleitores elejam tal característica como básica para que um postulante a cargo eletivo mereça a confiança nas urnas, mesmo que em detrimento de habilidades que poderiam favorecer um melhor desempenho no exercício da função.

Em segundo lugar, mas com um percentual já bem inferior ao dos primeiros (14,4%), ficaram os eleitores que declararam dar prioridade aos projetos que os concorrentes apresentam durante as campanhas para resolver os problemas da comunidade. Esse posicionamento reflete um sentimento presente na opinião pública regional, ao longo das últimas décadas, quando se tornou voz corrente que a falta de uma representação política direta nas instâncias superiores estaria prejudicando o desenvolvimento econômico e social do Vale do Paranhana. Isso motivado pelo fato de não se identificarem lideranças comprometidas prioritariamente com a região e que pudessem elaborar propostas e buscar recursos junto aos diferentes escalões de governo a fim de mitigar problemas das comunidades e criar novas alternativas para melhorar as condições de vida da população.

Prosseguindo a análise da pesquisa com os eleitores, aparecem na sequência, com 11,5% do total, os respondentes que se fixam na capacidade dos candidatos para ajudar as pessoas, o que configura a busca por um perfil que privilegie os benefícios de cunho pessoal ou assistencialista. Logo depois, com 8,6% do total, estão os que valorizam a seriedade dos seus representantes, característica que se refere ao cumprimento de promessas, grau de comprometimento com os eleitores e, também, à coerência entre o discurso e à prática.

A experiência administrativa ou legislativa dos candidatos foi elencada como prioritária por 6,7 % dos eleitores entrevistados, o que reflete pouca importância para esse critério, ainda que se possam ouvir frequentemente restrições dos próprios eleitores ao preparo e à capacitação dos seus representantes políticos.

A popularidade, por sua vez, remete a nomes já conhecidos do eleitorado, seja por estarem presentes há mais tempo no cenário político, seja por figurarem com destaque na mídia, tendo sido apontada por apenas 5,8% dos entrevistados como norte para definir o voto. Tal percentual, entretanto, não parece condizente com os resultados verificados nos pleitos realizados no Vale do Paranhana nas últimas décadas, conforme já demonstrado neste estudo, pois foi possível constatar, de forma sistemática, as expressivas votações obtidas por candidatos que tinham justamente esse perfil, muitas vezes não sendo mais do que nomes famosos que apareciam em programas de televisão ou que tinham alcançado algum destaque no mundo esportivo, mas que nenhuma relação direta possuíam com a região, a não ser a admiração e até mesmo idolatria de seus eleitores aqui residentes.

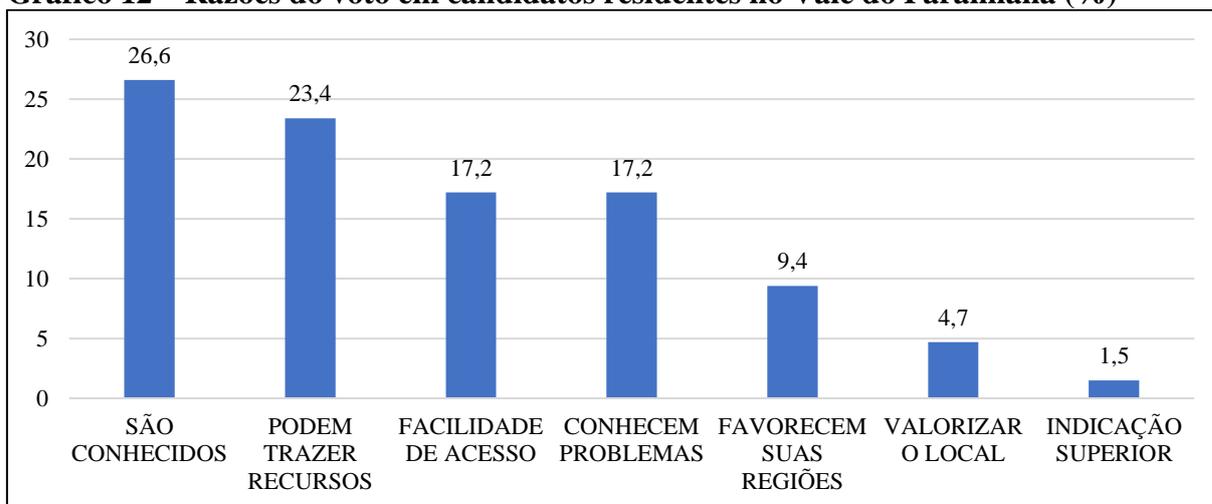
Por fim, como opção de um único eleitor (0,9%), foi mencionada a capacidade de comunicação dos candidatos, introduzida nas alternativas de resposta como característica que diz respeito à defesa e exposição de projetos, bem como à manifestação em público.

Além desses, 4,8% dos participantes da pesquisa mencionaram outra característica que não aquelas oferecidas entre as alternativas de resposta como critério de escolha dos seus candidatos. Um dos entrevistados respondeu que costuma guiar-se pelas amizades, ou seja, segue as recomendações de amigos e conhecidos para decidir em quem votar a deputado.

Entre os demais, um deles situou o nível de escolaridade do candidato como critério preponderante para definir se o mesmo merece ou não o voto ao cargo que pleiteia. Outra eleitora informou que dá mais importância às realizações que o postulante já fez em sua vida pregressa e uma terceira realçou a sinceridade como aspecto que não pode faltar aos seus escolhidos. Por último, um dos entrevistados apontou os princípios religiosos como característica mais importante a ser levada em conta na hora de escolher um candidato a deputado.

5.8.3 Razões para votar em candidatos domiciliados na região

Os eleitores que declararam a preferência por votarem em candidatos residentes do Vale do Paranhana nas disputas para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa foram indagados sobre o porquê de adotarem tal postura. Como cada qual podia apontar mais do que uma razão, o número de respostas superou o total de entrevistados que manifestaram esse comportamento eleitoral. A fim de facilitar a compreensão dos dados e a discussão das respostas, estas tiveram que ser agrupadas por semelhança de conteúdo, conforme se pode verificar no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Razões do voto em candidatos residentes no Vale do Paranhana (%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A análise das informações fornecidas pelos entrevistados à pergunta sobre os motivos que os levam a preferir o voto em candidatos domiciliados no Vale do Paranhana permitiu identificar 26,6% de menções à importância de os mesmos serem conhecidos. Nesse âmbito, os respondentes incluíram as próprias figuras pessoais dos postulantes, suas trajetórias políticas, realizações, pensamentos e capacidade de trabalho, entre outros aspectos que remetem diretamente aos concorrentes e fazem com que tenham a preferência na hora do voto.

Um segundo grupo de eleitores (23,4%) indicou a possibilidade de um representante político elaborar projetos e trazer recursos e obras para resolver os problemas da região. Alguns dos entrevistados enumeraram necessidades específicas que podem merecer a atenção de um parlamentar, como o suprimento de carências na área da saúde pública, geração de empregos e mudança do panorama econômico do Vale do Paranhana. Novamente, a importância dada a essa questão reflete o ressentimento do eleitorado da região, ao longo das últimas décadas, com a falta de uma representação política direta para servir de canal de encaminhamento das demandas da população às instâncias superiores de governo.

Foi possível classificar também 17,2% de respostas que apontaram para a facilidade de acesso como critério decisivo para votar em candidatos da região, com os eleitores entendendo que a maior proximidade poderia favorecer o contato com seus representantes, bem como as ações de cobrança e de fiscalização. Com o mesmo número de respostas (17,2%), o maior conhecimento ou melhor visão dos problemas e das necessidades regionais, na comparação com os concorrentes oriundos de outras regiões, igualmente foi apontado como principal ponto a favor dos candidatos locais na definição do voto.

Verificaram-se ainda, do total das respostas obtidas, 9,4% que apontaram para um comportamento natural dos políticos de privilegiarem suas regiões de origem, tendo em vista o “sentimento de pertencimento”, conforme definição de um dos respondentes, daí a razão para esses eleitores preferirem votar em candidatos residentes no Vale do Paranhana. Por fim, 4,7% convergiram para a necessidade de simplesmente valorizar e prestigiar os candidatos locais e uma resposta, equivalente a 1,5% do total, deu conta de voto em representantes da região por serem indicação de um superior de trabalho.

5.8.4 Razões para não votar em candidatos domiciliados no Vale do Paranhana

Os 12,5% do total de entrevistados que disseram não votar em candidatos residentes na região também foram perguntados a respeito das razões que motivam tal procedimento. Alguns dos respondentes apontaram como critério de escolha preponderante uma das características oferecidas no tópico 5.8.2 (característica mais importante do concorrente), com ênfase para a honestidade, seriedade, projetos que os postulantes apresentam e a capacidade de ajudar as pessoas, ou seja, esses eleitores escolhem os nomes para deputado com base em um dos critérios anteriormente citados, independentemente de qual seja a origem do candidato.

Um eleitor de Igrejinha disse vislumbrar oportunismo nos candidatos da região, que somente se apresentariam na hora do voto. Em Parobé, os eleitores contrários ao voto em representantes regionais referiram má qualidade dos nomes que são lançados e promessas não cumpridas, enquanto em Riozinho um dos entrevistados respondeu que prefere votar no melhor candidato. Um eleitor rolantense disse que os programas apresentados pelos concorrentes locais não satisfazem, e outro de Três Coroas justificou que toma por critério votar nas pessoas. Por fim, em Taquara, um entrevistado acusou falta de credibilidade e de identificação com os nomes que se lançam pela região e um segundo informou que costuma guiar-se pela opinião de conhecidos.

5.8.5 Importância da representação política para a região

Independentemente de sua posição quanto a votar ou não em candidatos domiciliados na região, todos os participantes da pesquisa foram confrontados com a seguinte pergunta:

- Acha importante que a região tenha representação política na Câmara dos Deputados, em Brasília, e/ou na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre? ()SIM ()NÃO. Por quê?

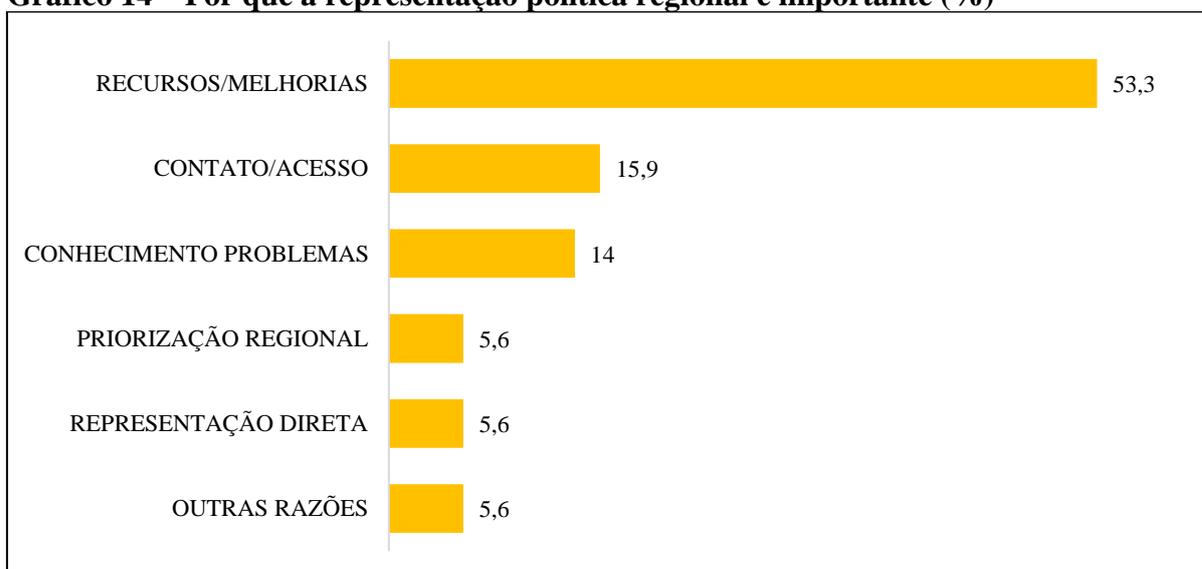
O gráfico a seguir apresenta as respostas obtidas:

Gráfico 13 – Representação política é ou não importante para a região (%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Como se pode visualizar no Gráfico 13, a grande maioria dos entrevistados (95%) vislumbra aspectos positivos na representação política regional, enquanto os demais não possuem a mesma visão. Dessa forma, é possível concluir que até mesmo os eleitores que não costumam votar em candidatos da região, em grande parte, consideram ser importante que o Vale do Paranhana conte com parlamentares residentes em seu território.

Analisando as respostas dos entrevistados que julgam importante essa função, foi possível identificar seis (6) grupos de conteúdos similares na justificativa para o posicionamento, conforme se pode visualizar no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Por que a representação política regional é importante (%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Entre as respostas obtidas dos entrevistados que consideraram importante a representação política do Vale do Paranhana/RS em nível de Câmara Federal e/ou Assembleia Legislativa, incluindo aqueles que não votam em candidatos regionais, mais da metade (53%) atrelou seu posicionamento à função pragmática que um parlamentar pode exercer na obtenção de recursos e melhorias para a região que representa. Houve várias menções à possibilidade de um deputado elaborar projetos em favor dos municípios que representa, bem como de encaminhar necessidades, ajudar a população e apoiar causas de interesse das comunidades.

Alguns dos entrevistados atentaram para a necessidade de o Vale do Paranhana possuir representação política para constar nas prioridades orçamentárias e ter maior assistência dos governos federal e estadual, bem como para obter o retorno de impostos que são arrecadados na região pelas instâncias superiores.

Foram registradas também várias indicações de setores que, na ótica dos entrevistados, deveriam merecer atenção prioritária dos representantes políticos. O mais lembrado foi a economia regional, com citações que fizeram referência à necessidade de geração de empregos, instalação de novas empresas, diversificação, desenvolvimento e atenção ao setor calçadista. A saúde pública também mereceu várias indicações, assim como a área da segurança. Ainda houve referências isoladas ao saneamento básico, educação e rodovias.

Um segundo grupo de respostas, representando praticamente 16% do total, apontou para a facilidade de acesso como principal motivação para a eleição de representantes políticos regionais ao parlamento federal e/ou estadual. Sustentaram os respondentes que a maior proximidade com os eleitos, sendo estes moradores da própria região, facilitaria o contato aos eleitores, bem como as ações de fiscalização e de cobrança, o que se torna mais difícil quando os detentores de mandatos legislativos provêm de outras regiões.

O comparativo das respostas dadas pelos entrevistados também permitiu identificar uma convergência de opiniões para a importância de se contar com uma representação política que tenha conhecimento dos problemas e das necessidades do Vale do Paranhana. Foram identificados 14% de respostas com esse teor, acrescentando-se também alusões à importância de que os eleitos tenham empatia e uma identidade regional.

Um grupo menor de entrevistados (5,6%) atrelou o seu posicionamento ao comportamento natural dos políticos de priorizarem as regiões de origem, entendendo que, da mesma forma, o Vale do Paranhana poderia se beneficiar, se contasse com representantes na Câmara Federal e/ou na Assembleia Legislativa. O mesmo número de eleitores ouvidos na pesquisa justificou o seu posicionamento pela importância da representação direta em si mesma e do próprio cargo de deputado.

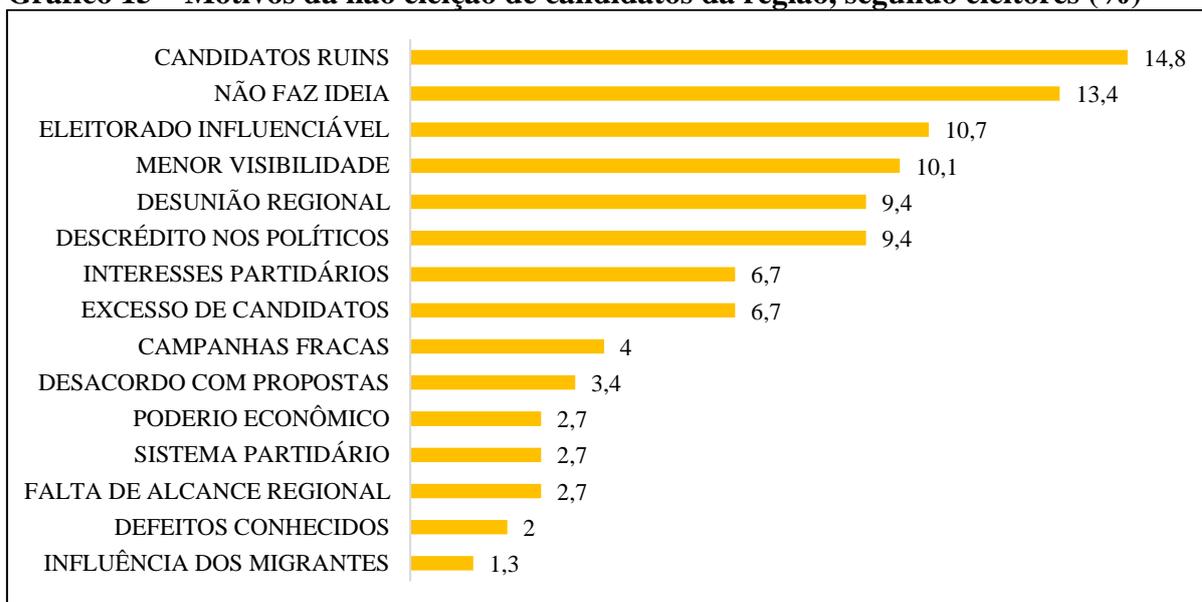
Também foram identificadas 5,6% de respostas que não se enquadraram exatamente em nenhuma das classificações anteriores ou apresentaram algum outro viés digno de registro. Foi o caso de eleitores que apontaram a necessidade de renovação da política, com a eleição de “caras novas”, em função da insatisfação com o desempenho dos representantes atuais. Também houve menções à possibilidade de um parlamentar se engajar em movimentos comunitários e de apresentar ou divulgar os potenciais da região perante o restante do Estado e do País. A necessidade de alguém mais assíduo na luta pelas causas regionais igualmente foi citada, assim como a condição de que a escolha de um representante político deve estar necessariamente associada a uma pessoa que tenha caráter e boa índole.

5.8.6 Causas da dificuldade da região para eleger seus representantes políticos

Conforme demonstrado em capítulo anterior deste estudo, no período transcorrido de 1990 a 2014, dentro do qual foram disputadas sete eleições majoritárias, o Vale do Paranhana não logrou êxito nas tentativas de eleger representantes políticos domiciliados em seu território para os cargos de deputado federal e estadual. Esta questão foi apresentada aos eleitores entrevistados na pesquisa, aplicada antes das eleições gerais de 2018, com a seguinte interrogação:

- Considerando que o Vale do Paranhana não consegue eleger representantes locais para a Assembleia Legislativa ou Câmara dos Deputados, na sua opinião, qual a causa desse fenômeno?

Tendo em vista o fato de ser uma pergunta aberta, vários dos entrevistados ofereceram mais do que uma explicação para a questão proposta, de modo que o número de respostas superou o de participantes da pesquisa. A exemplo do que se fez em perguntas anteriores, as respostas foram agrupadas por similaridade de conteúdo, a fim de facilitar a sua apresentação e análise, como se pode visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 15 – Motivos da não eleição de candidatos da região, segundo eleitores (%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Do total de respostas obtidas para a pergunta formulada, conforme se pode observar no Gráfico 15, quase 15% apontaram que razão primeira das dificuldades de candidatos do Vale do Paranhana para se elegerem a deputado residia nos próprios concorrentes, ou seja, na sua falta de qualidade. Candidatos ruins, fracos, incapazes, sem experiência e crédito ou pouco conhecidos foram alguns dos adjetivos mais frequentes utilizados pelos eleitores para exprimir sua posição a respeito. Constata-se, portanto, da parte dos eleitores, um espírito crítico em relação aos candidatos que vêm se apresentando ao longo das eleições, posicionamento que, certamente, também tem a ver com o descrédito da população na classe política em geral.

Como segundo resposta mais recorrente à pergunta formulada (13,4%), apareceu a expressão “não sei” ou “não faço ideia”, muitas vezes acompanhada de uma reação de surpresa ante à informação fornecida pelo entrevistador de que, até então, nenhum candidato domiciliado na região conseguira se eleger para deputado nas últimas três décadas. Tal comportamento demonstra que há um elevado grau de alienação por parte do eleitorado regional, o que também não chega a ser uma exclusividade do Vale do Paranhana, considerando que boa parte das pessoas no Brasil sequer consegue lembrar em quem votou passado pouco tempo do processo eleitoral. Dessa forma, a maioria dos eleitores se mantém distanciada do processo político, prevalecendo uma lógica de desconfiança que guia o comportamento político do brasileiro, inibe a participação cidadã e cria dificuldades para consolidação da democracia no Brasil (RIBEIRO e CORRÊA, 2012).

Um terceiro grupo de eleitores (10,7%) atribuiu o fenômeno ao comportamento do próprio eleitorado regional, principalmente no que se refere à propensão de ser influenciável. Houve várias referências à força da mídia e de outros agentes externos e alheios à região, como também relatos de preguiça, comodismo e descomprometimento com as questões coletivas por parte dos próprios eleitores, que tenderiam a tomar a decisão do voto somente na última hora e se deixariam iludir por falsas promessas. Essa leitura encontra eco nas significativas votações obtidas por candidatos que pouco ou nenhum vínculo possuem com o Vale do Paranhana, mas se sustentam em ligações partidárias ou apoios pessoais, quando não também em outros atributos validados pelos eleitores, como fama e exposição na mídia.

Outros 10% das respostas convergiram para a menor visibilidade das candidaturas regionais como sendo a principal dificuldade para fazer frente à força e o poder de influência de concorrentes que vêm de fora e costumam atrair as atenções do eleitorado. De fato, essa é uma realidade típica do sistema político-partidário brasileiro, que tende a favorecer os nomes já afirmados, seja no que se refere à dotação de recursos de campanha, seja na ocupação dos espaços de divulgação das candidaturas, em detrimento de concorrentes iniciantes e de menor expressão, como costumam ser aqueles de espectro regional ou municipal (caso de muitos nomes lançados pelo Vale do Paranhana).

Na sequência, com 9,4% das opiniões coletadas, foi apontada a desunião regional como causa para as votações deficientes de candidatos locais. Nesse sentido, alguns dos entrevistados sugeriram a existência de um sentimento de inferioridade por parte da população do Vale do Paranhana, que não acreditaria em seu próprio potencial, e de falta de bairrismo na comparação com o comportamento do eleitorado em outras regiões do Estado.

No que se refere a essa última manifestação dos eleitores, as dificuldades de união regional são corroboradas por um estudo realizado por Pereira e Jung, em 2014, com 47 gestores de empresas do Paranhana. Constataram que, para 57% dos entrevistados, não existe integração entre as empresas, enquanto 74% deles também não conseguem visualizar esse entendimento entre os próprios municípios que compõem a região, ao mesmo tempo em que há uma adesão reduzida da parte desses mesmos gestores às associações e entidades representativas, devido à descrença na eficácia das ações. Interpretam os autores:

As queixas relativas à falta de integração chamam atenção ao fato de se tratar de uma região predominantemente calçadista, ao mesmo tempo em que essa circunstância pode acirrar a concorrência, poderia ensejar trocas de experiências, parcerias e o desenvolvimento conjunto (PEREIRA e JUNG, 2016, p. 102).

Tal percepção, portanto, pode ser perfeitamente transferida para o jogo político, na medida em que seus atores costumam reproduzir as mesmas condições do meio de onde advêm. Em consequência da falta de unidade, cria-se na população um sentimento de impotência e de baixa autoestima, como reportado por eleitores participantes da pesquisa, na medida em que as pessoas não se veem capazes de resolver seus próprios problemas, tampouco enxergam suas lideranças engajadas nessa causa.

Com o mesmo índice da desunião regional (9,4%), foi mencionado pelos respondentes o descrédito na classe política como motivo que poderia justificar as dificuldades eleitorais dos candidatos da região. Dentro desse contexto, houve a referência a oportunismo dos concorrentes locais, que não teriam por costume consultar as suas bases e, também, sofreriam de desprestígio imposto pela regra do “santo de casa não faz milagre”, conforme citação de um dos entrevistados. Na composição dessa linha de pensamento, é possível visualizar tanto a falta de confiança da população nos políticos em geral quanto na reprovação de práticas específicas atribuídas aos concorrentes lançados pela região, assim como também o pouco entusiasmo do eleitorado em relação aos candidatos locais.

A preponderância das questões partidárias sobre os interesses regionais mereceu 6,7% das respostas obtidas na pesquisa. Um dos entrevistados denunciou a prevalência de “picuinhas” e outros mencionaram desunião entre as siglas e práticas de politicagens que estariam pontificando nos processos de definição de candidaturas.

Como se pode perceber, os eleitores que fazem esse tipo de menção reprovam as práticas partidárias, principalmente quando essas prevalecem em relação às necessidades da população. A verdade, porém, é que, em nome de seus próprios interesses, historicamente, os partidos negociam acordos e fazem toda sorte de acertos, deixando para segundo e terceiro planos as demais questões, como as que dizem respeito, por exemplo, ao desenvolvimento regional.

Machado (2012) pontua a esse respeito que os líderes partidários levam em conta três variáveis ao avaliar se devem ou não participar de uma determinada aliança eleitoral: a magnitude distrital, o tamanho do partido e a ideologia da sigla. “Além de trocas eleitorais (concentração de votos nas eleições para deputado federal e mais tempo na propaganda eleitoral gratuita, principalmente), os partidos podem fazer concessões ideológicas ao participar de cartéis eleitorais” (MACHADO, 2012, p. 3).

Seguindo na mesma esteira, o excesso de nomes apresentados na maioria dos pleitos figurou em outros 6,7% das respostas obtidas para a pergunta formulada. Essa constatação encontra eco na própria análise das eleições realizadas neste estudo, que abrangeu o período de

1990 a 2018, onde se pôde constatar uma profusão de nomes lançados pelos partidos em todas as eleições ocorridas nesse intervalo de tempo.

A pouca expressão ou baixa visibilidade das campanhas protagonizadas em geral pelos candidatos da região, qualificadas por vários dos entrevistados como fracas, também foi apontada como justificativa para o insucesso eleitoral dos mesmos, obtendo 4% das indicações, enquanto outros 3,4% dos respondentes indicaram desacordo com as propostas apresentadas pelos concorrentes.

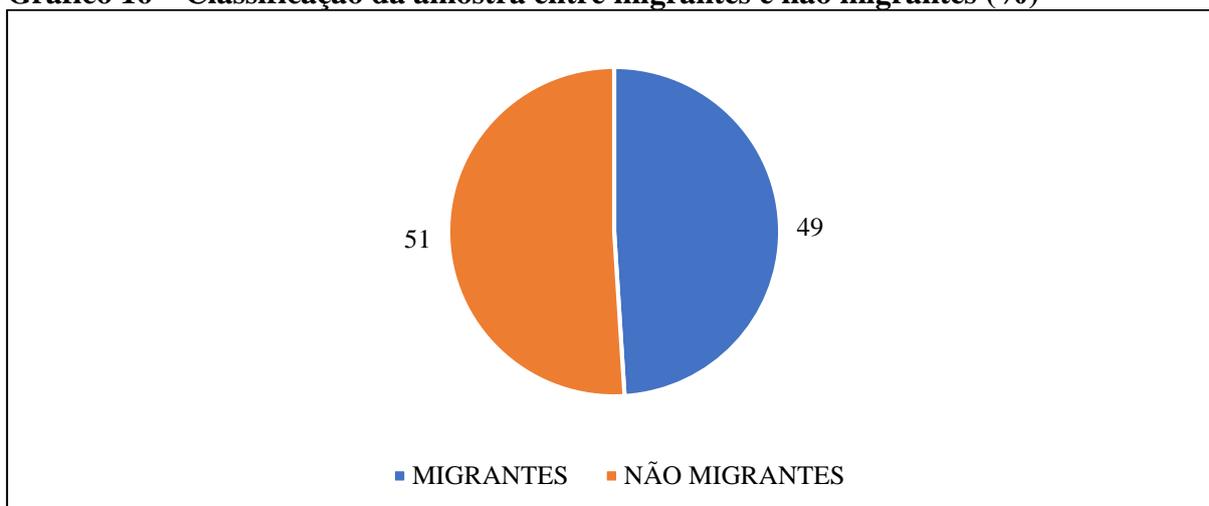
A influência do poderio econômico, com referências diretas a compra de votos e troca de favores, apareceu em 2,7% das respostas. Com o mesmo percentual, foram referidos os critérios do sistema partidário e a falta de candidaturas de alcance regional, sendo esta última propugnada por eleitores segundo os quais os nomes que se apresentam, em geral, costumam ser conhecidos praticamente só em seus próprios municípios.

Houve ainda algumas respostas (2%) que convergiram para a hipótese de que o fato de serem conhecidos do eleitorado, o que incluiria os defeitos pessoais, desfavorece os candidatos originários da região na comparação com os concorrentes de fora, que não enfrentam essa situação. Identificaram-se também 1,3% de respostas que apontaram para a influência do voto dos migrantes, que tenderiam a apoiar candidatos das suas regiões de origem, prejudicando com isso o desempenho dos representantes do Vale do Paranhana.

5.8.7 Classificação de posicionamento eleitoral entre migrantes e não migrantes

A fim de testar uma das hipóteses deste estudo, foi feita uma divisão entre os participantes da pesquisa de campo, classificando-os em migrantes e não migrantes, no sentido de verificar qual o seu posicionamento quanto à preferência de votar ou não em candidatos domiciliados no Vale do Paranhana nas disputas para a Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados.

Para fins desta pesquisa, adotou-se como critério para definir como migrantes os eleitores não nascidos no Vale do Paranhana e que não moram na região desde o início de suas vidas, conforme as informações prestadas pelos próprios participantes ao entrevistador. O Gráfico a seguir ilustra a presença de migrantes e não migrantes na amostra pesquisada.

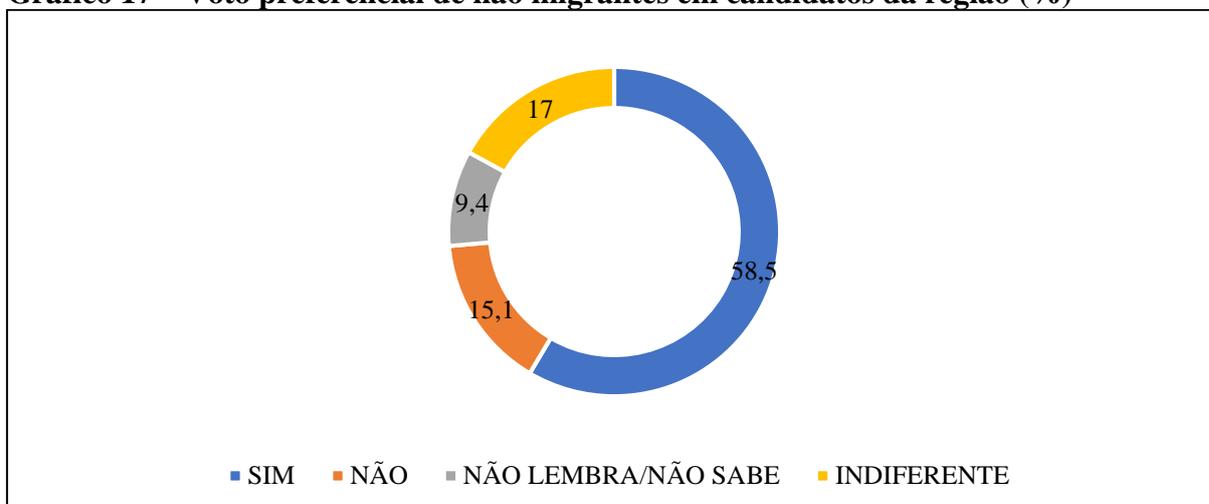
Gráfico 16 – Classificação da amostra entre migrantes e não migrantes (%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No Gráfico 16, se pode perceber que o percentual de eleitores migrantes participantes da pesquisa foi ligeiramente inferior ao de não migrantes (49% contra 51%), sendo incluídos nesses últimos aqueles que nasceram na região ou que declararam serem moradores do Vale do Paranhana desde o início de suas vidas, mesmo que, como ocorreu em alguns casos, tenham circunstancialmente nascido em municípios de outras regiões.

No gráfico que segue, apresentamos inicialmente o comportamento dos eleitores não migrantes, quando defrontados com a seguinte pergunta:

- *Você costuma votar em candidatos residentes na região nas eleições para deputado federal e estadual?*

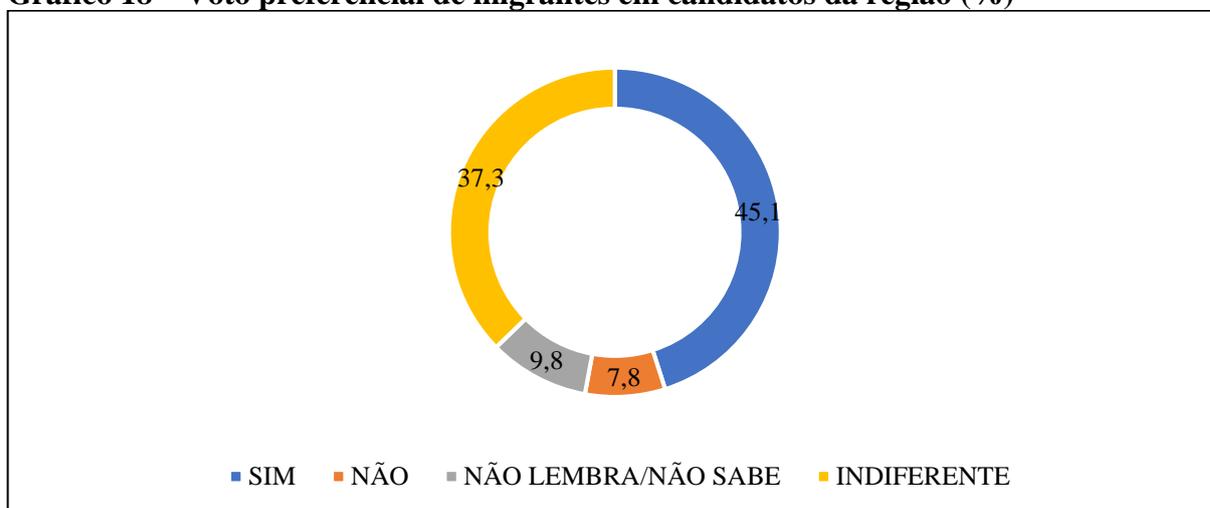
Gráfico 17 – Voto preferencial de não migrantes em candidatos da região (%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Verifica-se, a partir da observação do Gráfico 17, que uma ampla maioria (58,5%) dos entrevistados que são nativos da região ou nela sempre moraram prioriza o voto em candidatos que tenham seus domicílios eleitorais no próprio Vale do Paranhana. Outros 15% manifestaram-se no sentido de não seguir essa orientação, enquanto 17% declararam que são indiferentes à questão e 9,4% não souberam responder à pergunta ou não lembraram a forma como costumam proceder.

O gráfico a seguir traduz o comportamento revelado pelos eleitores migrantes ante à mesma pergunta expressa acima:

Gráfico 18 – Voto preferencial de migrantes em candidatos da região (%)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Ao se fazer a comparação dos Gráficos 17 e 18, é possível notar que o número de entrevistados migrantes que costumam votar em candidatos do Vale do Paranhana é menor do que aqueles não migrantes (58% para 45%). Da mesma forma, diminui o número dos que não têm por hábito votar em concorrentes regionais, sendo quase 8% para migrantes e 15% para não migrantes. Todavia, cresce consideravelmente o percentual de indiferentes entre os eleitores migrantes, sendo de 37% para 17% na comparação com os não migrantes. O número de entrevistados que não souberam responder à pergunta ou não lembram a forma de procedimento permanece praticamente igual nas duas situações (ao redor de 9%).

Tais observações apontam para uma possível interferência do fator das migrações no comportamento eleitoral do Vale do Paranhana, pois verifica-se na amostra pesquisada uma propensão maior dos eleitores nativos e/ou residentes na região desde o início de suas vidas a votarem em candidatos a deputado que tenham esse território como principal base eleitoral, na

comparação com aqueles que vieram de outras regiões do Rio Grande do Sul ou de locais mais distantes.

Somando-se os votos dos eleitores indiferentes com os que não costumam votar em candidatos da região, tem-se uma diferença de 45% para os migrantes contra 32% para os não migrantes, representando 13%. Este dado sugere a confirmação de uma das hipóteses do presente estudo, qual seja o de que o fenômeno das migrações possa estar interferindo no processo eleitoral do Vale do Paranhana.

Bassan (2017) afirma que uma série de laços mantém os vínculos dos migrantes com suas regiões de origem, como, por exemplo, as redes de parentesco, pois políticas, regras e normas podem mudar, mas as relações entre membros familiares são duradouras. Num estudo feito com pessoas que vivenciaram essa situação no Vale do Paranhana, a autora constatou que, em muitos casos, a ligação com a chamada “terra natal” permanece muito forte para o migrante. “Apresenta-se novamente a noção de enraizamento (*embededness*) representada pelas relações pessoais mais próximas, ou seja, aquelas em que há certa intensidade emocional, intimidade, confiança (família, amigos, etc.)” (BASSAN, 2017, 186).

Da mesma forma que mantêm esses vínculos de origem, muitos migrantes encontram dificuldades de se sentirem “aquereciados” em seus novos locais de moradia, seja por diferenças culturais, seja por questões econômicas e até mesmo devido a desajustes sociais. É natural, portanto, que esse estado de coisas se reflita no comportamento eleitoral, pois o mesmo morador que elegeu a região para melhorar suas condições de vida, muitas vezes, não tem o devido conhecimento de quem são os atores políticos locais, nem sente afinidade com os mesmos, enquanto ainda guarda as referências do lugar de onde veio.

No caso das votações para deputado federal e estadual durante o período analisado pela presente pesquisa, não foi possível identificar claramente até que ponto a participação dos eleitores migrantes beneficiou candidatos oriundos das suas regiões de origem, devido à grande dispersão de votos. Entretanto, é possível supor que tenha favorecido candidatos de maior projeção estadual, especialmente aqueles com carreira política consolidada ou com algum tipo de destaque nos meios de comunicação, uma vez que tiveram a acolhida facilitada por eleitores que ainda estão construindo sua identidade regional.

6 PERCEPÇÕES DE LIDERANÇAS SOBRE AS VINCULAÇÕES ENTRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Visando a repercutir as conclusões obtidas no presente estudo, no que diz respeito à análise dos resultados eleitorais e às opiniões coletadas junto ao eleitorado, foram realizadas também entrevistas com lideranças constituídas da região do Paranhana/RS, objetivando aprofundar a reflexão sobre as relações da representação política com a problemática do desenvolvimento regional.

Como liderança, entende-se “[...] o processo pelo qual um indivíduo influencia outros a realizar os objetivos desejados” (MONTANA e CHARNOV, 1998, p. 220). Segundo os mesmos autores, a função de líder pode advir tanto de uma medida formal, quando se é oficialmente designado como tal dentro de uma determinada organização, quanto informal, quando não se recebe formalmente as determinações de liderança, mas, mesmo assim, se consegue exercê-la.

Não sendo pretensão aprofundar a discussão sobre as diferentes dimensões que envolvem a prática da liderança ou dos requisitos necessários para exercê-la, tomou-se como critério de escolha para participação neste estudo a investidura do cargo ocupado pelos entrevistados, bem como o papel de proeminência que possuem no cenário regional. Buscou-se também contemplar diferentes áreas de atuação, tanto da iniciativa privada quanto do poder público, bem como da sociedade organizada.

As entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos entrevistados, nos dias 3, 4, 12 e 21 de dezembro de 2018 e 31 de janeiro de 2019, mediante aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado, com perguntas abertas. Os participantes foram informados quanto aos objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido utilizado gravador para o registro das falas.

Todo os entrevistados, relacionados a seguir, autorizaram a divulgação dos seus nomes:

- *Entrevistado 1*: João Nadir Pires, sindicalista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Parobé;
- *Entrevistado 2*: Dalciso Eberhardt de Oliveira (PSB), deputado estadual eleito em 2018, ex-vice-prefeito municipal de Igrejinha;
- *Entrevistado 3*: Joel Leandro Wilhelm (PP), prefeito municipal de Igrejinha, presidente da Associação dos Municípios do Vale do Paranhana (Ampara);
- *Entrevistada 4*: Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB), vereadora, presidente do Poder Legislativo municipal em Taquara;

- *Entrevistado 5*: Rosnei Alfredo da Silva, empresário, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Parobé (Sindicap), presidente do conselho deliberativo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) e diretor financeiro de Calçados Bibi (Parobé);

- *Entrevistado 6*: Delmar Henrique Backes, professor, diretor-geral das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat) e presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Paranhana/Encosta da Serra (Coredepes).

Na sequência, será apresentado o resumo das respostas fornecidas pelos entrevistados para cada uma das seis perguntas constantes na aplicação da entrevista e far-se-á uma análise dos pontos convergentes e divergentes entre as mesmas, bem como as suas relações com a literatura e os resultados anteriores encontrados neste trabalho.

6.1 Repercussões da falta de representação política no desenvolvimento regional

A primeira pergunta apresentada aos seis líderes regionais entrevistados para a presente pesquisa foi a seguinte:

- Nas últimas três décadas, o Paranhana permaneceu sem representação política direta em nível de Poder Legislativo, seja na Câmara dos Deputados, seja na Assembleia Legislativa. Na sua opinião, esse fato influenciou (teve alguma repercussão) no desenvolvimento da região? Se sim, de que maneira? Se não, por quê?

No cotejo das respostas fornecidas pelos entrevistados, constatou-se que quatro deles foram taxativos em afirmar que o fato de não contar com um representante político teve um viés negativo para a região, com ênfase para o papel de intermediação que um parlamentar pode exercer junto às instâncias superiores na busca de recursos e defesa de interesses.

O Entrevistado 2 considerou que é um comportamento natural do representante político “puxar a brasa para o seu braseiro”, no sentido de favorecer o seu território de origem. Ao embasar o seu posicionamento, fez ilações com representantes políticos de outras regiões, mesmo vizinhas, que possam ter atuado na região durante os 30 anos em que esta não conseguiu eleger nenhum candidato.

É óbvio que temos um comprometimento maior com a nossa família, a nossa casa, do que com a casa do vizinho, muito embora a gente tenha que respeitar o vizinho e fazer a política da boa vizinhança, que é o que vinha sendo feito. Batia no ombro, fazia aquela visita, mas fica ali. E aí, por vezes, nós tivemos várias situações que tínhamos dois a três representantes de regiões que se diziam representantes nossos, mas, por consequência, a gente soube durante esse período todo que, de fato, não eram (ENTREVISTADO 2).

Essa manifestação encontra eco naquilo que foi expresso por eleitores ouvidos para o presente estudo, quando declararam a sua preferência em votar em candidatos da região por considerarem que o político naturalmente tende a privilegiar o meio em que se encontra inserido e ao qual deve sua eleição. Respalda-se também nos estudos de Magdaleno (2010) e Bezerra (2001), segundo os quais o próprio sistema induz os parlamentares a priorizarem seus redutos eleitorais, especialmente no que tange à aplicação de verbas e programas, porque é a forma que encontram para sobreviverem politicamente.

O Entrevistado 3 reforçou a mesma constatação, acrescentando que, automaticamente, as instâncias de governo também tendem a privilegiar aquelas regiões que tenham representação política. Na sua opinião, o resultado só não foi pior para o Vale do Paranhana porque algumas forças, como o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) e Associação dos Municípios (Ampara), além dos prefeitos, se mostraram atuantes e conseguiram, em parte, suprir a falta de um representante no Legislativo federal e estadual. Mas, não tem dúvidas de que a região saiu prejudicada, seja com recursos públicos que não vieram, seja com obras necessárias que demoraram para acontecer ou nem se realizaram. Citou como exemplo concreto uma ponte que faz a travessia sobre o Rio do Sinos, na rodovia ERS-020, em Taquara, a qual sofreu um abalo em sua estrutura devido a uma enchente em agosto de 2013 e, desde então, ficou com o trânsito precário, em pista única e com restrições à passagem de veículos pesados.

Em função da necessidade de parar na pista para aguardar o momento da liberação, vários motoristas foram assaltados junto à ponte, entre os quais, ironicamente, uma das vítimas acabou sendo o próprio deputado Dalciso Oliveira (Entrevistado 2), alguns dias antes de assumir o cargo na Assembleia Legislativa. Finalmente, após muita pressão política, uma empresa contratada pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) iniciou os reparos na passagem, em fevereiro de 2019 (PONTE, 2019).

Para o Entrevistado 3, essa demanda, que precisou de quase seis anos para ser atendida pelas autoridades estaduais, mesmo sendo de solução fácil e não muito cara (R\$ 1,22 milhão), é um exemplo clássico do quanto a representação política fez falta para a região em todos esses anos.

[...] duvido que, se nós tivéssemos uma representação ao longo desse tempo, aquela obra não teria acontecido. Por exemplo, se fosse na chegada em Caxias do Sul, que sempre tem 3 ou 4 deputados, duvido que não tivessem concluído. É a representação política, ela é importante. Porque a essência da representação política saudável é esta: eu tentar representar a minha região e buscar recursos para a minha região, isto é fato (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 1 considerou que a presença de uma figura política que possa canalizar os anseios às esferas nacionais e estaduais é fundamental para o desenvolvimento de uma região, caso contrário “a tendência é toda a população sofrer, até mesmo sem saber o que se passa”. Na sua opinião, o que acontece, porém, no Vale do Paranhana, é uma falha das lideranças políticas, que não conseguem conscientizar a população quanto à necessidade de pensar a região como um “grande município” em vez de cada município buscá-lo de forma isolada.

Por sua vez, a Entrevistada 4 reportou uma situação prática em seu trabalho parlamentar, quando teve que se socorrer de um correligionário do seu partido (PTB) para auxiliar uma empresa de Taquara que necessitava agilizar a liberação de uma licença ambiental junto a um órgão estadual. Para ela, a resolução de casos como esse seria muito mais fácil, se as lideranças do município pudessem contar com um representante local no parlamento estadual ou federal e não precisassem recorrer a parlamentares de outras regiões, os quais, muitas vezes, não têm um histórico de atuação na comunidade, nem conhecem a realidade local, além do que haveria uma relação de afeto e de carinho.

Essa linha de pensamento externada pelos entrevistados converge para aquilo que também disseram os eleitores entrevistados para o presente estudo, quando mis da metade apontou a importância de um representante parlamentar como forma de facilitar a obtenção de recursos e de melhorias para a região.

Já os Entrevistados 5 e 6 relativizaram a importância da representação política no contexto do desenvolvimento regional. Para o primeiro, a região pode ter sentido falta de alguém que refinasse as demandas surgidas nas últimas décadas, mas essa ausência não foi determinante. Na sua visão, havendo relacionamentos bem constituídos, uma comunidade consegue suprir sua carência de representação política, valendo-se de parlamentares que atuam nas cercanias. Citou como exemplo o setor calçadista, que teria conseguido atender todas as solicitações demandadas às esferas superiores, valendo-se de deputados de regiões vizinhas, bem como de senadores, que encamparam as causas encaminhadas. Dessa forma, entende que o segredo está em ter bons projetos e também boas lideranças, que operem num ambiente propositivo, mas “o que a gente nota, muitas vezes, é que um puxa para um lado, outro puxa para o outro”.

Na ótica do Entrevistado 5, a comunidade de Igrejinha consegue dar um exemplo positivo relevante para a região com o trabalho aglutinador que realiza em torno do evento Oktoberfest, cuja organização e operacionalização é totalmente baseada no trabalho voluntário e os lucros revertem, em grande parte, para entidades locais.

Eles conseguem ter unidade, conseguiram agora eleger um deputado depois de 30 anos [...]. Então, já na nossa região, nós temos bons exemplos de que a aglutinação de interesses em nome de uma causa maior funciona, e a Oktoberfest é uma referência para a região. Independente de nós termos deputados federais eleitos ou não, Igrejinha já nos dá a resposta de como fazer (ENTREVISTADO 5).

A Oktoberfest é um evento anual, realizado sempre em dois finais de semana do mês de outubro, e tem à frente de sua realização uma entidade comunitária, a Associação dos Amigos da Oktoberfest (Amifest). Conforme Kaiser (2009), a concepção do evento foi originariamente inspirada na festa de mesmo nome realizada em Munique, na Alemanha, tendo a primeira edição ocorrido no ano de 1988. O *site* da Oktoberfest na internet detalha que a iniciativa se constitui numa forma de homenagear os antepassados e resgatar os valores dos imigrantes alemães que colonizaram o Vale do Paranhana, divulgando-os para além das fronteiras da região. Destaca também o envolvimento de aproximadamente 3 mil voluntários em cada edição do evento, o que representa cerca de 10% da população do município, e confere à Oktoberfest local o título de “maior festa comunitária do Brasil” (OKTOBERFEST, 2019).

Além de contar com o engajamento da população, o evento realça seu caráter social com a distribuição dos lucros para entidades de toda a região e atuantes nas áreas da saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Somente a edição de 2018 reverteu em lucro de R\$ 1,1 milhão, rateado entre 87 entidades, somando-se a outros R\$ 9 milhões distribuídos desde a fundação da Amifest, ocorrida em 1994 (OKTOBERFEST, 2018).

A posição de Igrejinha como exemplo de mobilização e organização comunitária também foi enaltecida por outros participantes da pesquisa ao longo da aplicação das entrevistas. O Entrevistado 1 pontuou que o município em questão aparenta uma cultura diferenciada em termos de região no que diz respeito à preocupação das pessoas com o bem-estar da comunidade. “E eu não sei se tem a ver, mas o primeiro candidato eleito nos últimos anos, por acaso é de Igrejinha.” (Entrevistado 1). O participante 6 também raciocinou no mesmo sentido, ao analisar a eleição de Dalciso Oliveira após um intervalo de 30 anos, o que, na sua visão, também pode denotar um sentimento de “bairrismo” entre a população igrejinense, não tão presente em outros municípios.

O caso de Igrejinha, no que se refere à união e envolvimento comunitários também poderia ser associado à presença de capital social, na medida em que o conceito se ancora em relações de confiança, reciprocidade e cooperação, visivelmente identificadas em diferentes movimentos locais. Baquero (2003) elucida a esse respeito:

Los indicadores más utilizados para medir y evaluar capital social han sido: la participación de las personas en organizaciones sociales y la confianza demostrada entre los miembros de una comunidad. Subyacente a esta idea se puede identificar la creación de nuevos papeles sociales para los ciudadanos en su propia comunidad orientados para la estructuración de una nueva vida (BAQUERO, 2003, p. 167).

Retornando à análise dos impactos da falta de representação política no contexto regional, o Entrevistado 6 observou que é preciso fazer uma diferenciação entre a alçada de ação de um deputado federal e a de um estadual. Ele se referiu à concentração de recursos na União, ao mesmo tempo em que as finanças do Estado passam por um momento de grave crise, o que acaba fortalecendo o papel do parlamentar lotado em Brasília, enquanto enfraquece aquele que atua na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre.

O Entrevistado 6 entende que, atualmente, os Coredes estão conseguindo realizar um bom trabalho junto ao governo estadual, trazendo obras e recursos, ainda que não muito expressivos, para atender as principais demandas das regiões, porém a representação regional na Capital Federal realmente vem fazendo falta à região. Mesmo assim, considerou que o simples fato de ter um representante político não é decisivo para uma região, pois tudo depende das características de quem vai desempenhar esse papel.

Há um aspecto que eu considero essencial: a qualidade do representante. Ele deve ter a capacidade de conquistar, junto ao governo estadual ou federal, algo que sirva e, ao mesmo tempo, deve ser um trabalhador, não pode ser simplesmente um politiquero, tem que ter credibilidade. E essa pessoa deve ser um líder para conseguir unir a região e mobilizá-la (ENTREVISTADO 6).

Nesse sentido, o Entrevistado 6 vislumbra um potencial de atuação do representante político regional que vá além da simples intermediação de demandas ou busca de verbas junto a instâncias superiores de governo. No seu ponto de vista, cumpre também a ele conscientizar a região “de que ela é capaz, de que há aspectos muito positivos, de que temos que trabalhar juntos, nesse sentido tem muito a fazer.”

6.2 Votações insuficientes dos candidatos locais

A segunda pergunta formulada aos entrevistados tomou como referência a análise dos resultados dos pleitos ocorridos na região durante as últimas três décadas, mostrando as dificuldades de apoio que os candidatos a deputado lançados pela região geralmente encontram junto ao eleitorado dos municípios:

- Na sua opinião, quais são os principais motivos para as votações insuficientes que os candidatos residentes na região costumam obter para se elegerem tanto em nível federal quanto estadual?

As observações de três dos respondentes convergiram para uma palavra-chave, que, no entender dos mesmos, explica em grande parte o porquê de o processo político na região geralmente ser frustrante nas disputas para o parlamento federal e estadual, praticamente inviabilizando as candidaturas. Referiram-se à “ vaidade”, que se aplicaria tanto aos próprios concorrentes quanto aos dirigentes partidários, redundando, no mais das vezes, em excesso de nomes colocados na disputa.

Essa opinião foi compartilhada pelos Entrevistados 1, 2 e 3. O primeiro deles reportou um episódio ocorrido há 7 ou 8 anos, quando participou de uma tratativa que visava ao lançamento de não mais do que dois ou três nomes para concorrerem pela região a fim de que tivessem êxito num pleito que se avizinhava. Segundo relatou, tudo transcorria bem, até que os partidos políticos tomassem a frente da situação e acabassem lançando um número excessivo de candidatos, simplesmente porque cada sigla queria ter a sua própria representação, mesmo sabendo de antemão que dificilmente alguém se elegeria.

O Entrevistado 2 falou de sua própria estratégia como candidato a fim de quebrar o que estava se transformando numa espécie de tabu para a região e conseguir a eleição para deputado estadual no pleito de 2018. Segundo ele, o êxito foi fruto de um trabalho planejado e articulado, que começou bem antes da campanha eleitoral, quando realizou um total de 76 reuniões nos seis municípios da região e também nas cidades vizinhas de Araricá e Nova Hartz, apresentando a bandeira do “Vale do Paranhana, o vale da esperança”. Dessa maneira, conseguiu atingir diretamente mais de 5 mil pessoas, mas também precisou atuar fortemente junto a lideranças partidárias a fim de debelar focos de candidaturas rivais que poderiam implodir suas pretensões eleitorais.

Nesse contexto, tivemos muito êxito em Igrejinha e Três Coroas. Inclusive, aos 45 minutos do segundo tempo, ainda estávamos declinando dois candidatos, um de cada cidade, a fim de que ficássemos livres nessas duas cidades para fazer campanha, uma vez que, somando os dois eleitorados, superaram os 40 mil votos. Nós entendíamos que era muito importante que nós saíssemos desses dois municípios com 15 mil votos e isso acabou acontecendo depois na eleição (ENTREVISTADO 2).

O deputado eleito revelou que não teve a mesma receptividade em Parobé e Taquara, onde acabaram surgindo várias outras candidaturas. Especialmente no primeiro município, segundo ele, disputas por espaços na política local se imiscuíram na eleição para a Assembleia

Legislativa de 2018, ficando claro que vários nomes foram lançados unicamente com o objetivo de conquistar uma “vitrine”, de olho na sucessão municipal, uma vez que havia possibilidade de serem convocadas novas eleições ainda para aquele ano em Parobé.

De uma forma geral, no entendimento do entrevistado, o que muitas vezes impulsiona o lançamento de uma candidatura a deputado é pura e simplesmente “ vaidade política pessoalíssima” (sic).

O cara (sic) quer ser candidato para depois poder dizer que foi candidato. Eu não fiz uma eleição voltada para uma candidatura, mas uma candidatura voltada para uma eleição. Eu quero ser, estar deputado de uma região, e não estar candidato a deputado para daqui a pouco tu fazer lobby para ti e, por algum motivo, numa eleição seguinte, fazer mais votos para vereador ou até conjugar para uma eleição majoritária (ENTREVISTADO 2).

O Entrevistado 3 também identificou a mesma motivação para tentar entender o porquê de os candidatos lançados pela região encontrarem tantas dificuldades para se elegerem às casas legislativas. Na sua visão, é necessário “quebrar” algumas vaidades que ainda se manifestam muito fortemente, principalmente no que se refere a disputas municipais que acabam prejudicando a integração regional. O participante vislumbra, porém, alguns progressos em contrário, como as tratativas que estão sendo feitas para regionalização da saúde, repartindo as especialidades médicas entre os municípios a fim de qualificar o atendimento prestado à população.

O lançamento de nomes a deputado com o propósito único de ocupar espaços no cenário municipal, comportamento já referido pelo Entrevistado 2, também foi mencionado pelos Entrevistados 5 e 6. De acordo com a análise feita por eles, é comum surgirem candidaturas que nada mais buscam do que servir de trampolim ou balão de ensaio para uma nova candidatura mais adiante, seja para vereador, seja para prefeito. Na interpretação do Entrevistado 5, são projetos personalistas, que resultam em fragmentação de candidaturas: “[...] o interesse ali não é da região, é do candidato ou daquele partido que quer fazer de um cidadão das eleições de hoje o próximo prefeito ou próximo vereador. A região fica em segundo plano, o interesse pessoal está acima de qualquer coisa” (ENTREVISTADO 5).

O Entrevistado 6 confirmou a mesma impressão, reforçando que muitas dessas candidaturas surgem de vereadores ou pretendentes a prefeito que se lançam a deputado, principalmente para o nível estadual, com o objetivo único de “pegar preço” para aquelas que são as suas verdadeiras pretensões, ou seja, credenciar-se a uma disputa municipal logo mais adiante. “Nesses anos todos, tivemos muitos candidatos e muitos poucos mesmos, realmente,

se fossem eleitos, teriam boas condições para fazer um bom trabalho – e, pior que isso, fizeram uma votação pequena porque não representam realmente a região” (ENTREVISTADO 6).

Candidaturas desprovidas de visão regional também foram referidas pelos Entrevistados 3 e 5, ao passo que o Entrevistado 2 acusou o aparecimento de “candidaturas avulsas”, como as que se colocam a serviço de concorrentes de outras regiões em troca de auxílios financeiros ou outro tipo de benefício.

Por sua vez, o Entrevistado 1 atentou para a interferência do fenômeno das migrações no comportamento eleitoral do Vale do Paranhana, entendendo que muitos moradores da região ainda mantêm os vínculos com seus locais de origem e votam em candidatos que são oriundos daqueles municípios. A influência desse fator também foi apontada pelos Entrevistados 3 e 6 como sendo relevante para os resultados que costumam ser colhidos por candidatos locais e de fora nas eleições para deputado em termos regionais.

Esse pessoal (migrantes) ainda não se sente totalmente integrado à região. Isso, na medida em que passar o tempo, vai se modificar. Eles têm os candidatos do seu município de origem ou votam em qualquer um. O pessoal de fora também não conhece os candidatos locais e por isso que a região, em tese, como região é bastante nova, razoavelmente desintegrada, a gente conhece bem isso (ENTREVISTADO 6).

Menções nesse mesmo sentido já haviam sido feitas por eleitores entrevistados para o presente estudo, conforme citado anteriormente, assim como constatou-se uma propensão menor dos migrantes, na comparação com os eleitores nativos da região, em votar em candidatos residentes no Paranhana. Bassan (2017) pondera a esse respeito que alguns dos migrantes efetivamente ainda não criaram laços e vínculos com a população do local de destino, o que certamente também se aplica às representações políticas. “Embora se perceba que alguns ainda não conseguiram se adaptar plenamente, sabe-se que esse é um processo demorado e que, muitas vezes, não chega a ser concluído” (BASSAN, 2017, p. 203).

Por sua vez, a Entrevistada 4 trouxe um dado novo à pesquisa ao cogitar que as votações insuficientes dos candidatos regionais têm a ver com experiências mal-sucedidas do passado, ou seja, representantes políticos eleitos, mais especificamente oriundos de Taquara, que deixaram a desejar no exercício de suas funções.

[...] nós já tivemos representações municipais e não vejo no histórico desses representantes ou desse representante que conheci mais de perto algo que mostre que fez por Taquara e deixou seu nome na história. Então, isso, talvez, também seja um motivo que desmotive um pouco o eleitor a investir em pessoas da cidade de Taquara (ENTREVISTADA 4).

Essa impressão de desapontamento foi endossada pelo Entrevistado 6, em outro ponto da pesquisa, ao revelar que, com apenas uma exceção, não consegue identificar “nada especial” no que fizeram deputados saídos da região, ao menos desde que se encontra radicado em Taquara, no começo da década de 1970.

Os Entrevistados 3 e 6 também atentaram para interveniência de questões partidárias no processo eleitoral, tomando como exemplo a candidatura exitosa de Dalciso Oliveira (Entrevistado 2) no pleito de 2018. O Entrevistado 3 ressaltou a importância de superar divergências, de tal forma que um concorrente a deputado possa contar com o apoio de outras siglas que não somente o da sua própria agremiação. Nesse tocante, citou o seu próprio exemplo, na condição de prefeito de Igrejinha, quando deu sustentação à candidatura do vice-prefeito Dalciso na busca por uma vaga na Assembleia Legislativa.

Eu apoiei um candidato que não é do meu partido, que é o PSB, eu sou do PP. Por quê? Pensei assim. Bom, eu não posso falar – isso é uma coisa muito demagoga – e de minha parte não fazer isso. Achar que isso só vale quando eu sou candidato, quando B ou alguém de meu partido é candidato. Não, nós temos que ter uma conscientização pluripartidária em cima disso. Nós temos que ver que nós tínhamos que ter uma representação do vale, independente do partido – e isso que nós tínhamos que quebrar. Então, eu também comprei algumas brigas internas dentro do meu partido, em nível estadual, porque eu achava que o vale tinha que ter uma representatividade. O meu partido não tem candidato na região, então o meu candidato é este, independente do partido. As questões partidárias, no meu ponto de vista, não podem se impor (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 6 reforçou a importância desse apoio suprapartidário recebido pelo candidato eleito, além do fato de ter conseguido se colocar como representante do setor calçadista regional. Outro aspecto favorável, no seu entender, foi a candidatura por um partido menor, possibilitando a conquista da vaga na Assembleia Legislativa com um número não tão elevado de votos (cerca de 26 mil) na comparação com o que se tornaria necessário por uma sigla de maior expressão, onde haveria concorrentes de maior peso, a exemplo do PP, MDB ou PT. Para atestar essa afirmação, lembrou que, em pleitos anteriores, nomes lançados pela região obtiveram uma votação maior do que essa, mas, mesmo assim, não conseguiram se eleger. Exemplo disso foi a candidatura da parobeense Gilda M. Haack na eleição de 2002, quando fez 28.989 votos, mas ficou apenas com a terceira suplência do PTB para a Assembleia Legislativa.

Por fim, os Entrevistados 2 e 3 convergiram para a necessidade de construir campanhas organizadas e planejadas, citando como exemplo concreto a própria candidatura do primeiro, em 2018. Na avaliação do Entrevistado 3, aqueles que se lançam candidatos precisam encampar a bandeira regional e conseguir vender essa ideia ao eleitorado, porque as pessoas não irão deduzi-la por si próprias.

Elas precisam enxergar isso com a movimentação da campanha, com ela bem distribuída na região como um todo, realmente dar o foco aqui no vale. Não adianta nós concorrermos aqui no vale, com uma campanha curta, e achar que tem que focar Campo Bom, Sapiranga e outros municípios mais distantes (ENTREVISTADO 3).

Constata-se, portanto, na visão dos seis entrevistados, uma série de interpretações para as recorrentes votações deficientes que costumam ser conferidas aos candidatos lançados pelo Vale do Paranhana, as quais se vinculam a interesses partidários, comportamentos do eleitorado, formação demográfica da região, experiências do passado e também às próprias estratégias de campanha utilizadas pelos candidatos.

6.3 Boas votações obtidas por candidatos de outras regiões

A terceira pergunta do formulário apresentado aos entrevistados também abordou uma constatação resultante deste estudo, quando se analisou os resultados das eleições realizadas na região no período de 1990 a 2018:

- Analisando o comportamento do eleitorado do Paranhana nas três últimas décadas, percebe-se que candidatos sem qualquer identificação com a região conseguem expressivas votações na disputa para o Poder Legislativo Estadual e Federal. Como interpreta esse fato?

Ao responderem à pergunta, os entrevistados trouxeram algumas informações adicionais à análise do processo político-eleitoral da região, mas também evocaram situações que já haviam sido mencionadas nas questões anteriores. Ponderaram também que algumas das situações identificadas no Vale do Paranhana não são exclusividade da região, denotando comportamentos típicos do eleitorado brasileiro, de uma forma geral.

Os Entrevistados 1 e 2 insistiram novamente no peso das influências partidárias, que acabam se impondo no decorrer do processo. Para o primeiro, há uma irresponsabilidade dos partidos, quando lançam nomes apenas com a intenção de ocuparem espaços no cenário municipal. Segundo ele, o objetivo é tão somente “uma votação que fique marcada como um direito para entrar na fila para ser prefeito, vereador ou coisa assim. É um uso que se faz dos partidos para lançar um balão de ensaio” (ENTREVISTADO 1).

Na ótica do Entrevistado 2, mesmo que muitas pessoas declarem aversão à política, há uma outra camada da população que está muito próxima de algum partido ou dirigente partidário e acaba sendo influenciada na hora de votar. Ilustrou a situação com um exemplo prático: “Chega no domingo de manhã, o cara não sabe em quem vai votar, isso acontece muito.

E aí, meu amigo trabalha comigo ali, partido tal, vou perguntar pra ele. Já liga, passa mensagem na hora. São as indicações partidárias, não vai ter como fugir nunca” (ENTREVISTADO 2).

Esse comportamento característico do eleitor, de deixar a definição do voto para a última hora, também foi referido pelo Entrevistado 6, ao descrever que “muitos estão caminhando em direção ao seu local de votação e não sabem em quem votar”. No seu entender, esse tipo de situação, que configura alienação ou desinteresse pela política, muitas vezes, acaba resultando em voto em branco ou nulo, como também em apoios a candidatos que não possuem vínculos diretos com a região.

São os candidatos que fazem parte do futebol, ex-jogadores ou alguma coisa assim, ex-diretores de clubes importantes, há outros que são homens de comunicação, aí se coloca, como aconteceu alguns anos atrás, o “Homem do Tempo”, que, só por causa do tempo, se elegeu com mais de 100 mil votos. Depois que largou a emissora de televisão, não fez mais do que 20 mil. Teve o Zambiasi da comunicação, um fenômeno que fazia lá em Riozinho mais votos do qualquer deputado local. Então, o eleitor está muito pouco conscientizado nesse sentido (ENTREVISTADO 6).

O Entrevistado 6 raciocinou no mesmo sentido, identificando votações expressivas em ex-atletas, artistas, comunicadores e “veteranos da política que já criaram uma marca”. Somase a isso, no seu entender, a interferência do fator das migrações, já aventada em respostas anteriores, que levaria as pessoas a votarem em candidatos representantes das suas regiões de origem.

Tanto o Entrevistado 3 quanto o 6 defenderam a necessidade de aprimoramento da legislação eleitoral, com a implantação do voto distrital, que serviria para inibir a dispersão de votos em candidatos oportunistas e “paraquedistas”, que se valem de fama momentânea, exposição na mídia e até mesmo paixões clubísticas para “pingar” votos em todo o Estado, sem terem ligação direta com nenhuma região em particular. No atual contexto, conforme o Entrevistado 3, a possibilidade de que algum candidato consiga se eleger torna-se muito mais difícil.

Tendo o voto distrital, vai acontecer por si só. Diminuem os custos das campanhas, porque a gente vai escolher num horizonte de quem nós temos aqui na região. Hoje, as pessoas, um percentual ainda escolhe muito pelo que vê na televisão, por uma propaganda diferente, uma fala inusitada, poderio econômico, aí se elegem os Tiriricas da vida em São Paulo porque não tem o voto distrital, e as pessoas acabam, às vezes, usando alguma coisa que chamou a atenção delas para decidir o voto (ENTREVISTADO 3).

Para o Entrevistado 6, a implantação do voto distrital é fundamental, pois possibilitaria ao eleitor cobrar do seu candidato, que, uma vez eleito, se tornaria uma espécie de vereador

estadual ou federal, ou seja, alguém próximo que irá trabalhar por uma região e a ela deve satisfações. “Isso cria uma fidelização: o eleitor vai ser fiel a esse candidato se ele for bom, se ele trabalhar, fizer o possível, vai até compreender se não vai conseguir alguma coisa – em nível estadual, como eu já disse, com a crise, agora é difícil resolver alguma coisa” (ENTREVISTADO 6).

O poder da mídia, como força que pode influenciar no comportamento do eleitorado também foi mencionado por participantes da pesquisa. Na ótica da Entrevistada 4, muitas pessoas se deixam influenciar por aquilo que é mostrado na televisão ou circula nas redes sociais, justamente porque existe um quadro de desmotivação em relação à política, decorrente do histórico triste que essa atividade possui no Brasil. Por consequência, segundo ela, “as pessoas boas acabam, cada vez mais, se afastando da política, pelo contexto atual da política. Então, nós temos que torcer para que pessoas boas queiram estar na política, e a gente tenha a conquista desse voto num futuro próximo” (ENTREVISTADA 4).

Ainda no que se refere ao advento das redes sociais como instrumento de comunicação massiva e de propaganda política, o Entrevistado 6 chamou à atenção o fato de muitos candidatos estarem se promovendo justamente a partir do uso dessas ferramentas, onde difundem suas ideias e conquistam seguidores, depois transformados em votantes. O perigo, na ótica do entrevistado, está em que esse tipo de candidatura torna-se muito artificial, pois o seu potencial eleitoral pode não passar de uma “bolha”. Isso porque, conforme explicou, são apoiadas por eleitores que tendem a ser pouco fiéis, uma vez que guiam seu voto unicamente por postagens que viram em plataformas como Facebook, Instagram, Twitter ou Whatsapp.

Esses candidatos poderão ter a surpresa de, numa eleição seguinte, não fazerem nem 20% desses votos. Isso não dá segurança nenhuma para o candidato. Ele não sabe quem votou nele, que público vai atender, e o público também não sabe exatamente como procurá-lo. Isto é muito artificial e é ruim na política (ENTREVISTADO 6).

Um dos participantes da pesquisa trouxe ainda uma outra contribuição para explicar as dificuldades dos candidatos regionais, levantando a questão do fundo partidário, que se tornou mais evidente a partir do momento em que foi instituído o financiamento público das campanhas eleitorais. Para o Entrevistado 3, é simplesmente um absurdo que caiba ao presidente de uma agremiação partidária decidir a forma de distribuição interna dos recursos recebidos.

Aí ele passa todo o fundo partidário só para os deputados federais, que já têm cargo, e eles definem para quem vão distribuir. E como os outros vão competir com eles? Mesmo assim, a renovação no Congresso foi 54%. Surpreendente! Que dirá, se a gente distribui esse fundo de uma forma justa? O partido tem 30 candidatos a federal, o valor do fundo é “x”, divide da mesma forma para os 30. Pronto, está resolvido, acho que é justo (ENTREVISTADO 6).

Resulta, no entender do respondente, que essa concentração de recursos acaba por desfavorecer regiões que não contam com representação, como é o caso do Paranhana, pois os votos se distribuem justamente em favor daqueles que já têm uma marca na política. Acrescesse a isso a força do poder econômico, que foi elencada pelo Entrevistado 1 como uma das principais causas para a dispersão de votos no contexto regional. Na sua ótica, tal circunstância encontra terreno fértil no Vale do Paranhana pela condição de pobreza (material) que afeta a maioria das comunidades. Mais adiante, respondendo a outra pergunta do formulário, o mesmo entrevistado falou abertamente em “compra de votos”, como sendo uma possível explicação para os apoios obtidos por candidatos de fora nas eleições para deputado na região.

6.4 Avaliação negativa dos candidatos regionais pelo eleitorado

Na quarta pergunta do formulário, foi oportunizada aos entrevistados a análise de um dos resultados obtidos com a pesquisa realizada com mais de 100 eleitores do Vale do Paranhana, apontando para uma reprovação no perfil dos concorrentes lançados pela região:

- Numa pesquisa realizada com eleitores para o presente estudo, estes indicaram que a principal causa para as dificuldades de apoio aos concorrentes locais reside nos próprios candidatos, que, em sua maioria, seriam fracos, pouco conhecidos e sem representatividade regional. O que você tem a dizer sobre esta avaliação?

De uma forma geral, todos os entrevistados concordaram, no todo ou em parte, com a resposta mais recorrente que foi dada pelos eleitores ao serem confrontados com o dado de que a região não vinha conseguindo eleger seus representantes nas últimas três décadas. Para os participantes 3, 4 e 6 a explicação reside no fato de muitos dos concorrentes utilizarem a candidatura a deputado de olho, na verdade, em futuras disputas municipais, situação já mencionada em respostas anteriores.

Conforme o Entrevistado 3, é uma prática que se notabiliza particularmente em dois municípios, que são Taquara e Parobé, mas acaba produzindo reflexos no contexto regional.

Muitos acabam se candidatando para uma ascensão depois numa eleição municipal. Então, as pessoas também precisam fazer essa avaliação de quem realmente está se candidatando para representar o vale, realmente com esse objetivo, e quem está trabalhando só no seu município para ter uma boa votação e, quem sabe, deixar o nome na vitrine para concorrer a prefeito depois ou a vereador (ENTREVISTADO 3).

Ainda prosseguindo em sua análise, o Entrevistado 3 identificou um diferencial na candidatura de Dalciso Oliveira, em 2018, ao ter conseguido “traduzir” para o eleitorado a mensagem de que não estava concorrendo à Assembleia a fim de se credenciar a uma posterior disputa a prefeito, uma vez que essa última possibilidade seria natural na condição de vice-prefeito, que já era. Por outro lado, conforme o participante, o eleitor percebe quando a candidatura a deputado tem o que se poderia chamar de segundas intenções. “A pessoa nunca concorreu a vereador ou, se concorreu, não se elegeu, vai concorrer a deputado? É um pouco surreal, a matemática não fecha, porque tu não vais conseguir fazer a abrangência eleitoral, não tem como!” (ENTREVISTADO 3).

A Entrevistada 4 contribuiu nesse mesmo sentido, ao testemunhar que nomes a deputado são lançados com frequência unicamente com o objetivo de adquirir projeção com vistas a uma candidatura numa eleição seguinte, preferencialmente ao comando do Executivo municipal: “[...] está muito presente, a gente não só enxerga, escuta muito das pessoas que vão concorrer esta questão: eu vou me lançar porque eu quero visibilidade para, no futuro, eu conseguir ser prefeito de Taquara” (ENTREVISTADA 4). O Entrevistado 6 acresceu que a percepção dos eleitores está correta, na medida em que, claramente, a maioria dos candidatos vem utilizando a eleição a deputado como mero “trampolim” para se credenciar a pleitos seguintes, na esfera municipal.

Os Entrevistados 2, 4 e 5 também concordaram com a avaliação dos eleitores no que se refere ao despreparo e pouca representatividade em geral dos candidatos que costumam ser lançados pela região.

Os candidatos acabam tendo propriedades e objetivos diferenciados daqueles que o eleitor quer votar. Ele (o eleitor) quer resultado para a região, para a sua cidade, e o resultado da campanha não é isso. Está lá o cara (o candidato) sem argumentos, sem um projeto regional, sem propriedade para falar de determinado assunto, por vezes também sem o necessário conhecimento político. Com todo respeito, a gente tem uma trajetória política relativamente longa – claro que ela foi sempre pautada aqui em Igrejinha -, mas estamos há 18 anos na vida pública (ENTREVISTADO 2).

Para a Entrevistada 4, ao se lançar, o candidato precisa ser capaz de convencer as pessoas de que o seu propósito é verdadeiro e ter uma vida progressa que abone aquele projeto

político, mas, em geral, a pouca representatividade e expressividade dos que se apresentam justificam as baixas votações.

O Entrevistado 5 descreveu o processo que, muitas vezes, cerca o nascimento de uma candidatura em torno de uma liderança de bairro, bem relacionada e popular, que deseja fazer o bem e ajudar as pessoas. Ocorre, conforme a sua descrição, que essas pessoas são arregimentadas pelos partidos políticos, na busca de ocupar espaço no cenário municipal, mas nem sempre possuem o preparo necessário para fazer jus ao cargo a que são lançadas:

Ele (o candidato) tem só um conjunto de boas ações, um espírito colaborativo, mas isso é muito pouco, não conhece nada de legislação, não conhece absolutamente nada da máquina pública e é um cara que dá a cara a tapa, mas de uma maneira totalmente desorganizada (ENTREVISTADO 5).

Os Entrevistados 1 e 5 convergiram para a falta de consciência e pouca participação dos eleitores no processo político, as quais acabam cobrando seu preço. Para o primeiro, são raros, por exemplo, aqueles que acompanham as sessões das Câmaras de Vereadores ou prestigiam algum ato político. “O eleitor depois é surpreendido, porque algumas pessoas se apresentam, pedindo voto, e ele não conhece, não participa de nada, não tem interesse em saber porque e de onde vem uma emenda, de onde possa vir uma situação de inovação para o município” (ENTREVISTADO 1).

Para o Entrevistado 5, há uma descrença generalizada na classe política, e a maioria das pessoas se preocupa apenas em cumprir uma tarefa quando do momento da votação. Nesse tocante, atentou para a responsabilidade dos partidos, quando lançam uma profusão de nomes e não demonstram nenhuma capacidade de diálogo entre si.

É uma relação (em) que ninguém abre espaço e todos perdem, acabam passando 30 anos e não se elege nenhum deputado estadual. Acho que passa muito pelos caciques políticos da nossa região em que ninguém abre, ninguém cede e aí todos perdem, não tem uma visão estratégica (ENTREVISTADO 5).

Na ótica do Entrevistado 1, a “culpa” pelo que seria a má qualidade dos candidatos nem é dos próprios concorrentes, mas, sim, dos partidos que lançam esses nomes, que, no mais das vezes, não têm um histórico de trabalhos prestados às suas comunidades, tampouco para a região, que representa um universo maior. Disse também discordar em parte do eleitor quando diz que não vota nos candidatos regionais por causa das restrições que lhes imputa.

Se fosse assim, também não votava nos de fora, que, às vezes, também não conhece direito. Conhece o volume da campanha, porque vem um candidato de fora, monta um diretório numa esquina, outro em outra esquina. Eu vi candidatos de fora, nesta última eleição, que tinham aqui em Parobé mais de 60 pessoas contratadas por um diretório para trabalhar. E rendeu votos. [...] Nós, eleitores, somos culpados também pela pobreza que está a nossa região. Pobreza que, eu digo, não é de alguém morrendo de fome, mas de crescimento, que é culpa também nossa, enquanto eleitores (ENTREVISTADO 1).

Percebe-se, portanto, uma análise bastante diversificada das lideranças entrevistadas no estudo quanto ao nível dos candidatos que são lançados pela região nas disputas para deputado federal e estadual. Identificam-se restrições não só à qualidade da maioria dos nomes que se apresentam, com base no histórico das últimas três décadas, mas também à forma como os próprios partidos conduzem o processo e ao comportamento do próprio eleitor, em cujas mãos repousa o poder do voto.

6.5 Representação política e desenvolvimento regional

A quinta pergunta proposta aos entrevistados propôs uma reflexão sobre o papel da representação política no tocante às suas contribuições para o desenvolvimento regional:

- No seu entender, de que forma um representante político pode contribuir de maneira concreta para promover o desenvolvimento regional?

O Entrevistado 1 respondeu que considera imprescindível uma atuação em sintonia com o Conselho Regional de Desenvolvimento (Coredepes) e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes) a fim de identificar as demandas existentes. Segundo ele, tais órgãos têm produzido matérias importantíssimas, que não costumam ser levadas a sério pela maioria dos políticos, nem mesmo por alguns prefeitos. Concluiu afirmando que, sem essa integração com as entidades representativas, a tendência do parlamentar é cair em isolamento e ficar “recebendo o salário de deputado para produzir poucas coisas, a não ser que faça como alguns tradicionais políticos fazem, que é pagar cerveja em festas, participar de momentos em que aparece bastante gente” (ENTREVISTADO 1).

Na condição de deputado eleito, o Entrevistado 2 aproveitou a entrevista para falar da própria plataforma que começaria a colocar em prática a partir de sua posse na Assembleia Legislativa do Estado, ocorrida em 31 de janeiro de 2019. Acentuou que dará ênfase à defesa do setor calçadista, que, no seu entender, é responsável por, no mínimo, “[...] 50% do desenvolvimento da região”. Uma de suas propostas é levar às comunidades palestras voltadas ao tema e de estímulo ao empreendedorismo, com foco especialmente em

microempreendedores individuais, pequenos e médios empresários. Também deseja disseminar alguns programas bem-sucedidos que criou na condição de secretário de Desenvolvimento Econômico de Igrejinha, cargo que compatibilizava com a função de vice-prefeito do município. Além disso, segundo anunciou, “[...] fazer lobby junto aos governos para que a nossa região seja novamente vista e revista como importantíssima para o desenvolvimento do Estado e, não tenho dúvida, para o Brasil” (ENTREVISTADO 2).

De sua parte, o Entrevistado 3 propugnou a necessidade da regionalização de demandas, quebrando “ vaidades municipais” que ainda persistem. Na sua visão, um representante político pode contribuir muito para que haja uma conscientização regional no sentido de que os municípios não precisam competir entre si e, que por vezes, alguém precisa abrir mão de alguma coisa a fim de reverter em benefício de todos. Citou como exemplos obras rodoviárias, que frequentemente são motivos de “briguinhas paroquiais”, e melhorias na área da segurança pública, também muito reivindicadas pelas comunidades.

Então são essas demandas regionais que têm que ser buscadas e, dessa forma, a gente ganha peso no governo do Estado, porque o nosso deputado vai poder chegar lá e poder ter uma bandeira única e dizer: “eu vim aqui, não para deixar em Igrejinha, mas para deixar na região” (ENTREVISTADO 3).

Convergindo com o pensamento do Entrevistado 2, o respondente também apregoou a necessidade de uma atenção especial do representante político à indústria calçadista, por ser ainda o principal esteio da economia regional. Nesse sentido, apontou uma demanda específica, qual seja a atuação no parlamento e junto aos órgãos de governo para que seja instituída uma alíquota diferenciada de ICMS em prol desse setor, sob pena de que continue ocorrendo fechamento de postos de trabalho e de faturamento para outros estados.

A Entrevistada 4 disse vislumbrar no representante político regional um papel convergente ao que já foi delineado pelos entrevistados anteriores, especialmente no que se refere ao apoio que pode ser prestado aos chamados “empreendedores”. Citou exemplos práticos de sua atuação no Legislativo de Taquara, em que foi procurada por empresas locais, que precisavam de ajuda para sair da informalidade, atender exigências de órgãos ambientais ou resolver outras situações inerentes às suas atividades.

Essa é a forma que o político pode fazer para ajudar a municipalidade: pode usar o seu gabinete, tanto em nível estadual, municipal, federal, para fazer com que aquele que empreenda em Taquara tenha tranquilidade de saber que vai receber auxílio para poder trabalhar e pagar as suas contas, seus empregados e reverter positivamente para a municipalidade através de tributos (ENTREVISTADA 4).

A entrevistada também reportou situações de seu envolvimento, enquanto legisladora municipal, em questões da área da educação em que, segundo ela, precisou barganhar junto ao governo do Estado para que não houvesse o fechamento de classes na rede pública: “São resultados que são práticos através de uma atuação política e revertem para o bem-comum” (ENTREVISTADA 4).

O Entrevistado 5 defendeu a necessidade de contato constante do parlamentar com as bases eleitorais, citando como exemplo a interlocução com as Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs), os sindicatos de trabalhadores e patronais. Infelizmente, na sua avaliação, não é o que costuma ocorrer, pois os políticos tendem a se enclausurar nos gabinetes durante o exercício do mandato e somente reaparecer na hora de pedir o voto para a reeleição, gerando o desencanto do eleitorado. “Apesar de eu achar que tudo passa pela política, pela boa política, a maioria do eleitorado, da população, está muito descrente. É um dos segmentos da sociedade (a política) com a votação pior” (ENTREVISTADO 5).

Um bom líder, que saiba trabalhar em conjunto com prefeitos e vereadores, alguém que tenha uma “boa dinâmica” com a comunidade regional, que tenha capacidade de motivação para os aspectos positivos e potencialidades, mas que também possua capacidade para agir em relação aos problemas que precisam ser resolvidos. Foi assim que o Entrevistado 6 desenhou o perfil ideal do representante político regional. No seu entender, é indispensável também que essa(s) pessoa(s) tenha(m) o devido preparo para a função, pois quatro anos de mandato passam muito rápido.

Ele (o representante político) tem que estar acima da política, não vai fazer isso como político. Ele só conseguirá mobilizar a região e trazer coisas para a região sendo líder e não apenas se apresentando como político, porque as pessoas não acreditam em políticos, principalmente em nível estadual, federal, assim por diante. Isso vai demorar bastante ainda para que as coisas mudem (ENTREVISTADO 6)

Nesse tocante, os entrevistados 5 e 6 demonstraram concordância quanto ao descrédito que a classe política sofre da grande maioria da população, o que, no entender do segundo, somente se reverterá com o engajamento de pessoas mais sérias no processo. Na sua opinião, a reforma política torna-se essencial, pois é inconcebível que no Brasil existam atualmente 50 partidos, cada qual pretendendo apresentar uma proposta diferente ou “50 formas diferentes de administrar ou legislar” (ENTREVISTADO 6).

6.6 Pontos fortes e pontos fracos do Vale do Paranhana na visão dos entrevistados

A última pergunta do formulário submetido às lideranças ouvidas para o presente estudo propôs uma reflexão sobre os pontos fortes e pontos fracos que mais facilmente se identificam na região do Vale do Paranhana/RS atualmente:

- Analisando o contexto da região como um todo, na sua visão, quais áreas específicas apresentam um melhor grau de desenvolvimento e quais são as mais carentes?

As respostas apontaram para convergências em alguns pontos específicos, como a importância que o setor calçadista segue ostentando na conjuntura regional, a necessidade de maior exploração do potencial turístico, as deficiências de infraestrutura em algumas áreas (especialmente na malha rodoviária), as dificuldades econômicas, os problemas na área da segurança pública e, por fim, a falta de uma efetiva integração regional.

O Entrevistado 1 pontuou que o setor calçadista ainda se posiciona como a principal referência regional, mas carece de mão de obra qualificada, a exemplo do que ocorre em Parobé. Na sua visão de dirigente sindical, essa última circunstância desfavorece principalmente os jovens, que se defrontam com poucas perspectivas no campo profissional. Identificou também dificuldades econômicas da população, novamente citando o exemplo de Parobé, onde haveria 600 famílias em situação de extrema pobreza, ao mesmo tempo em que visualizou potencial de desenvolvimento para o turismo e a agricultura.

Para o Entrevistado 2, é preciso qualificar os aparelhos públicos como forma de “resgatar” os turistas, aproveitando o grande fluxo que circula pelas rodovias da região, principalmente em direção à Serra Gaúcha, que é atualmente um dos principais polos do setor em nível de Brasil. Nesse tocante, citou como exemplo o complexo Alles Blau (Shopping a Céu Aberto), que está instalado às margens da ERS-115, em Igrejinha, e vem se notabilizando em termos regionais como um ponto de atração de visitantes a partir da oferta de uma série de serviços e produtos atrativos concentrados no local.

Outros investimentos nesse contexto precisam ser realinhados ao longo da rodovia, seja em Três Coroas, seja em Igrejinha, seja em Taquara, Parobé... Precisa ter empreendimentos com espaçamentos de envergadura que o turista observe, chegue e participe, compre, goste. Isso vai se traduzir em receitas através dos impostos gerados pelas vendas, empregos, tudo mais. É uma corrente, dá pra crescer muito mais na questão turística, seja de pontos turísticos, seja de recursos que podem ser oriundos de gastos desses turistas na gastronomia, hotelaria, na economia local (ENTREVISTADO 2).

Detentor de mandato na Assembleia Legislativa, o entrevistado defendeu a necessidade urgente de duplicação da ERS-115, que apresenta a mesma configuração desde a década de 1980 e não consegue mais dar conta do intenso trânsito de veículos. Posicionou-se também favorável à implementação de medidas protecionistas em favor da indústria calçadista, principalmente no que diz respeito à equiparação da cobrança de ICMS (Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços) na comparação com os percentuais que são cobrados em outras unidades da federação, fazendo com que o Rio Grande do Sul perca competitividade no setor.

O resultado da política governamental equivocada, no seu entendimento, transparece na redução contínua que o calçado vem sofrendo na CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), afetando diretamente a economia da região, situação que também já havia sido mencionada pelo Entrevistado 3 em outra pergunta do formulário. Em função disso, conforme o Entrevistado 2, cabe “proteger aquilo que fizeram nossos antepassados, (que) continuamos fazendo no presente e (que) poderão fazer muito mais as futuras gerações que ainda estão por vir” (ENTREVISTADO 2).

Três “bandeiras” regionais, que já estão em andamento, mas necessitam de avanços, foram elencadas pelo Entrevistado 3, que preside a associação de prefeitos. Uma delas, na área da segurança pública, prevê a implantação de um sistema de videomonitoramento que dará cobertura aos municípios do Vale do Paranhana, só faltando que algumas cidades concluam a instalação dos equipamentos, e a Secretaria Estadual da Segurança Pública defina o local onde funcionará a central. A segunda diz respeito ao setor da saúde, com a efetivação da Rede Cuidar, que tornará os municípios referências em determinadas especialidades médicas, evitando que a população regional tenha necessidade de se deslocar para centros maiores sempre que precisar de um atendimento mais complexo. Conforme o entrevistado, algumas situações já estão bem encaminhadas junto à rede hospitalar, como a implantação de um plantão obstétrico 24 horas em Parobé, mas ainda é preciso “quebrar algumas barreiras”. Como terceiro ponto, também situou a questão da infraestrutura, apontando algumas melhorias que já foram implementadas em rodovias regionais, como na ERS-239 em Taquara, mas disse é preciso dar atenção à ERS-115, cujo estado definiu como “intransitável”.

No próximo governo, temos que trabalhar junto com o nosso representante, junto com a Ampara, porque ela (a ERS-115) é fundamental para o nosso desenvolvimento. Se mantiver a EGR, a gente encaminha a duplicação; se o governador resolver extinguir a EGR e fazer novas concessões de privatização, que faça, mas que coloque já demarcações, períodos de exigência nesse edital, para que em tantos anos tenha que duplicar até Igrejinha, tantos a Três Coroas, até chegar em Gramado, para que a gente possa expandir a questão do turismo (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 3 também retomou a defesa da concessão de incentivos de ICMS em favor do setor calçadista e defendeu a necessidade de um melhor aproveitamento de potenciais localizados, citando como exemplos o alto nível do setor de ensino em Taquara, onde referenciou a presença da Faccat e de escolas renomadas, e a boa qualificação da mão de obra do setor calçadista em Parobé, esta última, todavia, contradita pelo Entrevistado 1. “Nós temos que pegar o que cada cidade tem de positivo e trabalhar em conjunto, este é o nosso desafio” (ENTREVISTADO 3).

Por sua vez, a Entrevistada 4 centrou suas atenções em Taquara, município onde atua politicamente, defendendo que o município explore mais o seu potencial no setor de ensino. “Nisso nós temos uma representatividade muito grande, temos que explorar mais, mostrar mais, contar mais para a região, porque às vezes é esquecido e é importante sabermos que temos um desenvolvimento educacional muito grande.” (ENTREVISTADA 4). Por outro lado, na sua visão, a população do município se ressentia da falta de oportunidades de empregos, tornando Taquara conhecida como cidade-dormitório. A saída, conforme a entrevistada, são políticas públicas de cuidado e atenção ao empreendedor, já que há disponibilidade de mão de obra qualificada, especialmente no setor calçadista. “Morar e trabalhar numa mesma cidade é importante para nós, taquarenses, e para o nosso município. Quando nós atingirmos um número maior de gente morando e trabalhando aqui, nós poderemos dizer: estamos desenvolvidos!” (ENTREVISTADA 4).

O potencial de desenvolvimento do turismo em nível regional, já mencionado em várias falas anteriores, reapareceu na participação do Entrevistado 5, que se baseou na localização geográfica privilegiada que o Vale do Paranhana desfruta no mapa estadual. Ele se referiu, principalmente, à proximidade com Gramado, lembrando que, atualmente, este é um dos destinos turísticos mais visitados da América Latina e poderia gerar algum proveito para a região.

Isso é muita coisa, uma cidade que bota sozinha mais turistas por ano do que o Brasil põe de turistas estrangeiros. E nós não conseguimos aproveitar esse fluxo. Uma das melhores regiões que nós temos é ali em Igrejinha; aquele complexo do Alles Blau, é uma das melhores coisas que surgiu nos últimos anos, mas é muito pouco para o fluxo que tem. A infraestrutura nossa deixa muito a desejar (ENTREVISTADO 5).

Ao se referir à questão da infraestrutura, o entrevistado destacou, especialmente, os gargalos que afetam rodovias da região, ponderando que saúde e educação também apresentam sérias deficiências. Na visão de quem ocupa posição de liderança no setor calçadista, a maior dificuldade, porém, reside na falta de unidade regional, que se aplica aos seis municípios

componentes do Paranhana “Não há o mínimo de integração. Nós tentamos no papel e na teoria, mas é uma região desconectada, cada um por si, como seis filhos que não se conversam e, se conversam, são conversas protocolares” (ENTREVISTADO 5).

Tal avaliação encontra eco em Pereira e Jung (2016), quando fizeram uma pesquisa com gestores de empresas da região e constataram que, para 74% deles, não há qualquer integração entre os municípios do Vale do Paranhana, sendo que 64% dos entrevistados também não participam de nenhuma associação ou entidade representativa, pois descreem da eficiência das mesmas.

Para o Entrevistado 6, que dirige o Conselho Regional de Desenvolvimento, o Vale do Paranhana ocupa uma posição mediana, que ele quantifica com a nota 6, ao se fazer uma avaliação dos diferentes setores de atividades. Entende que, em se tratando de saúde e educação, a situação é relativamente melhor do que a verificada em outras regiões do Estado, ao passo que a segurança pública está ruim, como de resto em todo o Brasil. Da mesma forma, de acordo com o entrevistado, a economia regional também passa por um momento difícil, prova é que o Corede Paranhana ocupa um dos últimos postos do Estado segundo um estudo que levou em conta, principalmente, a renda per capita da população.

Eu não diria que em alguma coisa nós estamos péssimos e em outra ótimos: nós estamos numa média razoável em todas as áreas. A gente não pode se queixar que está numa grande desgraça de região, mas também não pode dizer que vivemos num vale dos milagres ou coisa assim (ENTREVISTADO 6).

Portanto, percebe-se, de uma forma geral, o reconhecimento das lideranças entrevistadas quanto à importância da representação política para o desenvolvimento dos seis municípios do Vale do Paranhana, ao mesmo tempo em que identificam a influência nociva de vaidades, sejam de caráter pessoal ou partidário, bem como de disputas localizadas, que acabam atrapalhando o processo, refletindo-se também em outros aspectos da vida regional.

6.7 Pontos convergentes das opiniões das lideranças entrevistadas

Ao se confrontar as respostas dadas pelos participantes da pesquisa nas seis perguntas que compuseram o formulário utilizado, é possível pinçar vários pontos de convergência nas opiniões e que podem ser resumidas da seguinte forma:

- Em relação aos aspectos econômicos e sociais

a) Falta integração regional – o Vale do Paranhana carece de um pensamento regional, o qual se aplica tanto para as lideranças constituídas nos municípios quanto para a população de uma forma geral. A inexistência de uma visão nesse sentido, substituída pelas chamadas disputas paroquiais, torna raras as iniciativas e ações que tenham efetivamente um caráter regional;

b) Setor calçadista mantém sua importância estratégica – em que pesem crises cíclicas e agudas, a indústria calçadista ainda ostenta o status de grande alicerce da economia regional, mas requer incentivos governamentais para que possa resgatar a sua competitividade em nível nacional;

c) Turismo desponta como alternativa para o futuro – a posição geográfica favorável, próxima a grandes centros de visitação e consumo do Rio Grande do Sul, catapulta o potencial turístico do Vale do Paranhana, mas as deficiências de infraestrutura, especialmente rodoviárias, atrapalham a exploração adequada desse setor;

d) Igrejinha é vista como exemplo positivo para a região – os resultados alcançados pelo município, frutos de sua mobilização comunitária e espírito de empreendedorismo, são vistos como referenciais do caminho que os demais municípios devem seguir para superar suas dificuldades e alcançar um melhor grau de desenvolvimento;

- Em relação aos aspectos políticos

e) Eleições para deputado servem de trampolim para os pleitos municipais – candidatos e agremiações costumam utilizar os pleitos para escolha de parlamentares federais e estaduais como “vitrines” de exposição de nomes que, posteriormente, irão disputar cargos de prefeito ou vereador em seus municípios;

f) Partidos influenciam processo político de forma negativa – o grande número de siglas, combinado com o cultivo de vaidades e disputas localizadas, resulta, geralmente, em excessos de concorrentes a deputado na região, de modo que as candidaturas lançadas se tornam praticamente natimortas. Mudanças na legislação eleitoral, como a adoção do voto distrital e alterações no fundo partidário, são apontadas como soluções;

g) Candidatos são despreparados e sem representatividade – em face das disputas partidárias e objetivos secundários em jogo, a maioria dos nomes lançados a deputado pela região possui fraca capacidade de penetração no eleitorado regional.

h) Migrações interferem no comportamento eleitoral da região – a presença de um grande número de migrantes entre a população do Vale do Paranhana faz com que candidatos de outras partes do Estado, sem qualquer vínculo ou atuação regional, encontram facilidade de aceitação entre o eleitorado local;

i) Representante político tem papel de intermediação e aglutinação – o detentor de mandato em nível federal ou estadual deve ser capaz de canalizar as demandas regionais aos órgãos competentes, através de iniciativas que possam resultar em projetos e recursos para atender às necessidades da população. Também pode realizar um trabalho de conscientização, mobilização e integração em torno das causas regionais;

j) Entidades regionais devem ser ouvidas – organizações já constituídas, como o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede), Associação Regional de Municípios (Ampara), Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs), sindicatos patronais e de trabalhadores podem contribuir significativamente na identificação de potenciais e deficiências regionais;

k) Maus desempenhos de mandatários anteriores afetam os resultados recentes – fraca atuação de representantes políticos eleitos no passado desmotiva o eleitorado da região a apoiar os candidatos que se apresentam atualmente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os dias, as redes sociais estão recheadas de comentários ácidos de reprovação ao comportamento dos representantes políticos. Não são diferentes as matérias publicadas cotidianamente na imprensa com viés negativo em relação a atitudes e posturas daqueles que foram eleitos para, em nome dos seus representados, tomarem as decisões que dizem respeito ao interesse de todos.

Nas conversas de rua, as críticas e reclamações também são rotineiras e chegam ao nível da total descrença e desencanto, com generalizações que não poupam ninguém. O resultado é que se tem, no exercício da política, uma das atividades mais contestadas dos tempos atuais, algo que certamente encontra boas razões nos escândalos de corrupção e favorecimentos que estouram mundo afora, mas que têm em alguns países, a exemplo do Brasil, as suas referências principais.

Em meio a um cenário tão adverso, qual a motivação que se poderia ter para escrever uma dissertação sobre representação política? E qual a contribuição que se pretenderia dar com um estudo sob esse enfoque, tomando como base uma região que justamente se queixa e se ressentida da desassistência da classe política?

“Nadar contra a corrente”, por vezes, torna-se imperioso – e pode vir a ser interessante. Principalmente quando se acredita que, “do outro lado do rio”, possa estar algo relevante, como encontrar respostas a perguntas que não querem calar, explicações sobre fenômenos que intrigam, esclarecimentos para dúvidas que inquietam.

Assim como já referido na parte introdutória, foi dessa forma que o projeto deste trabalho de pesquisa nasceu e se construiu. Isto é, pretendendo entender as causas e consequências de uma situação aflitiva para uma porção de território do Rio Grande do Sul, chamada Vale do Paranhana, envolta em sua recorrente dificuldade de constituir representação política própria, seja em nível de parlamento federal, seja no âmbito estadual, algo que se cristalizou num recorte temporal de três décadas.

Justamente por se supor que tal situação fez alguma diferença no processo de desenvolvimento regional, sentimento compartilhado por lideranças e pessoas comuns do povo, partiu-se para a busca dessas respostas, também por acreditar que a política, apesar de suas mazelas, é uma atividade eficaz para resolver problemas da coletividade, promover a justiça social e melhorar a qualidade de vida da população, desde que exercida com dignidade e seriedade.

Acreditava-se também, ao propor tal investigação, que seria possível não só entender os motivos para os sucessivos fracassos eleitorais de candidatos domiciliados no Vale do Paranhana/RS, como, igualmente, desvelar outras situações que dizem respeito à forma como a população regional se articula e relaciona com o meio em que vive. Realidades que, por semelhanças, talvez possam ser aplicadas também a outras regiões do Estado, quando não denotativas dos comportamentos sociais de uma forma geral nos tempos em que vivemos.

A busca de dados primários e secundários forneceu preciosos elementos para que se pudesse adentrar no âmago da questão posta em discussão. Primeiramente, a análise das eleições gerais mostrou que, no período analisado (1990-2018), o Vale do Paranhana teve nada menos do que 41 candidaturas a deputado estadual e 13 a federal, considerando somente postulantes domiciliados nos limites territoriais da região.

Ocorreu que, durante sete pleitos realizados durante esse período, nenhum dos concorrentes regionais enquadrados nos critérios da pesquisa conseguiu a eleição direta, nem para a Assembleia Legislativa, nem para a Câmara dos Deputados. O mais perto que se chegou foi uma segunda suplência, obtida pela então vereadora e futura prefeita de Parobé Gilda Maria Haack (PTB) no pleito de 1998, a qual, posteriormente, logrou assumir o cargo de deputada estadual no último mês daquela legislatura, já no início de 2003.

A escrita dos insucessos repetidos de concorrentes do Vale do Paranhana somente seria quebrada no último ano do recorte temporal utilizado na pesquisa (2018), quando o então vice-prefeito de Igrejinha, Dalciso Oliveira, conseguiu eleger-se deputado estadual na última vaga do PSB e contando com votos decisivos de eleitores de outras regiões do Estado, especialmente do Vale do Sinos.

Ficou, portanto, claramente configurado na análise dos resultados eleitorais o cenário adverso que costuma afetar os candidatos lançados pelos partidos políticos do Vale do Paranhana dentre seus filiados nas disputas para o parlamento federal e estadual, restando a dúvida se a eleição de Dalciso Oliveira, em 2018, representou um ponto fora da curva ou se sinalizou para um viés de reversão do quadro daqui por diante.

De qualquer forma, as entrevistas realizadas com uma amostra de eleitores da região apontaram para algumas conclusões bastante evidentes no tocante às motivações dos mesmos em relação à problemática levantada pela pesquisa. Cumpre explicar que esta amostragem, em nosso entender, se mostrou suficientemente ilustrativa do eleitorado do Vale do Paranhana, não só pelos critérios utilizados na pesquisa para sua composição, mas também pela recorrência das respostas que começaram a se verificar a partir de um certo número de entrevistados.

Um dos resultados que se evidenciaram na aplicação dessa pesquisa foi a constatação de que 95% dos eleitores entrevistados consideraram importante a representação política para o Vale do Paranhana. Entre os motivos apontados para esse posicionamento apontaram, principalmente, a necessidade de a região contar com alguém que possa pleitear e interceder por recursos públicos e melhorias junto às esferas superiores de governo e a maior facilidade de acesso a um deputado, seja federal ou estadual, saído da própria região.

Curiosamente, no entanto, quando perguntados se, sempre ou na maioria das vezes, votam em candidatos domiciliados na região, apenas 52% dos entrevistados responderam afirmativamente. Vem daí justamente a busca de explicações para uma postura que parece ser contraditória, pois constata-se que um percentual significativo dos eleitores considera a representação política importante para o Vale do Paranhana, mas não costuma votar em concorrentes da região.

Entre as justificativas apresentadas pelos próprios respondentes da pesquisa, salientaram-se as restrições diretas aos próprios candidatos, considerados fracos e ruins por um percentual significativo, bem como a condição influenciável do eleitorado, que se deixaria conduzir especialmente por apelos midiáticos, e ainda a menor visibilidade das candidaturas regionais perante outras de maior expressão estadual e com forte poderio econômico.

Verifica-se, portanto, um descompasso entre aquilo que os eleitores idealizam para a região em termos de representação política e o que ocorre na prática. Ou seja, para um percentual significativo deles, pensa-se uma coisa, mas faz-se outra. É possível aventar várias hipóteses para esse comportamento dúbio, como a própria falta de consciência e de vivência políticas, que, infelizmente, acompanham uma parcela considerável da população. Todavia, abre-se também o caminho para a discussão sobre o papel que os partidos e líderes políticos estão desempenhando no contexto regional na medida em que parece não estarem conseguindo satisfazer às expectativas do eleitorado.

As ressalvas feitas à qualidade dos candidatos em geral merecem ser levadas em conta, ainda mais que, visivelmente, muitos desses nomes são lançados não com o objetivo de conquistar uma vaga para a Câmara dos Deputados ou para a Assembleia Legislativa, mas, principalmente ou tão somente, com o objetivo de obter alguma projeção local que, futuramente, poderá render dividendos políticos no cenário municipal. É uma prática que se afigura como consagrada e sobre a qual se fará mais algumas observações logo adiante.

Neste momento, ainda é importante ressaltar a percepção afirmativa da maioria do eleitorado, a partir daquilo que foi demonstrado pela amostra pesquisada, quanto à importância da representação política para o âmbito regional. Tal resultado aponta que existe terreno fértil

a ser trabalhado, mas é preciso que os dirigentes partidários revisem suas estratégias e passem a conduzir o processo com a seriedade que lhe é devida, lançando nomes que efetivamente tenham algum tipo de representatividade regional e não aproveitando o momento apenas para promover “balões de ensaio” que não condizem com a importância de uma disputa para deputado.

Foi essa também uma das principais constatações emanadas do roteiro de entrevista aplicado a um grupo de lideranças representativas da região, vinculadas não somente ao mundo político, mas também a organizações da iniciativa privada, ao movimento sindical e a órgãos de atuação comunitária. Tratando das costumeiras votações insuficientes obtidas por candidatos lançados para a representação regional, várias opiniões convergiram para a prevalência de vaidades que se imiscuem nos processos políticos, especialmente por influência dos próprios partidos, na intenção de ocupar espaços nas arenas municipais, resultando, no mais das vezes, na apresentação de nomes sem expressão regional e, portanto, fadados ao fracasso eleitoral.

É, portanto, a descrição de um quadro em que os interesses que realmente importam à região são postos em segundo plano e falam mais alto aqueles que se referem aos projetos partidários ou pessoais dos atores envolvidos diretamente no jogo político.

Foram mais longe essas vozes ao identificarem que tal cultura de vaidades e personalismos também se estende para outros campos da vida regional, refletindo-se, por exemplo, em disputas entre municípios por obras e projetos, sem que haja uma ação coordenada no sentido de buscar benefícios em conjunto, nem mesmo a visão de que os ganhos de um também poderão favorecer os demais.

Tornou-se clara, a partir desse ponto, a percepção de que existe uma evidente dificuldade de integração interna no Vale do Paranhana, especialmente no que diz respeito à articulação dos diversos entes que atuam na gestão dos interesses coletivos, endossando uma das hipóteses deste estudo. Tal constatação já havia aparecido em estudos anteriores realizados sobre essa mesma temática, como o de Pereira e Jung (2016), referido neste trabalho, no qual foi realçada a falta de integração entre os municípios que compõem a região a partir da análise de gestores empresariais.

A leitura das lideranças ouvidas nesta pesquisa converge para a mesma interpretação, ou seja, de que há descompasso e falta de sintonia nas ações que dizem respeito ao universo regional, não obstante o trabalho realizado e conquistas que vêm sendo obtidas por algumas entidades constituídas, como o Conselho de Desenvolvimento (Corede) e a Associação dos Municípios do Vale do Paranhana (Ampara). Não resta dúvida, porém, com base em tudo que se ouviu, de que há muito o que avançar para que se atinja um estágio de efetiva integração

regional, no ideal descrito por alguns dos próprios entrevistados, que é o de pensar o Vale do Paranhana como um único e grande município.

Explicar os porquês da ausência de um elo mais forte que confira identidade e força motriz à região, certamente, carece de uma investigação mais aprofundada e pode dar ensejo a novos estudos que se possa fazer com esse mesmo viés. A pesquisa realizada aponta para algumas pistas, como a própria formação recente do Vale do Paranhana enquanto região independente no contexto estadual, isto é, não vinculada ou subordinada a uma outra região (Vale do Sinos), como era o caso. Ao mesmo tempo em que isso se dava, sofreu uma profunda alteração em sua constituição demográfica, afetada por sucessivas ondas migratórias, que, por sua vez, produziram fortes impactos na estrutura econômica e social dos municípios, como também podem ter interferido em processos culturais e atitudes comportamentais (BASSAN, 2017).

É o ponto que remete a outra hipótese formulada para o problema da pesquisa, quando se via uma possível vinculação entre o fator migrações e a dificuldade enfrentada pelo Vale do Paranhana para construir a sua própria representação política perante as esferas estadual e federal. Menções nesse sentido apareceram espontaneamente nas entrevistas realizadas com eleitores nos municípios da região e também foram feitas pela maioria das lideranças ouvidas para este trabalho. Da mesma forma, a tabulação de resultados obtidos indicou uma propensão menor dos eleitores migrantes em votarem em candidatos da própria região na comparação com aqueles que são nativos.

Trata-se de situação que não é difícil de entender na medida em que muitas dessas pessoas ainda estão construindo suas relações sociais e seus vínculos com o novo território que habitam, faltando-lhes um sentimento de pertencimento, que a passagem do tempo tende a suprir, seja porque os indivíduos vão se acomodando em suas novas realidades, seja pela assunção das novas gerações representadas pelos filhos dos migrantes que já são nascidos no Vale do Paranhana.

Uma terceira hipótese levantada deu conta de que as dificuldades eleitorais dos candidatos domiciliados na região, nas disputas para deputado federal e estadual, poderiam estar relacionadas ao excesso de nomes comumente lançados pelos partidos, muitas vezes com a mera finalidade de ocupar espaços políticos. Na análise dos resultados dos pleitos gerais realizados nas últimas três décadas, essa prática restou mais do que comprovada, especialmente na disputa à Assembleia Legislativa, para a qual sempre se apresentam vários concorrentes, com o agravante de, não raras vezes, serem oriundos de um mesmo município.

Fica evidente, como já referido anteriormente, que a motivação da maioria dessas candidaturas não é propriamente a conquista de uma vaga no parlamento estadual ou federal, mas tão somente a finalidade de demarcar territórios nas arenas municipais e obter algum tipo de projeção perante o eleitorado para futuras candidaturas a prefeito ou a vereador, ou então simplesmente para negociar cargos ou obter algum outro tipo de favorecimento. Sempre que isso acontece, os interesses regionais são desprezados, pois o excesso de candidatos colocados em disputa eleitoral, mesmo que desprovidos de uma maior representatividade, faz com que se anulem uns aos outros, criando um círculo vicioso muito difícil de ser quebrado.

É uma situação que nem de longe passa despercebida aos olhos dos próprios eleitores, como revelaram as entrevistas realizadas para a presente pesquisa. Da mesma forma, as lideranças ouvidas condenaram essa prática política predatória, que foi atrelada principalmente à prevalência dos interesses partidários acima de quaisquer outros.

Chega-se, então, ao momento de fazer a correlação entre a temática da representação política e o desenvolvimento regional, também proposta pelo presente estudo. E, sob essa ótica, é muito importante esclarecer de início a visão que se tem de desenvolvimento, não como sendo simplesmente um processo de crescimento econômico, de aquisição ou de aumento de renda pela população, mas também de acesso a oportunidades de saúde, educação e lazer, ou seja, a tudo que tenha a ver com qualidade de vida.

Nesse sentido, ao se buscar indicadores, vale como uma boa referência o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, o Idese, calculado pela Fundação de Economia e Estatística do Estado (FEE) com base em três blocos de análise: Educação, Renda e Saúde. Os dados mais recentes (2015) dão conta de que o Vale do Paranhana não está conseguindo acompanhar o mesmo ritmo de desenvolvimento de outras regiões gaúchas, ao mesmo tempo em que fica apenas na 21ª posição do ranking geral do Idese, tomando como referência os 28 Coredes do Rio Grande do Sul.

As próprias lideranças regionais participantes deste estudo, quando perguntadas a respeito, confirmaram as dificuldades que o Vale do Paranhana vem enfrentando. Fala-se em letargia econômica, em deficiências de infraestrutura, em situações de extrema pobreza, em obras que demoram a sair do papel ou nem se concretizam, em empreendedores desassistidos e em setores que necessitam de incentivos governamentais ou são mal aproveitados, enfim, em uma série de situações que retratam um quadro de problemas a serem superados.

Da mesma forma, vê-se bons potenciais a serem desenvolvidos e iniciativas que estão dando certo. Os exemplos mais salientes vêm de Igrejinha, especialmente quando consegue dar forma a movimentos comunitários que trazem resultados positivos que transcendem as

fronteiras do município. É o caso da Oktoberfest, um evento realizado anualmente graças à doação de trabalho de 3 mil voluntários e que resulta em generosos lucros financeiros, os quais são posteriormente repartidos para entidades de toda a região, suprimindo carências e melhorando o atendimento à população, especialmente nas áreas da saúde, educação e segurança pública.

A mobilização de Igrejinha, reforçada por iniciativas empreendedoras em áreas como o turismo, é tomada como referência não somente pelos resultados diretos que está conseguindo produzir, mas também como simbólica do caminho que o restante da região poderia seguir. Identificam-se na articulação comunitária igrejinhense fortes traços de capital social entre seus membros, alavancados em relações construtivas de confiança, reciprocidade, solidariedade e colaboração, os quais permitem aos indivíduos atingirem, em conjunto, objetivos que, sozinhos, não conseguiriam alcançar. Trata-se de um ativo precioso que, talvez, esteja em falta ou presente em menor intensidade em outras comunidades da região, mas, quem sabe, passível de ser forjado, dependendo da capacidade e da vontade de seus agentes sociais de promoverem rupturas nos padrões de conduta atualmente vigentes.

Teria, então, a falta de uma representação política influenciado o processo de desenvolvimento regional do Vale do Paranhana nos últimos 30 anos? Os resultados desta pesquisa dão a entender que sim. E que foi uma influência negativa, difícil de ser quantificada, mas fácil de ser percebida.

As interpretações das lideranças e dos eleitores ouvidos se apresentam como corretas quando dão conta de que, pela falta de um ou mais porta-vozes, tanto em nível federal quanto estadual, a região foi preterida na destinação de recursos públicos que fizeram muita falta para resolver problemas e sanar deficiências nos mais diversos setores. E não se trata de reprovar ou condenar o trabalho daqueles que, vinculados a outras regiões, tentaram suprir esse papel, mas são inegáveis as suas dificuldades para cumpri-lo a contento, seja por não terem o suficiente conhecimento das reais necessidades do Vale do Paranhana, seja por terem compromissos prioritários com suas outras bases eleitorais.

Nesse sentido, cumpre lembrar uma das prerrogativas mais valorizadas dos detentores de mandato parlamentar federal, que é a apresentação de emendas ao Orçamento da União (BEZERRA, 2001; MELO, 2004). É o momento que podem aproveitar para privilegiar suas regiões de origem, garantindo verbas para obras e áreas específicas reclamadas pela população. No caso específico do Vale do Paranhana, pelo que se tem notícia, muito pouco – a não ser o que se costuma chamar de migalhas – veio desses recursos durante as três décadas em que permanece sem representação política direta junto à esfera federal, considerando que essa situação persiste pois novamente não houve eleitos para a Câmara dos Deputados, entre os

concorrentes regionais, no último pleito realizado, mesmo tendo sido colocados quatro nomes em disputa.

Portanto, ainda que o instrumento esteja bastante desgastado e desacreditado perante a opinião pública, é indiscutível que aqueles que a ele se dedicam têm muito a contribuir para a capilarização da democracia. Em primeiro lugar, porque o exercício da função tem um sentido pragmático, que é justamente o mais percebido pela sociedade, quando se refere à prerrogativa de fazer os recursos públicos chegarem aonde mais se precisa deles. Um deputado pode elaborar projetos, apresentar emendas, encaminhar demandas, intermediar audiências, conseguir verbas, enfim, atuar em uma série de situações práticas que vão atender anseios e expectativas do território que representa.

Mas a representação política também tem um sentido que transcende as incumbências meramente funcionais, quando aqueles que a desempenham assumem uma posição referencial para seus representados. O detentor do mandato legislativo precisa ser um líder, alguém que tenha perfil aglutinador, colocado acima de interesses localizados e partidários, no qual as pessoas possam identificar um canal de acesso e de diálogo com instâncias superiores de poder, quando não também um ponto de referência da identidade regional. E, no caso específico do Vale do Paranhana, tudo indica que a ausência dessa figura pesou durante o longo tempo de ausência das composições da Câmara dos Deputados, onde ainda não foi suprida, e da Assembleia Legislativa, refletindo-se no quadro de desintegração reconhecido pelas próprias lideranças ouvidas nesta pesquisa.

Dessa forma, é possível afirmar que a falta de representação política da região primeiramente foi consequência. Consequência de erros partidários, de vaidades pessoais exacerbadas, de falta de união e de integração entre municípios, de uma conformação demográfica que ainda está se acomodando. E, uma vez estabelecida, passou a ser causa. Causa de obras públicas que não se realizaram, de recursos que não vieram, de ausência de referências regionais, de um desenvolvimento que retardou, de descrença e desapontamento da população. É, portanto, uma situação que se apresenta como sintomática de realidades que a região pesquisada precisa superar a fim de encontrar um caminho que a leve ao desenvolvimento harmônico e coeso para todos os seus habitantes.

Com a eleição de um deputado estadual estabelecido na região, o pleito de 2018 deu indícios de que o Vale do Paranhana pode ter encontrado a rota de saída do estágio em que se encontra. Mas, para isso efetivamente se confirmar, é preciso que as lideranças políticas priorizem os interesses regionais acima de quaisquer outros e passem a fazer a leitura correta dos sinais emitidos pelo eleitor. E este, por sua vez, assuma um papel mais ativo no processo,

deixando de ser mero espectador e colocando-se como ator que tem um papel fundamental na cena política, especialmente quando se adentra no terreno da fiscalização. Em outras palavras, mais envolvimento, mais participação e mais conhecimento para que ele mesmo, o eleitor, possa separar “o joio do trigo”.

Não resta dúvida, igualmente, que a implantação do voto distrital, via mudanças na legislação eleitoral, favoreceria a questão da representação política regional, na medida em que poria um freio nos chamados candidatos “paraquedistas”, que são aqueles que não possuem nenhum vínculo ou compromisso com uma região de forma específica, mas aparecem justamente na hora da eleição para capturar o voto menos consciente ou esclarecido. Ao mesmo tempo, facilitaria a função fiscalizatória do eleitor, possibilitando-lhe acompanhar de forma mais efetiva e próxima a atuação do seu representante, enquanto ambos forem habitantes de um mesmo contexto territorial.

Por tudo isso, acredita-se que o presente estudo também traz contribuições que ajudam a compreender as dinâmicas políticas de outras partes do Rio Grande do Sul e, quem sabe, do restante do Brasil. Determinados comportamentos partidários e eleitorais, detectados na pesquisa, certamente, não são exclusividade da região pesquisada e se aplicam a tantas outras que enfrentam realidades similares e estão em busca de decifrar as suas causas e consequências.

Dessa forma, novos estudos que sejam feitos sobre essa temática serão bem-vindos e poderão ajudar a compreender toda a complexidade que envolve a prática política nos dias atuais. Principalmente porque ainda se acredita nela como a arte de melhorar a vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Marcia Ribeiro. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 309-326, dez., 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/742/74220206.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

ALMEIDA, Debora Rezende de. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 96-117, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v20n1/v20n1a05.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 22, n. 50, p. 175-199, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n50/11.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ARCHANJO, Daniela Resende. Representação política: um diálogo entre a prática e a teoria. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 65-83, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a05.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lista de deputados estaduais do Rio Grande do Sul da 47ª legislatura*. 2019. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=_79-E8gpg4M%3d&tabid=3543>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BAQUERO, Marcello. Capital social y cultura política en Brasil: posibilidades y limites. *América Latina Hoy*, 33, p. 157-177, 2003. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/7322/736> />. Acesso em: 10 fev. 2019.

BASSAN, Dilani Silveira. *Mobilidade espacial: a dinâmica das migrações e a trajetória dos migrantes na região do Vale do Paranhana/RS – Brasil*. 2017. 240 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

BEMFICA, Flavia. Todos os lados da corrupção. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 122, n. 261, p. 8-11, 18 jun. 2017.

_____. Enquanto nos distraímos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 123, n. 287, p. 11-14, 14 jul. 2018.

_____. Eleições 2018: novas regras afetam disputa pelo Legislativo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 123, n. 317, p. 3, 13 ago. 2018.

BERCITO, Diogo. *Partido antissistema é alvo de escândalo na Itália*. 2018. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/partido-antissistema-e-alvo-de-escandalo-na-italia.shtml>>. Acesso em 09 mar. 2019.

BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, representação política e recursos públicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 181-207, jul. 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a08.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

BRANDÃO, Marcelo. *Temer sanciona fundo eleitoral mas veta censura na internet e limite de doação*. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-10/temer-sanciona-fundo-eleitoral-mas-veta-censura-na-internet-e-limite-de>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/1992 a 99/2017, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. 53. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BRITISH BROADCAST CORPORATION - BBC. *Entenda o novo fundo público para campanhas eleitorais aprovado na Câmara*. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41507850>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

BURGARELLI, Rodrigo. *Voto inconsciente: o que o brasileiro leva em conta para decidir seu candidato a prefeito?* 2016. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,voto-inconsciente-o-que-o-brasileiro-leva-em-conta-para-decidir-seu-candidato-para-prefeito,10000077956>>. Acesso em 05 out. 2017.

CADEMARTORI, Debora. Brasileiros não se sentem representados por seus políticos. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 54, n. 18855, p. 10, 14 ago. 2017.

CAMARGO, Isadora. *O que pode influenciar na escolha do voto?* 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/o-que-pode-influenciar-na-escolha-do-voto-258zzztpiumy0y5v0awi14mdq>>. Acesso em: 05 out. 2017.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 2, ago., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v21n2/0104-6276-op-21-02-00393.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC/FGV). *Harry Alziro Sauer*. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/harry-alziro-sauer>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. *Roberto Argenta*. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-argenta>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. 2. ed. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2018.

ENGELMANN, Erni Guilherme. *A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. 1. v. Igrejinha: E.G. Engelmann, 2004.

_____. *A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. 2.v. Igrejinha: E.G. Engelmann, 2005.

FARIA, Alessandra Maia T. *Do social e do político: teorias da representação política*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp068025.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

FARINA, Erik O papel das três casas legislativas: eleitorado gaúcho escolherá em outubro 88 parlamentares, entre representantes da Assembleia, do Senado e da Câmara. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 55, n. 19196, p. 16, 18 set. 2018.

FERNANDES, Dóris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: História do Século XVIII ao XX. In: REINHEIMER, Dalva *et al.* *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

FISCHER, João Ervino. 180 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: ENGELMANN, E. G. *A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. 2. v. Igrejinha: E.G. Engelmann, 2005.

FONSECA, José Carlos S. da. *Resgatando o passado serrano*. 2011. Disponível em: <<http://saofranciscodepaula.blogspot.com.br/2011/08/antonio-dorneu-cardoso-maciel.html>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

FREITAS, Andréa. Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 37-45, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a04v2152.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

FRUCI, Gian Luca. *A história (in)final da democracia direta*. 2013. Disponível em: <<https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1596>>. Acesso em: 10 fev. 2019

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - FEE. *Idese*. 2018. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. *Comparativo de desempenho dos Coredes no Idese/2015*. 2018. Disponível em: <<http://agenda2020.com.br/sinaleira/indicadores-de-desenvolvimento-regional/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GENNARINI, Juliana Caramigo. *A adoção do voto distrital na representação política da democracia brasileira*. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp125415.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

GOULART, Mayra; ADINOLFI, Goffredo. O desafio populista à democracia representativa: a Venezuela chavista e o MoVimento 5 Estrelas. *Análise Social*, Lisboa, n. 227, p. 388-414, 2018. Disponível: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n227a06.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

JANUZZI, Paulo de Martino. Mobilidade social. In: GRIEBELER, M. P.; RIEDL, M (Orgs). *Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017.

KAISER, Douglas Márcio. *O processo de construção da marca “Oktoberfest de Igrejinha”: um estudo de caso*. 2009. 144 p. Monografia (Graduação em Administração) – Curso de Administração das Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2009.

KELLY, Paul *et al.* *O livro da política*. São Paulo: Globo, 2013.

KERN, Luiz Augusto. Pacto pela reforma. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 124, n. 99, p. 4, 07 jan. 2019.

LAUANDOS, Artur Rega. *O Congresso Nacional no Século XXI: os efeitos da corrupção sobre a representação política*. 2009. 279 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp107595.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

LAUFFER, Armindo. História administrativa de Santa Maria do Mundo Novo. In: ENGELMANN, E. G. *A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*. 2. v. Igrejinha: E.G. Engelmann, 2005.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara dos Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 44-67, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v9n1/16151.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

LIMA, Wilson. *Ipea: metade das leis aprovadas é de homenagens ou datas*. 2015. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/ipea-metade-das-leis-aprovadas-e-de-homenagens-ou-datas/>>. Acesso: 21 mar. 2019

LOCK, Fernando do N.; SIEDENBERG, Dieter Rugar. O desenvolvimento e a rede social política como meios de controle dos atos administrativos brasileiros. In: LOCK, Fernando do N.; LONDERO, Josirene Candido (Orgs.). *Desenvolvimento em Tese*. Pelotas: Cópias Santa Cruz, 2016.

MACHADO, Aline. *Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade – o caso das coligações brasileiras*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAGDALENO, Fabiano Soares. *A territorialidade da representação política: vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses*. São Paulo: Annablume, 2010.

MELO, Ana Lúcia A. *A intervenção legislativa no orçamento da União: implicações para a representação política, o federalismo e o desenvolvimento regional*. 2004. 341 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5571/000428092.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05 out. 2017.

MENDES, Denise Cristina V. R. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. *Rev. Katál.*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 143-153, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a02v10n2.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

MENSAGEIRO DO VALE. *Prefeita Gilda foi chamada para assumir uma cadeira no Legislativo gaúcho no início de 2007*. 2007. Disponível em: <<http://mensageirodovale.blogspot.com.br/2007/01/prefeita-gilda-foi-chamada-para.html>>. Acesso em 15 mar. 2018

MIGUEL, Luís Felipe. Representação política em 3D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *RBCS*, v. 18, n. 51, fev.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcoc/v18n51/15989>>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

_____. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, p. 25-38, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsoc/n25/31109.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. O representante como protetor: incursões na representação política “vista de baixo”. *RBC*, v. 27, n. 79, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcoc/v27n79/a03.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

_____. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 83-118, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00083.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. *Administração*. São Paulo: Saraiva, 1998.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. *Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável*. 2003. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa2/4.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

O IMPORTANTE papel do eleitor. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 122, n. 312, p. 2, 08 ago. 2017.

OKTOBERFEST DE IGREJINHA. *Retorno à comunidade*. 2018. Disponível em: <<http://www.oktoberfest.org.br>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. *Oktoberfest de Igrejinha tem resultado superior a R\$ 2 milhões e beneficia 87 entidades da região*. 2018. Disponível em:

<<https://www.oktoberfest.org.br/noticias/oktoberfest-de-igrejinha-tem-resultado-superior-a-r-2-milhoes-e-beneficia-87-entidades-da-regiao>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

_____. *A Oktober*. 2019. Disponível em:

<<https://www.oktoberfest.org.br/a-oktober#historia>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Martins de. *Direitos políticos fundamentais: rediscussão dos direitos à informação e de representação política*. 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2009. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp100313.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

OLIVEIRA, Rosane de. Justiça Eleitoral falha no combate a notícias falsas. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 55, n. 19225, p. 16, 22 out. 2018.

OPPITZ, Taline. Apenas mais um. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 123, n. 290, p. 4, 17 jul. 2018.

_____. Reações à proibição do Supremo mantiveram desigualdades. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 123, n. 333, p. 6, 29 ago. 2018.

ORO, Ari Pedro. *Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jun. 2003. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/111/107>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

PAIVA, Carlos Águedo. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

_____. Desenvolvimento econômico. In: GRIEBELER, M. P.; RIEDL, M (Orgs).

Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. Porto Alegre: Conceito, 2017.

PAIVA, Denise.; TAROUCO, Gabriela da S. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p.426-451, nov., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v17n2/a06v17n2.pdf>>. Acesso em 04 out. 2017.

PEREIRA, Daniele dos S. Guidotti.; JUNG, Carlos Fernando. Fatores que estimulam e bloqueiam a criatividade aplicada à inovação em organizações da região do Paranhana/RS. In: GRIEBELER M. *et al. Desenvolvimento Regional em Perspectiva*. Porto Alegre: Conceito, 2016.

PIRES, Paulo R. *Alceu Martins: uma história de superação*. Lajeado: WS Editor, 2015.

PONTE na 020 receberá obra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 124, n. 121, p. 8, 29 jan. 2019.

RADMANN, Elis. Palestra proferida em 28 de junho de 2018, sobre “*Comportamento do eleitor e as eleições de 2018*”, na escola Sagrada Família, em Rolante/RS, durante evento da Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária de Rolante e Riozinho (Acisa). Rolante: ACISA, 2018.

RAMOS, Marília Patta; MARINO, Juan Mario F. Condicionantes históricos do desenvolvimento capitalista global em nível regional. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

RÊGO, Tânia. *Eleição de 2018 será a primeira disputa com fundo público para campanhas*. 2018. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/551780-ELEICAO-DE-2018-SERA-A-PRIMEIRA-DISPUTA-COM-FUNDO-PUBLICO-PARA-CAMPANHAS.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018

RIBEIRO, Luiz Cesar de Q.; CORRÊA, Filipe Souza. Cultura política, cidadania e representação na urbs sem civitas: a metrópole do Rio de Janeiro. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 156-193, mai./ago. 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n30/06.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

RIEDL, Mario. Desenvolvimento. In: GRIEBELER, Marcos Paulo D.; RIEDL, Mario (Orgs). *Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017.

_____. Desenvolvimento regional. In: GRIEBELER, M. P.; RIEDL, M. (Orgs). *Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017.

RODRIGUES, W. *et al.* Capital social e desenvolvimento regional: o caso do sudeste do Tocantins. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 232 – 248, jan/abr. 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/2460/1880>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SACHET, Teresa. *Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 256, maio-ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a04.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

SALGADO, Eneida Desiree. A representação política e sua mitologia. *Paraná Eleitoral*, v. 1, n. 1, p 25-40, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42727/25885>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

SCHUCH, Matheus. Combate às fake news: apesar de denúncias crescentes, presidente do TSE nega falhas. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 55, n. 19225, p. 20, 22 out. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER – SEDACTEL. *Regionalização turística do RS – 2017*. Vale do Paranhana. Disponível em: <<https://sedactel.rs.gov.br/regionalizacao-turistica-2017>>. Acesso: 04 dez. 2018.

SILVA, José Afonso da. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 187, jul./set. 2010. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198698/000897822.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SILVA, Juremir Machado da. O peso da ética no vazio da política. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 122, n. 253, p. 3, 10 jun. 2017.

SILVA, Rafael Silveira e; ARAÚJO, Suely Mara V. G. Ainda vale a pena legislar: a atuação dos agenda holders no Congresso Brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 19-50, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a02v21n48.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2018.

SOARES, Márcia Miranda; LOURENÇO, Luiz Cláudio. A representação política dos estados na federação brasileira. *RBCS*, v. 19, n. 56, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n56/a08v1956.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

SOBRINHO, Paulo G. Mosmann; REINHEIMER, Dalva. A emancipação de Taquara do Mundo Novo: um momento de intensas (re)articulações políticas. In: REINHEIMER, Dalva et al. *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL – TRE/RS. *Pesquisa eleições*. 2017 e 2018. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas do eleitorado: por sexo e faixa etária*. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. *Estatísticas do eleitorado: evolução do eleitorado*. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado>>. Acesso em : 01 nov. 2018.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 191-228, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

VON MENGDEN, Paulo Roberto de A. *Plano estratégico de desenvolvimento da região Paranhana Encosta da Serra 2015-2030*. Taquara: Coredepes, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ELEITORES DA REGIÃO

Idade: _____ Profissão: _____

Sexo: () M () F Escolaridade: _____

Município onde vota: _____

Município onde nasceu: _____

Desde quando reside no atual município: _____

1 - Você costuma votar em candidatos residentes na região nas eleições para deputado federal e estadual?

A - () SIM () SEMPRE () NA MAIORIA DAS VEZES

B - () NÃO () SEMPRE () NA MAIORIA DAS VEZES

C - () NÃO LEMBRA/NÃO SABE

D - () INDIFERENTE (TANTO FAZ)

SE SIM:

2 - Por que prefere votar em candidatos residentes na região? Por que isso é importante?

3 - Qual a característica mais importante que um candidato precisa ter para merecer o seu voto?

() Honestidade

() Seriedade

() Experiência administrativa ou legislativa

() Ser conhecido do eleitorado (popularidade)

() Capacidade de ajudar as pessoas

() Facilidade de comunicação

() Ter projetos que resolvem os problemas da comunidade

() Outra. Qual _____

4 - Acha importante que a região tenha representação política na Câmara dos Deputados, em Brasília, ou na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre? () SIM () NÃO

Por quê?

SE NÃO:

2 - Por que prefere votar em candidatos de fora da região?

3 - Qual a característica mais importante que um candidato precisa ter para merecer o seu voto?

- Honestidade
- Seriedade
- Experiência administrativa ou legislativa
- Ser conhecido do eleitorado (popularidade)
- Capacidade de ajudar as pessoas
- Facilidade de comunicação
- Ter projetos que resolvem os problemas da comunidade
- Outra. Qual _____

4 - Acha importante que a região tenha representação política na Câmara dos Deputados ou na Assembleia Legislativa? () SIM () NÃO

Por quê?

PERGUNTA COMUM

5 - Considerando que o Vale do Paranhana não consegue eleger representantes locais para a Assembleia Legislativa ou Câmara dos Deputados há cerca de 30 anos, na sua opinião, qual a causa desse fenômeno?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS REGIONAIS

1 – Nas últimas três décadas, o Vale do Paranhana permaneceu sem representação política direta em nível de Poder Legislativo, seja na Câmara dos Deputados, seja na Assembleia Legislativa. Na sua opinião, esse fato influenciou (teve alguma repercussão) no desenvolvimento da região? Se sim, de que maneira? Se não, por quê?

2 – Na sua opinião, quais são os principais motivos para as votações insuficientes que os candidatos residentes na região costumam obter para se elegerem tanto em nível federal quanto estadual?

3 – Analisando o comportamento do eleitorado do Vale do Paranhana nas três últimas décadas, percebe-se que candidatos sem qualquer identificação com a região conseguem expressivas votações na disputa para o Poder Legislativo Estadual e Federal. Como interpreta esse fato?

4 – Numa pesquisa realizada com eleitores para o presente estudo, estes indicaram que a principal causa para as dificuldades de apoio aos concorrentes locais reside nos próprios candidatos, que, em sua maioria, seriam fracos, pouco conhecidos e sem representatividade regional. O que você tem a dizer sobre esta avaliação?

5 – No seu entender, de que forma um representante político pode contribuir de maneira concreta para promover o desenvolvimento regional?

6 – Analisando o contexto da região como um todo, na sua visão, quais áreas específicas apresentam um melhor grau de desenvolvimento e quais são as mais carentes?
